

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS  
DOUTORADO**

**Daniela de Oliveira Miranda**

**A DEMOCRACIA DIALÓGICA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**São Leopoldo, junho de 2011**

**Daniela de Oliveira Miranda**

## **A DEMOCRACIA DIALÓGICA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

São Leopoldo

2011

### Ficha Catalográfica

M672d Miranda, Daniela de Oliveira  
A democracia dialógica e a economia solidária / por Daniela de  
Oliveira Miranda. – 2011.

196 f. : il. ; 30cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo,  
RS, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger, Ciências  
Humanas”.

1. Economia social. 2. Economia solidária – Brasil. 3.  
Democracia dialógica. 4. Atores sociais. I. Título.

CDU 334.7

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Camila Quaresma Martins - CRB10/1790

## AGRADECIMENTOS

Sou mui grata a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa da minha vida. Em especial, ao meu professor orientador, Dr. Luiz Inácio Gaiger, a quem eu admiro profundamente pelo trabalho acadêmico e de quem me honra ter sido orientanda.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, que muito me ensinaram.

À CAPES, por ter me proporcionado a bolsa de estágio no exterior.

À professora Patrícia Kuyven, que me ajudou com a análise dos dados.

À professora Márcia Rodrigues Gonçalves que, além de paciente comigo, prestou excelente trabalho na revisão e formatação da tese.

Ao meu pai, professor Cleberto Miranda, que passou algumas noites acordado me ajudando com as tabelas e gráficos.

À querida Maristela Simon.

Aos meus colegas de doutoramento da primeira turma.

Aos amigos d'além mar, em especial ao Professor Dr. Pedro Hespanha, que me acolheu afetosamente em Coimbra e aos professores e funcionários do CES (Centro de Estudos Sociais) de Coimbra. À Sra. Tereza Margarida Ferreira, uma grande amiga na minha estada em Coimbra.

Aos meus alunos da Universidade de Caxias do Sul, compreensivos com as minhas ausências nesse semestre.

Aos amigos professores da Universidade de Caxias do Sul que me auxiliaram muito, em especial: André Domingues, Cristiano Gessinger Paul, Mariana Corrêa Feldens, Ana Lídia Bisol, Claudia Hansel, Cristiane Kock, Simone Bender, Maria Gorete da Silva e Everton de Oliveira Stahl

Aos amigos de Taquara, maravilhosos em momentos muito difíceis: Karla Spalding, João Paulo Carriconde, Sabrina Schenkel, Michele Sápiras, Leandro Gütthler, Eloísa Gonzaga, Gustavo Uriatt, Márcia Regina Diehl.

À minha mãe Ivete de Oliveira Miranda, que tem cuidado de mim esses anos todos.

Às minhas queridas e amadas irmãs, Gabriele de Oliveira Miranda e Naama de Oliveira Miranda, que sempre torceram por mim.

À dinda Angélica Rodrigues.

À avó Vilma.

Aos meus amigos de quatro patas, sempre afetosamente ao meu lado enquanto eu escrevia a tese: Antônia (*in memoriam*), Chico, Sivuca, Elvira, Zilda, Meri, Mário, Osvaldo, Fred e Nega.

A todos vocês meu eterno carinho e gratidão!

## DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho aos meus pais, Cleberto Miranda e Ivete de Oliveira Miranda;  
sem eles eu não teria conseguido!

## RESUMO

A existência de experiências democráticas organizadas de “baixo para cima”, cujo exercício de participação ocorra de forma abrangente e inclusiva, articulado com outras formas de mobilização e com ações coletivas, constitui-se como alternativa de resistência às formas democráticas meramente representativas. Nessa esteira, as experiências autogestionárias de economia solidária comportam outra lógica, não apenas em relação ao trabalho e à superação do desemprego. A associação de pessoas em empreendimentos solidários tem como fim e pressuposto uma vida mais digna e o agir social dessas iniciativas, calcadas em solidariedade, autonomia, democracia e participação, assim como no reconhecimento das diferenças, proporciona uma lógica além da razão instrumental. Com essas premissas, a presente tese intenciona traçar as principais características dos envolvimento sociopolíticos dos empreendimentos de economia solidária, bem como associar essas práticas políticas à democracia dialógica em suas relações internas de gestão. Para tanto, apoia-se em dados do mapeamento nacional da economia solidária no Brasil, os quais demonstram a existência de vínculos sociais dos empreendimentos com o seu entorno, bem como práticas democráticas no seu cotidiano. No plano teórico, utiliza-se a democracia deliberativa e dialógica a partir do agir comunicativo, de Jürgen Habermas. Em sua teoria crítica, esse autor prescreve meios de mensurar a participação democrática em determinado sistema, como também analisa os procedimentos característicos do Estado de Direito que garantem a legitimidade democrática a partir de uma concepção de racionalidade capaz de emancipar-se dos pressupostos individualistas e estatais. No Brasil, onde a democracia tem se firmado muito mais no campo formal do que nas práticas cotidianas, diante de muitas restrições democráticas que ainda permanecem, a economia solidária conforma um campo ético-político e impulsiona redes movimentalistas, em cujas bases se constroem alianças e se sedimentam valores de um novo ator democrático.

Palavras-chave: Economia Solidária. Democracia Dialógica. Esfera Pública. Atores sociais.

## ABSTRACT

The existence of democratic experiences organized "bottom up" whose participation exercise occurs in a comprehensive and inclusive way, coordinated with other forms of mobilization and collective action, constitutes as an alternative to democratic forms of resistance merely representative. On this track, the experiences of self-managed solidary economy represents a different logic to the work that goes beyond a simple answer to unemployment, because the association of people in collaborative enterprises have assumed as a more dignified life, to the extent that these social action initiatives, which are based on solidarity, autonomy and self-management, democracy and participation, as well as the recognition of social differences, providing a logic beyond of instrumental reason. In that sense, this thesis stems from the desire to trace the main features of the sociopolitical implications of developments of economic solidarity, and to associate these political practices to dialogic democracy in their internal relations management. For this, the research relies on data from national mapping social economy, which demonstrate the existence of social bonds of enterprises with its surroundings, as well as democratic practices in everyday endeavors. On the theoretical side, we use the dialogic and deliberative democracy from the communicative action of Jürgen Habermas, who in his critical theory, builds devices to measure higher or lower coefficient of democratic participation in a system, and also examines the procedures characteristic of the State of Law which guarantee the democratic legitimacy from a conception of rationality which can emancipate themselves from the individualist assumptions and state. In Brazil, where democracy has taken root in the field much more formal than in the everyday practices, facing many restrictions that still remain, the solidary economy conforms an ethical-political field, driving movimentalist networks, on whose foundations alliances are built, and values are settled for a new democratic actor.

Keywords: Solidary Economy. Dialogic democracy. Public Sphere. Social actors.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

### ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Crescimento da economia solidária – Décadas de início de empreendimentos.	121
Gráfico 2: Região de empreendimentos de economia solidária no país .....	122
Gráfico 3: Área de atuação dos empreendimentos de economia solidária no país .....	122
Gráfico 4: Principais atividades econômicas dos empreendimentos de economia solidária no país.....	123
Gráfico 5: Motivos para a criação do EES (Por ordem de importância).....	125
Gráfico 6: O EES tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares .....	126
Gráfico 7: Participam de redes ou de fóruns de articulação .....	127
Gráfico 8: Tipos de redes ou fóruns de articulação de que os EES participam .....	128
Gráfico 9: Tipos de movimentos de que os EES participam.....	129
Gráfico 10: Participação e desenvolvimento de ações sociais e comunitárias .....	130
Gráfico 11: Áreas em que os EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária.....	131
Gráfico 12: Vínculo do empreendimento com os consumidores.....	132
Gráfico 13: Formas de participação dos sócios(as) nas decisões dos EES .....	133
Gráfico 14: A participação sociopolítica dos empreendimentos de economia solidária .....	151
Gráfico 15a: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares.....	152
Gráfico 15b: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares.....	152
Gráfico 15c: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares.....	153
Gráfico 16: Participação sociopolítica simultânea dos empreendimentos em redes e fóruns de articulação, em movimentos sociais e populares e em ações sociais e comunitárias ...	155
Gráfico 17: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente à região do país .....	155
Gráfico 18: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente às formas de organização .....	156
Gráfico 19: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente à área de atuação do empreendimento .....	157
Gráfico 20: Convergência entre autogestão e participação e participação sociopolítica.....	172

Gráfico 21: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	173
Gráfico 22: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	173
Gráfico 23: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	174
Gráfico 24: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	174
Gráfico 25: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	175
Gráfico 26: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	175
Gráfico 27: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	176
Gráfico 28: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	176
Gráfico 29: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica .....	177
Gráfico 31a: Convergência entre autogestão e as três formas de participação sociopolítica .....	177
Gráfico 31b: Convergência entre autogestão e as três formas de participação sociopolítica .....	178

## TABELAS

Tabela 1: Crescimento da economia solidária – Décadas de início dos empreendimentos	120
Tabela 2: Região de empreendimentos de economia solidária no país .....	121
Tabela 3: Área de atuação dos empreendimentos de economia solidária no país .....	122
Tabela 4: Principais atividades econômicas dos empreendimentos de economia solidária no país.....	123
Tabela 5: Motivos para a criação do EES (por ordem de importância).....	124
Tabela 6: O EES tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares .....	126
Tabela 7: Participam de redes ou de fóruns de articulação.....	127
Tabela 8: Tipos de redes ou fóruns de articulação de que os EES participam.....	128
Tabela 9: Tipos de movimentos de que os EES participam .....	129
Tabela 10: Participação de desenvolvimento de ações sociais e comunitárias .....	130
Tabela 11: Áreas em que os EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária.....	131
Tabela 12: Vínculo do empreendimento com os consumidores .....	132
Tabela 13: Formas de participação dos sócios(as) nas decisões dos EES.....	133

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS MODERNOS: A DEMOCRACIA LIBERAL</b>	<b>16</b>
1.1 O modelo democrático utilitarista.....	19
1.2 O modelo democrático desenvolvimentista.....	23
1.3 A democracia elitista .....	28
<b>2 A DEMOCRACIA DIALÓGICA E A TEORIA CRÍTICA</b> .....	<b>35</b>
2.1 A crítica aos modelos democráticos modernos.....	36
2.2 A esfera pública (Diálogo e Procedimento) .....	39
2.3 A teoria democrática dialógica sob a perspectiva da ação comunicativa.....	46
<b>3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL</b> ...	<b>56</b>
3.1 Os movimentos sociais no Brasil de 1970 e 1980.....	58
3.2 O processo constituinte de 1988.....	68
3.3 Os novos movimentos sociais no contexto europeu .....	79
<b>4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b> .....	<b>86</b>
4.1 As políticas neoliberais no Brasil.....	88
4.2 Os movimentos sociais pós-constituinte .....	95
4.3 As restrições democráticas dos recursos políticos.....	101
<b>5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL</b> .....	<b>108</b>
5.1 O surgimento da economia solidária.....	109
5.2 Características gerais registradas pelo mapeamento de economia solidária no âmbito da participação democrática.....	118
5.3 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária .....	136
<b>6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DIALÓGICOS</b> .....	<b>142</b>
6.1 A economia solidária e as articulações políticas .....	144
6.2 A participação sociopolítica da economia solidária.....	149
6.3 Principais redes e conselhos de articulação da economia solidária.....	158

6.4 Os reflexos da participação sociopolítica no ambiente interno da economia solidária.....	171
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>

## INTRODUÇÃO

O tema proposto – a democracia dialógica e a economia solidária – decorre de dois momentos importantes de estudo em minha trajetória acadêmica: a) dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, nível mestrado, no qual o enfoque do trabalho de dissertação tratou sobre a questão procedimental da democracia, no sentido da formação de uma política dialógica, calcada nas modernas constituições; b) dos estudos sobre economia solidária e de sua importância sociopolítica, realizados no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, no curso de doutorado.

Esta tese tem como objeto a relação entre a democracia, percebida a partir da teoria crítica e do conceito de democracia dialógica, e a economia solidária. O objetivo foi investigar em que medida a economia solidária pode ser considerada como um ator social importante à consolidação da democracia e como esta representa um fator constitutivo da economia solidária.

A economia solidária apresenta características que pressupõem uma racionalidade além dos interesses meramente econômicos e, por isso, se constitui como outra economia (GAIGER; LAVILLE, 2009). Dentre as principais características dos empreendimentos de economia solidária, conforme estudos publicados por Gaiger estão: a) assumirem caráter coletivo no que diz respeito aos meios de produção, “ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com os problemas da comunidade e com as lutas pela cidadania” (GAIGER, 2004c, p. 803); b) tenderem a estabelecer relações de “mediação e representação, tais como uniões associativas, federações cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de fomento” (Idem); c) cumprirem uma série de funções, diante do seu caráter de inserção social e comunitária, como saúde, meio ambiente, educação, etc. “A economia solidária coteja-se com o setor privado na criação de postos de trabalho e, com o Estado, na oferta de serviços sociais.” (Idem); d) estabelecerem relações amplas que englobam “múltiplos segmentos sociais, agentes e instituições”, de sorte que se apresentam como um movimento de crítica global ao sistema capitalista, de

acentuada tendência a encetar iniciativas concretas, em vista do desenvolvimento humano integral, individual, social e ecológico (Idem).

Em outro estudo, Gaiger aponta que a racionalidade que paira sobre os empreendimentos associativos, no que tange aos seus fatores produtivos, materiais e humanos, “difere da vigente nas empresas privadas com fins lucrativos, em decorrência das características estruturais peculiares que efetivamente assumem enquanto sociedades econômicas de pessoas, não de capital” (CORRÊA; GAIGER, 2010, p. 165).

Dentre eles: a) predominância de sócios trabalhadores: proprietários e trabalhadores correspondem ao mesmo estamento social, o emprego sistemático de força de trabalho externa ao quadro social sendo restrita aos empreendimentos que alteram suas características básicas, convertendo-se em empresas convencionais em que trabalho e capital voltam a separar-se (CORRÊA; GAIGER, 2010, p. 166); b) divisão técnica, mas não social do trabalho: embora a rotatividade das tarefas no processo de trabalho e outras formas de mitigar a divisão técnica sejam escassas ou parciais, apenas no segmento de microempresas decorrem de uma clivagem estrutural entre capital e trabalho, que separa os trabalhadores dos detentores dos meios de produção. Nos demais casos, direção e execução, trabalho intelectual e manual, não se reportam a grupos sociais estanques ou a indivíduos não intercambiáveis (Idem); c) equidade no trabalho e na distribuição dos resultados: os indicadores atinentes à gestão e à cooperação interna evidenciam estarmos em presença de organizações conduzidas por trabalhadores, com acentuada inclinação participativa e igualitarista (Idem); d) compromisso social: os indicadores a respeito pontuam homogeneamente, de forma que a cooperação não está cingida ao mundo do trabalho e à vida interna dos empreendimentos. Com o passar dos anos, há uma tendência de refluxo quanto às frentes de atuação, mas não um desligamento total dos movimentos sociais e de questões de interesse coletivo mais amplo (Idem).

No plano macro e global, a economia solidária apresenta características comuns entre os empreendimentos dos diversos lugares do mundo. Segundo Coraggio, a maioria dos empreendimentos apresenta aspectos tais como livre associação, autogestão e trabalho cooperativo. (CORAGGIO, 2007b, p. 19) Não se trata só de organizações de fatores de produção e trabalho, “sino también de una sociedad entre personas, cuyos lazos interpersonales forman parte de las relaciones sociales de de producción” (Idem);

A economia solidária se constitui como movimento social, no qual os integrantes dos empreendimentos, em maior ou menor medida, são militantes sociais críticos na construção “de modelos econômicos alternativos ao modo de produção capitalista, inseridos na organização social e coletiva do trabalho e nas formas autogestionárias” (POCHMANN, 2007, p. 226).

Todavia, segundo Quijano:

Dentro de um período complejo, de heterogêneas práticas del resistência del trabajo al capital, es comprensible que no sean pocas en la actualidad las organizaciones y prácticas sociales que se presentan a si mismas como opciones económicas alternativas a la dominante. Seria pertinente y necesario, em consecuencia, encontrar los elementos eficaces de deslinde entre aquellas que muestran, y las que no, la vitalidad social necesaria para tomar parte em una historia diferente, em una existencia social diferente a la que conocemos (QUIJANO, 2007, p. 155).

A questão central a ser analisada nesse estudo, em relação “à vitalidade social necessária para fazer parte de uma história diferente” como se refere Quijano, é a da democracia dialógica, entendida a partir dos processos comunicativos e de sociabilidades capazes de construir um modelo discursivo e com eficácia política na esfera pública.

A democracia tem sido alvo de permanente debate teórico, principalmente diante do fato de que a democracia representativa não corresponde à complexidade social contemporânea. Em contrapartida, essa mesma complexidade social impossibilita à ocorrência de formas democráticas participativas diretas, consoante as práticas da Antiguidade em que apareceram inicialmente.

A crítica da democracia, percebida em Habermas, parte do pressuposto de que nas sociedades multiculturais os fenômenos ocorrem na diversidade, o que impossibilita que o Estado opere de forma unívoca na tomada de decisões. Diante disso, os aportes referentes à democracia dialógica inspirada na concepção da ação comunicativa habermasiana, estabelecem-se como importantes mecanismos teóricos na observação das relações democráticas da economia solidária. Assim, o estudo se constituiu tendo como objetivo verificar a amplitude das práticas democráticas dialógicas dos empreendimentos de economia solidária, bem como a convergência dessas práticas nos âmbitos interno e externo dos empreendimentos.

O da tese tinha em seu delineamento metodológico uma análise dos dados do mapeamento nacional de economia solidária no Brasil, bem como, por intermédio dessa base de informação, identificar um ou mais empreendimentos que tivessem

características democráticas de alta intensidade para ilustrar o trabalho com estudos de caso. No entanto, a expectativa dos dados de um segundo mapeamento que, em princípio, poderiam proporcionar identificações precisas dos empreendimentos com características democráticas dialógicas importantes, sofreu modificação posterior. Primeiramente, porque houve um atraso na publicação dos dados do segundo mapeamento, os quais ainda estão sendo coletados; em segundo lugar, porque a tese já se encontrava em um prazo além do previsto no cronograma inicial do projeto e, portanto, o estudo de caso demandaria mais tempo para finalizá-la.

Diante disso, optou-se por fazer uma análise dos dados do primeiro mapeamento, na medida em que, embora esteja próxima a nova divulgação dos novos dados do SIES (Sistema de Informação de Economia Solidária), os resultados do primeiro mapeamento têm sido pouco explorados pelos trabalhos realizados sobre economia solidária. À parte seu ineditismo, eles oferecem um campo importante de análise da relação entre democracia e economia solidária, seja em relação à percepção da democracia dialógica como elemento constitutivo dos empreendimentos, seja em relação aos vínculos sociopolíticos.

Com base na literatura e na exploração dos dados do mapeamento, foi possível constatar que o envolvimento de atores sociais da economia solidária com a democracia constitui-se como um imperativo. O agir social dos empreendimentos, tanto em seu interior, como na esfera pública representa, por si só, outra lógica: as experiências autogestionárias, em relação ao trabalho e às relações humanas, estabelecem-se para além de uma simples alternativa ao desemprego.

A contribuição pretendida pela tese firma-se no entendimento de que são insuficientes os trabalhos acadêmicos que comprovem haver significativa participação democrática e sociopolítica dos empreendimentos com base nos dados do mapeamento, partindo de uma discussão teórica, acerca da democracia, e de uma análise histórica sobre a transição democrática no Brasil. Um primeiro estudo e levantamento de dados, nesse sentido, foi efetuado pela autora em conjunto com o seu orientador (GAIGER, 2011). O referido estudo demandou uma primeira análise cuidadosa no sentido de perceber a dimensão da participação democrática da economia solidária.

Para analisar as questões propostas, a tese dividiu-se em três partes. Na primeira, nos dois primeiros capítulos, aborda-se a democracia, entendida desde suas formas modernas até a teoria crítica, em especial a teoria de Habermas sobre

a democracia participativa, os processos comunicativos e a retomada da esfera pública.

Na segunda parte, no terceiro e no quarto capítulos, observa-se a democracia no Brasil, desde os movimentos sociais que se tornaram fundamentais à transição democrática para a consolidação da Constituição Federal de 1988, até a consolidação da democracia e suas restrições políticas no período posterior à consolidação da Constituição brasileira.

Por fim, na terceira parte, estabelece-se uma apresentação geral da economia solidária, bem como sua articulação com redes, fóruns, conselhos até chegar à análise dos dados do mapeamento, que permitiram identificar a economia solidária como importante ator da democracia dialógica.

Desse modo, pretendeu-se diferenciar os modelos democráticos modernos a fim de contrapor-los aos conceitos e às perspectivas da democracia dialógica, verificando se estão presentes na economia solidária, bem como se possibilitam a construção e a consequente efetivação em outra lógica econômica. Ao perceber os graus e os tipos de participação sociopolítica nos empreendimentos de economia solidária, analisou-se se a outra economia também se estabelece na *mise en scène* de outra democracia.

## 1 OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS MODERNOS: A DEMOCRACIA LIBERAL

A tensão que se estabeleceu entre os vários entendimentos sobre democracia, em diversos momentos históricos, pode ser percebida em eixos paradoxais: entre as aspirações de liberdade e igualdade políticas que inspiraram as constituições modernas e que, atualmente, parecem ter reunido as condições técnicas para a consolidação desses ideais; e as desigualdades sociais, na medida em que a exclusão social, da qual faz parte uma imensa quantidade de pessoas, evidencia a ineficiência da concretização dos ideais modernos.

Os substratos teóricos que nortearam o século XIX, até meados do século XX, objetivaram a definição e a aplicação de pressupostos democráticos, bem como estabeleceram os limites de intervenção da sociedade civil na esfera pública. Assim, a democracia se constituiu como forma de legitimação de governos, excluindo outras possibilidades de compreender a democracia como construção política permanente e de baixo para cima. Tal concepção está relacionada à democracia moderna, no que diz respeito à vontade dos cidadãos, ser considerada uma abstração (BOBBIO, 2000).

A democracia é uma das mais importantes categorias do pensamento político, como também uma das mais amplas, desde o pensamento clássico até a modernidade. Várias abordagens foram desenvolvidas em relação ao conceito de democracia, bem como diversas observações teóricas foram desenvolvidas em consonância com os diversos momentos históricos.

Neste capítulo, enfatizar-se-á a influência histórica europeia, em especial, as influências francesa e inglesa, no que tange às teorias democráticas, bem como seus reflexos nas constituições no direito ocidental.

A emergência da democracia parece ser o fato político mais importante da atualidade, e o século XX caracterizou-se pela ampla discussão em torno dessa questão. As formas democráticas modernas, – desde sua concepção moderna até meados do século XX, período no qual se ampliaram e consolidaram as formas utilitaristas, elitistas e desenvolvimentistas da democracia em um sentido hegemônico na política ocidental – culminaram por restringir as formas de participação à democracia delegativa.

À guisa de introdução far-se-á uma breve retrospectiva sobre as ideias já forjadas sobre democracia. O cenário político principal de abordagem, no entanto, será o da modernidade, na medida em que a base do pensamento liberal encontra sua vinculação com a democracia no plano da liberdade e da igualdade, cujos princípios sustentam as constituições democráticas contemporâneas.

Na Antiguidade, Atenas era a cidade grega mais importante no que tange à democracia<sup>1</sup>. Na Grécia antiga, os termos *liberdade* e *igualdade* já apareciam nas obras de Aristóteles. Tais princípios estavam vinculados ao exercício dos homens na gerência das coisas públicas. A liberdade se caracterizava pelo direito de usar livremente a “palavra” nas assembleias, ao passo que a igualdade correspondia à isonomia do homem grego perante a sua participação na *polis*.

Os áticos desconheciam uma noção de direitos individuais que pudesse ser sobreposta ao Estado ou à coletividade. Para o homem grego, a felicidade estava relacionada à virtude e à justiça, bem como à participação do homem na *polis*. O homem só poderia ser feliz se fosse justo e atuante na vida política de sua cidade. A justiça estava associada ao bem comum, não havendo proteção específica do Estado aos direitos individuais.

Através da História, até chegar à modernidade, todavia, a participação do homem na gestão das coisas públicas passou por importantes transformações. Durante a Alta Idade Média, período em que se desenvolveu a filosofia patrística, a política era considerada uma ordem determinada por Deus e imposta aos homens. Nesse contexto, a *polis* assumiu um caráter teológico e o homem seria um sujeito essencialmente de fé. No período renascentista, com a redescoberta das obras aristotélicas, a filosofia escolástica definiu a política como uma arte humana, característica do mundo material, chocando-se com a visão agostiniana de que a sociedade política seria uma ordem divina.

No século XV, formaram-se as bases do conceito de Estado moderno. A filosofia política passou a se preocupar com os conceitos de soberania. O protestantismo também apresentou questionamentos sobre o poder secular e da

---

<sup>1</sup> O termo *democracia* provém do grego *demokratia*, vocábulo cuja composição é a soma de *demo*, que significa *povo*, e *kratia*, que significa *regra* ou *governo*. Democracia, então, tem sua origem na ideia de forma de governo, em que as regras são ditas pelo povo ou denota um sistema em que o povo governa.

Igreja. Em Locke, observa-se a proposição de que o Estado deve servir como instrumento para a realização e proteção de direitos individuais (LOCKE, 1997).

No século XVIII, o liberalismo já estava consolidado como teoria política, embora não houvesse vinculação direta com as formas democráticas de participação. Partindo do pressuposto de que os homens são seres livres e iguais, o liberalismo confrontou-se com a responsabilidade dos governantes perante os governados.

A separação entre indivíduo e Estado encontra suas bases no pensamento liberal do século XVIII, em cujo formato os indivíduos já eram titulares de certos direitos. Nesse contexto, a democracia fundou-se como forma de governo, ou seja, como elemento para constituir e, ao mesmo tempo, controlar o governo, garantindo dessa forma os pressupostos liberais.

A dissociação entre a Igreja e o Estado levou o poder secular a sobrepor-se ao poder eclesiástico, definindo a separação entre o público e o privado. Por intermédio dessa divisão, retirou-se da esfera pública o caráter conflitivo, relegando-o à esfera privada. Assim, o reconhecimento do pluralismo social foi circunscrito à esfera privada, na qual prevaleceu o direito como elemento neutro de intermediação das relações sociais, fruto de um Estado que também se pretendia neutro em relação às diferentes visões do reino privado.

Consolidado o pensamento democrático liberal, também foi necessário articular formas instrumentais capazes de garantir que as massas não se voltariam contra os princípios que orientavam a sociedade capitalista. A igualdade assumiu um critério normativo, restringida pela visão liberal ao princípio da isonomia, à igualdade formal e à igualdade perante a lei. Essa forma encontrou sua melhor expressão no governo representativo.

Uma vez escolhido o representante, pelo direito ao voto igualitário ou pluralista (dependendo do momento histórico), o governante passou a cuidar das questões públicas, ao passo que os cidadãos deveriam voltar-se à esfera privada, em busca da felicidade individual.

A igualdade formal percebida pelo liberalismo era compatível com as desigualdades socioeconômicas no plano material, porque as tentativas de diminuir as desigualdades materiais dos indivíduos colocariam em risco os ideais liberais cada vez que objetassem ao livre-arbítrio individual.

As modernas concepções democráticas se fundaram na intersecção de duas tradições distintas: a tradição antiga de democracia e a tradição liberal. Na primeira, a liberdade estava ligada à concepção positiva de liberdade, fundada nos ideais de participação política e gerenciamento da coisa pública, em liberdades políticas exercidas no âmbito público. A tradição liberal dizia respeito à liberdade negativa, que seria a ausência de intervenção do Estado ou dos “outros” na esfera privada. Nessa perspectiva, compreendia-se a liberdade sob vários aspectos: a religiosa, a econômica, a de consciência, a de expressão, bem como os direitos individuais e de propriedade.

Os modelos democráticos que nortearam o século XIX e que se consolidaram até meados do século XX serão tratados a seguir sob a perspectiva da liberal democracia, os quais se estabeleceram como forma e não como substância.

Até a metade do século XX, formou-se uma intensa discussão em torno da questão democrática. Situação semelhante ocorreu durante os períodos das duas grandes guerras quando a democracia, como forma de governo, tornou-se hegemônica. O consenso sobre a democracia como procedimento eleitoral se sobrepôs às possibilidades de participação e soberania durante o mesmo período.

### **1.1 O modelo democrático utilitarista**

Os primeiros modelos democráticos vinculados ao Estado Moderno surgiram durante os séculos XVIII e XIX, tendo fundamento no substrato do utilitarismo, desenvolvido principalmente pelos pensadores ingleses Jeremias Bentham (1748-1832) e James Stuart Mill (1773-1836).

O utilitarismo ocupou um espaço central no pensamento liberal e na moderna concepção de democracia justamente pelo fato de não haver um conceito substantivo sobre a ideia de bem comum, porque tradicionalmente o pensamento liberal conviveu com as diferenças morais, religiosas dentre outras. Assim, a grande importância ou motivação dos indivíduos, segundo a teoria utilitarista de Bentham e Mill, dá-se em relação à maximização da felicidade pessoal e à minimização do sofrimento.

É importante observar que não se pode confundir o utilitarismo com egoísmo, na medida em que o conceito de bem-estar visa à coletividade, embora a invenção

moderna da razão prática, como faculdade subjetiva, tenha conectado a ideia de felicidade sob a ótica individual, pois os conceitos sociológicos positivistas não poderiam estabelecer com objetividade o conceito de bem comum.

A base utilitarista partia do pressuposto de que o bem social correspondia ao maior número possível de indivíduos felizes, sendo a “quantidade de felicidade” proporcional ao prazer individual e contrária ao sofrimento. A quantidade de indivíduos satisfeitos (felizes) poderia mensurar a democracia relativamente à forma política com que determinado Estado operava.

No entanto, a felicidade estaria ligada à ideia de poder aquisitivo para obtenção de bens, cujo desejo de aquisição e poder para adquiri-los faria os indivíduos serem mais ou menos felizes. Nesse sentido, a sociedade apoiava-se no pressuposto de que os indivíduos buscariam tanto mais utilidade quanto mais fosse necessária à obtenção de bens, objeto de desejo.

Na esfera política, o governo deveria ensejar aos cidadãos as condições para que se tornasse possível a realização individual. O Estado deveria proporcionar, portanto, segurança no sentido de que não haveria impedimento algum para que os indivíduos alcançassem seus objetivos de consumo de bens.

Para tanto, estabeleceram-se formas de controle do governo, com a instituição de governos representativos: voto secreto, liberdade de pensamento, de expressão, de imprensa, dentre outras, a fim de dar segurança aos cidadãos de que o Estado poderia ser destituído caso não fosse adequado à finalidade esperada pelos indivíduos, ou ainda, se houvesse algum tipo de opressão do Estado em relação aos cidadãos, em especial à garantia de igualdade diante do livre mercado.

A preocupação dos liberais era muito maior com o modelo capitalista do que o comprometimento com a democracia. Era muito mais eficaz um governo que *não fizesse nada* a um que tomasse alguma posição capaz de interferir nos ideais econômicos do liberalismo, principalmente porque o maior ideal social era participar livremente da economia de mercado sem a interferência do Estado.

De certa forma, a democracia parecia existir mesmo diante do fato de que, durante os três séculos que antecederam à indústria fabril, os pobres e desocupados eram perseguidos, oprimidos e discriminados, sendo muitas vezes deportados para as colônias, como no caso da povoação do Brasil e da Austrália.

O proletariado moderno, entretanto, não possuía vínculos que o obrigasse a alienar a capacidade de seu trabalho a determinado empregador e isso parecia

representar uma forma de liberdade. De outra parte, os trabalhadores não mais detinham meios próprios de produção característicos das organizações de ofício de trabalhadores qualificados, os *trade clubs*<sup>2</sup>.

Com a homogeneização do trabalho fabril e a maior quantidade de oferta de mão de obra, a realidade econômica caracterizou-se pela maior concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria da classe trabalhadora vivia miseravelmente.

A segurança que o governo poderia proporcionar, no entanto, segundo Bentham, dar-se-ia por intermédio das leis para que os indivíduos obtivessem os frutos de seu trabalho.

A lei nada precisa fazer para garantir que seja produzido o suficiente para a subsistência de todos. Que pode fazer a lei em favor da subsistência? Nada, diretamente. Tudo o que ela pode fazer é criar *motivos*, isto é, castigos ou recompensas, por força dos quais os homens possam ser levados a prover subsistência para si mesmos. Mas a própria natureza criou esses motivos, e deu aos homens a necessária energia. Antes que existisse a idéia de leis, as *necessidades* e as *fruições* fizeram quanto a isso tudo o que a melhor legislação poderia fazer. A necessidade, armada com sofrimentos de todos os tipos, inclusive a própria morte, exigiu o trabalho, espicçou a coragem, inspirou a previsão, desenvolveu todas as faculdades do homem. [...] o que as leis podem fazer é “garantir a subsistência de modo indireto, protegendo os homens enquanto eles trabalham, e dando-lhes certeza dos frutos de seu trabalho. Segurança para o trabalhador, segurança para o seu trabalho – eis o benefício das leis; e se trata de um benefício inestimável.” (BENTHAM, apud MACPHERSON, C. 1978, p. 33.)

A ideia de segurança como autopreservação do indivíduo já era bastante conhecida em Hobbes, não somente *antes que as leis existissem* (estado de natureza), mas também depois da passagem para o Estado Social. A obediência à lei era uma das formas de evitar a própria morte.

Se os homens tiverem a pretensão de obter uma vida confortável, através do trabalho, só poderão obtê-la na medida em que houver alguma garantia de paz. Assim, as paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. (HOBBS, 1997, p. 111)

A principal característica da democracia protetora, ou utilitarista, era proteger o indivíduo, dentro da perspectiva capitalista, para que ele pudesse ser livre. Tal

---

<sup>2</sup> Os *Trade Clubs* eram organizações de ofício de trabalhadores qualificados ingleses, já existentes antes da Revolução Industrial. Esses trabalhadores foram extremamente prejudicados, pois revolução capitalista inaugurou um processo de expropriação da classe trabalhadora qualificada, homogeneizando a classe operária (SINGER, 1998).

proteção, inclusive, estender-se-ia ao próprio Estado, o qual tinha o dever de não intervir na liberdade do homem, principalmente no que dizia respeito à liberdade econômica.

Havia, pois, no que tange à escolha dos governantes (franquia), algumas divergências quanto à forma.<sup>3</sup> A democracia tinha como dever, e principal pressuposto, dar garantias aos indivíduos contra a opressão e contra qualquer ato arbitrário que pudesse ser tomado pelas pessoas que administrassem o governo. Essa lógica inspirou as constituições democráticas.

O modelo da democracia da era pré-industrial era, fundamentalmente, um modelo que retratava a sociedade de mercado e o homem do mercado. Tratava-se de uma sociedade capitalista e pouco humanista, diante da forma com que o homem e a sociedade eram concebidos sob aquela perspectiva.

Os princípios de utilidade estabeleceram que as decisões dos governos fossem procedimentalmente neutras, na medida em que conseguiram isolar os componentes morais. Assim, os dilemas morais na esfera pública, concernentes às diversas escolhas possíveis, seriam redutíveis aos processos de tomada de decisão que habilitassem um cálculo racional sobre a felicidade geral.

A defesa dessa democracia repousa no pressuposto de que o homem é um consumidor ao infinito, que sua motivação preponderante é a maximização de suas satisfações ou utilidades, obtendo-as da sociedade para si mesmo, e que uma sociedade nacional nada mais é que um conjunto desses indivíduos. Um governo responsável, inclusive com grau de responsabilidade para com um eleitorado democrático era necessário para a proteção dos indivíduos e fomento do Produto Nacional Bruto, e nada mais (MACPHERSON, 1978, p.42).

No que dizia respeito ao sufrágio universal, a ideia dos utilitaristas era de que algumas pessoas fossem excluídas do processo de escolha, uma vez que, no pensamento de Mill, era inadmissível que qualquer pessoa pudesse fazer parte das eleições. Havia a prerrogativa de que o cidadão deveria ser, no mínimo, apto a ler e escrever, bem como ter o mínimo de conhecimento de aritmética.

---

<sup>3</sup>. Todo conjunto de homens inclusive qualquer grupo que tenha o poder de legislar e governar é governado inteiramente por sua concepção do que é o seu interesse, no sentido mais estrito e mais egoísta da palavra interesse: nunca por qualquer consideração do interesse alheio. O único meio de evitar que o governo espolie o restante do povo é tornar os governantes freqüentemente removíveis pela maioria de todo o povo. Os poderes do governo nas mãos de qualquer segmento do povo que não seja escolhido e substituível pelos votos do maior número "seriam necessariamente orientados para um aumento máximo possível de sua própria felicidade, à custa do que quer que viesse a ser felicidade dos demais. E na proporção que sua felicidade aumentasse, diminuiria a felicidade geral de todos os governados. (MACPHERSON, C. B., 1978, p. 40-1)

Não havia qualquer oposição à participação feminina, no entanto, nesse processo. Da mesma forma, esse autor acreditava que o exercício das funções governamentais deveria ser delegado a pessoas aptas a tais funções.

## **1.2 O modelo democrático desenvolvimentista**

O segundo modelo proposto – o da democracia desenvolvimentista – surgiu da reação humanista contra o modelo da democracia protetora, ou utilitarista.

As condições históricas, que têm tornado possível o desenvolvimento de uma tendência política do Estado minimamente interventor, correspondem às formas como a política liberal se desenvolveu até a metade do século XX. Havia a necessidade de resolver problemas agonizantes e insolúveis do capitalismo e, ao mesmo tempo, de estar diante das possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento cultural e tecnológico da industrialização.

A manutenção de um Estado não interventor, como o modelo utilitarista propunha, no entanto, não conseguiu permanecer por muito tempo, em virtude da imensa desigualdade social que a sociedade de classes denunciava. A luta por direitos sociais, como condição de exercer os demais direitos, as organizações da classe trabalhadora diante de sua situação miserável, denunciava a não possibilidade da manutenção de um Estado utilitarista.

Na Grã-Bretanha, nos anos iniciais do século XIX, os trabalhadores da indústria viam na legislação trabalhista o ponto de partida para enfrentarem a desigualdade do poder econômico entre o industrial e o trabalhador. Os trabalhadores, inicialmente, queriam reverter a revolução industrial, pois na medida em que se instaurava o processo industrial, os trabalhadores qualificados eram submetidos ao processo de expropriação, surgindo uma classe operária fabril homogênea (SINGER, 1998). Os liberais, por sua vez, entendiam a legislação do trabalho como uma violação dos direitos individuais de liberdade.

A partir de 1820, a classe operária inglesa passou a se engajar na luta pelas reformas parlamentares juntamente com a classe burguesa e aristocrática<sup>4</sup>. Em

---

<sup>4</sup> Terminadas as guerras napoleônicas, o movimento pela reforma do parlamento se deu com grande ímpeto na Inglaterra. As classes ascendentes de mercadores e empregadores industriais e as classes médias eram quem mais exigiram as reformas parlamentares, que tinham como objetivo

1832, a reforma do parlamento foi muito maior do que classe a média esperava, graças ao empenho dos trabalhadores (SINGER, 1998). Os grupos que tiveram cidadania política, no entanto, eram os possuidores de renda e propriedades, o que manteve a classe operária à margem da participação política.

Diante disso, os operários ingleses retomaram o movimento em 1836, o chamado movimento cartista<sup>5</sup>, no qual as exigências passaram a ser: o sufrágio universal masculino; distritos eleitorais iguais; parlamentos anuais; remuneração dos parlamentares; voto secreto; nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento.

No caso da França, vale lembrar a crise agrícola de 1788, a qual trouxe a escassez de comida, tornando a crise política pré-revolucionária ainda mais aguda.

Havia duas revoluções em marcha. A da burguesia, em plena ascensão, dividida em duas correntes. Uma almejava a monarquia constitucional, possivelmente à moda inglesa, e que era representada, sobretudo, pelos girondinos. Outra mais radicalizada queria derrubar a monarquia e estabelecer a República, provavelmente inspirada nos Estados Unidos; esse setor era representado por parte dos jacobinos e pelos franciscanos. A outra revolução era dos trabalhadores sem propriedade, que viviam à beira do desemprego e da indigência. Estes almejavam não só os direitos políticos, mas também sociais (SINGER, 2003, p. 209).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1789 se assemelhou à Declaração de Independência dos Estados Unidos e se caracterizou pela política de preservação dos direitos de liberdade, propriedade e a resistência à opressão. No que diz respeito aos direitos sociais, a Declaração de 1789 estabeleceu a igualdade de direitos e condenou as distinções e discriminações das diferentes condições sociais. Essa igualdade, no entanto, restringiu-se à igualdade normativa do homem perante a lei.

A ideia de que o povo precisava ser protegido pelo governo já era conhecida no modelo de democracia utilitarista, proposto por James Mill e Jeremias Bentham. Diante da vida indigente da classe trabalhadora, no entanto, era necessário pensar em outra nova forma de democracia.

---

maior participação no parlamento. O engajamento do proletariado na luta pela reforma parlamentar, colocou os operários na vanguarda de uma luta que não era sua, pois a pressão para que houvesse reformas parlamentares consistiam no interesse da classe burguesa e aristocrática de participar do parlamento inglês (SINGER, 1998).

<sup>5</sup> O Cartismo foi um movimento político reformista ocorrido na Inglaterra entre 1836 e 1848, cujo programa ficou conhecido na chamada Carta do Povo.

Também em virtude dos pressupostos filosóficos que caracterizaram esse período histórico, acreditava-se que seria possível um estágio em que o capitalismo chegaria a uma fase estacionária; pensamento característico de uma perspectiva metodológica positivista. Nesse sentido, havia o entendimento de que a situação de miserabilidade da classe operária era apenas transitória.

No modelo da democracia utilitarista, havia a presunção de uma sociedade que seria sempre igual, sem maiores transformações, na medida em que a função do Estado era proteger o sistema econômico capitalista.

Nesse contexto, surgiu outro modelo teórico de democracia, inicialmente proposta por John Stuart Mill. A democracia *desenvolvimentista* ou *de equilíbrio* que ensejava uma sociedade mais humana, ou seja, partindo do pressuposto de que deveria haver condições para que os indivíduos pudessem se desenvolver, porque assim seria possível ter um número maior de pessoas felizes.

A inclusão da classe trabalhadora nas decisões políticas por intermédio de um sistema em que todos tivessem direito ao voto acarretaria, no pensamento de Stuart Mill, a instituição de um governo egoísta porque, segundo ele, o povo não tinha condições de utilizar o poder político sabiamente<sup>6</sup>.

Assim, reconhecendo que as sociedades modernas estavam divididas em duas classes sociais com interesses antagônicos, a ideia de Mill era recomendar o sistema de voto plural para os membros das classes, já que, se cada cidadão tivesse direito a um voto, uma classe superaria a outra impondo uma legislação classista.

Diante disso, podemos observar que a democracia desenvolvimentista não era igualitária. Ao contrário, pressupunha que alguns indivíduos eram melhores que

---

<sup>6</sup> John Stuart Mill reconhecia que as sociedades modernas estavam divididas em duas classes com interesses que acreditava ser antagônicos, e que sob importantes aspectos Mill admitia serem antagônicos. As classes eram, falando de modo tosco, a classe trabalhadora (na qual ele incluía pequenos comerciantes) e a classe empregadora, inclusive aqueles que vivessem de rendimentos sem trabalhar e aqueles 'cuja educação e modo de vida os assimilassem aos ricos.' A classe trabalhadora era, evidentemente, mais numerosa. 'Uma pessoa, um voto' significaria, portanto, uma legislação classista no suposto interesse imediato de uma classe, que deveria seguir suas próprias inclinações egoístas e estreitas noções quanto a seu próprio bem, em oposição à justiça, a custas de todas as demais classes e da posteridade.' Algo portanto deveria ser feito para impedir a classe mais numerosa de ser capaz de 'orientar o curso da legislação e administração por seu exclusivo interesse de classe' (muito embora esse fosse um mal menor do que o atual domínio de classe por uma classe pequena com base simplesmente numa riqueza estabelecida) (MILL apud MAPHERSON, 1978, p. 67).

outros, na medida em que se atribuía maior peso político aos que tivessem maiores conhecimentos ou poder econômico.

O sistema pluralista proposto por Stuart Mill não permaneceu por muito tempo. O modelo desenvolvimentista teve seu ápice no século XX, com o sistema político partidário, no qual o direito ao voto era, com algumas exceções, universal.

As lutas de classe se acirraram no final do século XIX e no início do XX. Assim, os direitos sociais se consolidaram nas legislações protetoras de Bem-Estar Social no início do século XX. Na Grã-Bretanha, por exemplo, em 1906, com a eleição de 29 deputados que representavam os trabalhadores das minas de carvão, foram aprovadas diversas leis de proteção social.<sup>7</sup>

Nesse contexto, os partidos políticos propiciaram, como uma das principais funções, a diminuição dos conflitos decorrentes das diferenças das classes sociais. Talvez tenha sido o sistema partidário o grande responsável por não haver um governo classista colocado como um grande problema pelo pensamento desenvolvimentista no que diz respeito ao voto universal.

[...] em fins do século XIX e inícios do século XX, a expansão imperial que a Inglaterra e a maioria dos países europeus empreendiam permitia a seus governos fazer concessões a seus eleitorados que reduziam as pressões da classe trabalhadora por reformas fundamentais. Não fosse por esses fatores, o sistema partidário aparentemente neutro não teria desempenhado sua função. Mas dados esses fatores, sem o sistema partidário é pouco provável que a função tivesse sido cumprida. O sistema partidário, em qualquer de suas variantes, foi o meio pelo qual a função de desfazer as subjacentes diferenças de classe foi cumprida. [...] O sistema partidário tem uma capacidade inerente de fazer isso devido a outro aspecto. Com cada expansão da franquia, o sistema partidário torna-se necessariamente menos responsável para com o eleitorado. (MACPHERSON, C. B., ano 1978, p. 70-1.)

As políticas democráticas disseminadas pela Europa naquele período – ainda que não tão preocupadas com a sociedade de classes e com a questão da exploração – adotaram alguns pressupostos da teoria desenvolvida por Stuart Mill no modelo desenvolvimentista. Esses fundamentos, porém, eram voltados ao modelo democrático de Bem-Estar, no qual o ideal democrático era um Estado que fizesse o máximo possível para ensejar uma “boa sociedade” do que superar as questões da exploração econômica referentes à sociedade de classe.

---

<sup>7</sup> Dentre as leis aprovadas estavam: a obrigação das autoridades locais de fornecer merenda escolar; regulação do trabalho infantil; garantia de acesso escolar às crianças trabalhadoras; receitas para proteger os trabalhadores velhos ou inválidos; jornada de oito horas para os mineiros de carvão, dentre outras.

Enquanto o modelo liberal incorporava uma idéia de soberania como poder incontestável, próprio de uma sociedade de “indivíduos livres e iguais” para os quais importava apenas o papel de garantidor da paz social atribuído ao Estado, o modelo de *welfare state* adjudica a idéia de uma comunidade solidária onde ao poder público cabe a tarefa de produzir a incorporação dos grupos sociais aos benefícios da sociedade contemporânea. Nessa função de patrocínio da igualdade transfere-se ao Estado um novo atributo que contrasta com este poder ordenador, qual seja a solidariedade. O caráter solidário do poder estatal, para muitos, substitui a sua característica soberana para incorporá-lo na batalha cotidiana de superação das desigualdades e de promoção do bem-estar-social, percebido como um benefício e compartilhado pela humanidade toda. (MORAIS, 2000, p. 76.)

O Estado social surgiu, portanto, da tentativa de adaptação do Estado tradicional (pelo que se entende como Estado Liberal burguês) às condições sociais da civilização industrial e pós-industrial, com seus novos e complexos problemas. Como fruto da própria industrialização, no entanto, as grandes possibilidades técnicas, econômicas e organizações sociais também serviram para enfrentar tais problemas.<sup>8</sup>

No início do século XX, desenvolveu-se, em alguns países, uma política social cujo objetivo imediato era remediar as péssimas condições vitais das classes mais desamparadas da população. Tratava-se de uma política destinada a minorar alguns dos piores efeitos do Estado capitalista; foi o caso da política de Roosevelt, nos EUA, em 1929, o *New Deal*.

No período compreendido entre as duas guerras mundiais, eivado de profundas crises econômicas, a tensão e a politização da luta de classes repercutiu na estabilidade das instituições políticas, cuja consequência foi a instauração dos Estados totalitários e fascistas que desaguaram na Segunda Grande Guerra.

---

<sup>8</sup> “[...] la función directiva del Estado ha sido hecha posible, además de por la ciencia y por la técnica económicas, por el enorme desarrollo de las técnicas de control y de programación, de la teoría y el análisis de sistemas, de la investigación operacional, de la teoría de juegos, etc., y, en resumen, por la que D. Bell denomina la “tecnología intelectual”, es decir, el conocimiento de “los métodos para definir la acción racional y identificar los medios para llevarla a cabo”. De este modo nos encontramos en principio no sólo con la posibilidad de una planificación para el campo económico o para otros aspectos sectoriales, sino también para una política conjunta que englobe todos los demás aspectos, al menos si por planificación entendemos (en este contexto y en una primera aproximación) “la definición de un problema de decisión y la fijación de las condiciones de su solución” (Luhmann, 1971, p. 68). Como resultado de ello, lo que podríamos denominar política social y económica factorial, es decir, compuesta por una pluralidad de medidas desconexas e independientes entre sí, se ha transformado en una política socioeconómica sistémica, es decir, en una política cuyos términos no sólo se conexionan fáticamente entre sí, sino que existe la conciencia clara de tal interconexión, al mismo tiempo que teóricamente – lo que no siempre quiere decir que lo sea en la práctica – es posible su reducción a un modelo para la acción con arreglo al cual prever y controlar los acontecimientos de tal modo que se orienten a unos objetivos y a una situación propuestos de antemano.” (GARCÍA-PELAYO, 1996, p. 20-1).

Terminada essa era, as potências ocidentais tinham que evitar a adoção do socialismo de inspiração soviética, bem como não voltar às condições anteriores do capitalismo. Para enfrentar tal situação com novos objetivos, a teoria econômica formulada por Keynes, em 1936, pressupunha que era preciso e possível chegar a métodos democráticos sem alterar a economia capitalista. Deveria haver, portanto, um aumento da capacidade aquisitiva da classe operária decorrente do crescimento da produção que, por conseguinte, fomentaria a oferta de empregos. Tais fins seriam atingidos mediante a orientação e o controle do processo econômico pelo Estado, mantendo a propriedade privada.

A intervenção do Estado na economia foi o que caracterizou a passagem do ideal liberal clássico para a política intervencionista, característica do Estado social. Essa postura democrática desenvolvimentista se estabeleceu em uma lógica contrária à mínima intervenção proposta pelo utilitarismo. A preocupação com a manutenção do modelo econômico capitalista, no entanto, foi a principal meta desse modelo.

### 1.3 A democracia elitista

O modelo de democracia elitista ou *democracia de equilíbrio* – embora para alguns autores o termo mais adequado a esse modelo seja *modelo de equilíbrio elitista e pluralista*<sup>9</sup>, posto que as três características são fundamentalmente importantes nesse modelo – teve como referência as teorias formuladas no início da década de 1940, por Joseph Schumpeter, no livro *Capitalism, socialism, and democracy*, cujo modelo de democracia ficou também conhecido como agregativo.

A teoria central desenvolvida por Joseph Schumpeter foi concebida diante do processo de deterioração das sociedades capitalistas, na medida em que, para ele, a impossibilidade do capitalismo decorria da tentativa de seu próprio sucesso.

---

<sup>9</sup> [...] pluralista porque parte da pressuposição de que a sociedade a que se deve ajustar um sistema político democrático é uma sociedade plural, isto é, uma sociedade constituída de indivíduos, cada um dos quais é impelido a muitas direções por seus muitos interesses, ora associado com um grupo de companheiros, ora com outro. É elitista naquilo que atribui a principal função do processo político a grupos auto-escolhidos de dirigentes. É um modelo de equilíbrio no que apresenta o processo democrático como um sistema que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos. (MACPHERSON, C. B., ano 1978, p. 81)

Diante da questão da impossibilidade da sobrevivência do capitalismo, Schumpeter refletiu sobre a hipótese de articular a democracia e o socialismo. Para tanto, propôs uma nova teoria sobre a democracia, a partir da crítica por ele elaborada acerca da então chamada Doutrina Clássica da Democracia.

Nessa concepção, o fato de a teoria clássica da democracia representar a vontade do povo, ou o bem comum, tornou inadequada qualquer aceção acerca da democracia, pois tal pretensão não foi passível de comprovação empírica.

A questão central que Schumpeter estabeleceu em seu livro foi a seguinte: é possível que o povo governe? A resposta foi que a soberania popular não pode desenvolver um pensamento racional sobre a coisa pública, tomando decisões para cada questão. Assim, a democracia em Schumpeter foi a forma procedimental, um arranjo político para a tomada de decisões administrativas.

A doutrina schumpeteriana da democracia adota integralmente o argumento da manipulação dos indivíduos nas sociedades de massa. Para Schumpeter, os indivíduos na política cedem a impulsos irracionais e extraracionais e agem de maneira infantil ao tomar decisões. (SANTOS, 2002a, p. 45)

A partir de então, a democracia foi sendo concebida como método para a tomada de decisão, sendo também fundamental nesse sentido a escolha das pessoas capazes de tomarem as decisões políticas. Surgiu, dessa forma, a denominação *elitista*, na medida em que apenas certa elite estaria apta para a tomada de decisão.

Como esse modelo partiu de comprovações empíricas acerca da sociedade e da democracia, culminou em esvaziar o modelo desenvolvimentista, o qual pressupunha um conteúdo moral sobre o desenvolvimento da humanidade. Nesse formato, a participação do povo na esfera política não decorre de nenhum valor em si, tampouco serve como instrumento para o desenvolvimento dos seres humanos.

O propósito da democracia, nessa perspectiva, é registrar os desejos do povo tais como são, e não contribuir para o que ele poderia ou desejaria ser. A ideia de racionalidade tratada no modelo elitista, a partir da concepção de Schumpeter, está ligada à eficiência econômica.

Embora o modelo elitista tenha o pluralismo em comum com o modelo desenvolvimentista, o conteúdo ético e humanista, presente no modelo desenvolvimentista, desapareceu por completo, posto que a única preocupação fora tratar os cidadãos como simples consumidores políticos, e a sociedade política

simplesmente como uma relação típica de mercado entre eles e os fornecedores de mercadorias políticas.

Uma das principais finalidades do governo elitista era estabelecer governantes capazes de um governo estável que equilibrasse a oferta e a procura, assim como garantir a segurança dos cidadãos, bem como outros bens de consumo que as pessoas que elegeram os governos pudessem obter. Avalizar, portanto, técnicos capazes de perceberem a complexidade econômica do capitalismo e governarem consoante esses pressupostos.

O eixo central da teoria da democracia elitista era, portanto, tentar estabelecer uma definição, ainda que provisória, do que seria democracia e, a partir de então, utilizá-la como um método político a ser aplicado com o intuito de atingir determinados fins.

A ideia oriunda do conceito clássico, de que a democracia é o governo do povo, não prevaleceu na concepção de J. A. Schumpeter, porque considerava inadequada a visão da doutrina clássica da democracia a qual girava em torno do povo. Sustentaria, por isso, em sua concepção elitista, que algumas pessoas dentro do Estado eram mais aptas a tomarem decisões que outras. Para tanto, ele desenvolveu sua teoria a partir da crítica das teorias que buscaram na democracia um fim em si mesma.

Para Schumpeter, a democracia seria o método pelo qual seriam tomadas as decisões políticas, ou seja, serviria como instrumento/procedimento regulador do Estado. Nessa perspectiva, os governos seriam considerados democráticos, ou não, a partir do método utilizado quando da escolha dos representantes aptos à tomada de decisão.

Um dos fins a serem atingidos pelo Estado é o bem comum. Como essa teoria pressupõe certo empirismo, no entanto é necessário que se identifiquem as questões que constituem o bem comum para que a democracia sirva como método utilizado para atingir os ideais entendidos como bem comum, sejam de liberdade ou igualdade.

O grande problema que Schumpeter estabeleceu, no que diz respeito ao conceito clássico de democracia, foi quanto à subjetividade de conceitos como bem comum, eis que é impossível, diante do pluralismo social, estabelecer um conceito universal sobre ideais que pudessem ser comuns aos indivíduos. Ele entendeu que

os valores individuais sobre a vida em sociedade estão muito além de qualquer concepção lógica.

Para que fosse possível estabelecer regras acerca do bem comum, seria necessário que todos os indivíduos soubessem o que realmente desejam e como lutar por tais objetivos; mesmo assim seria inviável qualquer tentativa de estabelecer regras para que houvesse uma interferência lógica no sistema.

Na teoria elitista, prevalecem argumentos de que nem sempre as decisões tomadas por meios democráticos são as melhores. Nesse sentido, um argumento importante no que diz respeito à justificação da teoria elitista da democracia é o de que há certa ausência de responsabilidade e racionalidade dos indivíduos em relação às decisões políticas, pois normalmente as pessoas não se sentem responsáveis pelas decisões políticas tomadas pelos representantes eleitos.

Essa postura ilustra, portanto, o que ele chama de um distanciamento dos indivíduos das questões públicas, porque, para Schumpeter, as pessoas nem sempre se vinculam ao processo político de tomada de decisão ou se sentem responsáveis pelas decisões tomadas.

A teoria elitista partiu do pressuposto de que a democracia centrada no conceito da vontade do povo seria inadequada, denotando que o povo não era dotado de racionalidade sobre as questões individuais, portanto, inapto à tomada de decisões.

Mesmo que houvesse um reconhecimento da participação do povo, essa atuação se limitaria tão-somente à escolha de seus representantes, demonstrando a importância que tem a liberdade individual para essa teoria.

A proposta de Schumpeter, a qual caracterizou o modelo elitista, negava qualquer possibilidade de envolvimento do cidadão comum na esfera política, diante do argumento da impossibilidade intelectual dos cidadãos para a tomada de decisão, o que, evidentemente, subestima o cidadão que, em dado momento, foi tratado como consumidor apto a escolher o representante político que iria tomar as decisões.

Há certamente nessa teoria uma espécie de infantilização dos cidadãos e certo paradoxo, posto que prevalece a ideia de que a democracia é apenas um método pelo qual os indivíduos farão a escolha de seus representantes que fazem parte de uma elite, sem qualquer possibilidade de envolvimento posterior à escolha. Em contrapartida, subsiste a possibilidade de os cidadãos participarem do processo

político como candidatos, desde que cumpram com os requisitos impostos pelo Estado para a sua concorrência.

No modelo elitista, a única forma de participação política dos cidadãos seria no momento da escolha do representante político. Nesse sentido, caberia ao povo tão-somente aceitar ou recusar os representantes que fossem governar. Assim, os partidos políticos e os candidatos a representantes do povo competiriam entre si, utilizando propagandas ou oferta de melhores propostas como forma de chegar ao poder.<sup>10</sup>

Schumpeter entendia como *ótimo* o sistema capitalista. Acreditava, no entanto, que o socialismo seria uma consequência inevitável da evolução da sociedade. Diante disso propunha a adaptação dos ideais democráticos à sociedade socialista.<sup>11</sup>

Schumpeter acreditava ser inevitável o surgimento de uma sociedade socialista, principalmente dentro dos conceitos por ele propostos de burocratização, racionalização e concentração do Estado, os quais se voltariam, inexoravelmente, ao empresário capitalista. Mesmo assim, entendia que o sistema capitalista era o mais adequado.

A teoria elitista caracterizou-se por uma total negação de qualquer dimensão moral no que diz respeito à democracia. Foi essa a concepção, no entanto, que se consolidou na Europa durante o período entre guerras, fundando-se uma concepção

---

<sup>10</sup> Neste ponto, também, ressalta-se a importância da propaganda e marketing político. Macpherson compara a atuação do político competindo pelo voto com a do empresário competindo pelo consumidor. Neste processo, os partidos políticos representam um papel essencial, no sentido de estabelecer plataformas e princípios. Nesse sentido o autor coloca: Partido e máquinas políticas são simplesmente a resposta ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação senão a de um estampido, e eles constituem uma tentativa para regular a competição política de forma exatamente similar às correspondentes práticas de associação comercial. As técnicas psicológicas de gerenciamento partidário e propaganda partidária, slogans e hinos não são acessórios. Eles são essência da política. Assim como o chefe/líder político.

<sup>11</sup> É importante destacar que o autor constrói sua teoria da democracia tendo em vista a sua concepção de que o advento de uma sociedade socialista seria inevitável. Embora o objetivo não seja analisar a posição deste autor acerca do inevitável declínio do capitalismo e da possível estruturação do método democrático dentro de uma sociedade socialista, alguns pontos devem ser frisados, no sentido de se estabelecer em que contexto deve ser pensada a democracia moderna. Para Schumpeter, uma inevitável e crescente erosão das forças de mercado, em consequência do aumento da economia de escala e da concentração dos meios de produção; uma tendência crescente à racionalização e burocratização dos processos de gerenciamento; a acentuada necessidade da utilização planejada dos recursos disponíveis e a indispensabilidade da burocracia e da democracia para a gerência de uma sociedade socialista. (MACPHERSON, 1979)

hegemônica da democracia que influenciou as formas políticas de organização em boa parte do Ocidente.

A estrutura democrática proposta por Schumpeter, com algumas variações, se consolidou de forma exclusivamente procedimental, como um método político, um arranjo institucional para legitimar as decisões políticas e administrativas, dando uma resposta aos problemas apresentados pela democracia, em especial à questão da pluralidade de interesses sociais.

As críticas que vêm sendo feitas a esse modelo não invalidam sua pretensão democrática, até mesmo porque ele predominou por muito tempo na maioria das sociedades ocidentais e, com algumas modificações, prevalece ainda hoje em diversas culturas políticas.

É possível perceber a influência da teoria de Schumpeter no pensamento de Bobbio, embora com uma motivação diferente no que diz respeito aos motivos pelos quais a participação popular na política tornou-se indesejável, pois em Bobbio o aumento da complexidade social nas democracias contemporâneas torna inevitável a adoção de procedimentos jurídicos de representação e a questão da elite governante aparece como pressuposto na condução da coisa pública.

[...] à medida que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planejada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, experts, especialistas... Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum (BOBBIO, 1986, p.33-34).

No pensamento de Bobbio, o cidadão, ao se inserir na sociedade de consumo de massa, vinculado à organização estatal descarta o controle das atividades políticas e econômicas.

A questão da democracia no modelo elitista se resolvia pela representação do problema da democracia em escala ampliada, por intermédio de procedimentos democráticos que se esgotavam na escolha dos representantes.

Diante dos diversos problemas econômicos que as sociedades capitalistas vinham enfrentando, da possibilidade do fim do sistema capitalista e da necessidade de resgatar os ideais capitalistas (como ocorreu nos EUA na década de 1930), surgiram as justificativas de que os especialistas (técnicos) seriam mais aptos à tomada de decisão do que o cidadão comum.

Assim, o modelo de democracia elitista esvaziou, por uma concepção hegemônica de respostas a ser dada aos problemas, a participação ativa dos cidadãos na esfera pública. Os três modelos apresentados demonstraram a forma como a democracia se desenvolveu no sistema capitalista, estabelecendo um balizamento com o modelo liberal clássico.

A democracia, sob essas perspectivas, teve como pressuposto assegurar direitos de liberdades individuais, diante da própria emergência do liberalismo clássico, ou seja, diante dos anseios sociais de uma sociedade secular, que pretendia neutralizar os elementos morais, bem como separar a vida pública da vida privada.

No capítulo seguinte, analisar-se-á a teoria crítica aos modelos clássicos, bem como suas bases teóricas que fundamentam a ação comunicativa como pressuposto da democracia dialógica.

## 2 A DEMOCRACIA DIALÓGICA E A TEORIA CRÍTICA

Neste tópico tratar-se-á sobre a teoria crítica aos modelos democráticos modernos, os quais se estabeleceram na perspectiva do envolvimento do cidadão na esfera pública e na teoria democrática dialógica na perspectiva da ação comunicativa. . A questão da teoria crítica, a ser tratada aqui, limitar-se-á às questões teóricas mais amplas sobre a democracia dialógica no campo teórico. A influência dos movimentos sociais no Brasil, bem como seus dilemas e suas influências sociais e políticas, será desenvolvida no capítulo seguinte.

Ao mesmo tempo em que se consolidaram as formas democráticas elitistas pelo Ocidente, surgiram outras concepções democráticas como resposta alternativa às concepções dominantes. As concepções críticas da democracia moderna têm origem na segunda metade do século XX, mais precisamente no período pós-guerra.

A crise política no cenário europeu pós Segunda Guerra Mundial propiciou o aumento da tensão popular, não somente das classes operárias, mas também de outros movimentos sociais: feminista, ambiental, étnicos, de paz, etc.. Nesse contexto, a influência dos movimentos políticos possibilitou maiores reflexões sobre a democracia, bem como a construção da teoria crítica sobre as formas democráticas tradicionais.

Embora as teorias críticas não tenham rompido com a questão procedimental da democracia, ao contrário, tenham mantido o procedimentalismo como forma determinante a fim de dar resposta aos problemas da democracia moderna, houve sem dúvida uma grande modificação na ideia de democracia enquanto condição para possibilidade de entendimento entre as pessoas e o aperfeiçoamento da convivência humana.

Nesta seção, tratar-se-á sobre as respostas que têm sido dadas às questões da democracia, em especial àquelas de reconhecimento da pluralidade humana, diferentemente da posição de Schumpeter sobre “bem comum”, bem como aos entendimentos de que a democracia seria apenas um método de autorização de governos.

A cultura democrática atual tem sido definida pela igualdade e pela liberdade, principalmente no que diz respeito aos projetos individuais e coletivos. Alain

Touraine defende a ideia de que “a democracia é a busca de combinações entre a liberdade privada e integração social ou entre o sujeito e a razão”. (TOURAINÉ, 1996, p. 30)

Nesse sentido esse autor concebe a democracia como forma de estabelecer governo consoante a modernização econômica, pois embora a democracia moderna tenha surgido no processo de modernização, quais sejam, modernização política, secularização e economia de mercado, esses três aspectos não podem definir a democracia, pois se estabelecem nas políticas do *laissez-faire*, favorecendo o crescimento das desigualdades e a concentração de poder em grupos minoritários.

As teorias críticas aos modelos tradicionais de democracia transcendem os modelos modernos tradicionais, passando pelas questões de diálogo e procedimento. As concepções democráticas procedimentais dialógicas surgiram sob a perspectiva da resistência à opressão dos movimentos sociais, em especial aos da classe operária.

A reação da classe operária ao monopólio do capitalismo surgiu com o próprio capitalismo e se deu de diversas formas. Assim, a perspectiva de maior participação popular na esfera pública resgata a possibilidade de resistência humana contra a opressão e espoliação do trabalho, justificando o surgimento de outra cultura democrática.

A complexidade contemporânea, no entanto, ultrapassa os conflitos de classes, pois os movimentos de emancipação em sociedades multiculturais não se constituem um fenômeno unitário, mas se estabelecem na diversidade, envolvendo questões étnicas, de gênero, relacionadas à pobreza, ambientais, urbanas e rurais, entre outras.

## **2.1 A crítica aos modelos democráticos modernos**

A teoria crítica aos modelos democráticos modernos está centrada na ordem dos direitos, contrapondo-se ao simples entendimento de que a democracia seria a vontade da maioria e, portanto, representaria o bem comum.

A democracia não está efetivamente ligada ao Estado de Direito, mas aos valores éticos e aos princípios de justiça que lhe são inerentes. Os princípios que norteiam as modernas constituições são aqueles elencados na Declaração dos

Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e na Declaração dos Direitos Humanos (1948). A igualdade política, sem a qual a democracia não existe “não é somente a atribuição dos mesmos direitos a todos os cidadãos; é também um meio de compensar as desigualdades sociais, em nome dos direitos morais” (TOURAINE, 1996, p.37).

O fato de a democracia estar ligada à ordem dos direitos não é necessariamente moderna. A democracia ateniense já instituíra três direitos fundamentais à sua realização: igualdade, liberdade e participação no poder. A igualdade estava relacionada às leis e aos costumes da *polis*; a liberdade significava o direito de todo cidadão expor livremente suas opiniões; a participação no poder ao fato de que todos os cidadãos poderiam discutir publicamente e tomar decisões (CHAUÍ, 1995).

A modernidade que instituiu a economia de mercado condicionou a democracia à escolha do governante e à ideia de bem comum, como vimos no capítulo anterior.

Para Bobbio, o procedimentalismo democrático constitui-se como um método de autorização de governos (BOBBIO, 2000), sendo fundamental à legitimidade da escolha dos cidadãos em relação aos governantes.

Na concepção de Schumpeter, Kelsen e Bobbio, o procedimento estaria vinculado à legalidade e à garantia do processo democrático. Na concepção de Habermas, entretanto, o procedimento passa pela pluralidade das formas de vida, pelos processos racionais de discussão e deliberação, pela inclusão do cidadão no uso público da razão.

O procedimento na democracia tem outra dimensão a partir de Habermas, na medida em que esse autor vê no procedimento a forma de garantir a validade das decisões oriundas da participação dos cidadãos pelo discurso racional, fazendo com que a ideia de procedimento, enquanto legitimação de governos, desloque-se para uma ideia de procedimento social e participativo. Há, pois, uma preocupação substancial do procedimento pelo qual se estabelece o processo democrático.

A teoria crítica elaborada inicialmente pela escola de Frankfurt foi consagrada por introduzir o pensamento marxista na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Dirigida por Horkheimer e Adorno, a Escola de Frankfurt teve entre seus membros Marcuse, Walter Benjamin, entre outros.

Habermas, também teórico de Frankfurt, procurou estabelecer novas relações entre a filosofia e as ciências humanas, discutindo a reabilitação da esfera pública pela legitimidade do direito em relação ao procedimento democrático.

A teoria normativa de Habermas irá se sustentar na validade e legitimidade que o direito tem em assegurar o procedimento democrático, havendo grande influência de Parsons em relação ao estrutural-funcionalismo, assim como de Durkheim e Mead nessa teoria.

As primeiras considerações são em relação ao agir comunicativo e à democracia deliberativa, à qual o autor Jürgen Habermas propõe condições para o procedimento democrático, conciliando a soberania popular e o resgate dos valores liberais. Nesse sentido, a teoria política cria artifícios para mensurar maior ou menor coeficiente de participação democrática em determinado sistema, como também os procedimentos que garantam a sua legitimidade.

Nesse aspecto, também há um resgate dos valores da modernidade, na medida em que esta se caracterizou pela liberdade humana, uma vez que a passagem para a modernidade não significou a passagem de um mundo de múltiplas possibilidades para o mundo da razão instrumental. Ao contrário, a modernidade triunfou pelo não conformismo com os ideais de um mundo medieval-feudal. Os Direitos do Homem trouxeram consigo a liberdade e a autonomia dos sujeitos à própria vida.

Segundo Lefort, a democracia se vincula à ordem dos direitos como invenção de direitos. Esse autor atrela, por isso, a democracia à invenção, na medida em que a democracia é a criação ininterrupta de novos direitos, bem como a subversão contínua do estabelecido, restituindo permanentemente o social e o político. Em *A invenção da democracia*, o autor afirma que:

Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia se abre para a história no sentido forte da palavra (LEFORT, 1983, p. 11).

Para esse autor, a democracia se estabelece na permanente tensão dos grupos, associações, movimentos sociais, dentre outros em relação às esferas governamentais, fazendo com que novos direitos surjam desses conflitos.

Habermas instituiu uma relação entre uma nova forma de racionalidade e participação. Para tanto, estabeleceu duas dimensões da esfera pública em sua observação inicial: a primeira em relação à autonomia cultural; a segunda, aos

meios de comunicação de massa. Analisou a tensão dos *novos movimentos sociais*, no que diz respeito ao reconhecimento e à integração de diversos grupos e movimentos, bem como a análise dos meios de comunicação de massa.

Na primeira relação, a teoria crítica se dá consoante à autonomia no campo cultural e no aspecto comercial de produção cultural. “Tal tensão diz respeito à infiltração mútua das esferas pública e privada” (HABERMAS, 1984) e “representa a continuação da análise de Adorno e Horkheimer (1964) sobre a perda de autonomia no campo cultural” (AVRITZER, 2004). Na segunda, na sociedade de massas, os cidadãos teriam se transformado em consumidores de entretenimento (AVRITZER, 2004).

A observação de Habermas, em relação à esfera pública e sua crítica aos meios de comunicação de massas, tem origem em abrangentes estudos realizados pela Escola de Frankfurt sobre a “indústria da cultura”. Esses pensadores afirmavam que a indústria da cultura, com suas padronizações, seria capaz de enfraquecer a capacidade dos indivíduos de desenvolver o pensamento crítico.

Habermas desenvolveu a crítica de modo diferente, uma vez que observou o surgimento da esfera pública nos salões de cafés de Londres, Paris e outras cidades europeias em relação aos assuntos debatidos nas notícias dos jornais que começavam a aparecer. O autor concluiu, no entanto, que o debate democrático nas sociedades modernas iria ser sufocado pelo avanço da indústria da cultura. A difusão da mídia e do entretenimento de massas transforma a esfera pública em uma fraude.

Nesse aspecto, a opinião pública deixa de ser um discurso racional, mas se configura pela manipulação e pelo controle publicitário, propiciando que interesses comerciais triunfem sobre os interesses públicos.

## **2.2 A esfera pública (Diálogo e Procedimento)**

As teorias democráticas passaram a incorporar conceitos como esfera pública e sociedade civil, abrindo um novo caminho além da democracia elitista de Shumpeter e da democracia representativa de Pateman. Introduziu-se, assim, a possibilidade de uma relação argumentativa crítica com a organização política (AVRITZER, 2004), no lugar da participação direta.

Em Habermas, o restabelecimento da esfera pública possibilita o controle dos processos econômicos e a possibilidade da estrutura democrática. A renovação da estrutura democrática, segundo o autor, dar-se-á pela esfera pública e, a renovação da esfera pública, pela estrutura democrática. Para tanto a teoria do agir comunicativo irá se estabelecer como condição de possibilidade dessas esferas. O autor estabelece um resgate dos valores morais da modernidade, em especial, na esfera dos direitos de liberdade e igualdade.

A canalização dos fluxos comunicativos provindos do mundo da vida para a esfera pública é operada, fundamentalmente, pelo conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado a que se denomina sociedade civil (AVRITZER, 2004, p. 709).

A concepção antiga de liberdade foi composta por elementos positivos, ou seja, pela ativa participação das pessoas na gestão da coisa pública. Os modelos de democracia liberal, do século XIX até meados do século XX, apresentavam conteúdo procedimental de democracia vinculado tão somente à liberdade negativa, como forma de proteção dos direitos individuais.

No que diz respeito ao resgate da esfera pública em Habermas, é necessário o entendimento da separação entre o público e o privado, bem como a concepção de esfera pública burguesa, para esse autor.

No século XVIII já havia uma evidente distinção entre o público e o privado, mas foi quando da Revolução Francesa que a ruptura entre essas esferas se deu de forma distinta e acentuada.

Não há pretensão aqui de aprofundar os detalhes dos processos históricos que estabeleceram a separação do público e do privado, mas pontuar a influência das Revoluções Francesa e Inglesa nessa separação, bem como o apogeu da degradação da esfera pública, o que influenciou o pensamento habermasiano sobre o resgate da esfera pública iluminista.

A secularização consagrou o antagonismo entre direito e moral, coletivo e individual, ostensivo e íntimo, masculino e feminino, público e privado. A privatização da civilização se deu no núcleo familiar. A separação entre o público e o privado valorizou o privado na esfera doméstica, opondo o homem público à mulher doméstica. As relações entre o público e o privado estão no centro de toda a teoria política pós-revolucionária.

A definição das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual, passa a ser o principal problema. Enquanto o *laissez-faire*, [...] predomina num pensamento econômico estagnado, [...] o pensamento

político mostra uma preocupação em delimitar as fronteiras e organizar os interesses privados (PERROT, 2006, p.93).

Durante a Revolução Francesa, as fronteiras entre a vida pública e a privada se estabeleciam de forma flutuante:

No período revolucionário, “privado” significava faccioso, e tudo o que se refere à privatização é considerado equivalente, sedicioso e conspiratório. A partir daí, os revolucionários exigem que nada se furte à publicidade (HUNT, 2006, p.21).

Havia uma necessidade de impedir que aflorassem interesses particulares. Paradoxalmente, no entanto, houve durante a Revolução Francesa um estreitamento entre as fronteiras do público e do privado, em especial na visão revolucionária de o que se considerava um “homem político”.

[...] o caráter privado se revestiu de um sentido político. Em outubro de 1790, Marat denuncia a Assembléia Nacional como “quase totalmente composta por antigos nobres, prelados, togados, cortesãos, oficiais, juristas, homens sem alma, sem costumes, sem honra nem pudor; inimigos da Revolução por princípio e por condição”. [...] Não bastava errar de campo político; era preciso ainda que faltassem as qualidades humanas mais elementares. Se o homem público não defendia a Revolução de maneira satisfatória, o homem privado só podia ser corrupto (HUNT, 2006, p.22).

Mesmo diante do fato de os revolucionários pensarem que os interesses privados se reservavam a pequenos grupos e que não deveriam ter representação na arena política, estavam persuadidos de que a atitude privada e a virtude pública guardavam uma estreita ligação (HUNT, 2006).

Nesse sentido, a visão revolucionária da política depende da transparência da vida privada.

Entre Estado e o indivíduo, não há a necessidade da mediação dos partidos ou dos grupos de interesses, e os indivíduos devem realizar sua revolução pessoal, reflexo daquela que se realiza no Estado. Segue-se aí uma profunda politização da vida privada (HUNT, 2006, p.24).

Nos séculos XVIII e XIX, a divisão entre a vida privada (esfera doméstica) e a esfera pública se estabeleceu de forma bem dividida. Nos salões e cafés desse período é que a vida pública se estabeleceu. As discussões sobre o Estado e a política, bem como a circulação de jornais nesses espaços tencionou a politização dos sujeitos na esfera pública nesse contexto.

À esfera doméstica ficou estabelecida a vida privada. Nesse aspecto também houve uma separação entre masculino (vida pública) e feminino (vida privada). A retomada da esfera pública em Habermas, no entanto, passou pela conversão da esfera pública literária, na qual os iluministas criticavam a esfera pública controlada

pelo poder monárquico-clerical. A esfera pública literária não era necessariamente burguesa, pois se estabeleceu como crítica à arte e culminou na crítica da política do modelo absolutista. Baseado na postura desse regime, é que se formou o espírito revolucionário francês.

No momento posterior à Revolução Francesa e, no centro da atividade econômica e cultural da sociedade civil, estabeleceram-se os palcos de discussão da esfera pública burguesa, nos salões e sociedades culturais.

A esfera pública burguesa, na sua forma política, surgiu do encontro entre os herdeiros da sociedade aristocrata e humanista, em que se baseava a esfera pública literária, e a camada intelectual da burguesia, na altura em ascensão (SILVA, 2001, p. 120).

Há, pois, outra esfera pública que pode ser observada na sociedade inglesa, no período da Revolução Industrial, a esfera pública plebeia. As classes trabalhadoras, insatisfeitas com as relações de exploração do trabalho, formaram os sindicatos e os movimentos sociais, tais como o movimento cartista e as tradições anarquistas do movimento operário.

Habermas privilegiou a esfera pública burguesa diante do que essa classe representou por séculos, estabelecendo uma relação conflituosa entre a publicidade feudal e iluminista.

A esfera pública surgiu do confronto entre dois tipos conflitantes de publicidade. Por um lado, a publicidade própria das cortes feudais, a publicidade representativa e, por outro, a publicidade crítica e democrática nascida no iluminismo setecentista. Em rigor, esta última é definida por oposição àquela: não se pode pensar em publicidade crítica sem se conceber a noção de publicidade representativa, ancorada num contexto medieval, pré-moderno e sem a distinção estruturante entre o público e o privado. Isto significa que Habermas, recorrendo a uma argumentação dialética, constrói uma concepção de publicidade cujo processo de evolução compreende três fases distintas: uma primeira feudal ou representativa, caracterizada pela sua neutralidade em relação aos critérios de público e privado; uma segunda nascida na modernidade e assente na distinção entre público e privado; e uma terceira que emerge a partir de meados do século XIX com a interpenetração entre estado e sociedade, entre público e privado, justamente acompanhada por um processo de refeudalização da esfera pública (SILVA, 2001, p. 120-121).

A refeudalização significou o declínio da esfera pública burguesa no sentido de estabelecer uma linguagem comunicativa, a partir dos meados do século XIX, desprovida de crítica racional e dominada pela burocratização do Estado e pela manipulação das relações públicas, segundo Habermas em sua obra *Mudança estrutural na esfera pública*.

O resgate da esfera pública em Habermas diz respeito à esfera pública burguesa de debate, com todas as suas variantes multiformes e com seus aspectos em relação à igualdade dos indivíduos perante a possibilidade de debate, mesmo diante das diferenças dos recursos econômicos e sociais de seus participantes. A igualdade nesse contexto diz respeito à igualdade diante do debate público e da liberdade de expressão, desvinculando as desigualdades sociais.

Nesse sentido, diferencia-se de Marx que estabeleceu a influência da esfera pública plebeia e de forma prescritiva imaginou que essa esfera pública iria modificar a esfera pública burguesa.

Ao privilegiar a esfera pública burguesa, pareceu não levar em consideração as diferenças econômicas e sociais. No entanto,

[...] o estabelecimento de uma esfera pública nas sociedades inglesa, francesa e alemã dos séculos XVIII e XIX foi acompanhado por um duplo processo de legitimação: por um lado, perante o poder do Estado, por outros, relativamente às restantes classes sociais (SILVA, 2001, p. 120).

Assim, surgiram diversas críticas ao autor pelo fato de ele estabelecer a retomada da esfera pública burguesa, olvidando-se de que aquela esfera pública dos séculos XVIII e XIX também excluía as mulheres, na medida em estavam atreladas à esfera doméstica/privada.

Note-se que este critério constitui, não por acaso, um dos pontos mais criticados pelas comentadoras feministas, para quem este “esquecimento” não só nunca foi respeitado, como também, e sobretudo, serviu de justificação para a exclusão continuada de grupos sociais étnica, sexual ou economicamente diferentes do grupo social de referência – masculino, educado e europeu ocidental. Neste sentido, é interessante notar como, na interpretação de Joan Landes, a “esfera pública republicana” francesa e jacobina foi construída a partir de uma exclusão fundamental e de uma distinção definidora: a exclusão das mulheres e a distinção entre o *salon*, predominantemente feminino, e o espaço público republicano, que se distinguia do anterior precisamente por criticar naquele o seu caráter “efeminado” e “aristocrático” e promover, como salienta Nancy Fraser (1992, 1996: 114), “um estilo tido como ‘racional’, ‘virtuoso’ e ‘masculinista’” (SILVA, 2001, p. 122).

A questão habermasiana sobre a esfera pública burguesa e o resgate dessa esfera pública, no entanto, tem origem no Iluminismo, na variante literária e artística que teve início na crítica da arte e, posteriormente, se estabeleceu na universalidade de acesso e igualdade de participação no sentido kantiano da razão, como princípio iluminista capaz de criticar a própria razão.

No texto *A inclusão do outro*, o autor retomou a questão do feminismo, estabelecendo que sua postura em relação à esfera pública não se tratava de forma

alguma de exclusão. Essa crítica se estabeleceu na esfera pública burguesa como instrumento da modernidade, que se traduziu na imprensa de opinião.

A importância da crítica das artes e da cultura, segundo Habermas, teve como consequência a democratização da cultura.

No contexto do iluminismo, por um lado, não só a filosofia se institui enquanto uma filosofia crítica, como a literatura e a arte necessitam de uma legitimação através da crítica literária ou artística; por outro lado, não só a filosofia se institui enquanto uma filosofia crítica, como a literatura e a arte necessitam de uma legitimação através da crítica literária ou artística. [...] Por detrás da relação entre esta apropriação crítica e democrática da produção cultural e o processo societal encontra-se uma criação do século XVIII: a imprensa de opinião, o jornalismo de convicção, instrumento da crítica da arte institucionalizada (SILVA, 2001, p. 123).

Foi nesse espaço público e crítico que Habermas teorizou sobre a esfera pública e seu resgate no que dizia respeito ao diálogo e à comunicação. Uma das formas de explicar os fluxos comunicativos decorrentes da publicidade crítica e da esfera pública burguesa é através do direito.

Pode-se observar que as constituições dos países europeus continentais estabeleceram direitos decorrentes das discussões públicas ocorridas durante o século XVIII. Tais direitos reservam os direitos da esfera privada, tais como a igualdade diante da esfera pública.

Esses direitos têm expressão nos textos constitucionais garantindo três grandes grupos de direitos: primeiro, o da liberdade de expressão pública, liberdade de imprensa, de associação livre, etc.; no segundo, o direito à preservação da esfera privada, ou seja, o direito à privacidade, a inviolabilidade da residência, toda e qualquer liberdade individual e, em terceiro lugar, o direito à propriedade privada e à igualdade perante a lei. Nesse último sentido, o medo da possibilidade da desapropriação do príncipe para o seu interesse, estabeleceu grandes discussões no século XVIII.

Basta lembrarmos da história do Moleiro de Sans-Souci que, diante da tentativa de compra de seu moinho pelo Rei Frederico II, não aceitou a proposta. O rei lhe ameaçou dizendo que, se quisesse, tomaria a propriedade, pois era o rei. E então o moleiro retrucou afirmando que existiam juizes em Berlim. Tal história retrata os direitos de propriedade, bem como a igualdade das pessoas diante dela.

Segundo Habermas, a perda da racionalidade discursiva dos períodos se dá por diversos fatores. Na verdade, fatores que foram estabelecidos por ele na década de 1960 e depois (re)formulados nos anos 1990.

Nos anos 1960 ele estabeleceu esse rompimento diante de uma refeudalização da esfera pública, ou seja, o poder administrativo do Estado moderno, segundo o texto de 1960, constitui um obstáculo aos palcos de discursividade dialógica.

No entanto, nos anos 1990, o poder administrativo tomou a forma do procedimento, estabelecendo as regras do jogo democrático, capazes de tornar viável a legitimidade da democracia dialógica.

Nos anos 1990, a ideia de que os obstáculos à discussão política na esfera pública seriam causados pelo poder administrativo deslocam-se para a tensão entre autonomia da crítica cultural e o caráter comercial do processo de produção cultural provocado pelo *mass média*.

Essa ideia se difere da do primeiro livro *A mudança estrutural na esfera pública*, publicado nos anos 1960, pois, no texto dos anos 1990, o autor relativizou a ideia linear de que os cidadãos teriam se transformado de politicamente ativos para consumidores de entretenimentos (AVRITZER, 2004).

Tal assertiva foi reforçada no livro *A inclusão do outro*, mas, antes disso, a questão central da teoria passou pela *Teoria da ação comunicativa*.

Partindo do modelo em dois níveis de sociedade (a diferenciação entre sistema e mundo da vida) desenvolvido em sua Teoria da Ação Comunicativa, Habermas mostra que a força sociointegrativa que emana das interações comunicativas voltadas para o entendimento, próprias do mundo da vida, não migra imediatamente para o plano político, pacificando aí as diferenças de interesses e disputas de poder existentes. [...] A fonte de legitimação política não pode ser, conforme Habermas, a vontade dos cidadãos individuais, mas o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva. É esse o processo que, operado dentro da esfera pública, estabelece a mediação entre mundo da vida e o sistema político, permitindo que os impulsos provindos do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática (AVRITZER, 2004, p.709).

Nesse contexto, a esfera pública de Habermas passou a ser observada pelos fluxos comunicativos provindos do mundo da vida para a esfera pública. Também vai haver uma modificação teórica na observação pós anos 1990. Ao invés de tratar da esfera privada, como fez nos anos 1960, utilizou as comunicações presentes no mundo da vida dos atores sociais, pois concomitantemente com o crescimento da grande mídia, surgiu a modernização do mundo da vida, com seus movimentos culturais, difusão de outras culturas, espaços alternativos, etc.

Esse argumento é de Cohen, que desenvolveu, nos anos 1990, a teoria da sociedade civil, estabelecendo uma forte crítica à teorização anterior de Habermas.

Segundo Leonardo Avritzer, “o uso mais importante e generalizado do conceito de espaço público na América Latina ocorre nas pesquisas sobre os meios de comunicação de massa” (AVRITZER, 2004, p.717).

As ideias da primeira geração da Escola de Frankfurt, sobre a passividade dos sujeitos em consumir os produtos da indústria cultural da mídia, prevalecem na concepção sociológica na América Latina.

Os autores que seguem tal orientação teórica mostram que todos os desenvolvimentos históricos supostamente necessários para a transição da modernidade, como a reforma religiosa, a ideologia liberal-universalista, as revoluções burguesas etc., teriam faltado na América Latina. Logo, a modernidade dá-se, entre nós, tardiamente, caracterizando a constituição de um plasma cultural híbrido, no qual as reminiscências de formas culturais tradicionais vão sucumbindo, ao longo do vertiginoso processo de urbanização e de fragmentação de identidades preexistentes, diante dos valores do individualismo e do “desejo de ser moderno” dos públicos educados (AVRITZER, 2004, p.718).

Nessa visão, na falta de uma revolução burguesa na América Latina, bem como diante da colonização dos ideais europeus, a inexistência histórica dos espaços comunicativos como os tratados na esfera pública habermasiana, teria conduzido os meios de comunicação de massa a ocuparem o espaço público das mediações sociais, fenômeno que gerou diversos problemas:

Não se espera obviamente que, nesse espaço público assenhoreado pela mídia, argumentos racionais sejam esgrimidos, questões substantivas sejam levadas a debate e posições doutrinárias e ideológicas claras e diferenciadas venha à tona. Diante da lógica própria da mídia, com ênfase na televisão, em cuja linguagem não cabem verdades matizadas nem longos exercícios argumentativos, mas apenas enunciados bombásticos, a política veria se esvaírem seus conteúdos; os próprios “personagens políticos não buscam distinguir-se por sua experiência, ou sua capacidade de liderança, mas pela simpatia que seus publicistas são capazes de suscitar entre os grandes auditórios” (AVREITZER, 2004, p. 718)

As teorias da modernização e a transição de estruturas econômicas tradicionais para as estruturas modernas na América Latina serão tratadas no terceiro capítulo, assim como a formação de espaços públicos democráticos no Brasil.

### **2.3 A teoria democrática dialógica sob a perspectiva da ação comunicativa**

As bases teóricas que norteiam a democracia deliberativa partem dos valores da modernidade, conectando-os com a liberdade positiva de participação popular na

gestão da coisa pública, em que as decisões devem partir do consenso entre as pessoas às quais as decisões se destinam. Trata-se da inclusão popular no processo democrático.

Essa concepção, no entanto, não é prescritiva, mas parte de observações empíricas que foram diagnosticadas no contexto social, bem como o que Habermas chama de “partículas e fragmentos de uma razão existente” dentro de um sistema político e organizado no Estado de Direito.

Os modelos democráticos representativos não correspondem ao centro real de tomada de decisões, pois os mecanismos de escolha limitam a participação popular a legitimar uma classe política que tende à autopreservação e que tem sido cada vez menos representativa dos interesses sociais.

Nesse contexto, Habermas estabeleceu uma concepção mais ampla do procedimento democrático, uma vez que a validade do procedimento vincula-se à legitimidade da ordem dos direitos, ou seja, é válido o procedimento que estabeleça a possibilidade discursiva dos cidadãos na esfera pública. Nesse sentido, estabelece uma relação de observação entre o sistema empírico e o sistema jurídico de um Estado.

No interior das teorias contra-hegemônicas, Habermas foi o autor que abriu o espaço para que o procedimentalismo passasse a ser pensado como prática social e não como método de constituição de governos. Habermas ampliou o procedimentalismo, reintroduzindo a dimensão social originalmente ressaltada por Kelsen, ao propor dois elementos no debate contemporâneo: em primeiro lugar, uma questão de publicidade capaz de gerar uma gramática societária. Para Habermas a esfera pública é um espaço no qual os indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada. As ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar as exclusões de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária que Habermas denomina de princípio D: “ apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional.” (...) De acordo com essa concepção, o procedimentalismo tem origem na pluralidade de formas de vida existentes na sociedade contemporâneas. Para ser plural, a política tem que contar com o assentimento desses autores em processos racionais de discussão e deliberação. (SANTOS, 2002a, p. 52)

Habermas partiu da constatação de que as modernas sociedades são também complexas, não havendo convergência entre as pessoas sobre a ideia de bem comum. Assim, seu pensamento se fundou em uma concepção abrangente da modernidade e da racionalidade que lhe é inerente. Se durante o período que antecedeu a modernidade havia uma única concepção de bem, universal, natural e sagrado, a qual constituía a noção de sociedade e política, o advento da

modernidade fragmentou essa concepção, não havendo a possibilidade de estabelecer universalmente o que é bem comum.

A própria ideia de racionalidade traz consigo a possibilidade de questionamentos dos valores e crenças, substituindo-os por ideais de cooperação humana na base da organização social, assim como a possibilidade crítica dos conhecimentos.

A concepção liberal não está ligada ao consenso, mas pressupõe valores como a tolerância, o respeito às minorias, a dignidade da pessoa humana, além dos direitos individuais. Esse elenco de virtudes seria o aspecto moral da modernidade.

O autor resgata o “espírito” de participação política da esfera pública burguesa do século XVIII com a validade e legitimidade da força normativa dos textos constitucionais que estabelecem os direitos conquistados desde o Iluminismo. Dessa forma, a grande dificuldade da teoria crítica tem sido tentar resgatar os princípios (valores) iluministas, sem reduzi-los ao pensamento científico, fazendo esses valores fazerem parte da vida social.

É possível perceber no pensamento de Habermas o caminho inverso à razão instrumental. Ao invés de reduzir os atores ao pensamento técnico ou ainda ater-se apenas às particularidades dos indivíduos, o teórico acredita que é possível o consenso por intermédio dos processos argumentativos de comunicação, sem se olvidar das particularidades do mundo vivido (*Lebenswelt*) e da cultura local.<sup>12</sup>

O autor ao ligar a democracia dialógica ao Estado de Direito, no entanto, utiliza-se de procedimento democrático legalista, que ele chama de “democracia procedural”. Esse modelo procedimental de democracia é bem diferente daquele descrito no primeiro capítulo, pois o procedimento tem como objetivo tão-somente garantir a validade dos fluxos comunicativos do mundo da vida na tomada de decisão dialógica na esfera pública.

---

<sup>12</sup> Nesse sentido, Alain Touraine justifica a teoria de Habermas: Não devemos contentar com os compromissos oferecidos pela política liberal, nem mesmo com uma tolerância que justapõe os particularismos em vez de integrá-los. Devemos aceitar que não há democracia sem cidadania, e não há cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas sobre conteúdos. Como ligar, porém, o universal e o particular? Pela comunicação, e mais concretamente pela discussão e argumentação que permitem reconhecer no outro o que é mais autêntico e o que se prende a um valor moral ou a uma norma social universalista. Este comportamento de respeito e de escuta do outro aparece como um fundamento mais sólido da democracia que o confronto dos interesses levando a compromissos e a garantias jurídicas (TOURAINÉ, 2002, p. 355).

Os riscos e perigos da construção de uma sociedade reduzida à ação técnica encontram-se envoltos em uma atmosfera de grande complexidade e contingência, ensejando uma ruptura paradigmática com as matrizes epistemológicas instrumentais da sociedade moderna, a fim de tornarem viáveis as perspectivas democráticas, consoante aos próprios ideais modernos, tais como liberdade e igualdade.

Esses ideais que sustentavam as razões da esfera pública no século XVIII irão aparecer na teoria da ação comunicativa como validade e legitimidade dos procedimentos democráticos. A teoria da ação comunicativa será o pano de fundo da teoria habermasiana, na qual ele realiza uma profunda análise sobre a teoria da ação e seu fundamento racional, tentando desenvolver uma concepção de racionalidade capaz de emancipar-se dos pressupostos individualistas e estatais.

A moderna democracia constitucional traz consigo valores importantes que se fundaram em dois princípios políticos: liberdade e igualdade. Assim, o procedimento democrático deliberativo tornou-se fundamental em seu aspecto jurídico, pois as regras do jogo democrático são as que podem assegurar o consenso discursivo. Todos devem ter as mesmas liberdades e igualdades de condições capazes de garantir os meios democráticos.

O Estado Democrático de Direito, todavia, deriva da tensão entre validade e faticidade do direito. Faticidade refere-se ao caráter contingente e histórico do direito que o liga, indissolavelmente, ao fato de ser um sistema de ação que recorre inclusive à força para sua concretização e, assim, à política.

A validade, por sua vez, está ligada à racionalidade, ou seja, às normas de um determinado sistema jurídico calcado em argumentos e razões aceitos como razoáveis pela comunidade a que se destina.

Para que o direito mantenha uma legitimidade nessa concepção, é necessário que os cidadãos utilizem suas liberdades comunicativas e que tenham interesse em participar ativamente das questões políticas, não apenas como liberdades subjetivas/negativas de ação para a defesa de interesses próprios, mas também como liberdades comunicativas para fins do uso da razão.

[...] a razão comunicativa remete, não para o nível do agente social individual nem para o plano do ator social coletivo, mas para o domínio da linguagem corrente quotidiana que estrutura as formas de vida social e possibilita a interação simbólica entre os diversos atores sociais. Neste sentido, a razão comunicativa, ao contrário da razão prática kantiana, não constitui uma fonte de prescrições normativas. O conteúdo normativo da

razão comunicativa consiste no fato de os indivíduos terem de se comprometer com um conjunto de pressupostos pragmáticos e formais, de forma a garantir o sucesso de uma interação lingüística orientada para um acordo ideal (SILVA, 2001, p. 130).

Um indivíduo socializado pode distinguir se um ato é ou não vinculado a uma regra, portanto, há um conteúdo racional de uma moral baseada no respeito mútuo e na responsabilidade solidária que cada indivíduo tem um pelo outro, tendo como objetivo a inclusão de todos na comunidade, o que se dá por intermédio da comunicação (HABERMAS, 2002).

Tal entendimento se dá diante do fato de que:

O direito não é um sistema fechado narcisisticamente em si mesmo, uma vez que se alimenta de “eticidade democrática” dos cidadãos e da cultura política liberal. Isso se torna claro, a partir do momento em que tentamos explicar de que modo o direito legítimo pode surgir da pura e simples legalidade. (...) Para que o direito mantenha sua legitimidade, é necessário que os cidadãos troquem seu papel de sujeitos privados do direito e assumam a perspectiva de participantes em processos de entendimento que versam sobre as regras de sua convivência. Nesta medida, o Estado democrático de direito depende de motivos de uma população acostumada à liberdade, os quais não são atingidos pelas intromissões do direito e da administração. Isso explica por que, no paradigma procedimentalista do direito, as estruturas de uma sociedade civil viva e de uma esfera pública política não contaminada pelo poder têm que carregar uma boa parte das expectativas normativas, principalmente o fardo da gênese democrática do direito, que se pretende normativa (HABERMAS, 2002, p.323).

Embora a democracia deliberativa se apresente, em parte, como um “método” de tomada de decisão, não se trata de uma teoria exclusivamente procedimental e imutável, ao contrário, o pensamento de Habermas pretende constituir uma nova gramática democrática, por isso preocupa-se em demonstrar que a compreensão exclusivamente instrumental ou estratégica da racionalidade é inadequada. Diante disso, seu trabalho envolve uma pluralidade de questões que ele desenvolve em meio à crítica ao positivismo, sem esquecer as qualidades formais do direito moderno.

Em ordens jurídicas modernas cabe aos cidadãos do Estado decidir livremente sobre como fazer uso de seus direitos de comunicação e participação. Pode-se sugerir aos cidadãos que se orientem segundo o bem comum, mas não se pode transformar tal orientação em obrigação jurídica. Não obstante, ela é necessária em certo grau, já que a atividade legislativa democrática só pode legitimar-se a partir do processo de acordo mútuo ocorrido entre os cidadãos do Estado quanto às regras do convívio entre eles. O paradoxo do surgimento da legitimidade a partir da legalidade, portanto, só se dissipa quando a cultura política dos cidadãos os predispõe a não insistir em assumir uma postura de integrantes do mercado interessados em si mesmos e voltados ao sucesso, mas sim a também fazer uso de suas liberdades que se volta ao acordo mútuo, no sentido Kantiano de um uso público da razão. (HABERMAS, 2002, p.302)

As leis no Estado de Direito não resguardam interesses setoriais, mas coletivos, bem como a sociedade moderna não se autopostula como um poder – o da burguesia –, mas se opõe ao monárquico/clerical como representação dos interesses de todos os cidadãos, o que cria condições para a participação dos cidadãos na esfera pública, ensejando um campo de permanente tensão entre Estado e Sociedade Civil.

Em sua teoria dos interesses constitutivos do conhecimento, Habermas colocou a ciência diante de certos interesses da espécie humana, referindo que os interesses são constituídos com certa intersubjetividade, a qual é obtida pelos seres humanos por meio da comunicação, capaz de manter o homem como um ser cultural, posto que seja a capacidade comunicativa dos seres humanos que os diferencia dos outros animais (HABERMAS, 1998).

A política deliberativa, portanto, não se nos apresenta de forma conceitual como conceito mesmo<sup>13</sup>. Há uma ideia de que a democracia está permanentemente ameaçada e de que a legitimidade é um direito a ser constantemente conquistado. Parte-se do pressuposto de uma ideia positiva do exercício da liberdade. Existe aqui uma aproximação com a teoria da democracia de Lefort, qual seja, de que existe uma permanente construção democrática a ser conquistada e construída sempre.

---

<sup>13</sup> [...] o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático. E esse modo de interpretar a democracia tem conseqüências para o conceito de uma sociedade centrada no Estado, do qual precedem os modelos de democracia tradicionais. No entanto, há diferenças, não somente em relação à concepção do Estado tido como protetor de uma sociedade econômica, como também em relação ao conceito republicano de uma comunidade ética institucionalizada na forma de Estado. Na perspectiva liberal, o processo democrático se realiza exclusivamente na forma de compromissos e interesses. E as regras de formação do compromisso, que devem assegurar a equidade dos resultados, e que passam pelo direito igual e geral do voto, pela composição representativa das corporações parlamentares, pelo modo de decisão, pela ordem dos negócios, etc., são fundamentadas, em última instância, nos direitos fundamentais liberais. Ao passo que a interpretação republicana vê a formação democrática da vontade realizando-se na forma de um auto-entendimento ético-político, onde o conteúdo da deliberação deve ter o respaldo de um consenso entre os sujeitos privados, e ser exercitado pelas vias culturais; essa pré-compreensão socialmente integradora pode renovar-se através da recordação ritualizada do ato de fundação da república. Ora, a teoria do discurso assimila elementos de ambos os lados, integrando-os no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão. Esse processo democrático estabelece um nexos interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discursos da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais e equitativos. Nessa linha, a razão prática passa dos direitos humanos universais ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade para as regras do discurso e das formas de argumentação, que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir orientado pelo entendimento e, em última instância, da estrutura da comunicação lingüística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa (HABERMAS, 1997, p. 18)

Os procedimentos da democracia dialógica utilizados na tomada de decisão devem garantir a legitimidade do consenso ou da decisão da maioria. Os procedimentos democráticos deliberativos devem respeitar alguns princípios, quais sejam: a) a democracia é entendida como um modo de organização do poder político; b) as pessoas que irão ser submetidas às decisões devem participar do processo deliberativo de tomada de decisão e c) o processo de deliberação é livre e se dá entre indivíduos considerados política e moralmente como iguais (HABERMAS, 1997).

Nesse contexto, todos devem ter as mesmas chances de iniciar atos e falas; todos devem ter os mesmos direitos de questionar os pontos estabelecidos para serem discutidos; todos devem ter os mesmos direitos para iniciar argumentos reflexivos sobre as próprias regras do procedimento discursivo e sobre o modo que estão sendo conduzidas.

A decisão, bem como o reflexo dessa, recai sobre os cidadãos que compõem a sociedade e que tomam tais decisões, o que justifica a escolha.

No que diz respeito ao resultado da decisão proveniente do consenso discursivo, a falta de engajamento com a decisão em si é o que diferencia o pensamento democrático/jurídico de Habermas e Rawls.

Para Rawls, deve haver uma preocupação com o resultado do discurso, ao passo que, em Habermas, os procedimentos deverão assegurar a legitimidade democrática dos meios, sem restrição aos resultados a serem obtidos.

A argumentação é o ideal da democracia deliberativa. Conectada à razão, visa à transformação da simples agregação de interesses individuais na obtenção de resultados coletivos.

A diferença da política deliberativa/dialógica para os modelos clássicos do liberalismo, cujos pressupostos circundam em interesses individualistas e capitalistas, é o que caracteriza o eixo da discussão.

No modelo deliberativo/dialógico, a política é concebida como formação da vontade política dos cidadãos, cuja função é utilizar o aparato estatal para fins coletivos, estabelecendo-se a vontade política horizontal, ou seja, sem hierarquias entre os cidadãos, voltada ao entendimento mútuo ou ao consenso almejado pela via comunicativa.

A democracia dialógica se vincula à esfera estatal por meio da legitimidade inerente do próprio Estado de direito.

Os princípios do Estado de direito [...] se juntam numa arquitetura construída sobre a seguinte idéia: a organização do Estado de direito deve servir, em última instância, a auto-organização política autônoma de uma comunidade, a qual se constituiu, com o auxílio do sistema de direitos, como uma associação de membros livres e iguais do direito. As instituições do Estado de direito devem garantir um exercício efetivo da autonomia política de cidadãos socialmente autônomos para que o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa surgir, encontrar expressão em programas legais, circular em toda a sociedade através da aplicação racional, da implementação administrativa de programas legais e desenvolver sua força de integração social – através da estabilização de expectativas e da realização de fins coletivos (HABERMAS, 1997, p. 220).

A democracia dialógica, a partir da teoria comunicativa e da reestruturação da esfera pública, estrutura-se na crítica de que o processo político tradicional não desempenha uma função mediadora entre sociedade e Estado.

O poder estatal democrático não é em hipótese alguma uma força originária. A força origina-se do poder gerado comunicativamente em meio à práxis de autodeterminação dos cidadãos do Estado e legitima-se pelo fato de defender essa mesma práxis através da institucionalização da liberdade pública (HABERMAS, 2002).

No livro *A inclusão do outro*, a democracia dialógica se reforça na solidariedade política em relação ao direito na medida em que o Estado de Direito se estabelece no reconhecimento de novos direitos e no direito de todos de comporem o processo democrático. Inclusão significa que as fronteiras da comunidade estão abertas para todos e, justamente para aqueles que são estranhos um ao outro e que querem continuar sendo estranhos (HABERMAS, 2002).

O papel de uma esfera pública influente na concepção democrática dialógica proporciona a força da solidariedade que contrabalançaria a “carência de integração e coordenação” das sociedades modernas proporcionadas pelo poder econômico (HABERMAS, 1984). O que se torna realmente importante na democracia dialógica é a discussão em si, assegurada pelos meios legais da sua validade.

No livro *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, o entrelaçamento entre as possibilidades constitucionais de validade e normatividade (democracia procedural) e os indícios empíricos dos fluxos comunicativos na esfera pública estabelecem a legitimidade do diálogo e da deliberação.

Ao Estado cabe assegurar as condições normativas que, segundo Habermas, podem ser postuladas da seguinte forma: a) a democracia dialógica em si, ou seja, o intercâmbio e os argumentos entre as partes em discussão; b) a inclusão de todos ou a não exclusão do processo deliberativo; c) a liberdade de falas e de expressão e a garantia de inexistência de qualquer coerção externa e d) a garantia de não haver

coerção interna que possa comprometer a igualdade argumentativa dos participantes.

Além da dimensão formal da deliberação dialógica, existe a dimensão informal do debate. É nessa informalidade desregulada que também vai se dar o ciclo de debates, identificando problemas relevantes e servindo de veículo para a opinião pública.

A teoria de Habermas apresenta um caráter prescritivo/normativo de democracia no que diz respeito à observação das regras em estabelecer o acesso aos palcos dialógicos, mensurando o grau democrático de determinado debate.

A concepção de deliberação em Habermas se estabelece de uma forma dual, ou seja, relaciona-se com a vontade institucionalizada no “complexo parlamentar” e com os fluxos comunicativos gerados espontaneamente na formação das arenas públicas (HABERMAS, 1984).

A democracia deliberativa tem como elemento regulador a prática discursiva dialógica, transcendendo os jogos de linguagem contingentes e as formas de vida particulares em que foram socializados (SILVA, 2001). O procedimento torna-se importante como elemento regulador dos direitos individuais e coletivos, no momento em que o processo democrático assume compromissos em um contexto cultural capaz de garantir certa comunhão de valores.

A razão comunicativa remete,

[...] não para o nível do agente social individual nem para o plano do ator coletivo, mas para o domínio da linguagem corrente cotidiana que estrutura as formas de vida social e possibilita a interação simbólica entre os diversos atores sociais (SILVA, 2001, p. 130).

Nessa esteira, a razão comunicativa não se constitui como uma forma normativa, mas como pressupostos pragmáticos de garantia da possibilidade dialógica de liberdades discursivas.

Outra questão importante surge no âmbito da problemática/dicotomia entre o Estado e a sociedade civil, a qual se dá sob o olhar de duas diferentes concepções, ou seja, entre a concepção liberal e republicana do Estado.

A concepção liberal possui uma relação normativa *fraca*, pois remete ao entendimento político centrado no Estado, mas, em contrapartida,

a concepção republicana possui uma dimensão normativa muito mais evidente, uma vez que, interpretando a sociedade enquanto uma entidade originalmente prática, a democracia diz respeito à auto-organização política da sociedade (SILVA, 2001, p.130).

Nesse aspecto, a política deliberativa irá depender de posições cívico-republicanas:

[...] a teoria de Habermas pressupõe uma rede de processos comunicativos, tanto dentro como fora do complexo parlamentar e dos seus corpos deliberativos, que sustenta a existência de palcos dialogicamente discursivos em que ocorre a formação da vontade e da opinião democráticas. (...) o fluxo de comunicação que evolui desde o plano para a formação da opinião pública, através de discussões racionais orientadas para o entendimento mútuo, passando pelas eleições democráticas, reguladas por procedimentos que garantem a sua validade e legitimidade democráticas, até ao nível das decisões políticas em forma de lei, assegura que a “influência” (PARSONS) e o poder comunicativo sejam convertidos em poder administrativo, através, justamente do direito (SILVA, 2001, p. 130).

Ao contrário das posições cívico-republicanas, no entanto, a teoria dialógica da democracia deliberativa não está atrelada a um corpo de cidadãos atuantes, mas às condições comunicativas das opiniões públicas informais – comunicação linguística em que se originam e se legitimam as práticas democráticas – que irão desembocar nos processos de deliberação institucional.

### **3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL**

Dentre os principais objetivos deste capítulo, está a análise do processo de transição democrática no Brasil a partir dos movimentos sociais que se estabeleceram nos anos 1970 e 1980 por meio dos movimentos urbanos e rurais.

Os influxos da participação popular dos movimentos sociais culminaram na abertura democrática pelo fato desses movimentos propugnarem espaços democráticos, por se integrarem a outros movimentos, por resistirem à pressão da ditadura e, fundamentalmente, pela conquista das garantias fundamentais de direitos sociais, civis, políticos e democráticos consolidados na Constituição Federal de 1988.

Objetiva-se, ainda, descrever o processo histórico da consolidação da Constituição Federal de 1988, a qual representa o marco político da democracia no Brasil, posteriormente aos longos anos de ditadura militar, bem como apontar os principais mecanismos jurídicos que tornam possíveis, no texto constitucional, a participação popular na esfera pública.

Tenciona-se conceituar os novos movimentos sociais, diante das diferenças temporais entre a consolidação desses movimentos na Europa e no Brasil, na medida em que os chamados novos movimentos sociais ocorreram na Europa nos anos em que as lutas sociais no Brasil tinham como prerrogativas a consolidação de direitos sociais, políticos e democráticos.

No entanto, as características dos novos movimentos sociais, ocorridas na Europa nos anos 1970, influenciaram os movimentos no Brasil a partir dos anos 1990, posteriormente à consolidação da democracia e da Constituição cidadã, contribuindo ao avanço das formas democráticas deliberativas, conforme será abordado no capítulo seguinte.

A diversidade dos movimentos sociais, bem como sua captação pelas Ciências Sociais, requer a observação de algumas peculiaridades. Segundo Scherer-Warren, a observação da trajetória dos movimentos sociais na América Latina está vinculada a dois fatores principais: o primeiro, diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e culturais (SCHERER-WARREN, 1993); o segundo fator vincula-se à articulação do pensamento latino-americano com o pensamento

internacional. Nesse caso, se estabelecem: a influência internacional nas práticas políticas da América Latina; a produção do pensamento estrangeiro sobre as práticas latino-americanas; a produção teórica dos cientistas sociais latino-americanos, consoante as observações internas e externas, trazendo suas contribuições específicas ao processo de conhecimento (SCHERER-WARREN, 1993).

Diante disso, o capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, analisam-se os aportes históricos e políticos dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 no Brasil; no segundo, é traçado um relato histórico do processo constituinte, influenciado por tais movimentos, bem como os avanços formais do texto Constitucional; no terceiro, observam-se as questões teóricas que se consolidaram no cenário europeu sobre os novos movimentos sociais durante os anos 1970, na esteira de alguns autores (Evers, Touraine, Melucci) sobre a pluralidade de sujeitos portadores de múltiplas identidades.

Além disso, os atores políticos desse período contribuíram para a formação de identidades socioculturais, bem como para a conquista da cidadania e direitos de terceira e quarta geração. A consolidação dos direitos na Europa, já durante os anos 1970, tem influenciado as práticas democráticas no Brasil desde o período posterior à Constituição Federal de 1988.

Por oportuno esclarecer aqui a utilização especial do livro de Ana Maria Doimo, *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, na medida em que essa obra integra um conjunto de especificidades dos movimentos sociais, desde o seu surgimento no período autoritário, bem como a mobilização dos movimentos em torno das demandas materiais e as formas de ação produzidas pelos movimentos. Avritzer observa que esse livro de Ana Doimo propõe uma interpretação dos movimentos sociais

a partir de um duplo marco: uma análise interna dos paradigmas acerca dos movimentos sociais e uma proposta de análise dos movimentos populares no Brasil a partir de uma interpretação das suas trajetórias societária e política (AVRITZER, 2004, p. 705).

Além disso, essa obra analisa as formas de reivindicação dos movimentos sociais não somente em relação às políticas públicas do Estado, mas à autonomia e à abertura de espaços democráticos em relação a ele.

### 3.1 Os movimentos sociais no Brasil de 1970 e 1980

Os movimentos sociais no Brasil, urbanos e rurais, populares e sindicais dos anos 1970 e 1980, consolidaram-se quando da luta popular pela democracia no país, não somente no campo formal, mas também em vista da maior participação democrática no período posterior à efetivação da Constituição Federal, como será abordado no capítulo seguinte.

O Brasil havia tido até então uma curta história de participação democrática. O período que antecedeu ao regime militar foi marcado pela democracia representativa, com características de manipulação popular pelo Estado. A vigência de direitos políticos se estabelecera de forma descontínua, representando um processo de avanços e refluxos políticos, ao invés de uma linha evolutiva contínua e em ascendência da democracia.

A influência de diversos intelectuais dos anos 1970, no que diz respeito à valorização da cultura e do protagonismo popular, ganhou projeção nos meios acadêmicos e populares na mesma época, principalmente diante da crítica ao chamado *populismo*<sup>14</sup> o qual correspondeu aos modos de manipulação de massas, como também deixou manifesta a insatisfação popular diante da ausência de políticas sociais.

Os movimentos sociais populares abriram espaço político e reivindicatório para a participação popular na esfera pública. A presença de muitos intelectuais, assim como a influência da Igreja Católica em tal contexto político, legitimou os movimentos populares, pondo em evidência *novos sujeitos* políticos.

Dentre as influências intelectuais paradigmáticas no âmbito teórico internacional, estava Gramsci, influenciando diversos autores brasileiros, tais como Paulo Freire, Eder Sader, dentre outros. Freire, em seu texto *A Pedagogia do Oprimido*, apresentou a necessidade de rompimento com o populismo, no sentido de

---

<sup>14</sup> Entende-se aqui por populismo a situação política experimentada na América Latina entre as décadas de 1930 e 1960, que teve como grande contexto propulsor a crise de 1929. Nessa época, várias das nações latinas eram vistas como portadoras de uma economia periférica. A política populista foi marcada pela ascensão de líderes carismáticos que buscaram sustentar sua atuação no interior do Estado através do amplo apoio das maiorias. Muitas vezes, abandonaram o uso de intermediários ideológicos ou partidários para buscar na “defesa dos interesses nacionais” uma alternativa às tendências políticas de sua época, sejam elas tradicionalistas, oligárquicas, liberais ou socialistas.

demonstrar que a articulação autônoma das classes populares levaria à sua ativa participação na política.

Sader, grande conhecido ativista de esquerda, deflagrou um movimento político para a discussão das “onze teses sobre autonomia” após ter interagido durante o exílio, com as ideias de Cornelius Castoriadis (1985), Felix Guattari (1986) dentre outros neomarxistas (DOIMO, 1995, p.79).

A Igreja Católica, em especial no Brasil, teve grande importância nas organizações populares durante os anos 1970 e 1980. As ações político-sociais da Igreja, que se efetivaram pela Teologia da Libertação, possibilitaram o surgimento de pastorais, dentre outras iniciativas católicas que auxiliaram os movimentos por meio da educação para o desenvolvimento participativo e autônomo. Alguns teólogos, como Leonardo Boff e Frei Betto, tornaram-se conhecidos em todo o país pela sua atuação na construção da “Igreja popular”.

Dom Mauro Morelli proclamava, em 1976, que “nós devemos ser sujeitos da nossa própria história” enquanto teólogos progressistas entendiam também em meados da década de 1970, a presença do povo organizado como um “novo sujeito histórico” (DOIMO, 1995).

A Igreja popular se caracterizou pela educação popular, constituindo algumas organizações como Cáritas, Comissão de Justiça e Paz e Comissão Pastoral da Terra, que foram se tornando “independentes” e influenciaram muitos movimentos sociais a também se tornarem autônomos e independentes.

[...] a Igreja Católica finalmente descobre, ao abrir-se para a diversidade do mundo a partir do Concílio Vaticano II, que “o *ad extra* dá sentido e fortalece o *ad intra*”, ou seja, que as múltiplas tarefas junto ao mundo moderno não cabem em um formato institucional único nem em uma metodologia de ação comum. Daí que, se as ONGs emergem dentro do espírito separatista e disperso do protestantismo, expressando novas formas de cooperação no mundo eclesial e ecumênico, não parecem ser nada desinteressantes ao espírito unitário da Igreja Católica (DOIMO, 1995, p. 84).

A Igreja Católica estabeleceu um espaço institucional significativo nos anos 1970, visto que no período não havia outros espaços que tornassem possíveis a organização e o fortalecimento dos movimentos sociais, em virtude da repressão militar. Paulatinamente, os movimentos foram partindo para organizações autônomas e independentes na medida em os espaços democráticos foram sendo conquistados no Brasil.

A partir daí, surgiram os Clubes de Mães, o Movimento do Custo de Vida, Movimento da Saúde, de solidariedade ao povo latino-americano, movimentos

estudantis, Movimentos de Habitação, dentre inúmeros outros que se tornaram independentes da própria Igreja, mas que tiveram início na sua forma de organização o auxílio da Igreja popular.

Nesse contexto, a ideia do “povo como sujeito da sua própria história” começava a ganhar força e as organizações populares com expressividade no campo sociopolítico. Surgiram diversos atores políticos preocupados com medicina popular, desemprego, questões econômicas, família, religião, etc., como também diversas obras de teóricos brasileiros que se ocuparam em observar o fenômeno do surgimento de “novos sujeitos” que se organizavam em lutas para além dos conflitos de classe. Dentre os autores, estão Ruth Cardoso, Eder Sader, Otávio Ianni, dentre outros.

Tais autores observam o fenômeno do crescimento urbano-industrial que se estabelecia em grandes centros urbanos e cujos problemas decorriam dessa própria urbanização, diferentemente das comunidades rurais.

Os movimentos sociais dos anos 1970 foram marcados também pela produção acadêmica a respeito. Diversos trabalhos de sociologia e de antropologia observaram o fenômeno urbano-industrial.

Enquanto se correlacionava o desenvolvimento da sociedade brasileira à instauração de uma moderna cultura urbana contra as características da arcaica comunidade rural, as interpretações marxistas foram em busca das macrodeterminações econômicas do fenômeno urbano-industrial, concluindo que os problemas urbanos não são meramente derivados da inadequação a modernos padrões de convivência social e sim, expressão das contradições urbanas, eleitas, então como o mais cadente *locus* da luta política entre as classes sociais. Um novo tipo de conflito, diga-se, em que o Estado, “capturado” pelos interesses do capital, ou da burguesia “internacional-associada”, e refratário à produção ampliada da força de trabalho, via-se permitido pela pressão de “classes populares”, predispostas a um conflito de ordem estrutural, capaz de transformar a própria lógica do sistema (DOIMO, 1995, p.92).

Doimo constitui três matrizes teóricas importantes que se estabeleceram no âmbito acadêmico na análise dos movimentos sociais dos anos 1970, na medida em que nesse período houve uma modificação substantiva no que diz respeito à discussão sobre democracia e pluripartidarismo no Brasil.

A primeira matriz, denominada de estrutural-autonomista pela autora, firma-se em dois postulados básicos: no potencial das contradições urbanas em acionar o conflito primordial da sociedade capitalista, “na medida em que são determinadas pelo caráter “classista” do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia da força de trabalho” (DOIMO, 1995, p. 47); no surgimento de

novos sujeitos coletivos contra a opressão do Estado autoritário, bem como na capacidade ativa desses sujeitos em se organizar e “protagonizarem a possibilidade de transformação das relações capitalistas de produção” (DOIMO, 1995, p.47).

Essa matriz teórica desenvolveu-se com tanta força que a própria idéia de movimentos sociais tornou-se corriqueiramente sinônimo de movimentos urbanos. Sua força, porém, não foi maior do que a dos ventos culturalistas soprados pela crise interna do próprio marxismo. Ventos que, após terem varrido o pensamento europeu, não tardaram a chegar trazendo a revalorização da cultura como campo significativo dos movimentos sociais, bem como a noção thompsoniana de “experiência” nascida da crítica metodológica ao marxismo reducionista e economicista (DOIMO, 1995, p. 47).

A segunda matriz teórica, de inflexão cultural-autonomista e situada no âmbito crítico da matriz estrutural-autonomista, acima referida, considera e acentua a possibilidade múltipla de significados da experiência cultural. Essa matriz se estabelece na crítica ao aporte reducionista que a matriz estrutural-autonomista apresentava, ou seja, na recusa de que exista apenas “um sujeito” ou “uma identidade” no movimento social.

Nesse aspecto, essa matriz compreende que os movimentos foram saudados em sua espontaneidade como

“novos sujeitos políticos”, portadores de uma “nova identidade sociocultural”, com contornos de projeto político voltado para a “transformação social” e a “radical renovação” da vida política. [...] Extraordinariamente acalantadas e celebradas no final da década de 70, tais idéias ganharam contemporaneidade na visível pulverização de práticas reivindicativas pelas periferias dos grandes e médios centros urbanos do país, curiosamente portando o mesmo teor discursivo. Tal foi o brado popular neste período, clamando por autonomia e por direitos, que se acreditou na possibilidade de uma “grande virada”. No entanto, em vez de transformações abruptas e profundas conduzidas por essas forças, deu-se, na passagem da década, uma transição conservadora rumo à democratização, através de um pacto entre as elites políticas, em condições fortemente favoráveis à continuidade de mecanismos e de orientações da velha ordem (DOIMO, 1995, p. 48).

A crítica a essa matriz se dá na forma com que ela se estabeleceu tão-somente na espontaneidade dos sujeitos dos movimentos, deixando, pois, de dar o real peso às instituições.

Assim, uma terceira matriz ganha peso teórico, justamente pelo fato de que as matrizes anteriores ou se estabeleceram na unidade entre movimento operário e Estado, ou na total autonomia e experiência dos sujeitos, deixando de fora o significado do Estado e de outras instituições na transformação da política, bem como na ampliação das funções do Estado sobre a sociedade civil.

Contrariando as premissas anteriores, ganha terreno a terceira matriz interpretativa, comumente reconhecida como “enfoque institucional”. Santos (1981) talvez tenha sido o pioneiro no Brasil a mostrar, através de minucioso estudo de três movimentos urbanos no Rio de Janeiro, que tais ações não eram tão anti-Estado ou contra-o-Estado como supunha a matriz estrutural-autonomista. O que havia, na verdade, era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde o estado podia ser “amigo” ou “inimigo”, dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido (DOIMO, 1995, p. 49).

Nesse aspecto, surgem os debates e questionamentos em torno do binômio *autonomia x institucionalização*, cuja teoria desenvolve a reflexão dessas novas formas de participação social e tensão entre movimentos sociais e Estado, no que diz respeito à participação dos sujeitos na consolidação de políticas públicas. Essa matriz teórica estabelece que a intermediação das instituições é importante à formação política dos movimentos sociais.

A intervenção da Igreja Católica na organização e educação no interior dos movimentos sociais se estabelecia em defesa da autonomia dos sujeitos na sociedade civil. A intenção era a organização autônoma da sociedade civil contra o “avassalador crescimento do Estado” (DOIMO, p. 1995). “Para tanto, previa-se o recrutamento da ‘ajuda’ para o ‘desenvolvimento participativo’ e ‘autodeterminado’ com vistas à promoção da educação integral” (DOIMO, 1995, p. 81).

Scherer-Warren destaca elementos básicos no discurso dos movimentos sociais que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva (SCHERER-WARREN, 1987).

A partir de meados dos anos 1970 no Brasil, muitas organizações populares urbanas passaram a valorizar o cotidiano, a livre organização, as liberdades associativas, rejeitando, muitas vezes, a racionalidade organizativa, em especial dos partidos políticos.

O Movimento do Custo de Vida (MCV), por exemplo, iniciado em São Paulo em 1974 a partir de “bate papos nas feiras livres”, “conversas na vizinhança” e “reuniões de casa-em-casa”, pretendia atingir milhões de pessoas por meio desses procedimentos informais. Em Goiás, os participantes deste mesmo movimento regozijavam-se por terem conseguido 20 mil assinaturas só à base de “visitas e bate-papos”, sem necessidade de campanhas abertas ou mutirões. No Rio de Janeiro, no início de 1979, usuários de transporte coletivo decidiram organizar-se, elegendo “representantes de rua”. Em 1983, enquanto um próspero Movimento de Luta Contra o Desemprego (MCD) em São Paulo acreditava que “são as pequenas ações que ajudam na organização e ampliam a participação”, um centro de formação – o 13 de maio – a ele referia-se lançando um livrinho

que destacava a importância da “discussão em grupos” e, no ABC paulista, um panfleto dava pelo menos cinco razões para se ir a uma assembleia de desempregados (DOIMO, 1995, p. 88).

As assembleias, a expressividade dos movimentos de organizações populares e a intensa mobilização sindical passaram a ser instrumentos de movimentação da sociedade civil no que diz respeito à conquista de espaços democráticos, bem como à consolidação de direitos.

Ao longo da década de 1970, surgiram 130 novos sindicatos só no Rio Grande do Sul (PETERSEN, PEDROSO, 2007, p. 211). Os sindicatos, ao promoverem os debates públicos nas assembleias, fomentavam também as greves como forma de reivindicar direitos sociais e econômicos (ajustes salariais). No Rio Grande do Sul, em 1979, houve 29 greves, nas quais participaram trabalhadores de diversas categorias profissionais (PETERSEN, PEDROSO, 2007). Nessas greves, os trabalhadores enfrentaram o aparato repressivo como demissões e a prisão de alguns líderes sindicais. Um exemplo concreto dessa situação foi o caso da greve estadual dos bancários, em 1979, que foi declarada ilegal. Àquela situação, o Ministério do Trabalho suspendeu o mandato dos dirigentes, determinou abertura de inquérito sumário e a prisão de alguns sindicalistas (PETERSEN, PEDROSO, 2007, p. 210).

As reivindicações mais frequentes das greves eram salariais e acerca de direitos sociais, tais como: pagamento de atrasados, reajustes salariais, elevação do piso salarial, equiparação de salários com outras classes trabalhadoras, melhores condições de trabalho, plano de carreira, direito de sindicalização dentre outros (PETERSEN, PEDROSO, 2007).

Os movimentos no campo, embora tenham iniciado no final dos anos 1950, tiveram maior expressividade nos anos 1970, na medida em que foi nesse período que esses movimentos adquiriram um caráter movimentalista com características semelhantes aos movimentos urbanos (HARRES, 2007) no que tange à luta por direitos sociais.

Segundo Martins (1984), três frentes de lutas sociais no campo caracterizaram o período. Dentre elas: os assalariados, que a partir da abertura política iniciaram lutas por direitos sociais mediadas por sindicatos; os posseiros, que lutavam pela posse legítima da terra em oposição aos proprietários; os sem-terra, que se dividiram em determinados grupos tais como: os oriundos das áreas

ocupadas para a construção de barragens, principalmente na região nordeste do Brasil; e os lavradores sem terra própria para trabalhar, também conhecidos como meeiros, que davam a metade da produção ao proprietário da terra, os seringueiros, posseiros, rendeiros, agregados, dentre outros.

Os movimentos sociais rurais, em especial o Movimento Sem Terra (MST), foram marcados pela luta de direitos sociais e se estabeleceram, segundo Gohn (1997) em três momentos: de 1979 a 1985, quando seu discurso articulava a luta pela terra com a luta pela reforma agrária; de 1985 a 1988, quando os movimentos adquiriram caráter nacional, organizando-se em Estados onde havia luta pela terra; de 1988 a 1996, quando o lema básico passou a ser “ocupar, resistir e produzir”.

O MST se caracterizou por sua capacidade organizativa, demonstrando grande empenho em relação às questões educacionais e produtivas. Gohn (1997) destaca que as formulações educacionais são precisas. A escola de um assentamento, para o MST, deve preparar as crianças para o trabalho rural; deve capacitar para a cooperação; deve refletir as experiências de trabalho produtivo; o professor deve ser um militante; a escola deve valorizar e acompanhar o desenvolvimento individual do aluno; deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular; é lugar de vivência e reflexão sobre a ética. No documento “Como Organizar a Massa”, a coordenação do MST orienta a maneira como se encaminha uma proposta, como se constrói um movimento de massas, o trabalho de grupo, a mística, a agitação e a propaganda (GOHN, 1997).

Ainda que os movimentos rurais durante os anos 1970 não tivessem a evidência midiática dos movimentos urbanos, Scherer-Warren (1993) aponta que formas inovadoras, influenciadas pelas bases políticas dos movimentos urbanos, abriram um novo horizonte no que diz respeito à prática e à teorização sobre as ações coletivas no campo.

A fim de exemplificar a força do Movimento Sem Terra durante os anos 1970, bem como a influência da Igreja no movimento, podemos citar o caso do Rio Grande do Sul, quando, em 1979, 110 famílias conseguiram ocupar parte da fazenda Sarandi, o que obrigou o governo a regularizar assentamentos de terras na área (HARRES, 2007). Meses depois, mais de 170 famílias ocuparam a outra parte da

mesma fazenda, fazendo com que a apropriação vitoriosa servisse de mobilização no movimento agrário sulino (HARRES, 2007)<sup>15</sup>.

Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma intensa modernização na agricultura brasileira, desde a modernização tecnológica, com a implementação de maquinários modernos, até a introdução de sementes selecionadas para aumentar a produtividade. Esse “salto” na produtividade agrícola brasileira foi apropriado pelos grandes produtores rurais e pelos interesses de multinacionais do setor. Os trabalhadores sem propriedade e sem terra se viram marginalizados, caracterizando uma “população sobrando” (SOUZA, 2008 p. 48).

Os movimentos sociais rurais são marcados por diversas lutas sociais. No entanto, o diálogo intelectual entre os movimentos urbanos e rurais não eram comumente estabelecidos<sup>16</sup>, embora tais movimentos tenham integrado a mesma linguagem política de reivindicações sociais.

No final dos anos 1980, os movimentos sociais se consolidaram em todo o país, nos mais diversos segmentos, urbanos e rurais. A mesma linguagem, os mesmos códigos ético-políticos (DOIMO, 1995) se estabeleceram no âmbito dos movimentos, dando maior expressividade política às reivindicações. Durante esse período, os movimentos se consolidaram e se organizaram na luta continuada pelos interesses sociais e pela disposição à participação efetiva na vida política.

[...] o sentido do povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não deixa se cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e

---

<sup>15</sup> O acampamento chegou a reunir perto de seiscentas famílias de agricultores sem-terra que lutaram durante quase três anos pelo direito de receber terras [...]. O apoio da sociedade civil foi fundamental à manutenção do acampamento, que enfrentou inclusive um cerco militar ordenado pelo governo federal. A experiência de organização, o aprendizado para negociar com o governo, o enfrentamento das pressões e o encontro com a solidariedade foram lições importantes, matriz para a criação de outro movimento social capaz de novamente empunhar a bandeira da reforma agrária. O envolvimento da Igreja Católica por meio do trabalho da Comissão Pastoral da Terra foi fundamental à sustentação e organização de agricultores até o assentamento das últimas famílias em 1983 (HARRES, 2007, p. 255).

<sup>16</sup> Segundo Scherer-Warren, “[...] outra característica da produção científica da década de 1980 é a quase absoluta segmentação da base geográfica de referência empírica das pesquisas e das reflexões para a teoria: o urbano e o rural. Raramente se estabelecia um diálogo intelectual entre esses dois universos, mesmo diante do “boom” dos movimentos rurais nesse período (movimento sem terra, movimento de barragens e movimento de mulheres agricultoras). Embora surgindo na interface desses campos e ancorado em uma visão holística da realidade, o movimento ecológico acabou também construindo o seu campo interpretativo especializado, mantendo pouco diálogo com os dois campos acima. Assim sendo, a riqueza das mobilizações sociais dessa década estimulou intensamente a produção acadêmica, mas tendeu a segmentar-se em especializações temáticas, com recortes paradigmáticos próprios”. (Scherer-Warren, 2004, p. 13).

independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (DOIMO, 1995, p. 124).

No âmbito interno dos movimentos sociais surge a lógica democrática e comunicativa, na qual se negavam as hierarquias do Estado, bem como o discurso de que as políticas deveriam ser “de baixo pra cima”. “Agora, em nome da diluição da dicotomia dirigente-dirigido, todos deveriam participar integralmente do processo de tomada de decisão” (DOIMO, 1995, p. 124).

A necessidade da troca de experiências para discutir o rumo das lutas sociais nos movimentos sociais fez surgirem espaços públicos de discussão, nos quais os grupos de diferentes Estados se reuniam, a fim de avaliar a caminhada comum desses movimentos.

Assim, o *palco dialógico* estabelecido pelos movimentos sociais foi constituído por assembleias, isto é, de reuniões amplas com participação das bases. As diversas assembleias que ocorriam em todo o país, nos mais diversos segmentos de movimentos sociais permitiam que os grupos se organizassem, discutissem suas questões, assim como os rumos dos movimentos. Os movimentos sociais, por meio das assembleias decidiam as ações no sentido de pressionar o Estado à consolidação das políticas públicas, tais como greves, caminhadas, ações diversas, a fim de que o Estado garantisse os direitos fundamentais das pessoas e de seus interesses coletivos, como também os novos direitos que surgiam naquele contexto.

As estruturas de organização e ação dos movimentos sociais nos anos 1980, no que diz respeito à educação popular, refletiram-se no seio dos movimentos sociais, tornando fundamental a formação pedagógica dos sujeitos de tais movimentos. A educação popular tornou-se importante no interior dos movimentos, no sentido da formação dos sujeitos à efetiva participação democrática, assim como à formação da cultura democrática no sentido de reivindicação das políticas públicas.

A autonomia dos movimentos sociais estava ligada à autonomia do sujeito, à ideia que o sujeito deve ser reconhecido como cidadão e não subordinado às relações de cuidado, tutela ou caridade. Esse era o principal fundamento da pedagogia popular. A educação popular, por sua vez, passou a acontecer no centro dos movimentos sociais. Doimo observa que:

É surpreendente, por exemplo, o montante de documentos produzidos em torno desse tema entre os anos de 1974 e 1990, a maioria na primeira metade dos anos 80, precisamente quando há o maior crescimento dos movimentos populares e, não por acaso, também os das ONGS: 60% nos anos 80, contra 22% nos anos 70 (DOIMO, 1995, p. 130).

A articulação dos movimentos populares e seus influxos possibilitaram a reabertura democrática no Brasil. A conquista de direitos adveio pela forma que os movimentos criaram espaços para a democracia popular, resistiram à repressão política, conquistaram a anistia, formaram partidos políticos e se tornaram fundamentais na luta pela consolidação de direitos e garantias previstos no texto constitucional de 1988.

Nos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou uma série de prefeituras em todo o país, o que viabilizou a criação dos Conselhos Populares. A ideia predominante do PT à época era “governar com a participação popular”, até porque esse partido surgiu no âmbito das orientações políticas de esquerda da época.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, durante o governo municipal de Olívio Dutra, foi articulado o Orçamento Participativo, que dispunha parte do orçamento da administração pública a ser aplicado nos projetos e áreas de escolha popular, cuja escolha de investimento do orçamento disponível era decidida de forma deliberativa e por votação em reuniões e assembleias.

Os movimentos populares influenciaram o processo constituinte de 1988. Havia movimentos sociais Pró-Participação Popular Constituinte, que passaram a se reunir com a finalidade de participar da elaboração da Constituição Federal.

Ao longo do processo constituinte, a pressão dos movimentos sociais e da Igreja se tornou expressiva, na medida em que queriam garantir a possibilidade regimental de se incorporarem ao projeto constitucional, bem como garantir o sucesso das votações em plenário dos direitos e garantias que deveriam conter na Constituição Cidadã.

Várias cidades, em que o movimento Pró-Participação Constituinte se agrupou formando uma secretaria Pró-Participação Constituinte, contribuiu para a criação da Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares.

Em 1987, o regimento interno da Assembleia Constituinte estabeleceu a possibilidade de apresentação de emendas de iniciativa popular, que assegurava mecanismos de participação direta no processo constituinte. Tal decisão

representou grande vitória dos movimentos sociais pela consolidação de direitos civis e políticos, como também pela consolidação da participação democrática para a efetivação da Constituição Federal, na qual a luta pelos direitos ao longo dos anos se consolidaria na legislação mais importante do país.

### **3.2 O processo constituinte de 1988**

A Constituição Federal de 1988 representou uma virada política do que representaram os vinte anos de ditadura militar no Brasil. A pressão dos movimentos sociais, bem como a importância desses movimentos em propugnar espaços democráticos forçou uma modificação substancial na formalidade da participação democrática no país.

Segundo Doimo, embora os analistas econômicos tenham sacramentado a década de 1980 como a “década perdida”,

pode-se dizer que o saldo positivo deste longo e complexo processo de organização popular foi ampliar as possibilidades de equacionamento político das demandas sociais, diante da disponibilidade de recursos políticos (DOIMO, 1995, p. 219).

No âmbito político estatal, a pressão dos movimentos sociais pelo processo de democratização estabeleceu um refluxo do poder ditatorial vigente desde 1964. As esferas governamentais, diante da força política dos movimentos e das mudanças estruturais na sociedade urbano-industrial, absorviam de forma lenta as reivindicações populares.

No governo Geisel, inicia-se a reação contra a violência física com a qual o Estado brasileiro investiu por anos contra os adversários políticos do governo militar. Ainda que esse mesmo governo tenha utilizado o poder discricionário, estabelecendo o recesso do Congresso Nacional, a cassação de mandatos parlamentares, dentre outras medidas autoritárias, uma Emenda Constitucional de 1978 revogou os Atos Institucionais e complementares, característicos do regime de exceção.

Outro general assumiu o poder em 1979, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Figueiredo entrou para história como o último presidente militar, encerrando o período repressivo conhecido como “anos de chumbo”. No mesmo ano, aprovou a lei de anistia, permitindo a volta dos exilados políticos ao Brasil.

Também em 1979, foi votada a nova lei dos partidos políticos, rompendo com o bipartidarismo e instituindo o pluripartidarismo, o que ensejou a criação de inúmeros partidos, bem como a saída da clandestinidade de tantos outros.

O atentado provocado pelas bases militares do governo em 1981, no Riocentro, entre outros fatos, impulsionou uma série de mobilizações, como o movimento das *Diretas já*. Nesse contexto, a luta pela Assembleia Nacional Constituinte começou a se consolidar, havendo ampla adesão da sociedade civil e da comunidade jurídica do país.

Ao cabo de tantos anos de poder instalado e mantido sem efetiva ratificação popular, afigura-se que o Estado Brasileiro só poderá ganhar legitimidade institucional mediante a convocação do povo para reunir-se, pelos seus representantes, em Assembleia Constituinte. [...] todavia, em uma Constituição votada pela representação do povo está a base máxima da legitimidade, esta não será plena enquanto a escolha do Presidente da República se processar por eleição indireta, meramente homologatória de candidaturas oriundas de imposições militares (FAGUNDES, 1982, p.82).

Em abril de 1984, foi votada a proposta de Emenda Constitucional que restauraria o voto direto. Essa modificação, no entanto, não pôde ser efetivada diante do fato de não ter o quórum de dois terços de parlamentares para legitimar a modificação na Constituição. Mesmo assim, obteve-se a maioria de votos no parlamento favoráveis às eleições diretas (BARROSO, 1999).

Nesse período, os militares já não contavam com apoio político para manter o regime por mais tempo. Os movimentos populares e a Igreja Católica tinham formado uma estrutura política que se tornou influente no campo político-partidário, não havendo mais a possibilidade de apoio dos partidos políticos, mesmo dos partidos da direita ao regime militar.

O Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) lançaram seus candidatos à presidência da República. Paulo Maluf pelo PDS e Tancredo Neves pelo PMDB. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves ganhou a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, tendo como vice-presidente José Sarney.

Tancredo Neves adoeceu e morreu em 21 de abril do mesmo ano, antes de tomar posse em seu cargo de presidente, assumindo José Sarney. No final de 1985, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte, dando cumprimento à Emenda Constitucional nº 26/85. O governo de José Sarney foi marcado por diversos

problemas políticos e econômicos. O aumento dos índices de pobreza, desacertos econômicos, corrupção e favorecimentos políticos, etc. (BARROSO, 1999).

A Emenda Constitucional 26/85 previa que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-iam, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional. Previa, ainda, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal instalaria a Assembleia Nacional Constituinte e dirigiria a sessão de eleição do seu Presidente. A Constituição deveria ser promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Nacional Constituinte.

A referida Emenda Constitucional concedeu, ainda, anistia a todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta, bem como militares punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares. Foi concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que tivessem sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais (Emenda Constitucional nº 26/85).

A ideia de uma eleição constituinte exclusiva, que desfrutava de amplo apoio da sociedade civil, não prevaleceu. Outorgaram-se os poderes constituintes ao Congresso Nacional, admitindo-se, inclusive, a participação dos senadores chamados “biônicos”, remanescentes do governo Geisel, que ocupavam um terço das vagas do Senado por eleições indiretas (BARROSO, 1999).

O presidente do Supremo Tribunal Federal na época, José Carlos Moreira Alves, elegeu o Deputado Federal Ulysses Guimarães como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que foi um dos principais líderes parlamentares de oposição ao governo militar.

Na falta de um texto base, a ânsia de participação política, tanto dos segmentos da sociedade civil como das esferas parlamentares, assim como as ingerências do poder Executivo, dificultaram a sistematização do processo constituinte, havendo grandes desentendimentos mesmo em questões meramente regimentais (BARROSO, 1999).

O processo constituinte e a ampla participação popular na formulação do texto constitucional, no entanto, foram extremamente importantes à formação do

Estado democrático de direito, bem como à superação da perspectiva autoritária militar, caracterizada pela intolerância e violência. A reorganização dos direitos no país removeu o discurso e as práticas do militarismo tecnocrático que conduziu a vida política por mais de vinte anos.

A Constituição Federal foi promulgada em cinco de outubro de 1988, tendo em seu preâmbulo um texto que reflete o período político que o antecedeu, desde meados dos anos 1970 até a sua promulgação, marcado por movimentos sociais, religiosos e democráticos. No entanto, o texto constitucional expressa uma amplitude de interesses individuais, coletivos, de trabalhadores, de categorias econômicas, corporativos, etc.

O processo constituinte que resultou na nova carta Política teve como protagonistas, portanto, uma sociedade marcada por muitos anos de marginalização e um Estado apropriado pelos interesses privados que ditavam a ordem política e econômica até então. Na euforia – saudável euforia – de recuperação das liberdades públicas, a constituinte foi um grande exercício de participação popular. Neste sentido, é inegável o seu caráter democrático. Mas, paradoxalmente, foi esse mesmo caráter democrático que fez com que o texto final expressasse uma vasta mistura de interesses [...] O produto final foi heterogêneo, com qualidade técnica e nível de prevalência do interesse público oscilante entre extremos (BARROSO, 1999, p. 44).

A Constituição de 1988, por seu aspecto simbólico da democracia e pela amplitude de segmentos sociais que participaram de sua formação, não escapou do corporativismo exacerbado (BARROSO, 1999). É possível perceber no texto constitucional interesses específicos de determinados segmentos sociais como magistrados, Ministério Público, advogados, militares, funcionários públicos federais, dentre outros.

No âmbito doutrinário formal da estrutura constitucional, percebem-se três grandes características: compromissária, analítica e dirigente.

A característica *compromissária* compreende um texto dialético, sem predominância de uma única tendência política (BARROSO, 1999). Nesse aspecto, percebe-se que os direitos sociais dos trabalhadores convivem na mesma legislação com a livre iniciativa econômica, por exemplo. Havia a necessidade de equilibrar os interesses entre capital e trabalho, ou seja, entre os interesses das diversas classes sociais.

Além disso, a característica *compromissária* diz respeito aos direitos fundamentais, coletivos e individuais, que devem ser perseguidos como metas pelo Estado quando da efetivação das políticas públicas e sociais. Trata-se de um

compromisso pela incorporação ético-comunitária no texto constitucional, com a finalidade de construir o Estado Democrático de Direito, bem como estabelecer a força do direito na proteção das garantias e direitos fundamentais.

A característica *analítica* encontra respaldo nas constituições portuguesa e espanhola, ambas dos anos 1970, que procuraram superar o autoritarismo por meio de um texto mais complexo e detalhista do que a Constituição Norte-Americana. A complexidade do contexto histórico e político, no Brasil, inviabilizou a opção de um texto mínimo. Pelo contrário, a Constituição de 1988 se caracterizou pelos detalhes em relação aos direitos, bem como no que diz respeito à organização do Estado.

A característica analítica, de amplitude do texto constitucional, decorreu em boa medida da multiplicidade de valores e reivindicações dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. A pressão política dos movimentos e o anseio para que todas as garantias constitucionais estivessem formalmente contidas na lei caracterizaram a Constituição Federal de 1988 como um texto complexo e repleto de detalhes. O aspecto analítico tem sido tão relevante na consolidação dos direitos que inúmeras emendas foram feitas na Constituição desde sua promulgação. Atualmente, são 67 emendas que abrangem os mais diversos interesses sociais.

Por fim, a característica *dirigente*, termo trazido do constitucionalismo português, identifica a opção por grandes linhas programáticas, capazes de sinalizar os caminhos a serem percorridos pelos legisladores e pela administração pública (BARROSO, 1999).

Nesse sentido, a Constituição estabelece princípios e direitos que não podem ser violados por legislações inferiores. Direitos considerados imutáveis, como é o caso dos direitos fundamentais, necessitam de normas para regulamentá-los, muitas vezes, a fim de tornar efetivos politicamente os preceitos constitucionais.

As linhas programáticas do aspecto dirigente estabelecem os rumos éticos, políticos e democráticos do Estado de Direito. Trata-se de uma *fisionomia* jurídica que representa não só os direitos conquistados pelos movimentos sociais, como os caminhos que as legislações devem seguir para efetivar tais direitos.

No início dos anos 1990, embora ainda houvesse grande movimentação política dos movimentos sociais na efetivação dos direitos constitucionais, iniciou-se uma modificação substancial no interior dos movimentos. Com o restabelecimento dos canais tradicionais de participação política e a suposta ideia de que o Estado

estaria mais sensibilizado com as questões sociais e as demandas populares, os movimentos se reelaboraram e transformaram-se.

Doimo identifica algumas situações importantes, que demonstram as modificações dos movimentos populares no período posterior à Constituição, o que justifica o desaparecimento de muitos deles: as ONGs passaram a dedicar-se ao envolvimento de propostas de políticas públicas e deixaram de serem “meras” assessoras dos movimentos populares; os intelectuais acadêmicos “abandonaram” o otimismo teórico em relação aos movimentos sociais e passaram a pensar sobre as questões relativas à transição política e à reengenharia institucional; os segmentos de esquerda, que antes estavam comprometidos com as grandes transformações sociais e com a democratização social, passaram a se engajar em partidos políticos, a envolverem-se com a reforma do Estado e com a gestão da coisa pública (DOIMO, 1995).

Em boa parte do país, já no início dos anos 1990, muitos líderes de esquerda ingressaram no aparato estatal, em funções no poder executivo ou legislativo, deixando de ser parte dos movimentos para integrarem o governo. Outros movimentos surgiram nos anos 1990, como os movimentos de ecologia, movimento negro, movimento indígena, movimento feminista, movimentos de homossexuais, movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos de rua, portadores de HIV e deficiências físicas, dentre inúmeros outros que se estabeleceram em segmentos de interesses diversos dos movimentos dos anos 1970 e 1980.

Se, nos anos 1980, os movimentos caracterizaram-se por seu envolvimento com a abertura política, com a consolidação de direitos individuais e sociais, nos anos 1990 os direitos de terceira e quarta geração, tais como o direito ao meio ambiente e o acesso à tecnologia, respectivamente, consolidaram uma era de *direitos a ter direitos*, assim como o reconhecimento das diferenças.

Para tanto, as ONGs se estabeleceram, muitas vezes, independentes diante da lógica das empresas, partidos políticos e Igrejas (DOIMO, 1995) passando a ter como pressuposto a organização de grupos sociais e de pressão política para a efetivação de interesses de determinados segmentos.

De fato, os anos 90 apontam um novo patamar para as ONGs, situado bem acima daquele papel de fornecer apoio e assessoria a “grupos de base”. Hoje, ficar perto dos movimentos sociais significa transcender as questões imediatas e não perder de vista o longo prazo ou a “dimensão mais ampla”. Em outras palavras, significa fortalecer a sociedade civil para que ela possa influir nas políticas públicas, ampliando-se os espaços de participação da

sociedade para além dos tradicionais formatos representativos de intermediação política. [...] as ONGs colocam-se como veículo de organização societária no âmbito da crescente fragmentação que marca o fenómeno da globalização neste final de século (DOIMO, 1995, p. 210-211).

A partir do final da década de 1980, diante dos grandes gastos dos governos europeus e norte-americanos com políticas sociais, as teorias econômicas começaram a estabelecer o caminho inverso. O retrocesso dos direitos sociais e as políticas neoliberais foram apresentados ao Ocidente com o objetivo de combater a inflação e de manter a economia mais estável nos continentes. Ao mesmo tempo, as garantias formais do direito, possibilitaram maior acesso aos recursos políticos e sociais.

Na América Latina, a dívida externa, a desvalorização internacional dos produtos colocados no mercado mundial, a inflação, o desemprego e a crise financeira do Estado-Providência agravaram as condições sociais locais da população.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha se consagrado como uma constituição cidadã, caracterizando um Estado Democrático de Direito após vinte anos de regime militar, a consolidação dos direitos sociais presente no texto constitucional passou a se chocar com as políticas econômicas. Esse embate deu-se, principalmente, porque as políticas de emprego gradativamente passaram a não ser mais consideradas como responsabilidade do Estado, ficando relegadas ao funcionamento dos mecanismos do mercado.

No entanto, as modificações políticas e jurídicas do Estado no final dos anos 1980, pelos avanços constitucionais no âmbito formal que se caracterizaram como fortes avanços políticos e jurídicos, possibilitaram a ação dos juristas e as ações de iniciativa popular como aptas a suprir a inércia dos Poderes Executivo e Legislativo, como é o caso da possibilidade de legislação por iniciativa popular, por exemplo.

A possibilidade de legislação decorrente de iniciativa popular representou um grande avanço formal na democracia brasileira. Segundo a Constituição Federal, um projeto de iniciativa popular precisa receber a assinatura de pelo menos 1% dos eleitores brasileiros, o que representa atualmente, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, cerca de 1,4 milhões de assinaturas.

O percentual do eleitorado deve ser dividido entre pelo menos cinco estados da federação, contendo no mínimo 0,3% de assinaturas do eleitorado de cada

estado. As assinaturas dos eleitores devem ser acompanhadas de dados completos de cada um, as listas devem ser organizadas por municípios, de acordo com formulário próprio fornecido pelo governo para tal iniciativa.

As leis de iniciativa popular, ao serem protocoladas na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, são numeradas e passam a ter tramitação para a votação da mesma forma que as leis propostas pelo Poder Legislativo. A Constituição Federal estabelece, ainda, que as leis de iniciativa popular não poderão ser rejeitadas por formalidades técnicas, pois nesse caso cabe à Comissão de Constituição e Justiça adaptar a proposta à redação formal exigida em um texto normativo.

No entanto, nos vinte e três anos que se passaram desde a promulgação do texto constitucional, apenas quatro projetos de lei por iniciativa popular foram apresentados e aprovados no âmbito federal. Dentre eles, para exemplificar, a chamada Lei da Ficha Limpa, recentemente votada (Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010).

A lei de iniciativa popular cabe também nos estados e municípios e tem sido nessas esferas que se encontram a maior parte das legislações propostas e aprovadas tanto por iniciativa popular como por iniciativa de entidades, grupos, redes e movimentos sociais.

Outros mecanismos importantes, no que diz respeito ao controle democrático e às garantias dos direitos fundamentais, são as ações constitucionais. São formas processuais previstas na Constituição Federal, que têm por objetivo garantir os valores e os rumos programáticos do texto legal. Essas ações têm como característica a garantia de manter os aspectos compromissários e dirigentes da Constituição, bem como garantir amplamente os princípios e valores contidos no texto legal.

Para ilustrar, uma das possibilidades é o Mandado de Injunção, que é um mecanismo processual constitucional que deve ser concedido sempre que houver ausência de norma regulamentadora que torne inviáveis os direitos e garantias fundamentais ou quaisquer prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania. Esse mecanismo processual está à disposição de qualquer pessoa (física ou jurídica) que se sinta prejudicada pela falta de norma regulamentadora, sem a qual resulte inviabilizado o exercício de seus direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Existe, ainda, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), que são ações interpostas diretamente no Supremo Tribunal Federal, a fim de invalidar legislações ordinárias pelo fato dessas não corresponderem aos valores e princípios normativo-constitucionais. A legitimidade para a propositura de ações diretas de inconstitucionalidade, no entanto, é restrita, só podendo ser proposta pelo presidente da República ou pelo Procurador Geral da República; pelos Governadores dos Estados e pelo Governador do Distrito Federal; pelas mesas (órgãos administrativos) da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; a Mesa de Assembleia Legislativa; Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Entidades de Classe de Âmbito Nacional e Confederações Sindicais.

Há, ainda, a possibilidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que tem as mesmas características da Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas cujo objetivo é desconstituir legislações ordinárias ou atos do Poder Público praticados anteriormente à Constituição Federal de 1988, a fim de evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e municípios). Esse mecanismo demonstra a abrangência da Constituição e dos preceitos nela contidos em relação aos atos e normas praticados anteriormente à sua promulgação, como forma de desvincular do direito os aspectos repressores característicos da ditadura militar.

A Constituição Federal estabelece, ainda, outras formas democráticas que representam avanços importantes, é o caso do art. 204, incisos I e II, que estabelece como diretrizes para as ações governamentais na área da assistência social a descentralização político-administrativa e a participação popular, por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Esse controle se dá por meio dos conselhos de assistência social.

A criação de conselhos como órgãos deliberativos e controladores das ações governamentais encontra respaldo constitucional em todas as esferas, assegurando a participação popular paritária, por meio de organizações representativas.

Nesse aspecto, os conselhos garantem o exercício dos direitos civis e políticos na esfera pública, de forma a ensejar maior participação política e democrática dos cidadãos na sociedade civil organizada. A Constituição de 1988 criou condições jurídico-políticas para a criação e funcionalidade de órgãos de

natureza democrática e deliberativa, com o intuito de garantir a participação democrática e social dos cidadãos na esfera pública. Os conselhos de políticas públicas e de direitos são, portanto, formas concretas de espaços institucionais abertos à democracia dialógica, pela possibilidade efetiva de participação social.

A criação de conselhos corresponde aos avanços democráticos constitucionais, uma vez que abre a gestão de políticas públicas à participação comunitária e à democracia dialógica, inserindo os participantes no centro das decisões políticas. Os principais conselhos são: de saúde, assistência social, educação, habitação, meio-ambiente, direitos da criança e do adolescente, da comunidade, dentre inúmeros outros.

Os mecanismos acima expostos correspondem à possibilidade de garantia da efetivação do texto constitucional, além de outros procedimentos constitucionais, previstos no próprio texto a fim de dar efetividade ao Estado Democrático de Direito, tanto no que corresponde à participação direta, como é o caso da lei de iniciativa popular, dos conselhos, como no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais constituídos, como é o caso das ações constitucionais.

Desse modo, podemos dizer que no plano formal a Constituição tem mecanismos de proporcionar um regime político que abranja e proporcione ampla participação democrática, bem como mecanismos de controle de atos praticados pelo Poder Público.

No plano substancial, o texto constitucional agrega os valores sociais e fundamentais decorrentes do processo histórico de luta por direitos pelos movimentos sociais.<sup>17</sup>

A distância da concretização dos direitos econômicos e sociais, ainda que presentes nas constituições contemporâneas, tem se imposto, em parte, pelo fato de

---

<sup>17</sup> Segundo Streck, a materialidade do texto constitucional consagra os princípios da democracia econômica, social e cultural, de onde se extrai os seguintes pressupostos deontológicos: a) constitui uma imposição constitucional dirigida aos órgãos de direção política e da administração para que desenvolvam atividades econômicas conformadoras e transformadoras no domínio econômico, social e cultural, de modo a evoluir-se para uma sociedade democrática cada vez mais conforme aos objetivos da democracia social; b) representa uma autorização para que o legislador e os demais órgãos adotem medidas que visem alcançar, sob a ótica da justiça constitucional, a justiça social; c) implica a proibição do retrocesso social; d) perfila-se como elemento de interpretação, obrigando o legislador, a administração e os tribunais a considerá-lo como elemento vinculado da interpretação das normas a partir do comando do princípio da democracia econômica, social e cultural; e) impõe-se como fundamento de pretensões jurídicas aos cidadãos na defesa das condições mínimas de existência (2002, p. 34)

que as decisões políticas, via de regra, serem tomadas no âmbito da representação, deixando de fora a maioria das pessoas a quem as decisões se destinam.

Na contraordem dessa hegemonia econômica capitalista e diante das tentativas frustradas de recuperar o direito ao trabalho por via de políticas estatais de preservação do emprego, na outra margem da sociedade surgem organizações comunitárias e iniciativas autogestionárias, expressando reações de segmentos de trabalhadores ao desabrigo institucional e ao empobrecimento.

No capítulo seguinte, abordar-se-á o neoliberalismo econômico e o avanço das políticas sociais no Brasil diante desse contexto, na medida em que, ao mesmo tempo em que a Constituição proporciona ampla participação política na esfera pública, é possível perceber restrições democráticas no que diz respeito aos recursos políticos.

O neoliberalismo mundial, de origem no período entre guerras, consolida-se na América Latina a partir dos anos 1990, posteriormente ao período de ampla organização popular em prol de maior participação democrática. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais dos anos 1970 culminaram em um processo democrático capaz de consolidar constitucionalmente a democracia participativa, estrutura de cidadania, direitos individuais e coletivos, o déficit popular e as restrições democráticas dos recursos políticos se estabeleceram.

Chegado o momento em que o Estado Democrático de Direito possibilitaria a ampla atuação de segmentos sociais na esfera pública, as políticas econômicas retraem a participação popular, mantendo as políticas sociais e as decisões atreladas no interior do poder do Estado.

Embora tenha havido maior possibilidade de participação formal dos cidadãos na esfera pública, como veremos no capítulo seguinte, as possibilidades de recursos políticos ligados à educação e à promoção da efetiva participação da sociedade civil na coisa pública tem sido deficitária, em razão de inúmeros fatores.

Diante disso, abordar-se-ão a seguir as principais características históricas e teóricas desses movimentos, a fim de conectá-los no capítulo seguinte com os avanços democráticos no Brasil e com a mudança estrutural dos movimentos sociais no país.

### 3.3 Os novos movimentos sociais no contexto europeu

Durante o período da ditadura no Brasil, em especial, quando o governo instituiu o Ato Institucional nº 5, que importou na suspensão de direitos civis e políticos, levando à clandestinidade os movimentos populares em todo o país em meados dos anos 1960, a Europa vivia os “novos movimentos sociais”,

emergentes em torno das questões ligadas à cidadania civil, principalmente aquela ligada à vida cotidiana e ao ambiente de desejo [...] e proclamavam para os anos 70, o reinado da subjetividade da pessoa humana contra o império das organizações racionais e da razão instrumental do Estado (DOIMO, 1995, p.87).

Os chamados novos movimentos sociais estabeleceram uma trajetória que conectou ações sociais, políticas e culturais no processo de dinamização social e que se tornou visível mundialmente em maio de 1968.

A ideia de movimento social, na primeira metade do século XX, estava relacionada com o conflito de classes. Atualmente, os chamados “novos movimentos sociais” surgem das aspirações neoliberais e da perspectiva de consolidação dos novos direitos, assim como o surgimento de novos atores políticos no espaço democrático e da necessidade de consolidar politicamente as diversas formas de participação da sociedade civil na esfera pública.

Vários são os movimentos que se caracterizam como novos movimentos sociais: movimentos ambientais, feministas, homossexuais, étnicos, dentre inúmeros movimentos recentes que se relacionam entre si, como também se consolidam na efetivação da participação democrática e na articulação das lutas por direitos humanos.

Por intermédio das articulações em rede de movimento sociais, observa-se o debate de temas transversos, relacionados a várias faces da exclusão social, bem como as demandas de novos direitos. A demanda por direitos implica o alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base das mobilizações, bem como a constante mutação e articulação dos movimentos sociais. O conceito de participação “está associado à democracia deliberativa e à existência de uma esfera pública. Isso pode ser entendido como parte do vínculo histórico da democracia com a criação de novos direitos” (JACOBI, 2008, p. 14).

É justamente pelas aspirações liberais que o campo político dos conflitos sociais se estabelece, na medida em que a ideia de direito a ter direitos surge a

partir do pensamento liberal. As respostas contrárias ao hiper-individualismo encontram suas bases no próprio liberalismo e, especialmente, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

As sociedades modernas são constituídas por direitos extremamente individualistas; em contrapartida, as constituições democráticas do Estado de Direito estabelecem garantias de bens jurídicos coletivos e a necessidade permanente de ampliação dos direitos e da cidadania na sociedade civil.

Nos anos 1970, na Europa, as concepções teóricas de movimentos sociais centradas na esfera econômica deslocaram-se para a crítica da racionalidade instrumental na qual o Estado operava (TOURAINÉ, 1989). Os chamados novos movimentos sociais tornaram-se visíveis, em certa medida, a partir da percepção teórica de autores europeus nos anos 1970 e 1980, tais como Michel Foucault, com a “microfísica do poder”, Claude Lefort com “a invenção democrática” e Cornelius Castoriadis, com a “sociedade autônoma”. Dentre outros, influenciaram o pensamento político, estabelecendo perspectivas para além da ideia de movimento social ligado tão-somente ao movimento da classe operária e à espoliação do trabalho.

A transição do modelo de estado mínimo ao feitiço liberal clássico para o tipo de Estado de Bem-Estar Social na Europa, no início do século XX, impôs a reconsideração do papel do Estado. Enquanto o modelo liberal incorporava uma ideia de soberania como poder incontestável, próprio de uma sociedade de “indivíduos livres e iguais” para os quais importava apenas o papel de garantidor da paz social atribuído ao Estado, o modelo de *welfare state* adjudicava a ideia de uma comunidade solidária, na qual ao poder público cabe a tarefa de produzir a incorporação dos grupos sociais aos benefícios da sociedade contemporânea.

A evolução dos direitos humanos não deixa dúvida quando ao seu caráter de historicidade. Para Bobbio:

[...] os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem, ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências (BOBBIO, 1996).

A história da construção dos direitos está vinculada às lutas sociais. São os direitos relativos às relações de produção e seus reflexos, como previdência e assistência social, salubridade pública, moradia, transporte, dentre outros, que irão impulsionar a passagem do Estado Mínimo – onde lhe cabia tão-somente assegurar

o não impedimento do livre desenvolvimento das relações sociais no âmbito do mercado – para o Estado intervencionista – que passa a assumir tarefas até então próprias da iniciativa privada.

O processo de crescimento do Estado, no entanto, não beneficiou somente a classe trabalhadora, mas também assegurou direitos à indústria, pois a atuação estatal em muitos setores significou também a possibilidade de investimentos em estruturas básicas alavancadoras do processo produtivo industrial como usinas hidrelétricas, estradas, sistema de transportes, etc.

Os novos movimentos sociais alicerçam-se nessa também nova realidade social, pois a democratização das relações sociais significou, em contrapartida, a abertura de canais que permitiram o crescimento das demandas por parte da sociedade civil.

A perspectiva de transformação histórica não significou apenas a incorporação de outros direitos aos já consagrados. A inovação repercutiu também na expansão da participação da sociedade civil na esfera pública.

Os chamados novos movimentos sociais estão relacionados com as ações movimentalistas dos anos 1970 e 1980, configurados não somente pela luta de classes, mas pelas reivindicações coletivas projetadas na esfera pública (EVERS, 1984).

A construção de novos direitos humanos, frutos de uma sociedade que se expandia economicamente e que produzia novos carecimentos, distintos dos anteriores, implicou a elaboração de direitos que não mais seriam apropriáveis individualmente, mas cuja dimensão se espraiava para agrupamentos inteiros de indivíduos que se reúnem sob determinada situação que lhes é comum – “os direitos de segunda e terceira geração referem à ideia de um compartilhamento de situações” (MORAIS, 2000).

O compartilhamento de situações de novos direitos se estabelece nos novos movimentos sociais exigindo certo grau de organização e diálogo, diferentemente dos *lobbies* empresariais que também se constituem como uma forma direta de participação.

Nesse sentido, os movimentos sociais europeus se configuraram na emergência de ações coletivas e nas diversidades culturais, sociais e políticas das lutas sociais. Os movimentos sociais estabelecem processos sociais que criam identidades, transformando-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais.

Os direitos humanos passam a ser o principal *ethos movimentalista* dos movimentos sociais. É no reconhecimento dos direitos humanos que o sujeito se reconhece como ser humano e como protagonista de seu próprio sujeito. A experiência de um sujeito se manifesta, sobretudo, pela consciência de uma obrigação relativa não a uma instituição ou a um valor, mas ao direito de cada um de viver e de ser reconhecido em sua dignidade, “naquilo que não pode ser abandonado sem privar a vida de todo sentido” (TOURAINÉ, 2006, p. 157).

O sujeito concebido enquanto presença iluminadora de valores superiores aos individuais possibilita a relação humana coletiva ligada às referências de liberdade, igualdade, justiça e dignidade. Assim, há um resgate das ideologias modernas que não se reduzem à racionalidade puramente instrumental, mas que possibilitam a resistência aos mecanismos de controle.

Touraine (2002), ao tratar da teoria dos novos movimentos sociais, estabelece que, no âmbito dos movimentos, estão os sujeitos, com suas experiências, vivências, diversidades de interesses, tanto individuais como coletivos, o que diferencia os novos movimentos sociais das antigas lutas de classe. As multiplicidades cultural, social e política possibilitaram o surgimento de novos movimentos sociais. Novos, porque estão relacionados às novas possibilidades participativas dos sujeitos no âmbito democrático e diante da multiplicidade de demandas de direitos que podem ser conquistados pelos movimentos.

Nesse contexto, o autor estabelece a relação entre sujeito e indivíduo, pois a partir da ideia de que todos são indivíduos e que os sujeitos somente se constituem a partir de um reconhecimento social, é possível perceber a dicotomia que pode afastar o sujeito do indivíduo. “Somos frequentemente atingidos por esta doença da civilização. Por um lado, vivemos um individualismo narcisista; por outro somos tomados pela nostalgia do ser ou do sujeito” (TOURAINÉ, 2002).

Enquanto o indivíduo se fragmenta nas múltiplas realidades, revela-se fragilizado e submisso à cultura das indústrias de comunicação de massa, o sujeito passa pela resistência ao mundo impessoal do consumo ou ao da violência e guerra (TOURAINÉ, 2002). Nesse sentido, o sujeito nunca se identifica consigo mesmo, mas se situa na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade e da ética.

A defesa dos cidadãos frente aos arbítrios do Estado é uma defesa do sujeito, daqueles que não suportam ser considerados como “recursos humanos passíveis de

ser utilizados eficazmente a serviço do Estado ou da empresa” (TOURAINÉ, 2006). A ideia de sujeito ativo ou participativo na esfera pública está atrelada à democracia deliberativa e à percepção dos sujeitos na ordem dos direitos de participação e de responsabilidades desses sujeitos na tomada de decisão.

Nesse sentido, há uma aproximação teórica interessante entre Touraine e Habermas, no que diz respeito à existência de instituições políticas e jurídicas que, embora não tenham grandes conteúdos em subjetivação, têm o objetivo de assegurar as garantias individuais e coletivas provenientes de uma ação coletiva democrática, vez que, para ambos os autores, a democracia está permanentemente ameaçada e a legitimidade é um direito a ser conquistado todos os dias.

O apego dos sujeitos aos direitos fundamentais vem acompanhado do paradoxo que se dá entre a perda de confiança nas instituições e atores coletivos, principalmente políticos, e ao fato de estarmos ligados a essas instituições porque elas têm como pressuposto a proteção contra a arbitrariedade e a ditadura.

Touraine reduz esse paradoxo, negando uma figura secularizada do sujeito por meio das representações imaginárias e ligando-o à noção de direitos.

O sujeito, tal como o concebemos e defendemos hoje, não é uma figura secularizada da alma, da presença de uma realidade sobre-humana, divina ou comunitária, em cada indivíduo. A história do sujeito é, ao contrário, a da reivindicação de direitos cada vez mais concretos, que protegem particularidades culturais cada vez menos produzidas pela ação coletiva voluntária e por instituições criadoras de pertença e de dever. É esta passagem, que conduz dos direitos mais abstratos aos mais concretos. (TOURAINÉ, 2006, p.128)

O sujeito concebido enquanto presença iluminadora de valores superiores aos individuais possibilita a relação humana coletiva ligada às referências de liberdade, igualdade, justiça e dignidade. Assim, há um resgate das ideologias modernas que não se reduzem à racionalidade puramente instrumental, mas que possibilitam a resistência aos mecanismos de controle.

O movimento social, enquanto carrega o sujeito às costas para que este possa ver mais longe que a multidão, nunca é visível em estado puro; é como um soldado na trincheira ou um rapaz cantando em cima de uma barricada. Da mesma forma, o sujeito carregado por um movimento social encontra-se mais facilmente durante o crepúsculo, ao lusco-fusco, do que em pleno dia; mais facilmente nos hospitais e nos cemitérios do que nos salões nobres do governo ou da oposição. Pois os movimentos sociais não procuram integrar-se na sociedade, mas manter a distância que separa o sujeito e seus deveres da máquina social e seus mecanismos de controle (TOURAINÉ, 2006, p. 141)

O sujeito passa a ser a vontade de ação do indivíduo, não conformado com o “lugar” pré-estabelecido da razão instrumental moderna, mas é carregado de tensão e conflito, dado pela racionalização e subjetivação. Os novos movimentos sociais correspondem à realização do sujeito, pois representam o espaço em que os valores humanos se sobrepõem aos valores econômicos e aos interesses individuais e de classes.

As ações sociais, no entanto, não teriam eficácia se não fossem sustentadas por organizações e decisões cujo conteúdo em subjetivação não assegurasse a criação e o reforço das defesas institucionais do sujeito. “É graças a esta ação coletiva, e particularmente à democracia, que são asseguradas garantias de cada um – individual e coletivamente”. (TOURAINÉ, 2006, p.126) Nesse sentido, mesmo a conquista de direitos individuais representa uma grande causa coletiva, na medida em que todos tenham garantias individuais.

A democracia dialógica encontra-se em vias de constituição no contexto dos novos movimentos sociais na medida em que a retomada da esfera pública pela participação ativa dos sujeitos se estrutura na crítica de que o processo político tradicional não desempenha uma função mediadora entre sociedade e Estado.

A força dos movimentos sociais se consolida comunicativamente em meio à práxis de autodeterminação dos cidadãos do Estado e legitima-se pelo fato de defender essa mesma práxis por intermédio da institucionalização da liberdade pública (HABERMAS, 2002), bem como na consolidação da multiplicidade de direitos que passam a ser reivindicados todos os dias (LEFORT, 1983).

Segundo Habermas (2002), os movimentos sociais são ativamente participantes na democratização das sociedades, pois no interior dos movimentos circulam ideias, informações e comunicações em um espaço público que não é investido do poder do Estado, mas que se comunica com a esfera estatal. As práticas associativas formam o substrato social da esfera pública.

Os novos movimentos sociais, ao reivindicarem uma gestão pública participativa de reconhecimento de direitos, fortalecem os atores da sociedade civil, tanto no que diz respeito à democracia dialógica, quanto no que tange ao controle social da gestão estatal.

As contribuições dos novos movimentos sociais surgidos na Europa no final nos anos 1970 repousam no reconhecimento da pluralidade de direitos e identidades, bem como na reivindicação de setores da sociedade civil aos espaços

democráticos de diálogo, de forma a institucionalizar a deliberação pública. Nesse sentido, as associações voluntárias da sociedade civil introduzem novas práticas no espaço público, transformando a democracia representativa em dialógica e deliberativa.

A democracia dialógica se reforça na solidariedade política e na diversidade dos interesses dos inúmeros segmentos sociais. A legitimidade democrática encontra respaldo no Estado de Direito e no reconhecimento de novos direitos, bem como no direito de todos de criar e construir o processo democrático.

No capítulo seguinte, será abordado o avanço dos movimentos sociais no Brasil, bem como a consolidação e as restrições democráticas, no que diz respeito aos recursos políticos no período dos anos 1990 até o atual.

Na atualidade, os mecanismos formais proporcionam um processo de construção da cidadania, estabelecem o reconhecimento e a construção de novas identidades, possibilitam a participação popular na esfera pública incorporando outros níveis de poder além do Estado. A questão que se coloca aqui, no entanto, é a seguinte: o pluralismo social e as garantias constitucionais formais à participação dialógica e deliberativa estabeleceram no Brasil uma ampla participação democrática?

Esse questionamento será o tema central do capítulo seguinte, na medida em que serão tratados os novos movimentos sociais no Brasil, os quais foram influenciados pelo contexto ético dos movimentos europeus, aqui abordados, e legitimados pelos direitos e garantias consolidados na Constituição Federal de 1988.

## **4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Os objetivos desse capítulo consistem em analisar movimentos sociais ocorridos no Brasil no período posterior à Constituição Federal de 1988, bem como em avaliar o avanço das políticas públicas e as restrições democráticas dos últimos vinte anos. Ao mesmo tempo em que a Constituição se consolidou como uma norma dirigente, analítica e compromissária, e os pressupostos constitucionais estabeleceram ampla participação popular na coisa pública, de maneira formal, não houve equivalência democrática e dialógica no âmbito público.

No capítulo anterior, vimos que os direitos e garantias fundamentais consagrados na legislação constitucional decorreram dos influxos dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980.

A luta por abertura de espaços democráticos, por direitos sociais e garantias pela participação social na esfera pública, levou à consolidação de uma Constituição analítica, dirigente e compromissária. Desde então, a virada democrática no âmbito formal propiciou ampla participação da sociedade civil na coisa pública. O pluralismo social e as garantias constitucionais formais à participação dialógica e deliberativa estabeleceram no Brasil ampla atuação democrática.

Os Direitos Humanos passaram a ser reconhecidos juridicamente no interior da comunidade internacional. Representam importante esforço levado adiante, no sentido de reconhecer e de proteger homens e mulheres não só contra os abusos dos Estados e do mercado, mas também pela inclusão participativa dos atores sociais na esfera pública, diante das dimensões individual, coletiva, social e política que perpassam e identificam a racionalidade desses direitos. Tem sido possível observar, no entanto, que a garantia da ampla participação não é suficiente para que de fato haja participações impactantes na esfera pública.

A legitimação da ordem social, quando sob o capitalismo, decorre da vigência e da validade de liberdades civis, mas isso não importa necessariamente a existência de um Estado democrático com ampla participação política. Nesse sentido, a relação entre direitos sociais e capitalismo, coexistentes na Constituição com características analíticas, dá-se na medida em que os direitos sociais se tornam meios pelos quais os movimentos reivindicatórios possam ampliar suas condições

de vida, em nível compatível com o estágio alcançado pelo próprio capitalismo. Paradoxalmente a essa conquista, as condições sociais da população regrediram.

O presente capítulo tem por objetivo, igualmente, analisar o processo político neoliberal no Brasil, iniciado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, na medida em que a preocupação do Estado com as políticas econômicas tencionaram o afastamento de uma agenda política capaz de proporcionar espaços políticos de maior participação democrática da sociedade civil na esfera pública.

Embora a criação de conselhos em diversos municípios do país, bem como o reconhecimento das diversas identidades socioculturais tenha sido protegida pelas políticas estatais, houve uma tendência ao controle social – de cima para baixo – na medida em que as identidades têm sido formatadas em “políticas de identidades” ao invés de o Estado assegurar as “identidades políticas” construídas pelos próprios sujeitos participantes. O Estado tem demonstrado muito mais uma política protecionista, no sentido de assegurar políticas que protejam determinados segmentos sociais tais como indígenas, negros, mulheres, crianças, idosos, dentre outros, do que efetivamente proporcionar o diálogo entre esses segmentos e possibilitar que as políticas surjam do interior desses grupos.

Nesse aspecto, as políticas se mantêm de forma vertical, de cima pra baixo, ainda que sejam no sentido de assegurar direitos formalmente estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

O incremento da participação política na esfera pública está vinculado não somente à pressão dos movimentos sociais, mas em especial à predisposição dos governos locais para a criação de espaços públicos plurais de articulação e participação política.

Nesse sentido, podem-se observar as restrições democráticas dos recursos políticos em proporcionar espaços que tornem visíveis os conflitos e as diferenças como base constitutiva da legitimidade da democracia dialógica e da efetivação da participação popular na gestão pública.

Objetiva-se, ainda, situar os movimentos sociais no Brasil, após Constituição Federal de 1988, os quais assumiram características diversas daquelas dos movimentos de 1970-80, estabelecendo a diversidade dos interesses coletivos e individuais dos atores políticos, a partir de uma nova lógica associativa que vem se articulando em redes políticas.

Os processos comunicativos dos movimentos sociais na atualidade permitem maior diálogo entre os movimentos e as redes (SHERER-WARREN, 2008). A partir da pluralidade de demandas, de lutas por reconhecimentos específicos, de participação popular ampla capaz de contemplar a participação política e autônoma dos sujeitos coletivos, os movimentos populares, por intermédio de suas redes, vêm se consolidando (SHERER-WARREN, 2008).

O capítulo se divide em três partes: na primeira, analisam-se as políticas neoliberais no Brasil, implantadas nos anos 1990; na segunda, as características dos movimentos sociais que se formaram após a Constituição Federal até a atualidade; na terceira parte, abordam-se os aspectos restritivos dos recursos políticos, na medida em que não tem havido uma ampla participação democrática na esfera pública proporcionada pelo Estado, como predisposto no âmbito formal da Constituição dirigente.

#### **4.1 As políticas neoliberais no Brasil**

O neoliberalismo está relacionado à globalização econômica, que pode ser entendida como um conjunto de políticas econômicas acordadas entre países e instituições (BOURDIEU, 2001), no que diz respeito ao agir econômico do mercado mundial.

*A “globalization” econômica não é um efeito da mecânica das leis da técnica ou da economia, mas o produto de uma política implementada por um conjunto de agentes e de instituições, é o resultado da aplicação de regras deliberadamente criadas para fins específicos, a saber, a liberalização do comércio (trade liberalization), isto é, a eliminação de todas as regulações nacionais que freiam as empresas e seus investimentos. Em outras palavras, o ‘mercado mundial’ é uma criação política (como havia sido o mercado nacional), produto de uma política mais ou menos conscientemente acordada (BOURDIEU, 2001, p. 101).*

As políticas neoliberais que se estabeleceram no mundo ocidental nos anos 1980 e 1990 se globalizaram após a queda do Muro de Berlim em 1989, marco derradeiro da Guerra Fria. Diante da influência da abertura econômica mundial, que cresceu durante os anos 1970 e sob a influência dos “novos” teóricos e políticos do liberalismo econômico, o início de um novo liberalismo se expandiu pelo Ocidente nos anos 1980 e 1990.

O modelo keynesiano já vinha sendo muito criticado pelos liberais na medida em que estabelecia uma intervenção forte do Estado liberal nas políticas sociais e, por isso, foi apontado como um dos grandes problemas da crise econômica tanto na Grande Depressão, como após a Guerra Fria. A consolidação das políticas econômicas neoliberais, ainda que com algumas peculiaridades em cada país, passou a ser no sentido de políticas estatais que tomaram medidas para restabelecer o capitalismo e o crescimento econômico.

Dentre os principais teóricos do novo liberalismo econômico está Hayek, que apontou medidas importantes para a retomada das políticas econômicas liberais, dentre as quais estão: estabilização da moeda, investimento em energia, diversificação da produção industrial, redução de cargas tributárias, privatizações das empresas estatais, redução dos gastos estatais, dentre outras.

Em outra dimensão, Hayek subverteu a obrigação jurídica do Estado no que tange à assistência e aos direitos sociais, ligando os direitos sociais como um dever moral prestado de forma residual e focalizada aos que ficassem à margem dos bens e serviços disponibilizados pelo movimento livre do mercado (FRIEDMAN, 1984, p. 170). De certa forma, essa ideia tende a confinar o agir do Estado nos limites do mercado.

Os primeiros países a implantarem as medidas neoliberais nos anos 1980 foram os EUA e a Inglaterra. Diferentemente do liberalismo clássico, no entanto, o neoliberalismo se consolidou diante de políticas governamentais interventoras, vez que, ao invés de manter a mínima intervenção estatal na economia como o liberalismo clássico preconizava, estabeleceu intervenções econômicas no intuito de revitalizar a economia, por intermédio de medidas políticas que mantivessem a estabilidade da moeda, diminuição de gastos públicos, circulação de capitais internacionais, dentre outras necessárias à diminuição dos gastos do governo com dívidas públicas.

No final do governo Thatcher, entretanto, havia aumentado significativamente a pobreza entre as classes trabalhadoras. A partir de 1997, o governo Tony Blair teve que retomar as políticas keynesianas de intervenção estatal em determinados segmentos sociais, o que culminou por aumentar os gastos públicos.

Dentre as múltiplas projeções do neoliberalismo econômico, no entanto, uma característica importante é a forma elitista com que ele se estabelece no âmbito

político, na medida em que a sua argumentação, marcadamente econômica e técnica, distancia-se da sociedade civil.

Trata-se de questões incorporadas por *experts*, como, por exemplo, a linguagem especializada no entendimento do sistema econômico e, muitas vezes, difundida como um conjunto de verdades irrefutáveis, louvadas na complexidade da ciência econômica.

Assim, os aspectos técnico-financeiros produzem um ambiente próprio que tende a se afastar do debate público pela incompreensão de linguagem, tais como o entendimento dos mecanismos da bolsa de valores, balança comercial, taxa de juros, dentre outras questões inerentes ao mercado financeiro como um todo.

Au fur et à mesure que des journalistes dominants de la presse dite de qualité passèrent dans le camp néo-libéral, un nouveau sens commun du journalisme économique se forgea: ce fut le cas, comme nous l'avons déjà vu, au Daily telegraph, au Times, au financial Times, au Sunday Times, où le responsable de la rubrique politique, Ronald Butt, se faisait l'écho des nouvelles théories, au daily Mail, et même pendant un temps dans le journal de centre gauche, le Guardian, où le responsable de la rubrique financière, Hamish MacRae, était aussi un converti au monétarisme (DIXON, 1998, p. 56).

Outro aspecto determinante é o custo social do neoliberalismo, o qual tem sido amplamente criticado diante da escassez de investimentos sociais, na medida em que a *promessa* do crescimento econômico globalizado e liberalizado e o desenvolvimento global dos países não reduziram a pobreza e as desigualdades sociais.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal e de estabilização da moeda passou a ser implantado na América Latina e no Brasil, estabelecendo relações econômicas liberais que se chocaram com os preceitos sociais da Constituição Federal de 1988.

Vimos no capítulo anterior que o processo constituinte e a promulgação do texto constitucional de 1988 estabeleceram uma nova perspectiva democrática no Brasil. Ao mesmo tempo em que a Constituição brasileira contemplou a amplitude de direitos sociais, civis, políticos e a ampla participação democrática dos sujeitos, as medidas governamentais do período, no entanto, causaram impactos sociais de extrema complexidade no Brasil.

O modelo econômico neoliberal no Brasil, e em praticamente toda a América Latina, teve início com as políticas que culminaram em reduzir as funções sociais do Estado por intermédio de medidas políticas de privatização e de diminuição de

políticas sociais a fim de manter a economia estabilizada, tais como pouca intervenção do governo no mercado de trabalho; privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais; abertura da economia para a entrada de empresas multinacionais; diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais operativo economicamente.

Os anos 1980 foram marcados pela consolidação de organizações de movimentos sociais e populares, pela expansão de direitos civis e políticos, incluindo a constitucionalização de proteção social avançada, bem como a ampliação da participação democrática popular. Esses avanços deram-se por meio de mecanismos como projetos de lei de iniciativa popular, referendos, ações civis públicas, conselhos de gestão, plebiscitos, dentre as inúmeras formas políticas de participação transcritas no texto constitucional.

A partir das eleições presidenciais diretas de 1989, que elegeram Fernando Collor de Melo e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, consolidou-se o programa neoliberal. No final dos anos 1990, iniciou-se a abertura ao “moderno programa neoliberal”. As primeiras decisões políticas de Fernando Collor foram ao sentido da abertura comercial, reduções do papel do Estado como interventor econômico por meio de privatizações das empresas estatais. O governo de Collor, no entanto, foi marcado pelo bloqueio dos valores depositados pela população em caderneta de poupança e pela corrupção, muito mais do que propriamente pela reforma do Estado que se propusera a fazer.

O vice-presidente na época, Itamar Franco, assumiu a presidência, focando para as políticas internas o seu governo, até mesmo porque as bases políticas do governo eram frágeis, o próprio partido PRN (Partido da Renovação Nacional), não tinha alianças políticas fortes no governo. Em pouco tempo, Fernando Henrique Cardoso assumiu as Relações Exteriores e, posteriormente, o Ministério da Fazenda, retomando as negociações com o FMI e traçando um plano econômico para o Brasil.

O Plano Real causou uma enorme euforia na população, pois a dolarização da economia e o *freio* na inflação possibilitaram o aumento do consumo. O governo Cardoso teve grande preocupação com as questões macroeconômicas, garantindo o controle da inflação e a estabilidade da economia do país.

A utilização de Medidas Provisórias no governo FHC foi marcante. O governo, com o intuito de manter a estabilidade econômica, passou a tomar várias decisões por meio de Medidas Provisórias; inclusive o próprio Plano Real foi estabelecido

mediante esse mecanismo político. No período, mais de cinco mil Medidas Provisórias foram editadas para tornar viáveis as modificações políticas e econômicas. Essa postura implicou em inúmeras críticas pela oposição, pois esse mecanismo político estabelece a possibilidade legislativa do governo somente em casos de emergência.

A dolarização da economia foi outra medida política importante na época, pois possibilitou que inúmeras empresas europeias e norte-americanas se estabelecessem no Brasil. O governo proporcionou auxílios relevantes de redução da carga tributária para esses empreendimentos por todo o país. Além disso, muitas empresas estatais foram compradas por companhias estrangeiras. Um dos argumentos para a venda das estatais na época era sanar a dívida pública.

Nos anos 1990, houve significativa redução nos postos de trabalho formais. No Brasil, onde nunca houve um estado de bem-estar social como na Europa, a falta de postos de trabalhos formais fez com que crescessem as ocupações informais, ou seja, individuais, familiares ou de forma associativa, mas sem direitos trabalhistas ou contribuições previdenciárias.

Pochmann observa que os índices de desemprego no período eram maiores do que o sistema metodológico apontado pelas pesquisas do IBGE. Os critérios da pesquisa não consideravam a pessoa desempregada desde que tivesse trabalhado pelo menos uma hora na semana anterior à aplicação do questionário de pesquisa (POCHMANN, 2003).

Em São Paulo, há uma taxa de 12,4% de desempregados medidos pelo IBGE, mas há outros de 7,2% que são trabalhadores informais, disfarçados, que trabalham alguma hora na semana, até mesmo para poder sobreviver, em algum bico. Mas não têm trabalho. Portanto, a taxa de desemprego é de 19,6% na grande São Paulo. Já no Estado do Piauí, a taxa de desemprego do IBGE é de 5,1% da população economicamente ativa, mas se somarmos o desemprego disfarçado, aqueles que não têm trabalho, mas trabalharam pelo menos uma hora na semana passada, esse indicador é de 55,1% da população e o total do desemprego real no Piauí, sobe para 60,3% de toda a população (o desemprego atinge todo o país. Em São Paulo, na última década – 1993-2003 – o desemprego cresceu 60%, mas no Piauí, Estado de menor renda per capita, o desemprego cresceu 180%. Três vezes mais) (POCHMANN, 2003, p. 2).

Posteriormente ao governo Cardoso, o Partido dos Trabalhadores passou a compor o governo, estabelecendo a preocupação em manter a macroeconomia do país, bem como em dar respostas aos problemas sociais. Embora tenha havido um maior reconhecimento em relação aos direitos fundamentais e à democracia, o

Estado estabeleceu amplo controle de “cima para baixo”, no sentido de assegurar as identidades políticas (GOHN, 1995).

Diferentemente dos anos 1970 e 1980, em que os movimentos sociais situavam-se entre a classe trabalhadora na reivindicação de direitos sociais, na década de 1990 houve uma modificação na configuração dos movimentos. A crise social e econômica, que se estabeleceu no Brasil na última década, não afetou somente o trabalho, mas o acesso à saúde, à educação e à habitação, provocando o aumento da criminalidade e da pobreza, embora os direitos sociais, civis e políticos estivessem consolidados no ordenamento jurídico formal.

#### Segundo Santos:

A leitura elaborada a favor da flexibilização do trabalho procura influenciar o senso comum para que o mesmo adquira familiaridade com a precarização do trabalho, conformando uma aceitação tácita desta. Da mesma forma, teses sobre o desemprego são pregadas falsamente pelos interesses dos capitalistas e influenciam o imaginário social: o desemprego é um problema individual, trata-se na maioria dos casos de pessoas mal qualificadas, que não tiveram oportunidades de estudar, portanto, o Estado e os gastos públicos não têm nada a fazer – seria uma questão de sorte, de contingência do mercado; no Brasil existem muitos impostos que aumentam o custo médio de produção das mercadorias, acima dos outros países, e esse custo Brasil impede as empresas de contratarem mais gente, portanto, um dos caminhos seria reduzir direitos sociais e impostos (SANTOS, 2010, p. 70).

A escassez de trabalho gerou problemas sociais de alta complexidade, não somente como uma simples categoria econômica, mas como uma conjuntura social que vai desde a ausência de direito sociais básicos à efetiva participação dos cidadãos na Esfera Pública.

As políticas neoliberais, ao se preocuparem mais efetivamente com a economia de mercado do que com o bem-estar social, estabeleceram um processo de exclusão social, gerando déficit na participação democrática dos cidadãos na coisa pública.

No entanto, reduzir as modificações dos movimentos sociais após Constituição Federal de 1988 a um “determinismo econômico seria, no mínimo, um estreitamento de interpretação” (LOPES, 2007).

As desigualdades substanciais entre as pessoas implicam a não efetivação de direitos fundamentais de cunho formal, previstos no ordenamento jurídico brasileiro, tais com os preceitos constitucionais garantidores de direitos sociais e políticos. Do mesmo modo, no que tange aos direitos ordinários, estabelecidos em legislações federais específicas para a proteção de algum grupo social, como é o caso do

Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso ou das legislações que estabelecem a inclusão de povos negros e indígenas ou a proteção às mulheres.

Contudo, sociedades pluralistas “como a brasileira, mesmo que convivendo com altos índices de desigualdade social, apresentam uma complexidade de interações entre as dimensões simbólico/discursivas e materiais da vida coletiva” (LOPES, 2007).

As novas subjetividades e experiências sociais se deslocaram da macro-política para mediações mais próximas e significativas às pessoas (LOPES, 2007). O movimento dessas novas interações fez com que os movimentos sociais assumissem princípios éticos (GADEA, 2004).

Segundo Gadea:

De esta manera, existe um privilegio por el análisis del “espacio local” y las dinámicas “moleculares” que impulsan y impiden la formación de sujetos. Esto pretende focalizar aquellos microprocesos que llevan de lo individual a lo colectivo e de este en una fuerza social y política. Así, abordar lo local no se circunscribe a una definición cultural ni geográfica-administrativa, sino a la red de relaciones constituidas a partir de los espacios sociales en los que se genera la voluntad colectiva (GADEA, 2004, p. 47-48).

No contexto atual, as considerações da literatura sobre os movimentos sociais de macro e micro-realidade passam por redefinições, diferenciando-se dos aspectos das movimentações sociais dos anos 1970 e 1980. Cada vez mais a macro-realidade, estruturada e com determinações racionais, cede lugar às interpretações que concebem a realidade enquanto multifacetária e complexa, sem determinações fixas ou historicamente necessárias (SCHERER-WARREN, 2005).

Trata-se de análises sociais, cuja perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos “enquanto partes estruturantes ou estruturadas da realidade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção, enquanto movimento propriamente dito” (SCHERER-WARREN, 2005).

As relações entre Estado e sociedade civil, após os anos 1990, têm se tornado complexas e contraditórias, pois ao mesmo tempo em que se estabeleceu um amplo reconhecimento social, em especial às identidades culturais dos movimentos (GOHN, 1995), também se tornou maior o controle social – de cima para baixo –, na

medida em que o Estado passou a formalizar as políticas, sem que fossem, de regra, debatidas pelos segmentos sociais interessados. (GOHN, 2004)<sup>18</sup>.

Nesse aspecto, a possibilidade democrática se circunscreve nas garantias dos direitos, no reconhecimento das identidades e nos processos de escolha da representação política, desarticulando as possibilidades da democracia deliberativa fazer parte da vida cotidiana dos cidadãos.

Nos anos 1970 e 1980, os primeiros movimentos sociais tinham uma tendência mais ampla, visando à conquista formal de direitos e garantias. Estabeleceram-se, todavia, novos contextos nacionais e, essa reconfiguração social denotou uma mudança na postura dos movimentos, que passaram a se utilizar das redes de relações sociais locais, pressionando o poder público à efetivação das garantias formalmente consolidadas.

## **4.2 Os movimentos sociais pós-constituente**

A Constituição Federal de 1988 trouxe progressos formais no que diz respeito à democracia, bem como aos direitos sociais e políticos. Além disso, houve um avanço também substancial nas políticas sociais mesmo diante da crise econômica que abalou os anos 1990, que trouxe consigo o aumento do desemprego. A exemplificar, podemos citar a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), que estabeleceu amplitude de acesso à saúde, a responsabilidade dos governos municipais em disponibilizar vagas no ensino fundamental, a criação de conselhos municipais, COREDES (Conselho Regional de Desenvolvimento), do Conselho

---

<sup>18</sup> A mudança na ordem dos termos muda o sentido da ação social. As políticas públicas passaram a ser eixo estruturante das ações coletivas, organizadas sob um leque de temáticas com formas variadas. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram mais condições de organização, tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, eles perderam muito sua autonomia e conseqüentemente, sua força política, por diferentes razões. Alguns se transformaram em ONGs ou estruturas de gestão das políticas públicas. Outros ficaram na resistência, meio que congelados, produzindo esporadicamente eventos de efeitos midiáticos, efeitos que ocupam as pautas das manchetes da mídia e morrem com o fim do evento, sem repercussão no atendimento de suas demandas, ou alteração em suas práticas, ou nas ações e diretrizes de seus opositores (GOHN).

Tutelar, dentre inúmeros outros previstos na Constituição e que foram implementados nos municípios e nos estados.

Para Evans, os componentes que formam o capital social, entre os quais estão o engajamento cívico, a integração social e as normas de confiança, podem ser promovidos pelas esferas governamentais e, inclusive, podem ser utilizados com vistas ao desenvolvimento (EVERS, 1995). A participação, sob o olhar da democracia dialógica, no entanto, deve ser proporcionada de “de baixo pra cima”.

Diversos movimentos sociais se mantiveram e ampliaram suas atuações nas conquistas de direitos a partir dos anos de 1990, dentre eles: movimentos ambientais, indígenas, homossexuais, feministas, movimentos rurais, de economia solidária, etc.

Os movimentos posteriores à Constituição diferenciam-se dos ocorridos nos anos de 1970 e 1980, em especial, pelas lutas setorializadas e, ao mesmo tempo, pela amplitude do reconhecimento de direitos fundamentais que são comuns a todos eles como, por exemplo, os direitos culturais, de garantia de identidades, dentre inúmeros outros.

Essa nova postura justifica, por exemplo, o surgimento de redes e fóruns de articulação que, como veremos adiante no trabalho, proporcionam fluxos comunicativos entre os diversos setores sociais e, ao mesmo tempo, estabelecem um *ethos-movimentalista* comum a todos eles. As demandas desses movimentos se tornam signos e representações simbólicas por intermédio da tradução de seus significados em políticas de cidadania (SCHERER-WARREN, 2008).

Alguns movimentos sociais se tornaram mais expressivos na América Latina atual (sem-terra ou camponeses, sem-teto ou de moradores, indígenas, quilombolas, negros, mulheres, piqueteiros, desempregados, dentre outros) (SCHERER-WARREN, 2008).

Em 1992, foi criada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil), a qual fundou o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária). Para Gohn, essa capacidade organizativa assumiu novos contornos com a ocupação do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, em 1995. A região, foco de uma das principais áreas de terras devolutas do país, grande parte com origem dominial questionável, seria capaz de assentar 20 mil famílias (GOHN, 1997).

Entre 1990 e 1996, mais de 2.300 famílias se organizaram influenciadas pelo MST, provocando sucessivas ocupações de terra. Mais de 40 assentamentos foram instalados, fruto da pressão causada por essa intensa mobilização. Tal projeção teria alçado o MST ao principal espaço de organização e luta dos trabalhadores rurais excluídos das esferas de poder de uma forma geral. (RICCI, 2009).

O fato de a agricultura ser uma atividade econômica importante no país não fez com que os movimentos rurais tivessem mais acessos aos recursos políticos para a efetiva participação democrática.

Segundo Rudá Ricci, a falta de acesso dos movimentos rurais aos recursos políticos se deu na medida em que a intervenção do Estado teria gerado uma relação individual com as agências do Estado, desmobilizando a organização de demandas coletivas ou fragmentando-as em ações de grupos de interesse específicos, à imagem e semelhança da estrutura burocrática estatal (RICCI, 2009).

Em contrapartida, as possibilidades auferidas pelo Estado para participação dos cidadãos na coisa pública teria se dado com mais especificidade nas áreas urbanas, onde há maior concentração populacional, bem como os investimentos públicos em projetos econômicos privilegiariam iniciativas de média ou grande dimensão econômica (RICCI, 2009).

A cristalização dessas áreas deficitárias (do ponto de vista dos investimentos públicos e privados) ocorre mais freqüentemente no meio rural, obrigando as populações *desfilhadas* a reorganizarem os espaços públicos. Em outras palavras, o afastamento do Estado e o aumento de concorrência econômica impelem tais populações a redefinirem – e muitas vezes, construir – novos mecanismos de controle social e gestão pública. Os tradicionais códigos morais parecem ser o pano de fundo para a reconstrução de laços comunitários, agora superando seu papel de referência para as relações privadas, invadindo os espaços públicos e constituindo-se em energia moral para a constituição de laços societários. Assim, parece haver uma passagem dos códigos morais, enquanto fundados em relações marcadas pela fidelidade e afetividade entre os indivíduos, para a consolidação de uma normatividade (racional, portanto) das relações sociais e políticas num determinado território (RICCI, 2009, s/n).

A modificação substancial dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 para os dos anos 1990 decorre da possibilidade formal da participação popular na esfera pública, o que introduz uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado (JACOBI, 2008).

Como vimos anteriormente, os chamados novos movimentos sociais se distinguem dos anteriores pela pluralidade dos direitos a serem conquistados. Na visão de GOHN (1995), os novos movimentos sociais representam a:

[...] expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho (GOHN, 1995. p. 44).

O processo de redemocratização no Brasil, iniciado no final dos anos 1970, possibilitou que um país urbanizado, fragmentado socialmente, pudesse traduzir seus anseios publicamente. A agenda estatal, no entanto, foi inflacionada em um momento em que o país ingressou em uma modificação da política econômica. Nesse aspecto, a sociedade civil estabeleceu contornos mais nítidos, diferentemente da extrema subordinação ao Estado, que por muito tempo foi marcado por uma cultura política paternalista.

Scherer-Warren observa elementos básicos no discurso dos movimentos sociais que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva (SCHERER-WARREN, 1987).

Os movimentos sociais no Brasil na atualidade adquiriram características diversas dos movimentos dos anos 1970 e 1980, dentre elas pode-se observar que as redes e os fóruns representam um espaço privilegiado na *nova* configuração dos movimentos sociais. O Fórum Social Mundial, por exemplo, abriu espaço de debate democrático, fomentando o nascimento de redes e fóruns nos mais diversos segmentos sociais. Nesse sentido, há muitas vezes uma globalização dos valores e das reivindicações dos movimentos sociais, como, por exemplo:

A rede da Via Campesina, que se expandiu no contexto das realizações do Fórum Social Mundial, criou seu espaço próprio de articulação política global e na América Latina. Em 2004 foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, no Brasil (Itaici/SP), sob o lema: "Globalizemos a luta, globalizemos a esperança". Os temas da soberania alimentar, das sementes transgênicas e da reforma agrária, foram centrais. Representantes de organizações camponesas de 80 países compareceram, dentre as quais 18 países de América Latina e Caribe. Neste encontro foram realizadas a "II Assembléia de Mulheres da Via Campesina" e a "I Assembléia de Jovens Camponeses da Via Campesina", articulações que praticaram um ativismo de ação-direta nos anos subseqüentes, como nas ocupações dos canteiros da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. As manifestações também têm sido em solidariedade

aos indígenas e quilombolas, especialmente do Espírito Santo, que perderam suas terras para a referida empresa, bem como, contra o mercado de transgênicos praticado pela Monsanto, Syngenta e Stora Enso (SCHERER-WARREN, 2008).

O pluralismo democrático dos novos movimentos no Brasil e na América Latina repousa nas questões da solidariedade entre os sujeitos coletivos, no reconhecimento das igualdades e diferenças, a partir de uma nova lógica associativa que vem se articulando em redes políticas.

Segundo Scherer-Warren (2008), quando as necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e estes constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social desta situação, nasce uma ação coletiva.

Se, por um lado, este encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido a sua fragmentação e efemeridade; por outro lado, representa um avanço no plano do reconhecimento inter-sujeitos e inter-organizacional, criando um potencial de democratização no plano das relações sociais e políticas. Portanto, opera-se uma dialética em que não apenas o sujeito torna-se ator, conforme afirma Touraine, mas em que o ator em sua prática movimentalista, vai se transformando em sujeito político, o que para as camadas subalternas na América Latina é um acontecimento político relevante, em termos sociais e culturais. É a passagem do indivíduo (do individualismo), ao sujeito (da política do reconhecimento). Isto ocorre porque vivemos numa era em que os interesses dos indivíduos que os ligam em redes são cada vez mais cruzados, diversos e freqüentemente tênues. Luta-se cada vez mais em torno de códigos culturais, valores e interesses diversos. Essa luta se dá, cada vez menos, a partir dos indivíduos e mais sobre a construção de sujeitos sociais (SCHERER-WARREN, 2008).

Os processos comunicativos dos movimentos sociais na atualidade permitem maior diálogo entre os movimentos e as redes. As novas tecnologias têm um papel relevante para a formação de uma sociedade civil cada vez mais ampla e mundializada (SCHERER-WARREN, 2008). Tanto o movimento altermundialização quanto as redes de movimentos específicos têm se beneficiado desses recursos, não só para a comunicação inter-rede, mas também à construção de uma rede de simpatizantes, de solidariedade e para a formação de uma “opinião pública mundial” ou latino-americana, a partir de uma sociedade civil crítica (SCHERER-WARREN, 2008).

A partir de uma pluralidade de demandas, de lutas por reconhecimentos específicos, de participação popular ampla capaz de contemplar a participação política e autônoma dos sujeitos coletivos, os movimentos populares, por meio de

suas redes, vêm se consolidando em uma esfera pública fora da esfera estatal (SCHERER-WARREN, 2008).

Nesse sentido, retoma-se aqui a observação feita por Habermas, mencionada no segundo capítulo, sobre os fluxos comunicativos dos atores sociais na esfera pública. As redes dos movimentos sociais na atualidade se constituem como elementos articuladores da heterogeneidade dos diversos sujeitos coletivos. Assim, os fluxos comunicativos ora se estabelecem nos ideais mais comuns entre os movimentos, tais como trabalho, moradia, direitos humanos, saúde, educação, ecologia e participação democrática, ora se estabelecem em contextos amplos de um *ethos movimentalista*, como por exemplo, a “altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, às guerras imperialistas, contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras” (SCHERER-WARREN, 2008).

O encontro em torno das demandas materiais mais específicas contribui para a construção de identidades coletivas mais restritas, freqüentemente na luta por direitos humanos setorializados. Já, o encontro em torno das plataformas mais gerais contribui para a emergência de movimentos de resistência anti-sistêmica na América Latina. No último caso, trata-se de redes de redes de movimentos sociais, multi-identitárias e multisetoriais, translocais e transnacionais. É neste contexto que movimentos dos sem-terras, indígenas, camponeses, feministas, estudantes, moradores, negros, pastorais sociais, desempregados, piqueteiros etc., em crescimento em vários países da América Latina, dialogam entre si, traduzindo suas especificidades em sentidos comuns da luta de resistência anti-sistêmica. Além das trocas virtuais, há lugares privilegiados para estes diálogos ou manifestações intersetoriais, como nos Fóruns Sociais Mundiais; nas Marchas Mundiais das Mulheres – realizadas anualmente na América Latina, em sintonia com o mesmo movimento globalizado –; os encontros paralelos às Cúpulas Mundiais – como a 3ª Cúpula dos Povos, paralelo a 5ª Cúpula da América Latina, Caribe e União Européia, que reuniu chefes de estado das três regiões, recentemente no Peru. Nesse encontro foi concluído que, enquanto “os governantes reunidos em Lima falam sobre coesão social, mudanças climáticas e redução da pobreza”, os movimentos e organizações sociais afirmam que “a principal causa da desigualdade, da discriminação e da degradação ambiental é a primazia dos mercados sobre os direitos humanos” (SCHERER-WARREN, 2008).

Ao mesmo tempo em que as redes apresentam características voláteis, também sugerem abertura ao pluralismo democrático. As redes dos movimentos sociais representam, na América Latina e, em especial, no Brasil, um campo propício às políticas emancipatórias, na medida em que dialogam com a esfera pública além do Estado e, ao mesmo tempo, influenciam as políticas públicas na esfera estatal, como é o caso do recente reconhecimento do Supremo Tribunal Federal das famílias homoafetivas.

Nas palavras de Scherer-Warren:

[...] as redes de movimentos sociais na América Latina vêm construindo caminhos para uma política emancipatória na medida em que se apresentam abertas à diversidade das organizações sociais da região, vêm colaborando para reescrever a história de ocupação e dominação em cada país, traduzi-la em simbologias e significados para as populações mais excluídas, discriminadas e dominadas no presente, criando utopias de transformação que foram unificadas no lema “um outro mundo é possível” e suas variações de interpretação (2008).

A possibilidade de amplo diálogo no interior da esfera estatal, no entanto, encontra suas restrições, embora a Constituição tenha ampliado a participação política. Há uma complexidade que implica a superação das bases constitutivas das formas de dominação e da cultura política que ainda existem.

### **4.3 As restrições democráticas dos recursos políticos**

Os movimentos sociais, ao se organizarem, demandam direitos e mostram a necessidade de compatibilização entre modernização econômico-administrativa e cidadania (JACOBI, 2008). Esse arranjo ocorre na medida em que o seu impacto na constituição de uma arena societária em expansão lhes permite perceber que a multiplicação de práticas democratizantes pode gerar mudanças nas suas vidas cotidianas (JACOBI, 2008).

Dessa forma, estabelece-se um paradoxo entre as práticas políticas que demandam a participação popular – o que Habermas denomina de Públicos Participativos – e o controle do Estado nas formas de organização e limitação da participação popular nas decisões públicas.

A realidade brasileira é caracterizada pela pouca mobilização de sua população para explicitar uma disposição de utilizar os instrumentos da democracia participativa. Acrescente-se o fato de a maioria das organizações sociais se constituírem em representações relativamente frágeis, ou extremamente especializadas, tendendo a estabelecer relações particularizadas e diretas com a administração pública local. Os grupos organizados, que interagem e pressionam, representam iniciativas fragmentárias que não atingem o cerne de uma sociedade refratária a práticas coletivas. A experiência brasileira traz à tona as ambigüidades e as possibilidades que se colocam para a democratização progressiva da atuação de um Estado enquanto agente de controle ou participação. Referimo-nos, notadamente, à sua capacidade de criar um ambiente facilitador capaz de mobilizar energias e recursos da sociedade, estimular diversos tipos de parcerias e garantir a implantação de políticas que privilegiem um estreito relacionamento entre equidade e participação (JACOBI, 2008, p. 115).

Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação

e participação, nos quais os conflitos se tornem visíveis e as diferenças se confrontem como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo (AVRITZER, 2002).

Muitas das políticas sociais, a partir dos anos 1990, foram implantadas no sentido de maior envolvimento da participação popular na coisa pública, como é o caso dos conselhos. O conceito de participação que está associado à democracia deliberativa e à existência de uma esfera pública, entendido como parte do vínculo histórico da democracia com a criação de novos direitos (JACOBI, 2008, p. 114), no entanto, se afastou da agenda política no Brasil, principalmente diante do envolvimento do Estado com as políticas econômicas.

A constituição de direitos civis, políticos e sociais baseia-se no exercício de práticas de cidadania que garantem a sua liberdade como cidadãos. As diferenças entre as sociedades modernas são significativas. Enquanto algumas sociedades avançaram muito, notadamente nos estados de bem-estar social, na maioria dos países, as desigualdades materiais impedem a efetiva realização de liberdades. A isto acrescentam-se os *déficits* de formação política de opinião e da possibilidade de efetiva participação nos processos decisórios (JACOBI, 2008, p.115).

Durante os anos que seguiram à promulgação do texto constitucional, o Estado brasileiro não proporcionou uma agenda de gestão com ampla participação cidadã. Ainda assim, os movimentos sociais posteriores à Constituição de 1988 se caracterizam pelo engajamento em práticas que demandam a participação popular.

Segundo Jacobi, o processo de construção da cidadania é marcado por relações complexas. Para tanto, o autor explicita três dinâmicas concomitantes: o reconhecimento e a construção das identidades dos distintos sujeitos sociais envolvidos; o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos distintos sujeitos sociais; a definição de novas agendas de gestão. Esses aspectos se referem, notadamente, quanto à extensão dos bens a amplos setores da população (universalidade e equidade) (JACOBI, 2008).

A democracia deliberativa pressupõe o agrupamento de cidadãos que se organizam para enfrentar a exclusão social por meio da deliberação pública. A necessidade da existência de espaços públicos e a ampliação de atores sociais são instrumentos precípuos para a existência efetiva da democracia.

Nesse sentido, as ONGs se tornaram veículos de organização societária, em especial no auxílio de elaboração de projetos viáveis de inclusão social. Outras

esferas da sociedade civil, mesmo sem auxílio das ONGs, estabeleceram organizações atuantes.

Doimo, referindo-se ao início dos anos 1990, diz que, no centro dessas mudanças na sociedade civil, o movimento popular passa a significar

uma categoria de auto-identificação de um campo multicentrado de redes movimentalistas, recobertas por um repertório comum de linguagem; um campo que [...] circunscreve um universo particular de relações e representações, reelaboradas por várias identidades internas que disputam os recursos do poder aí produzidos (DOIMO, 1995, p. 213).

Diversos exemplos ocorridos do final dos anos 1990 até a atualidade podem ser citados: orçamento participativo, conselhos municipais de saúde, segurança, habitação, educação, COREDES, dentre inúmeras outras formas de participação político-social. A participação direta dos sujeitos na esfera pública, a partir dos recursos proporcionados pelo Estado, no entanto, é restrita. Quiçá isso justifique um maior engajamento dos sujeitos na política por meio das relações dos movimentos com as redes sociais, como mencionado acima.

Na realidade, a existência de novos recursos políticos, que possibilitam a ampla participação da sociedade civil na esfera pública, não se consolidou efetivamente como modelo democrático no Brasil. As experiências com o orçamento participativo se esvaziaram nas gestões políticas posteriores dos partidos de centro e de direita.

Não houve de fato uma continuidade nas políticas de participação nas cidades em que essas experiências estavam se consolidando. Embora haja, efetivamente, maior disponibilidade de recursos políticos no que diz respeito à participação da sociedade civil na esfera pública, existe um grande atrelamento à disponibilidade de proporcionar recursos públicos por parte do Estado.

No caso da participação dos atores sociais em conselhos municipais, Jacobi observa que:

Dados do Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (Sicme), que traça o perfil dos Conselhos e dos conselheiros em todo o país, mostram que mais de 30% dos conselhos municipais de educação no Brasil têm como presidente o próprio secretário de educação ou uma pessoa indicada pelo prefeito. Esta é uma das conclusões de uma pesquisa sobre o Perfil dos Conselhos Municipais de Educação, realizada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). De acordo com a pesquisa, dos 5.561 municípios brasileiros, 56% não têm conselhos; em 64% dos municípios onde o conselho existe, o presidente é eleito por um colegiado; em 22%, o presidente é o secretário de Educação; e em 10% o titular é indicado pelo prefeito. Os 2% restantes indicaram outros meios de escolha. Essas instâncias de gestão compartilhada são fundamentais para a qualidade da educação, pois fiscalizam os municípios

na hora de gastar os recursos para a compra da merenda e transporte escolar. Segundo o MEC, muitos municípios desativam os conselhos por falta de capacitação dos conselheiros, por dificuldade de acesso à legislação educacional ou pela falta de preparo para interpretação dessas leis (JACOBI, 2008, p. 123).

Os dados apresentados no trabalho de Jacobi demonstram que a participação efetiva dos atores sociais engajados na gestão pública, assim como os setores participativos da sociedade civil, não tem muito impacto na democratização da gestão (JACOBI, 2008).

O déficit popular na gestão da coisa pública está diretamente relacionado com a disponibilidade do Estado em autorizar recursos políticos e de influenciar a população na participação da gestão pública.

Algumas experiências inovadoras, como a de São Paulo entre 1989 e 1992 (JACOBI, 2000), revelaram que a dinamização das instâncias participativas, apesar da resistência do funcionalismo, possibilitou avanços na autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas. Os alcances da participação, apesar do estímulo da Administração, estavam muito relacionados ao nível de mobilização, organização e pressão existentes nos bairros. Os Conselhos de Escola foram incentivados pela Administração e seus resultados foram diversificados, principalmente pela inexistência de um *ethos* efetivamente participativo na população. O desafio colocado era romper com as relações de poder existentes, valorizando e resgatando a noção de escola, acomodando a demanda e estimulando mecanismos de co-responsabilização da população na dinâmica da gestão, motivando o protagonismo dos setores mais excluídos. A lógica hierarquizada gerou dificuldades no nível organizacional e as resistências se centravam, principalmente, no preconceito e no questionamento, pelo corpo diretivo e docente, sobre o caráter deliberativo dos Conselhos e a descentralização do poder, revelando resistência em dividir o poder (JACOBI, 2008, 124).

Os conselhos gestores têm possibilitado, ainda que com as peculiaridades e complexidades de cada localidade, a dimensão participativa e plural dos atores sociais.

Apesar dos conselhos gestores representarem a possibilidade de participação social, a grande indagação está relacionada com a capacidade de traduzir-se em práticas inovadoras e em uma efetiva democratização nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos. (TATAGIBA, 2002). A democracia deliberativa se caracteriza pela possibilidade dialógica de constante interação social e pela possibilidade de articulação organizacional dos atores sociais envolvidos.

[...] o nível de legitimidade e representatividade política dos membros; a efetiva disponibilidade de recursos para o setor ou programa envolvido; o grau de socialização das informações; o grau de compromisso com o empoderamento dos beneficiários; e a capacidade de acomodação de conflitos entre os atores envolvidos. Isto traz à tona a dimensão institucional e, notadamente, a consolidação de práticas participativas e sua efetiva implementação enquanto espaços deliberativos e com ampla

representatividade. Contudo, a principal questão no elenco dos *limites* relaciona-se à identificação dessas instituições nomeadas de instrumentos de controle e participação social como portadoras de real significado representativo. Isto nos remete à dificuldade de se distinguir, empiricamente, entidades *de papel* daquelas *orgânicas* de fato, quando a tradição, a prática e o registro do controle social são ainda embrionários no país (JACOBI, 2008, p. 128).

O grau de maior ou menor envolvimento dos atores políticos na deliberação e gestão pública depende de diversos fatores, entre eles se destaca a efetiva disponibilidade dos recursos políticos para a consolidação da gestão democrática. Ocorre que, em sua maioria, os municípios brasileiros são pobres e não dispõem das condições necessárias para assumir um papel inovador (JACOBI, 2008).

Na atualidade, a maioria dos municípios ainda se caracteriza como sendo desprovido de condições mínimas de sustentação, o que configura a sua dependência, tanto do governo estadual quanto do federal. A falta de recursos econômicos revela ainda a restrita capacidade técnica e administrativa de estados e municípios, principalmente dos mais pobres, para atender aos critérios de habilitação exigidos para uma gestão mais adequada (JACOBI, 2008).

Outra grande dificuldade em disponibilizar e fortalecer os recursos políticos para a criação de espaços deliberativos se dá pela carência de processos educativos necessários que possam garantir as condições de acesso às informações e impactos da atuação local. A ausência desses processos ocorre notadamente nos grupos sociais mais vulneráveis (JACOBI, 2008) que necessitam de maiores informações e de políticas educativas para se integrarem nas práticas de cidadania.

É necessário que os espaços públicos sejam abertos à participação política, os quais, no entanto, necessitam de recursos políticos complexos que se estabeleçam desde a real possibilidade dos municípios em abrir tais possibilidades, bem como promover o acesso a elas por meio de processos educativos.

As organizações sociais, mesmo diante da escassez de recursos políticos, têm estabelecido formas de engajamentos sociais diversos. Retomando Habermas, a democracia tem como objetivo a inclusão de todos na comunidade, o que se dá por intermédio da comunicação. Assim, a democracia tem sido vinculada “à participação ativa e co-responsável da população em questões de interesse público, via instâncias consultivas, deliberativas e de gestão” (GAIGER, 2011)

A desigualdade social tem propiciado, no Brasil e na América Latina, a exclusão e a discriminação imposta por padrões socioculturais dos cidadãos na vida política. Embora haja instrumentos jurídicos para uma maior participação dos cidadãos na vida pública, as discrepâncias econômicas e sociais somam-se no campo da não efetividade dos direitos constituídos.

Os cidadãos brasileiros permanecem profundamente desiguais, do ponto de vista dos seus recursos econômicos, da discriminação imposta por padrões culturais ainda vigentes e da sua vulnerabilidade a círculos de dependência e subordinação política. Na ausência de processos de fortalecimento desses novos sujeitos, preservando a sociedade civil como terreno primordial da introdução de valores e práticas capazes de incidir sobre a agenda pública, a sociedade política preserva-se como pólo decisório, acarretando ciclos viciosos, nos quais a vida social não se referencia senão no aparato estatal, politizando-se verticalmente (GAIGER, 2011).

A restrição popular, no que diz respeito à atuação dos cidadãos na coisa pública, dá-se também diante do fato de o aparato estatal restringir a disponibilidade de recursos políticos no que se refere à atuação dos sujeitos na tomada de decisões do Estado.

É possível perceber tal situação nas práticas políticas cotidianas do Estado, na medida em que, ao institucionalizar as demandas sociais e criar agências especializadas, passa a ter um “certo controle” sobre as reivindicações dos movimentos, ainda que haja diálogo. Esse “controle” se dá no sentido do Estado assegurar as identidades políticas no âmbito da estrutura burocratizada própria do Estado por intermédio das agências.

Ainda assim, os movimentos sociais que ensejaram a promulgação de direitos fundamentais no texto constitucional se deslocam para a participação política, seja ela partidária, seja para além dos tradicionais formatos de participação política, como o caso do terceiro setor que passou a influenciar o fortalecimento da sociedade civil para que ela possa influir nas políticas públicas, das redes e fóruns de participação, dentre outros. Além disso, outras organizações, independentes de ONGs ou dos recursos políticos auferidos pelo Estado, têm surgido, como é o caso dos Empreendimentos de Economia Solidária.

A linha investigativa que orienta o desenvolvimento da presente tese conduz à análise do surgimento dos Empreendimentos de Economia Solidária e de suas características participativas. Esse recorte se dá tanto em suas organizações internas, ou seja, no sentido da efetiva participação dos atores da economia solidária na sua própria organização e na tomada de decisões consoantes os rumos dos

empreendimentos, como no que tange à participação social dos empreendimentos na esfera pública, por intermédio de envolvimento com políticas sociais e participação em fóruns e redes sociais.

Em janeiro de 2001, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, foi lançado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Além da participação no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, os empreendimentos de economia solidária apontam ampla participação política interna, no sentido de tomadas de decisão cotidianas do empreendimento, como também articulação com diversas redes e movimentos sociais, como veremos no capítulo seguinte, com base nos dados do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES).

As plenárias organizadas pelo FBES<sup>19</sup>, bem como pelas redes e movimentos sociais, nos quais os empreendimentos se inserem, têm proporcionado espaços políticos, cujas decisões sobre os rumos dessa nova forma econômica têm sido alicerçadas em processos tendencialmente *dialógicos*, em que os atores tendem a participar nos processos de decisão (internos e externos), pelo processo comunicativo e de interação múltipla.

Na terceira parte que segue, o estudo objetiva investigar a participação dialógica no âmbito da economia solidária, tanto em seus aspectos sociopolíticos como na relação interna dos empreendimentos.

As redes e fóruns de articulação têm se constituído como meios importantes dos fluxos comunicativos entre os movimentos sociais. A economia solidária apresenta grandes vínculos com essas formas de participação sociopolítica. Diante disso, utilizando os dados da base do mapeamento em economia solidária, pretende-se analisar os níveis de participação externa, bem como as formas internas de participação e a convergência entre elas.

---

<sup>19</sup> O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (<http://www.fbes.org.br>).

## 5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a economia solidária, suas principais características, articulações sociais e políticas, e mostrar como se deu sua implementação no Brasil. O crescimento da economia solidária tem se tornado evidente nas últimas décadas, assim como muitos estudos acadêmicos em relação ao tema têm evidenciado vínculos sociais além dos vetores econômicos.

A terceira parte do trabalho tenciona a investigação – com base em estudos dos dados do mapeamento de economia solidária e de outros estudos acadêmicos que têm proporcionado maiores avanços na compreensão desses novos protagonismos populares – das experiências associativas, comunitárias, das movimentações e mobilizações sociais no âmbito dos processos democráticos internos e externos dos empreendimentos de economia solidária.

A terceira parte do trabalho tenciona a investigação das experiências associativas, comunitárias, das movimentações e mobilizações sociais no âmbito dos processos democráticos internos e externos dos empreendimentos de economia solidária. Esse exame foi possível pelos dados oriundos do mapeamento de economia solidária e de outros estudos acadêmicos que têm proporcionado maiores avanços na compreensão desses novos protagonismos populares.

A economia solidária tem apresentado características centradas na valorização do ser humano, assim como o envolvimento na dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Além da relação de trabalho e de renda, as experiências de economia solidária têm se projetado no espaço público, como movimento social, no qual os sujeitos participam ativamente da conquista de direitos. Assim, a economia solidária tem reafirmado a emergência de atores sociais, a emancipação dos trabalhadores como sujeitos de suas próprias histórias, motivados por experiências positivas de participação, do exercício da democracia e de reconhecimento social.

A análise dos empreendimentos repousa, ainda, em fatores que propiciaram a evolução das experiências associativas em movimentos e redes, articulados entre si, e na ampliação das ações políticas por intermédio da democracia dialógica.

As transformações sociais no âmbito democrático merecem melhores observações, em especial as iniciativas capazes de “instituírem outras formas de vida, por estarem imbuídas do valor da justiça, de um *ethos* redistributivo e de um ensejo de humanização” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). A dimensão política da economia solidária de um “agir no espaço público” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.), confere-lhe uma dimensão política fundamental,

pois supõe também mudança ou transformação institucional, que se faz, porém, num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 19).

O presente capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o surgimento da economia solidária, desde seus princípios associativos iniciais na Europa, bem como a concepção atual da economia solidária no Brasil. A segunda parte tem como objetivo demonstrar as características gerais dos dados do Mapeamento de Economia Solidária no âmbito da participação democrática, conectando-os com a literatura que envolve o tema. Na terceira parte, apresentam-se os mecanismos deliberativos presentes no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, na medida em que esse evento representa um importante palco dialógico na articulação dos empreendimentos na esfera pública.

## 5.1 O surgimento da economia solidária

A economia solidária é um conceito “amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da solidariedade” (LAVILLE; GAIGER, 2009). A expressão está relacionada a diversas atividades econômicas tais como grupos associativos, redes e clubes de trocas, cooperativas, empresas de trabalhadores, dentre inúmeras outras, e tem origem nos princípios solidários que impulsionaram as lutas sociais desde o início da Revolução Industrial na Inglaterra.

Em 1844, em Rochdale, na Inglaterra, foi fundada uma sociedade cooperativa, a *Society of Equitable Pioneers*, cuja forma de organização e de gestão influenciou as modernas cooperativas. Segundo Singer: “a saga dos Pioneiros Equitativos de Rochdale epitomiza uma nova etapa da história do movimento operário, de confronto e adaptação ao capitalismo” (SINGER, 1998, p. 99).

A cooperativa de Rochdale apresentava características de cooperação e de formas de melhorias na vida social dos trabalhadores, bem como a participação democrática no preâmbulo do seu estatuto. A sociedade tinha como objetivos e planos, “tomar medidas com vistas ao interesse pecuniário e ao melhoramento das condições sociais e familiares de seus membros” (SCHNEIDER, 2003, p.45).

A longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX, tem sido a expressão da impossibilidade de muitos trabalhadores viverem segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado e conforme a sua sociabilidade intrínseca (LAVILLE; GAIGER, 2009), assim como a de experiências capazes de relacionar a economia, a política e as relações sociais entre si e de forma contrária aos princípios utilitaristas.

Segundo Lechat (2002), no entanto, o surgimento das formas econômicas associativas decorre dos episódios de crise econômica, apresentando diferentes características nos mais diversos períodos históricos. A autora ilustra sua afirmação destacando alguns desses momentos ocorridos na Europa, que alavancaram formas associativas de cooperação entre os trabalhadores:

Segundo Lechat (2002), no entanto, o surgimento das formas econômicas associativas decorre dos períodos de crise econômica, apresentando diferentes características nos mais diversos períodos históricos.

A autora destaca alguns momentos históricos na Europa nos quais se evidenciaram crises econômicas, bem como as formas associativas de cooperação entre os trabalhadores, que se formaram nesses períodos:

As décadas de 30 e 40 do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletários essas iniciativas tentaram amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pela doença e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre essas associações. A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores [...]. A depressão econômica dos anos 1929-1932 provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra Mundial, levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários (LECHAT, 2002, p.3).

A difusão da economia de mercado, no início da sociedade europeia moderna, “parecia conter um fundamento adequado à nova ordem social, em razão

da previsibilidade e constância do seu princípio organizador, que viria a suplantar definitivamente a ordem progressa” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163). As disparidades entre riqueza e miséria, no entanto, fizeram ativistas sociais e operários propugnarem “por um mecanismo de coordenação oposto à lógica do interesse, por intermédio do vínculo associativo, contraído voluntariamente e cultivado mediante atividades econômicas” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163).

A economia social e solidária europeia relacionou-se “ao movimento associacionista operário da primeira metade do século XIX que se colocava diante da problemática do direito ao trabalho” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.177). O associativismo surgiu como resposta de operários e camponeses às turbulências sociais provocadas pela Revolução Industrial (GAIGER, 2009). Ocorre que as experiências sociais e solidárias modificaram-se ao longo da História:

Em tais iniciativas, as relações de poder e a repartição dos ganhos subordinam-se ao primado das pessoas diante do capital e à finalidade principal de garantir benefícios aos membros. A rentabilidade econômica representava antes um meio do que um fim, orientando-se pelos objetivos sociais das organizações (GAIGER, 2009, p. 82).

Desde o surgimento das experiências associativas no século XIX até as políticas intervencionistas do Estado, que proporcionavam garantias sociais aos trabalhadores, em meados do século XX, a economia solidária europeia sofreu transformações expressivas. Durante o século XX, a forte especialização e a profissionalização gestonária, baseadas “em lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou importadas do mercado” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.), propiciaram o desenvolvimento de uma economia social “altamente institucionalizada” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.), como um apêndice do Estado, o que fez com que a perspectiva da economia solidária desaparecesse em um primeiro e longo período em favor do desenvolvimento de uma economia social extremamente ligada ao Estado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No limiar do século XX, a Economia Social começou a apresentar sinais de debilitamento. De um lado, o movimento operário perdeu aos poucos o seu élan mobilizador, por motivos contrapostos: ao mesmo tempo em que os duros confrontos com as forças dominantes minavam a resistência dos trabalhadores, seu ardor era afetado pelo avanço inelutável das relações capitalistas e por novas vias de saída, como a migração ao ultramar e a mobilidade ocupacional ascendente, favorecida pelo mercado de trabalho. De outro lado, a Economia Social sofreu um processo de assimilação ao regime dual Estado-Mercado. À medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riquezas e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário. A institucionalização da Economia Social engendrou sua fragmentação e perda de unidade. As mútuas, sob controle do Estado, foram relegadas à

função de dispositivos complementares dos sistemas de seguridade social (GAIGER, 2009, p. 83).

Nesse contexto, a economia social institucionalizada proporcionou o afastamento dos ideais cooperativos de igualdade e democracia, em prol da competência profissional gestonária e da competitividade do mercado. As cooperativas se lançaram no mercado, adaptando-se ao ambiente competitivo. “Essas tendências, aliadas a processos de especialização e tecnificação dos organismos da Economia Social, resultaram no sufocamento gradual da sua dimensão política combativa” (GAIGER, 2009, p. 83).

O ressurgimento da economia solidária europeia, na atualidade, se estabeleceu de forma distinta da economia social acima referida, no sentido de afastar a economia institucionalizada pelo poder público ou pelo mercado, por intermédio “da afirmação da dimensão política da sua ação” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.).

É precisamente em relação às características atuais da economia social que vem demarcar-se a noção de economia solidária, através da afirmação da dimensão política da sua ação. O que nos leva a defini-la como experiências apoiando-se sobre atividades econômicas para a realização de objetivos sociais e que concorrem para a afirmação de ideais de cidadania. Isto significa também enxergá-la como um processo de democratização da economia através do engajamento dos cidadãos. O que implica, sob certo aspecto, um movimento de renovação ou de reatualização da economia social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 178).

A economia solidária nos países do Norte destacou-se a partir dos anos 1980, com ênfase na reciprocidade e no debate em torno das grandes questões sociais (GAIGER, 2009). Desde os anos 1960, no entanto, as viravoltas experimentadas nos padrões culturais e na vida cotidiana introduziram novas pautas e formas de engajamento (GAIGER, 2009).

Com o descenso progressivo das grandes ideologias políticas, as formas usuais de militância cederam espaço a envolvimento que buscavam respostas a problemas específicos ou de interesse difuso, como a discriminação racial, a paz e a sobrevivência no planeta. A reconvenção capitalista, ao provocar o aumento do desemprego e gerar novas formas de exclusão social, estimulou a busca de alternativas, para as quais concorreram indiretamente outros fatores: a evolução demográfica causada pelo envelhecimento da população, pelo novo perfil das uniões conjugais e pela progressão das atividades femininas; a valorização e multiplicação dos serviços de cuidados às pessoas; o incremento das desigualdades engendrado pela sucessão de políticas neoliberais e pelo modelo de globalização resultante (GAIGER, 2009, p. 84).

Segundo Hespanha, a característica mais marcante da economia solidária atualmente é a pluralidade (HESPANHA, 2009), na medida em que diversas formas

de empreendimentos coexistem, tais como antigas e novas formas cooperativas e mutualistas, organizações sociocaritativas, empresas sociais e solidárias, empresas auto-geridas e alternativas, sistemas de trocas locais, comércio justo, instituições financeiras e solidárias, produção, consumo, iniciativas rurais, dentre outras (HESPANHA, 2009).

A heterogeneidade é um elemento constitutivo da economia solidária. Nesse sentido, a complexidade dos tipos de empreendimentos permite que convirjam não só aqueles empreendimentos que assumem uma utilidade imediata, como também os que possuem uma ambição futurante (NAMORADO, 2009).

Nos países periféricos, como é o caso das nações da América Latina, a economia solidária teve origem na economia popular, diferentemente do caso europeu no qual a economia solidária originou-se da economia social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). As experiências econômicas alicerçadas na reciprocidade e troca, no entanto, sempre subsistiram:

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais, urbanos, indígenas e imigrantes que valorizam as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. Desde então, mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu um elemento estruturante da vida econômica de parcelas expressivas da população (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163).

Segundo Razeto (1993), ainda que a economia solidária seja oriunda da economia popular, trata-se de conceitos distintos, pois nem toda a economia popular é solidária e vice-versa. Em 1984, Razeto utilizou o termo *economia da solidariedade* a fim de explicar as formas de economias populares que tinham como preceito cooperação, solidariedade, democracia, coletividade, dentre outras características. Embora tais particularidades estejam presentes, mais comumente, nas economias populares, muitas formas econômicas de solidariedade que não são populares também podem apresentar tais preceitos. As cooperativas formadas por médicos, advogados, ou outros tantos profissionais liberais, ilustram que nem todas as agremiações são de cunho popular.

A economia popular diz respeito ao conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos das classes trabalhadoras (ICAZA;

TIRIBA, 2009). Está vinculada “às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais, como imateriais” (ICAZA; TIRIBA, 2009, p. 150).

Para Coraggio, a economia popular diz que respeito “à lógica da reprodução ampliada da vida é o principal elemento que diferencia economia popular de outros setores econômicos” (CORAGGIO, 1991, p. 334).

Segundo Razeto, as formas econômicas alternativas que têm surgido a partir das concepções de cooperação, autogestão, coletividade, democracia, etc., se contrapõem às formas sociais do capitalismo clássico, no sentido de estabelecer relações do homem com o trabalho, relações comunitárias, de bem comum, potencializando a solidariedade (RAZETO, 1997).

Aníbal Quijano observa a economia solidária como uma alternativa às formas econômicas tradicionais, calcada em novas relações sociais, que possui a solidariedade como elemento necessário à proposta alternativa, mas que não é suficiente para caracterizar outra forma de produção (QUIJANO, 2002).

Segundo Coraggio, as relações que se fortalecem na economia social e solidária, vão além do capital, e importam em

reconhecer, recuperar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, para que se alcancem outros produtos e resultados desejáveis e para que se possa desfrutar plenamente a vida cotidiana, a qual também inclui trabalho como experiência de deleite e fraternidade (CORAGGIO, 2009, p.122).

Para Gaiger, o conceito de economia solidária, na América Latina, refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam a um ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã (GAIGER, 2009, p. 85). Para o autor, a solidariedade diz respeito “à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos” (GAIGER, 2009, p. 85).

No Brasil, as cooperativas surgiram no sul do país, no início do século XX. Tratava-se de cooperativas principalmente rurais. A economia popular de ajuda mútua, no entanto, sempre esteve presente, como é o caso da tradição do “mutirão nas práticas de produção dos grupos populares, muito comum em nossa realidade” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Uma das primeiras aparições do que seria posteriormente designado como *economia solidária* no Brasil ocorreu na década de 1980, por meio dos Projetos Comunitários Alternativos (PACs), patrocinados pela Cáritas, organização social da Igreja Católica. O ativismo da Igreja Católica durante os anos 1980 estabelecia a ideia do “povo como sujeito da sua própria história” e a Igreja, como vimos no terceiro capítulo, teve grande importância nos movimentos sociais na década.

Durante o final da década de 1980, havia aumentado significativamente o número de trabalhadores desempregados no país e o ressurgimento dos empreendimentos associativos foi mais intenso no mesmo período, bem como a conexão dos empreendimentos com redes e movimentos sociais.

No Brasil, a economia solidária faz sua primeira aparição na década 80, com os PACs [...]. Ainda nesta década, surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que passou a ocupar terras de latifúndios produtivos, visando à sua desapropriação para fins de reforma agrária. O MST logrou conquistar vários assentamentos de reforma agrária, onde milhares de famílias, de posse da terra, começaram a cultivá-la. Em 1989, um encontro nacional do MST decidiu adotar o cooperativismo como organização da economia nos assentamentos (SINGER, 2003, p. 259).

Durante a década de 1990, inúmeras empresas entraram em processo falimentar. As dívidas das empresas com os trabalhadores, por conta das rescisões e a impossibilidade de efetivo pagamento aos funcionários, fizeram os sindicatos auxiliarem os operários a formar associações, cooperativas e arrecadar os bens da massa falida como forma de pagamento e de manutenção dos postos de trabalho.

Os primeiros grupos de trabalhadores a arrecadar as empresas falidas pelos créditos trabalhistas formaram empresas de autogestão, normalmente formalizadas como cooperativas<sup>20</sup>.

Constata-se que houve, no entanto, grande dificuldade em estabelecerem-se como cooperativas de trabalho pela impossibilidade de concorrerem com as empresas capitalistas. Além disso, a cultura de que somente formas capitalistas e hierárquicas de gestão poderiam ser eficientes e de que nas empresas autogestionárias os trabalhadores deveriam abrir mão dos direitos trabalhistas (tais como férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.), motivou

---

<sup>20</sup> O sindicato, como representante legal dos trabalhadores, intervém perante a justiça e promove a formação de uma associação dos empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa. A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável (SINGER, 1998, p. 87).

técnicos e administradores a não fazerem parte, em sua grande maioria, das cooperativas que se formavam a partir de empresas em processo falimentar. Os empregados que ocupavam cargos com melhores remunerações, pertencentes aos quadros administrativos, via de regra, não participaram das cooperativas. Essa lacuna, evidentemente, dificultou o enfrentamento de questões que anteriormente competiam às pessoas especializadas, os gestores.

Mesmo diante das inúmeras dificuldades apresentadas, as experiências de empresas que surgiram a partir da arrecadação de massas falidas pelos trabalhadores, bem como outras formas associativas, cresceram pelo país. Segundo Gaiger (2004c), por um lado, os protagonistas das formas associativas se sentem pressionados

pela crise estrutural do mercado de trabalho; por outro, vêem-se motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, de parcela do sindicalismo e de inúmeras entidades civis, pela oferta e impulsão desses agentes mediadores na direção de soluções coletivas (GAIGER, 2004c, p. 800).

Em 1994, ocorreu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, no qual surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG<sup>21</sup>. A entidade surgiu não somente para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e, ao mesmo tempo, pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias (SINGER, 1998, p. 89).

Diante do crescente aumento do desemprego e das dificuldades das formas de economia popular convencionais em assegurarem condições de vida e mínima segurança, diversos empreendimentos de economia solidária se formaram em todo o país durante a década de 1990.

Em janeiro de 2001, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, foi lançado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A intenção do Fórum, desde sua criação oficial em julho daquele mesmo ano, tem sido propiciar uma

---

<sup>21</sup> Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, entre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção alternativa. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag (SINGER apud NAKANO, 1998 p. 89).

maior participação dos Empreendimentos de Economia Solidária na esfera pública, ao invés de limitar-se aos pequenos espaços totalmente isolados do cotidiano da maioria da população. A finalidade do Fórum consiste em trocar experiências e refletir sobre os desafios dos empreendimentos, além de unificar as lutas e incrementar a força de pressão das iniciativas locais.

As plenárias organizadas pelo FBES<sup>22</sup> têm proporcionado arenas políticas, cujas decisões sobre os rumos dessa nova forma econômica têm sido calcadas em processos tendencialmente *dialógicos*, nos quais os sujeitos participam ativamente dos processos de decisão, pelo processo comunicativo e de interação múltipla. Veremos adiante as características principais dos empreendimentos e dos atores sociais que compõe o FBES.

Os estudos sobre os elementos mobilizadores e sobre as propriedades dessas organizações têm demonstrado a vigência de práticas sociais que ultrapassam as noções mercantis. Criam-se novas relações sociais, capazes de agir em espaços públicos, fazendo com que os atores participem de políticas sociais por meio de ações cooperativas e solidárias.

[...] os dados do mapeamento deixam para trás algumas idéias preconcebidas. Eles indicam que há um número considerável de organizações econômicas efetivamente dirigidas por trabalhadores, que se associam livremente e cooperam entre si, algo, portanto bem distinto do fenômeno das cooperativas de fachada e de outras estratégias patronais de aviltamento do trabalho. Além disso, o porte e os resultados econômicos de boa parte dessas organizações demonstram que não se trata necessariamente de uma economia de micro-escala, efêmera e limitada a estratégias de subsistência. Nada indica que a mortalidade dos empreendimentos solidários seja igual ou superior àquelas das empresas convencionais (GAIGER, p. 2008b).

Em 2006, uma Portaria Ministerial do Ministério do Trabalho e Emprego instituiu o SIES (Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária), que constituiu um banco eletrônico de dados sobre os empreendimentos de economia solidária no país.

---

<sup>22</sup> O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (<http://www.fbes.org.br>).

Em 2007, foi concluído o primeiro levantamento nacional sobre economia solidária. Anos antes, havia sido criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária que, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cadastrou os empreendimentos existentes no país, o que constituiu uma iniciativa pioneira para identificar e caracterizar essas formas de organização do trabalho.

Diversos trabalhos anteriores aos dados divulgados pelo SIES, no entanto, já dimensionavam elementos quantitativos e qualitativos de extrema importância em analisar a complexidade dos empreendimentos de economia solidária<sup>23</sup>. Em destaque, o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) tem desenvolvido diversas pesquisas sobre o tema, as quais serviram de aportes fundamentais a este estudo.

## **5.2 Características gerais registradas pelo mapeamento de economia solidária no âmbito da participação democrática**

As questões abordadas neste trabalho estão vinculadas às concepções democráticas, em especial ao papel reflexivo do processo de emancipação social como constitutivo da democratização da esfera pública.

Nesse sentido, pretende-se observar a aproximação dos mecanismos democráticos presentes nas relações internas e externas dos Empreendimentos de Economia Solidária com as concepções da democracia deliberativa proposta por Habermas.

A construção de novos projetos baseados na solidariedade, a partir de sujeitos emancipados – capazes de discutirem e de revalidarem as regras sociais –, constitui-se um componente democrático de alta intensidade, tendo em vista que

---

<sup>23</sup> A Unitrabalho, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, fundada no espírito de consorciar as Universidades em torno de ações em prol do conhecimento e da emancipação do mundo dos trabalhadores, veio com naturalidade a integrar os esforços, teóricos e práticos, de compreensão e de propulsão das iniciativas de economia solidária. Buscando materializar o princípio de que toda intervenção social, para ser transformadora, deve estar apoiada em uma visão crítica, continuamente problematizada, a Rede instituiu um grupo de discussão em 1998, sob a liderança do prof. Paul Singer. [...] A seguir, a Rede lançou um programa permanente de assessoria, formação e estudos no campo da economia solidária, hoje envolvendo dezenas de universidades (GAIGER, 2004a, p.9).

exercem influência direta nos mecanismos de decisão de poder do Estado, colocam o núcleo do debate para além das esferas parlamentares.

Na proposta habermasiana, os arranjos democráticos deliberativos transpassam a dimensão da solidariedade, comunicação e emancipação dos sujeitos pela legitimidade de suas interferências na esfera pública.

As experiências participativas dos empreendimentos sejam interna sejam externamente, em suas conexões com redes de interação participativa, emprestam um conteúdo político à inserção local das suas iniciativas (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166). Os valores inerentes às práticas de autogestão, tais como solidariedade, reciprocidade, bem comum estabelecem novas noções de justiça e de interesse público. Mediante sua projeção na esfera pública, por meio da participação cidadã, a economia solidária qualifica-se como um ator da solidariedade democrática (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166). A capacidade de produzir mudanças a partir da livre associação, no entanto, “depende ainda das articulações com o poder público” (GAIGER; LAVILLE, 2009), pois o poder público é o “único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade” (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

A base de dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil aponta que os empreendimentos têm estabelecido vínculos sociais comprometidos com o desenvolvimento humano, com a gestão democrática na relação de trabalho, bem como preocupação ambiental e de envolvimento dos sujeitos na esfera pública.

O levantamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) cadastrou 21.885 empreendimentos de economia solidária no país. Com a base de dados sobre os EES, é possível perceber diversos contextos da economia solidária no Brasil.

O aprofundamento da análise dos dados e a discussão sobre a dimensão da participação sociopolítica dos ESS serão feitos no capítulo seguinte, com maiores detalhes. Neste capítulo, serão apresentados dados mais gerais do mapeamento, a fim de contextualizar os empreendimentos, os contextos de participação interna dos(as) sócios(as) e suas relações sociais em redes, fóruns, ações comunitárias, movimentos sociais e populares, dentre outros, traçando uma fisionomia geral dos dados do mapeamento.

No Brasil, as cooperativas e formas de gestão associativas tiveram origem no início do século XX. Somente a partir dos anos 1980, no entanto, que os empreendimentos associativos começaram a surgir de forma mais significativa.

Os dados do mapeamento, no entanto, demonstram que a grande maioria dos empreendimentos se formou nas décadas de 1990 (26,9%) e 2000 (62,8%), demonstrando que o fenômeno das formas econômicas calcadas na solidariedade é recente no país.

Tabela 1: Crescimento da economia solidária – Décadas de início dos empreendimentos

DÉCADAS DE INÍCIO DOS EES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	VALIDADE PERCENTUAL	CUMULATIVO PERCENTUAL
1901 - 1910	5	0,0	0,0	0,0
1911 - 1920	4	0,0	0,0	0,0
1921 - 1930	15	0,1	0,1	0,1
1931 - 1940	25	0,1	0,1	0,2
1941 - 1950	15	0,1	0,1	0,3
1951 - 1960	40	0,2	0,2	0,5
1961 - 1970	97	0,4	0,4	0,9
1971 - 1980	264	1,2	1,2	2,2
1981 - 1990	1.901	8,7	8,8	11,0
1991 - 2000	8.556	39,1	39,7	50,6
2001 - 2007	10.653	48,7	49,4	100,0
Total	21.575	98,7	100,0	
Sistema	280	1,3		
Total	21.855	100,0		

Fonte: SIES – 2007

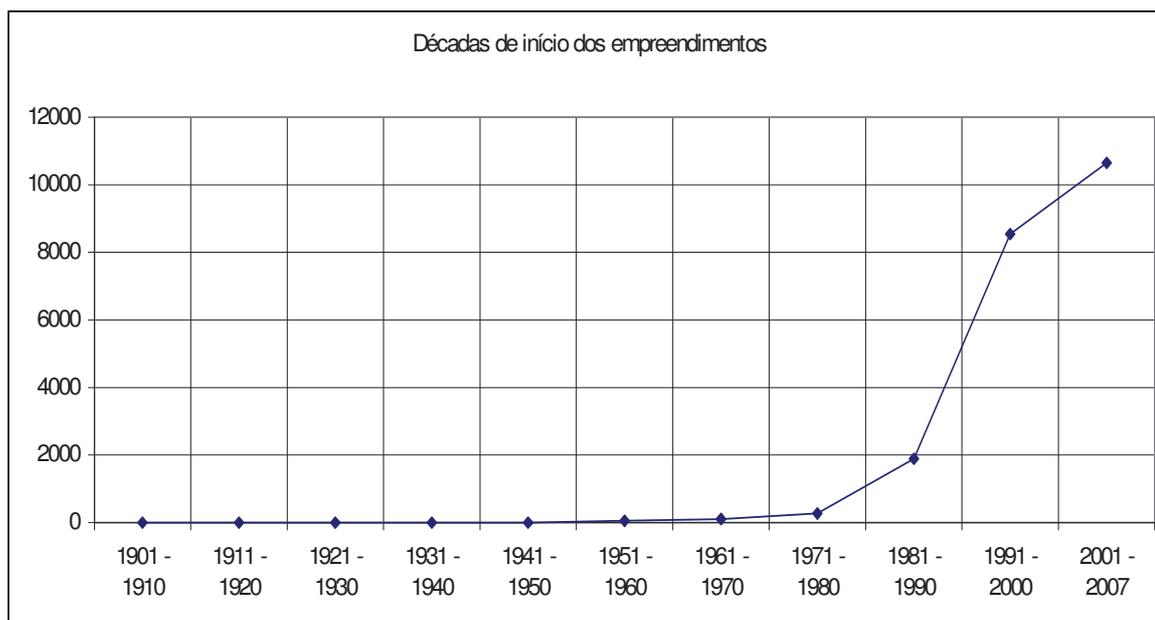


Gráfico 1: Crescimento da economia solidária – Décadas de início de empreendimentos

Os dados demonstram, ainda, que dos 21.885 empreendimentos, a maior parte encontra-se na região Nordeste do país (43,5%); a maioria atua na zona rural (48,1%); a atividade econômica principal é agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (42,2%).

Tabela 2: Região de empreendimentos de economia solidária no país

REGIÃO DO PAÍS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL CUMULATIVO
Norte	2.655	12,1	12,1
Nordeste	9.498	43,5	55,6
Sudeste	3.912	17,9	73,5
Sul	3.580	16,4	89,9
Centro-Oeste	2.210	10,1	100,0
Total	21.855	100,0	

Fonte: SIES – 2007

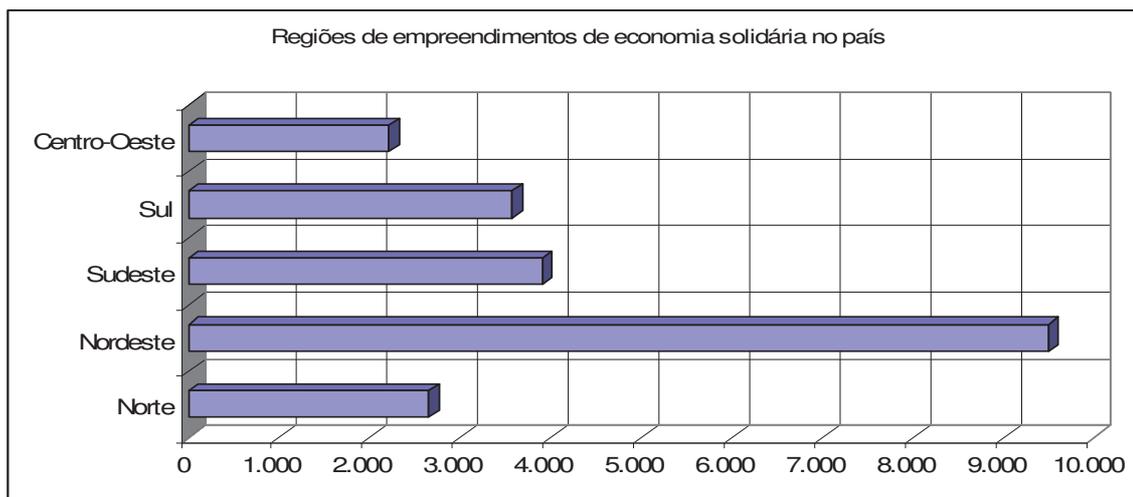


Gráfico 2: Região de empreendimentos de economia solidária no país

Tabela 3: Área de atuação dos empreendimentos de economia solidária no país

Área de atuação do EES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Rural	10.512	48,10	48,32	48,32
Urbana	7.537	34,49	34,64	82,96
Rural e urbana	3.708	16,97	17,04	100,00
Total	21.757	99,55	100,00	
Sistema	98	0,45		
TOTAL	21.855	100,00		

Fonte: SIES – 2007

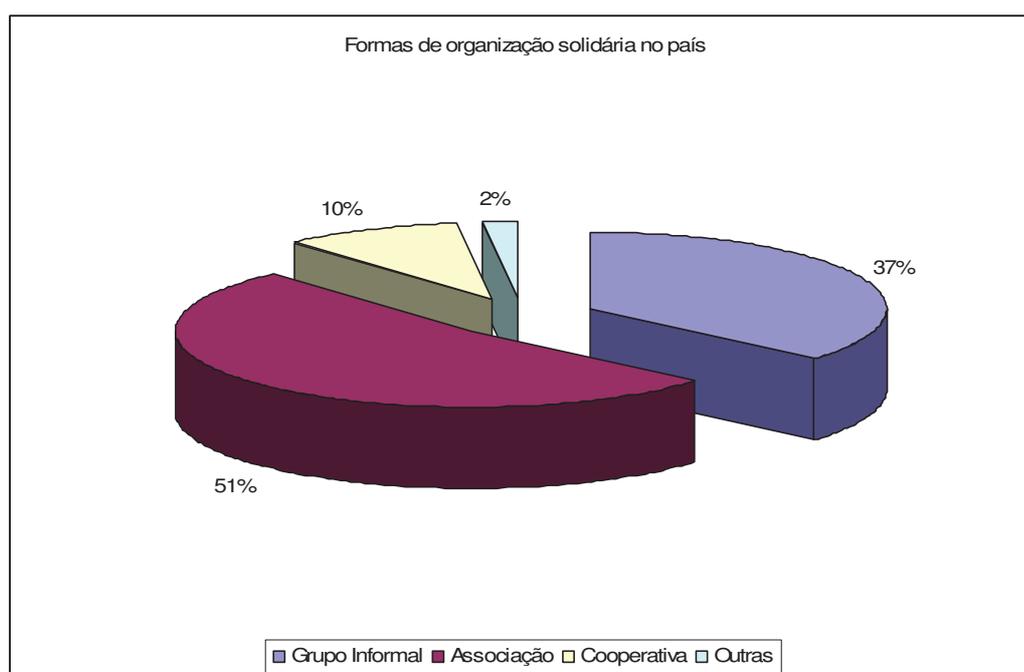


Gráfico 3: Área de atuação dos empreendimentos de economia solidária no país

Tabela 4: Principais atividades econômicas dos empreendimentos de economia solidária no país

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	9.216	42,17	42,39	42,39
Indústrias de transformação	8.520	38,98	39,19	81,58
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e outros	1.302	5,96	5,99	87,57
Pesca	377	1,73	1,73	89,31
Indústria extrativa	56	0,26	0,26	89,56
Produção e distribuição de eletricidade gás e água	31	0,14	0,14	89,71
Construção	134	0,61	0,62	90,32
Alojamento e alimentação	173	0,79	0,80	91,12
Transporte, armazenagem e comunicações	293	1,34	1,35	92,47
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar	398	1,82	1,83	94,30
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados	263	1,20	1,21	95,51
Administração pública, defesa e seguridade social	23	0,11	0,11	95,61
Educação	132	0,60	0,61	96,22
Saúde e serviços sociais	70	0,32	0,32	96,54
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	746	3,41	3,43	99,97
Serviços domésticos	6	0,03	0,03	100,00
Total	21.740	99,47	100,00	
System	115	0,53		
Total	21.855	100,00		

Fonte: SIES – 2007

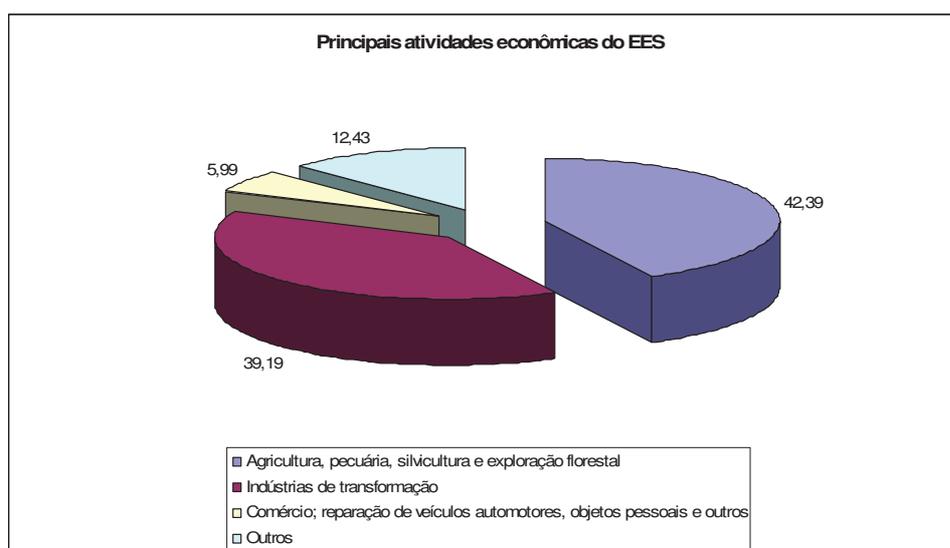


Gráfico 4: Principais atividades econômicas dos empreendimentos de economia solidária no país

A principal motivação para o surgimento dos empreendimentos, por ordem de importância, é a alternativa ao desemprego (41,0%), dado que coincide com a crise

do trabalho no final dos anos 1980 e durante os anos 1990, bem como o aumento de empresas que entraram em processos falimentares e foram arrecadadas pelos trabalhadores; situação detalhada no subtítulo anterior.

Tabela 5: Motivos para a criação do EES (Por ordem de importância)

<b>Mot11a – Motivo 1</b>		Legenda	Frequência	Percentual	Validade percentual	Percentual acumulado
Valid	Uma alternativa ao desemprego	A	6746	30,9	31,4	31,4
	Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	B	3397	15,5	15,8	47,3
	Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	C	3059	14,0	14,3	61,5
	Desenvolver uma atividade onde todos são donos	D	1571	7,2	7,3	68,9
	Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros.	E	2870	13,1	13,4	82,2
	Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	F	89	,4	,4	82,6
	Motivação social, filantrópica e religiosa	G	864	4,0	4,0	86,7
	Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	H	1128	5,2	5,3	91,9
	Alternativa organizativa e de qualificação	I	961	4,4	4,5	96,4
	Outra	J	770	3,5	3,6	100,0
	Total		21455	98,2	100,0	
Missing	System		400	1,8		
Total			21855	100,0		

Fonte: SIES – 2007

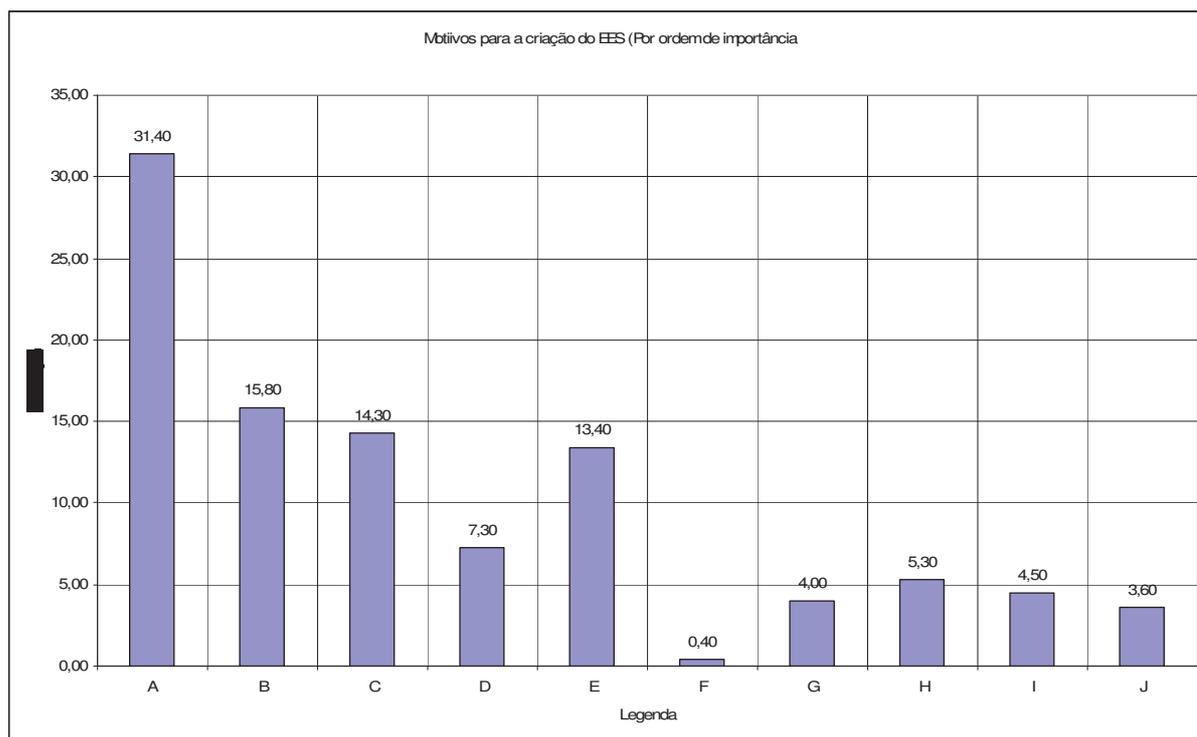


Gráfico 5: Motivos para a criação do EES (Por ordem de importância)

Os dados do Mapeamento Nacional demonstram que o crescimento do número de empreendimentos associativos, bem como os motivos da sua criação, estão vinculados à crise do trabalho iniciada no final da década de 1980. Soma-se a isso o fato de a maior parte dos empreendimentos mapeados no Brasil terem surgido diante da necessidade de renda ou de melhoria das condições de vida, ou seja, pessoas que necessitavam de trabalho e que se posicionaram na contramão da lógica de exclusão social. É importante salientar que, mesmo havendo maior crescimento dos empreendimentos de economia solidária durante o período em que houve um aumento do desemprego no país, não se pode vincular a economia solidária à questão da necessidade econômica dos trabalhadores tão-somente.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> “Nas últimas décadas, a história econômica dos países latino-americanos variou menos do que sua história política. Uma população em franco crescimento demográfico, evadindo-se em grandes proporções para as cidades, deparou-se com a incapacidade de absorção pelo mercado formal de trabalho e com a falta de instrumentos para inserir-se estavelmente na economia formal. Compelido a sobreviver de trabalhos por conta própria e de ocupações temporárias informais, esse contingente modificou a paisagem urbana, expandindo os bairros periféricos pobres e convertendo-se a economia informal em um fenômeno de grande magnitude. A informalidade deixou de ser negligenciada apenas como um resíduo marginal do capitalismo, ou como um elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva, e passou a ser considerada um traço estrutural, irresistível no quadro solidariamente instituído pelos modelos de desenvolvimento anti-sociais e excludentes”. (GAIGER, 2009, p. 87)

Nessa lógica, percebe-se que as práticas de associações solidárias estabelecem-se como lugar de interesses comuns e não apenas individuais. Gaiger (2009), referindo-se às formas de produção solidária, verificou características promissoras no sentido de ganhos sociais pelos empreendimentos pesquisados. Tais características já haviam sido referidas em estudos anteriores, quais sejam:

[...] a) seus princípios intrínsecos não as impedem de competir no mercado, portanto não necessitam aguardar a dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios; b) possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, seja devido à motivação moral e material dos sócios-trabalhadores, seja devido à sua capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados; c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia, com estímulos para o crescimento e a redução das desigualdades; d) geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, como a extensão da cidadania e da participação, contrariando o efeito das desigualdades econômicas (GAIGER, 2004a, p. 25).

Não se pode vincular a economia solidária como simples alternativa ao trabalho e emprego, pois 57,7% dos empreendimentos afirmam participar ou manter alguma relação com movimentos sociais e populares, apresentando empreendimentos com diversas características ligadas à ação social.

Tabela 6: O EES tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares

Se o empreendimento tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SIM	12.611	57,70
NÃO	9.244	42,30
TOTAL	21.855	100,00

Fonte: SIES – 2007

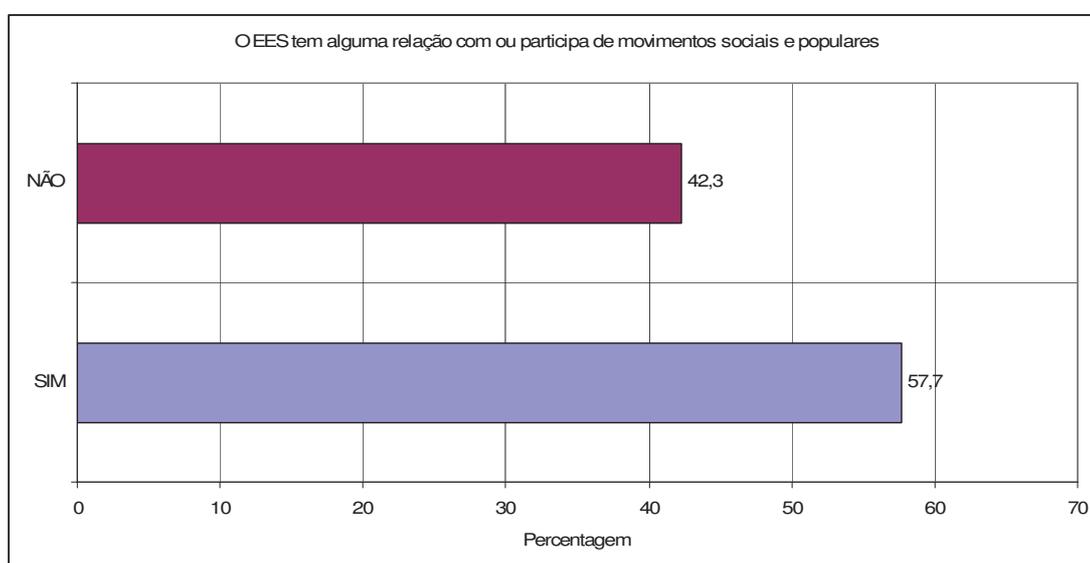


Gráfico 6: O EES tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares

Quanto às práticas externas aos empreendimentos – formas e participação em redes, fóruns, movimentos sociais e comunitários –, o levantamento do SIES traz indicadores significativos de articulação política dessas organizações.

Quanto às práticas externas aos empreendimentos, às formas e à incidência na participação em redes, fóruns, movimentos sociais e comunitários, permitem observar no levantamento do SIES indicadores significativos de articulação política. Constatou-se que 45,7% dos empreendimentos participam de alguma rede ou fórum de articulação. Os fóruns com maiores participações correspondem aos de iniciativas de economia solidária (22,7%), redes de produção e comercialização (11,7%), federações de cooperativas (8,4%).

Tabela 7: Participam de redes ou de fóruns de articulação

Se o empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SIM	9.989	45,7
NÃO	11.866	54,3
TOTAL	21.855	100,0

Fonte: SIES – 2007

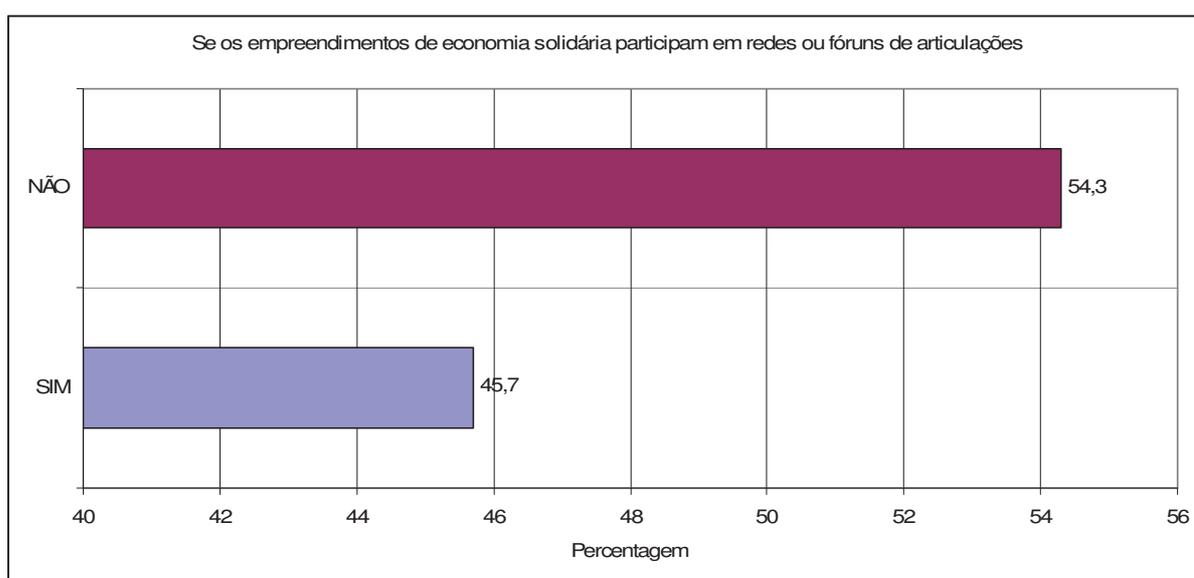


Gráfico 7: Participam de redes ou de fóruns de articulação

Tabela 8: Tipos de redes ou fóruns de articulação de que os EES participam

TIPO DE REDES OU FÓRUNS	Legenda	FREQÜENCIA					PERCENTUAL	
		NÃO	SIM	TOTAL	System	Total	NÃO	SIM
Redes de produção ou comercialização	A	11.667	1.546	13.213	8.642	21.855	88,30	11,70
Complexos cooperativos	B	12.594	619	13.213	8.642	21.855	95,32	4,68
Federações de cooperativas	C	12.101	1.112	13.213	8.642	21.855	91,58	8,42
Outras articulações ou redes	D	12.566	647	13.213	8.642	21.855	95,10	4,90
Fórum ou rede de economia solidária	E	10.218	2.995	13.213	8.642	21.855	77,33	22,67
Centrais de comercialização	F	12.685	528	13.213	8.642	21.855	96,00	4,00
Movimento social ou sindical	G	20.113	1.742	21.855	-	21.855	92,03	7,97
Conselhos de gestão e fórum de participação política	H	20.406	1.449	21.855	-	21.855	93,37	6,63
ONGs, Igrejas, pastorais, fundações SEBRAE ou Universidades	I	20.704	1.151	21.855	-	21.855	94,73	5,27
Outro tipo de rede ou fórum de articulação	J	12.235	978	13.213	8.642	21.855	92,60	7,40

Fonte: SIES – 2007

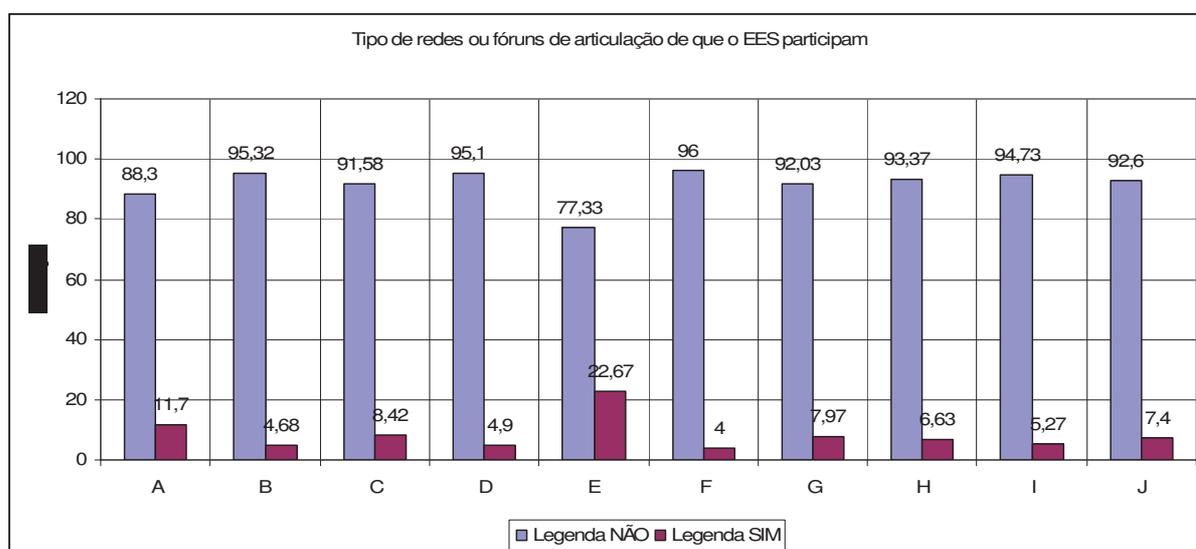


Gráfico 8: Tipos de redes ou fóruns de articulação de que os EES participam

É possível perceber, ainda, no que diz respeito às características gerais da participação sociopolítica da economia solidária que, dentre os movimentos que os empreendimentos afirmam participar, estão: movimento de luta pela terra e agricultura familiar (21,3%) movimento sindical, urbano ou rural (26,0%), dados que demonstram a presença rural na economia solidária. Há também grande frequência nos movimentos comunitários (27,8%), movimento de luta por moradia (7,6%),

movimento de igualdade racial (4,6%), movimento ambientalista (12,9%), movimento de mulheres ou de gênero (4,4%), movimento religioso ou pastoral (6,2%).

Tabela 9: Tipos de movimentos de que os EES participam

TIPO DE MOVIMENTO DE QUE OS EES PARTICIPAM	Legenda	FREQUÊNCIA				PERCENTUAL	
		NÃO	SIM	TOTAL	Total	NÃO	SIM
Movimento de luta pela terra ou agricultura	A	17.209	4.646	21.855	21.855	78,74	21,26
Movimento sindical, urbano ou rural	B	16.175	5.680	21.855	21.855	74,01	25,99
Movimento comunitário	C	15.780	6.075	21.855	21.855	72,20	27,80
Movimento de luta por moradia	D	20.188	1.667	21.855	21.855	92,37	7,63
Movimento de igualdade racial	E	20.858	997	21.855	21.855	95,44	4,56
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	F	21.434	421	21.855	21.855	98,07	1,93
Movimento ambientalista	G	19.043	2.812	21.855	21.855	87,13	12,87
Movimento de mulheres ou de gêneros	H	20.885	970	21.855	21.855	95,56	4,44
Movimento religioso ou pastoral	I	20.506	1.349	21.855	21.855	93,83	6,17
Outro movimento	J	20.902	953	21.855	21.855	95,64	4,36

Fonte: SIES – 2007

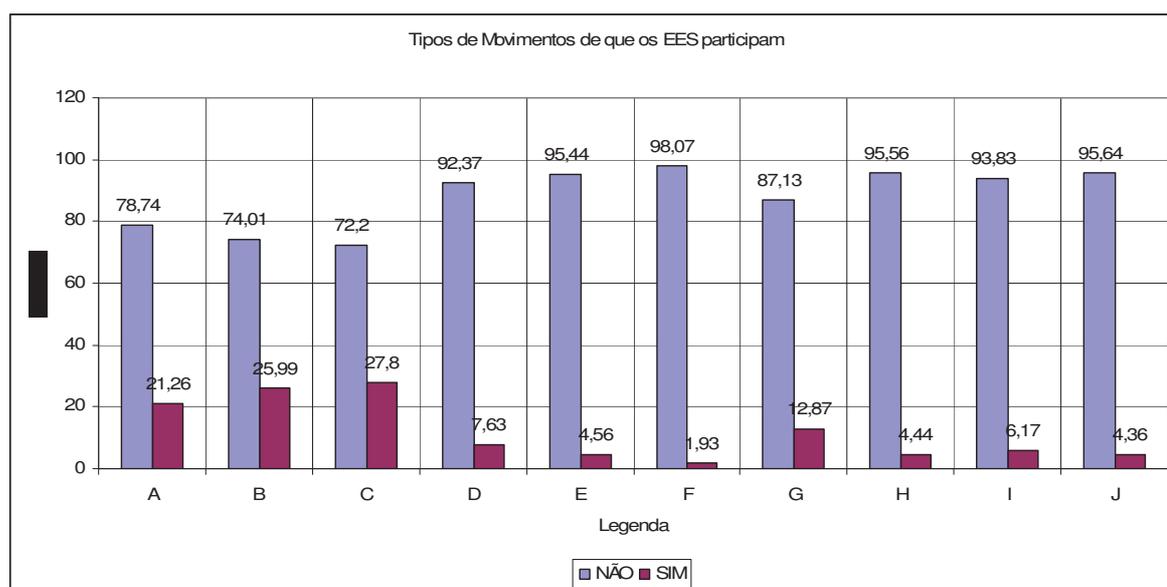


Gráfico 9: Tipos de movimentos de que os EES participam

Os empreendimentos de economia solidária não concorrerem apenas com a iniciativa privada no que diz respeito aos postos de trabalho, mas também com o Estado no que diz respeito às políticas públicas de desenvolvimento social e comunitário (GAIGER, 2004a).

Há também a coexistência entre os movimentos sociais mais recentes como é o caso dos movimentos ambientais, raciais e de gênero, com aqueles oriundos dos

anos 1970 e 1980 como movimentos sindicais, luta por moradia, movimentos religiosos (pastorais) e movimentos rurais.

No que diz respeito ao envolvimento dos empreendimentos em ações sociais e comunitárias, 56,8% afirmam participar deles. Detalhando-os, elencam-se, educação (29,3%), saúde (24,4%), moradia (11,7%), trabalho (24,6%), redução da violência (8,6%), meio ambiente (22,1%), lazer, esporte, cultura e religião (6,9%), alimentação, doações, instituições ou assistência social (7,3%). Note-se, por oportuno, que as ações sociais de maior envolvimento vinculam-se ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas, assim como medidas sociais que, de regra, vinculam-se às obrigações sociais do Estado, como é o caso da educação, saúde e moradia.

Tabela 10: Participação de desenvolvimento de ações sociais e comunitárias

Se o empreendimento tem alguma relação com ou participa de movimentos sociais e populares	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SIM	12.420	56,83
NÃO	9.435	43,17
TOTAL	21.855	100,00

Fonte: SIES – 2007

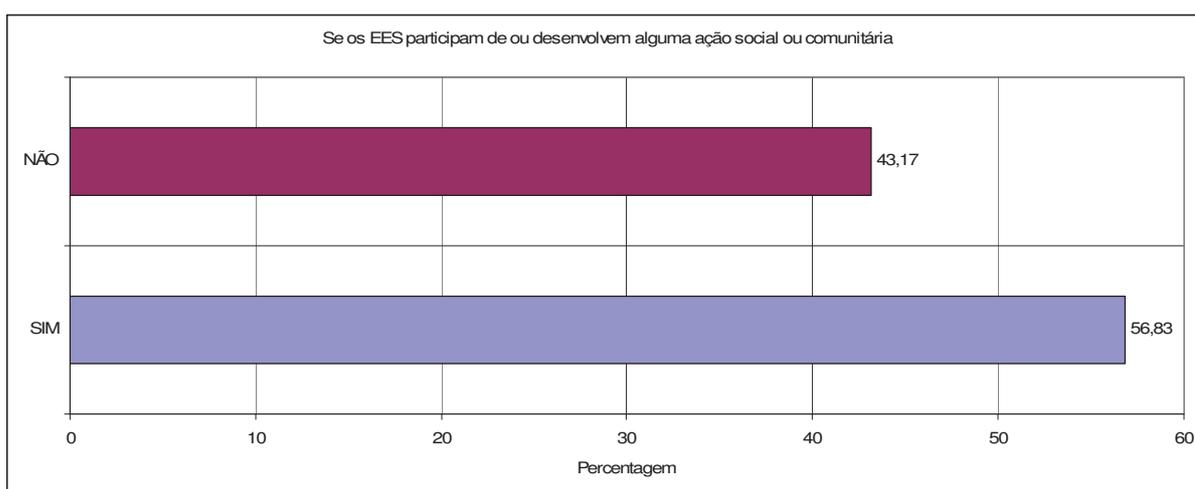


Gráfico 10: Participação e desenvolvimento de ações sociais e comunitárias

Tabela 11: Áreas em que os EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária

Área em que o EES participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária	Legenda	FREQUÊNCIA			PERCENTUAL	
		NÃO	SIM	TOTAL	NÃO	SIM
Educação	A	15.448	6.407	21.855	70,68	29,32
Saúde	B	16.527	5.328	21.855	75,62	24,38
Moradia	C	19.292	2.563	21.855	88,27	11,73
Trabalho	D	16.469	5.386	21.855	75,36	24,64
Redução da violência	E	19.979	1.876	21.855	91,42	8,58
Meio ambiente	F	17.032	4.823	21.855	77,93	22,07
Lazer, esporte, cultura ou religião	G	20.349	1.506	21.855	93,11	6,89
Alimentação, doações, instituições ou assistência social	H	20.251	1.604	21.855	92,66	7,34
Outra área em que o empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social	I	21.341	514	21.855	97,65	2,35

Fonte: SIES – 2007

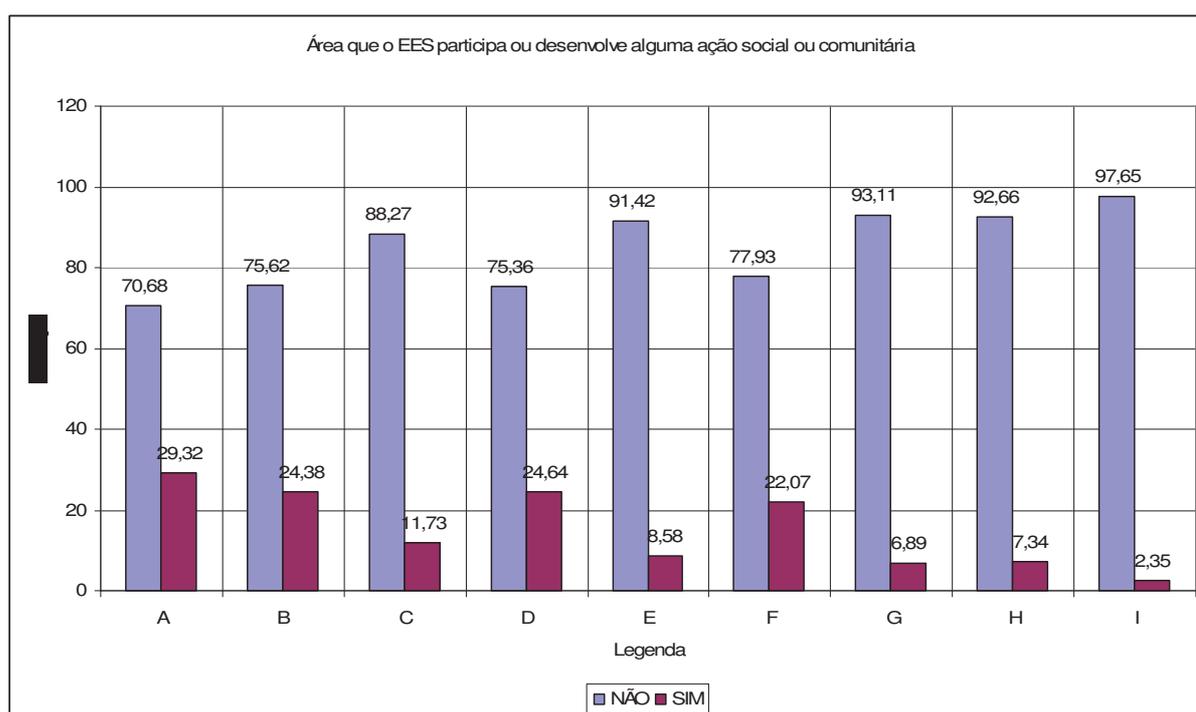


Gráfico 11: Áreas em que os EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária

Quanto às iniciativas que visem à qualidade de vida do(as) consumidores(as), 70,1% dos ESS afirmam ter algum tipo de iniciativa nesse sentido, tais como a oferta de produtos orgânicos e livre de agrotóxicos (28,1%); o incentivo ou a promoção do consumo ético e comércio justo (23,9%); o fornecimento de informações do produto

aos consumidores (28,1%); preços acessíveis aos consumidores (36,2%) e a qualificação e qualidade do produto e serviço (18,1%).

Tabela 12: Vínculo do empreendimento com os consumidores

Se o empreendimento tem alguma iniciativa que visa à qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SIM	15.319	70,09
NÃO	6.536	29,91
TOTAL	21.855	100,00

Fonte: SIES – 2007

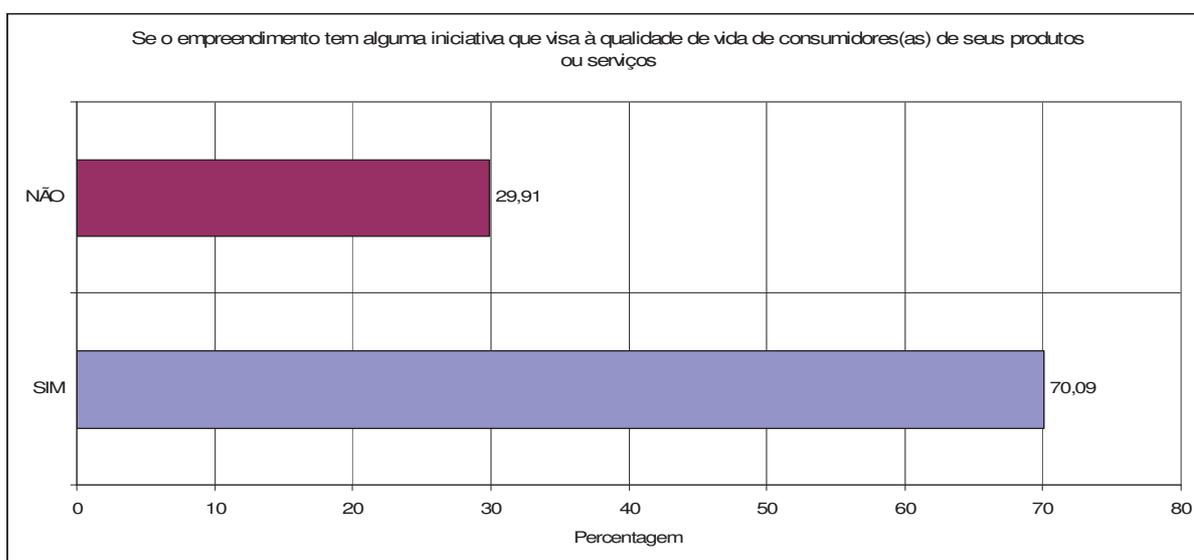


Gráfico 12: Vínculo do empreendimento com os consumidores

Os dados acima demonstram que os empreendimentos têm grandes vínculos com as questões relativas ao meio ambiente, à saúde e à educação. Essa situação aparece com intensidade tanto nas ações sociais e comunitárias de que os empreendimentos participam, quanto na preocupação com a saúde dos consumidores e do meio ambiente na oferta de produtos orgânicos e sem agrotóxicos, na qualidade do produto e serviço, na informação aos consumidores.

Os dados do Mapeamento evidenciam, portanto, que os empreendimentos de economia solidária possuem práticas democráticas internas consideráveis. No que tange às formas de participação interna dos sócios nas decisões e autogestão dos empreendimentos, têm-se os seguintes dados: acesso aos registros e informações dos empreendimentos (58,8%), decisões sobre o destino das sobras e fundos em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as) (48,2%), eleição da diretoria em assembleia geral ou reunião coletiva dos sócios(as) (59,7%), prestação de

contas aos sócios em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as) (60,0%), contratações e remunerações definidas em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as) (13,2%), plano de trabalho definido em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as) (41,3%), participação dos(as) sócios(as) nas decisões cotidianas do empreendimento (66,6%). Apenas 2% afirmaram não ter mecanismos de participação dos sócios nos empreendimentos.

Tabela 13: Formas de participação dos sócios(as) nas decisões dos EES

Forma de participação de sócios(as) nas decisões	Legenda	FREQUÊNCIA		TOTAL	PERCENTUAL	
		NÃO	SIM		NÃO	SIM
Acesso ao registro e informações do empreendimento	A	9.009	12.846	21.855	41,2	58,8
Eleições da diretoria em mecanismos geral ou reunião do coletivo de sócios	B	8.807	13.048	21.855	40,3	59,7
Prestação de contas aos sócios(as) em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as)	C	8.745	13.110	21.855	40,0	60,0
Participação dos(as) sócios(as) nas decisões cotidianas do empreendimento	D	7.301	14.554	21.855	33,4	66,6
Decisões sobre o destino das sobras e fundos em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as)	E	11.327	10.528	21.855	51,8	48,2
Contratações e remunerações definidas em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as)	F	18.975	2.880	21.855	86,8	13,2
Plano de trabalho definido em assembleia geral ou reunião do coletivo de sócios(as)	G	12.828	9.027	21.855	58,7	41,3
Não existem mecanismos de participação de sócios nas decisões	H	21.415	440	21.855	98,0	2,0

Fonte: SIES – 2007

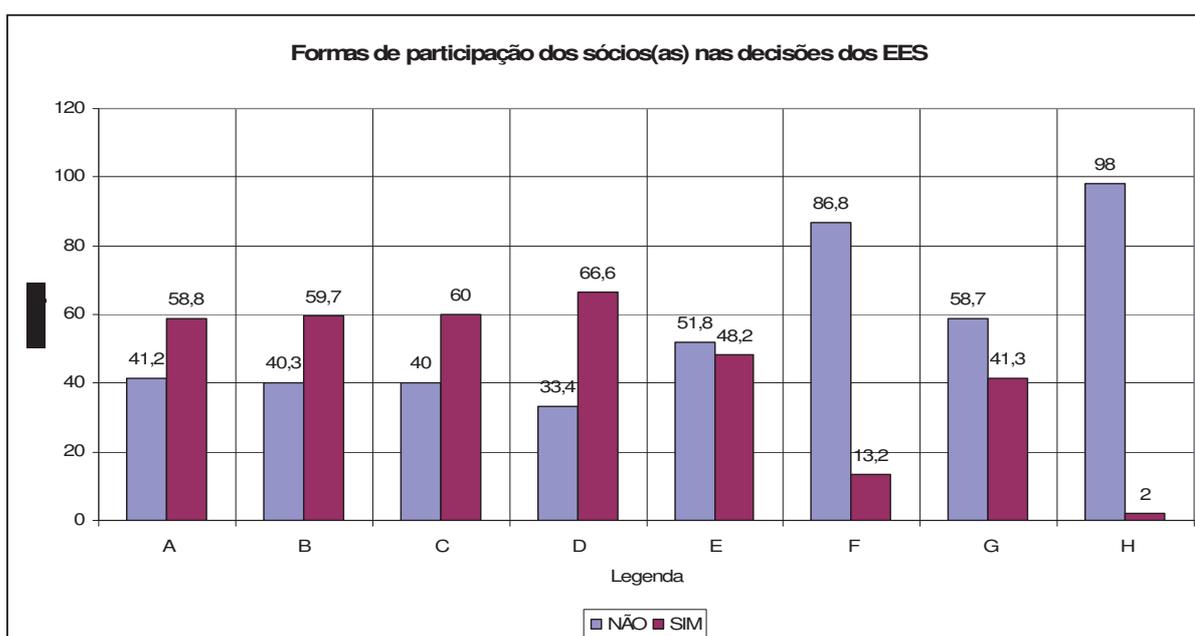


Gráfico 13: Formas de participação dos sócios(as) nas decisões dos EES

Diante desse panorama geral dos empreendimentos de economia solidária no país, podemos perceber que o envolvimento dos sujeitos nas questões democráticas, tanto interna como externamente é muito significativo. Essa constatação evidencia experiências sociais que vão além da racionalidade mercantil e que constituem laços sociais humanos diversos da lógica monocultural, promovendo o engajamento cívico e ético dos sujeitos.

Em primeiro lugar, é importante entender que a criação de coletivos sob forma de cooperativas ou de associações de economia solidária é susceptível de engendrar uma forte eficácia econômica. Mobilizando sentimentos de lealdade, de solidariedade e de amizade, ela libera energias, permitindo ao coletivo beneficiar-se do trabalho gratuito de seus membros e cria, entre os mesmos, o que Jacques T. Godbout denomina de sentimento de endividamento mútuo positivo [...]. Mas, por outro ângulo, parece – e nisto reside o paradoxo central a assumir – que esta eficácia econômica na produção de riquezas para o mercado apenas se realiza enquanto sua obtenção estiver subordinada ao ideal de uma outra riqueza, propriamente humana e social – o amor da família, a amizade dos cooperados, o senso de justiça, a solidariedade diante do infortúnio, etc. – e enquanto ela levar a viver momentos de gratuidade e de dádiva que, apenas eles, dão sentido ao conjunto do processo (CAILLÉ apud GAIGER, 2004a, p. 23).

As experimentações de novas formas de sociabilidades resgatam a possibilidade de intervenção social na esfera pública. Uma postura emancipada toma o lugar do tratamento infantil dado aos sujeitos no que se refere à exploração do trabalho precarizado. A possibilidade de emancipação dos trabalhadores pela autogestão de seus empreendimentos, bem como diante do envolvimento de ações sociais coletivas pode transformar o sujeito massificado pelo trabalho industrial em sujeito reformulado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A circulação de informações sobre o processo produtivo, a tomada de decisão, a autogestão e as novas formas de divisão do trabalho possibilitam o surgimento de relações sociais mais comprometidas com o desenvolvimento humano e com ação democrática dos sujeitos. O espaço público é lugar dos interesses coletivos, ainda que a lógica da razão instrumental tenha conferido ao poder estatal a primazia da proteção dos interesses privados.

Na medida em que a preocupação com a propriedade privada deixa de ser individual e passa a ser pública, é exigida do Estado, por parte dos proprietários, a proteção de suas riquezas para seu permanente acúmulo. Essa substituição do homem político como animal social contribuiu para que o espaço público se tornasse o lugar dos interesses privados. Na sociedade de massas, a esfera social é o lugar onde os homens coabitam, mas não interagem entre si (GAIGER; SCHULZ, 2005, p.60).

As organizações de economias solidárias, por sua vez, correspondem ao agrupamento voluntário e consensual que motiva um grupo determinado, estabelecendo laços sociais, assim como desenvolve a ideia de igualdade entre seus membros na tomada de decisões de interesses coletivos. Esse reconhecimento social extrapola a dimensão econômica ou individual diante da constituição do sujeito nesse contexto.

Qualquer que seja a diversidade das organizações solidárias, suas estruturas podem ser observadas, por França Filho e Laville, por dois traços fundamentais:

O agrupamento voluntário inspira-se na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas; A ação comum, por estar baseada na igualdade entre os membros é vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 47).

Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, podemos observar que, em alguns casos, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representem invariavelmente a sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório (GAIGER, 2004a). Os projetos coletivos contribuem para a racionalização da solidariedade, uma vez que criam espaços para a sua prática intencional e cotidiana (GAIGER, 2004a).

O engajamento humano, por intermédio dessas possibilidades, evidencia o surgimento de novos espaços sociais, capazes de resgatar os direitos humanos, não sob a ótica do individualismo, mas sob o aspecto da coletividade, resgatando a responsabilidade social das decisões deliberativas projetadas na arena social. Esse pressuposto corresponde à constituição do sujeito de Touraine.

Embora os dados apontem que a economia solidária tenha surgido muitas vezes como alternativa ao trabalho e renda, bem como diante do fato de alguns trabalhos acadêmicos relacionarem o surgimento da economia solidária como resposta a crise do trabalho e das políticas neoliberais, não se pode vincular o surgimento dos empreendimentos tão-somente a essas questões.

[...]Ora, a atualidade da Economia Solidária, seu tempo presente, domina largamente as percepções. Os números levantados pelo primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, realizado entre 2005 e 2007, falam por si: 49% dos 22 mil empreendimentos registrados iniciaram suas atividades a partir de 2001, quando do auge ou já na esteira do período dominado por governos considerados neoliberais ou, em todo o caso, pela desestruturação do mercado de trabalho e a subsequente exclusão e insegurança laboral. Desde 2003, contudo, quando nova coalizão política, liderada por Lula, assumiu o poder, o número de novos empreendimentos chegou a 34% do total. Dada essa veloz multiplicação das iniciativas econômicas solidárias, de par com seu apreciável fortalecimento político em menos de uma década, não é de surpreender que as expectativas mais otimistas tenham prevalecido no debate sobre o seu sentido e suas perspectivas. (CORRÊA; GAIGER, 2010, p. 157).

A atuação dos empreendimentos de economia solidária na dimensão sociopolítica assume um importante lugar no Brasil e na América Latina, principalmente diante da dificuldade de estabelecer a intervenção da sociedade civil na esfera pública.

Analisaremos no tópico seguinte o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), na medida em que esse tem sido um importante espaço público de atuação dos sujeitos dos Empreendimentos de Economia Solidária.

### **5.3 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**

Os processos dialógicos compreendem a reflexão conjunta e a observação cooperativa das experiências por intermédio da ampla participação popular em processos políticos, constituídos por mecanismos garantidores de liberdade e igualdade à participação dos cidadãos em processos ativos de formulação política. A autoridade popular na decisão de políticas públicas legitima a comunicação entre Estado e sociedade.

Os empreendimentos solidários coletivos repousam sobre uma racionalidade diversa do acúmulo mercantil, para além do contratualismo individual, na medida em que as organizações se desenvolvem em uma dinâmica coletiva no que tange às atividades econômicas, gerando trabalho e renda, bem como no que diz respeito à dimensão pública não mercantil como educação, cultura, meio ambiente, dentre outras (FRANÇA FILHO, 2004). Com isso, a economia solidária assume uma dimensão pública organizacional de ação política, capaz de um agir no espaço público.

O alcance do agir no espaço público permite que os cidadãos assumam o direito de participação e de intervenção na esfera pública por meio de suas ações sociais, o que extrapola a ideia puramente econômica. A associação livre, ao escapar do individualismo contratual, permite que os sujeitos tomem consciência das condições políticas e econômicas nas quais estão envolvidos.

Nesse sentido, o estudo tenciona investigar a participação democrática dos empreendimentos de economia solidária no FBES e na consolidação das decisões decorrentes do processo político definido nas plenárias em políticas públicas.

Recente tese de doutoramento (SANTOS, 2010) trata sobre o movimento de economia solidária no Brasil e, em especial, das articulações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como importante espaço público para o diálogo e a troca de diferentes experiências que almejam uma transformação social e econômica comum a partir da economia solidária (SANTOS, 2010, p. 136).

O movimento da economia solidária não é singular, ao contrário, apresenta uma pluralidade de práticas, vínculos e organizações em diferentes localizações geográficas no país, o que faz com que seja essa a sua novidade como movimento social.

O surgimento do movimento de economia solidária se deu a partir dos Grupos de Trabalho Nacional de Economia Solidária no Fórum Social Mundial em 2001. Naquele ano, conforme já mencionado, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O grupo de trabalho foi o principal articulador do movimento de economia solidária no Brasil desde o FSM de 2001 (SANTOS, 2010).

Foi o GT Nacional que organizou as três primeiras PNES e foi esse mesmo GT que em 2002 - percebendo a conjuntura que indicava a vitória de Luis Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, encaminhou uma carta ao Presidente eleito (aprovada na II PNAES), propondo a criação de uma política pública e de um organismo federal específico para coordená-la. Desta forma, ao mesmo tempo em que o governo Lula buscava atender a demanda do movimento de economia solidária, este, por sua vez, criava o FBES como instância nacional do movimento legitimando um momento histórico importante para a economia solidária no Brasil, que evidenciava espaços importantes que nascem conectados um ao outro (SANTOS, 2010, p. 136).

O fórum brasileiro tem sido o principal articulador e interlocutor das questões do movimento de economia solidária em relação às políticas públicas. Os espaços deliberativos, entre os mais diversos segmentos da economia solidária, são promovidos pelas plenárias e conferências que ocorrem em todo o país.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária pelo governo Lula institucionalizou a política da economia solidária.

Os números levantados pelo primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, realizado entre 2005 e 2007, falam por si: 49% dos 22 mil empreendimentos registrados iniciaram suas atividades a partir de 2001, quando do auge ou já na esteira do período dominado por governos considerados neoliberais ou, em todo o caso, pela desestruturação do mercado de trabalho e a subsequente exclusão e insegurança laboral. Desde 2003, contudo, quando nova coalizão política, liderada por Lula, assumiu o poder, o número de novos empreendimentos chegou a 34% do total. Dada essa veloz multiplicação das iniciativas econômicas solidárias, de par com seu apreciável fortalecimento político em menos de uma década, não é de surpreender que as expectativas mais otimistas tenham prevalecido no debate sobre o seu sentido e suas perspectivas (CORRÊA; GAIGER, 2010, p. 157).

O fato de o FBES ser o interlocutor do movimento, bem como diante da institucionalidade do movimento pela esfera governamental, tem sido amplamente debatidas pelo próprio movimento (SANTOS, 2010).

Segundo Santos, todas as plenárias possuem valor histórico, mas a terceira foi considerada extremamente importante por ter sucedido a política federal de economia solidária, ter estabelecido o FBES como expressão do movimento e por ter produzido a carta de princípios norteadores do movimento da economia solidária no Brasil (SANTOS, 2010).

No documento que estabelece a concepção do FBES como articulador político do movimento, percebe-se a amplitude do processo democrático proposto, bem como as regras do funcionamento da arena política e do palco dialógico.

No referido documento, ficou estabelecida a ideologia política e democrática do FBES como movimento de economia solidária. Tais ideologias orientam um discurso de práticas dialógicas a serem debatidas de forma permanente no âmbito do movimento. Os referidos documentos estão disponíveis no sítio do FBES (<http://www.fbes.org.br>)

O Fórum deve ser um espaço autônomo de debate acerca do que é economia solidária, de construção de uma política de economia solidária suprapartidária; constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política, de estabelecimento de estratégias de ação, sob a égide dos princípios da economia solidária; espaço democrático, com participação de todos os segmentos, enfatizando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária; deverá realizar o debate sobre o significado dos conceitos de economia solidária e economia popular solidária; criar uma forma jurídica para nortear leis próprias para a economia solidária; ser um canal de interlocução entre os poderes constituídos e os outros atores da sociedade; ser mobilizador para a construção de redes de economia solidária; ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo,

horizontal e transparente; constituir-se em espaços de valorização do saber local, de formação transversal, no sentido de garantir as identidades minoritárias relativas a gênero, etnia, idade, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência; constituir-se em espaços de construção de um novo modelo de colaboração solidária junto ao poder público (III PNAES, 2003).

O documento acima estabelece uma série de aspectos importantes à orientação do perfil do FBES, em seu âmbito político e democrático. A presença desses enfoques demonstra uma forma dialógica na formação do movimento de economia solidária, consoante a ação comunicativa e a participação efetiva dos atores de economia solidária na esfera pública, de forma deliberativa, horizontal e transparente.

Na III PNAES, outras questões importantes sobre o FBES foram documentadas, tais como funcionamento e continuidade, representatividade; ao mesmo tempo, foram criadas comissões e coordenações, dentre outras formas de gerenciamento.

Houve um intervalo de quatro anos entre a realização da III e da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. A organização da IV Plenária ensejou uma organização mais complexa com o intuito de envolver de forma mais ativa os atores da economia solidária nas discussões e debates. Assim, a organização para a mobilização da IV PNAES se deu em quatro fases. A primeira iniciou em 2006 “com a realização de debates em reuniões e fóruns estaduais, estendendo-se até o início de 2007” (SANTOS, 2010, p.146); a segunda fase de mobilização “constituiu na sistematização dos resultados e no lançamento da IV PNAES por ocasião da VII reunião da Coordenação Nacional” (SANTOS, 2010, p.142); na terceira fase se estabeleceu a mobilização dos atores do movimento de economia solidária na participação da IV PNAES, sendo distribuído um documento base deliberado na VII reunião da Coordenação Nacional, no qual subsistia “estudos a respeito das bandeiras a serem discutidas na IV PNAES” (SANTOS, 2010, p.142); a quarta fase, por sua vez, “na realização das plenárias estaduais e eventos preparatórios nos Estados” (SANTOS, 2010, p.144).

A IV Plenária Nacional de Economia Solidária foi realizada em março de 2008 em Brasília, encerrando um ciclo de debates e pautas que haviam sido preparados nas quatro fases acima citadas. Nessa plenária, ficaram definidas duas grandes finalidades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quais sejam: representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas e

economia solidária e na interlocução com os diversos atores sociais e outros movimentos sociais, ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais (SANTOS, 2010); apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária a partir das bases (SANTOS, 2010).

Atualmente, o FBES, diante dos novos diálogos com o governo, estabeleceu um espaço para diálogo e participação, em que os projetos de lei serão discutidos junto ao SINAES e com a Frente Parlamentar Mista de Economia Solidária. O objetivo é fazer a pauta política do movimento de economia solidária chegar ao governo Federal (<http://www.fbes.org.br>).

Dentre as propostas políticas do movimento de economia solidária, está um projeto de lei, que tem como objetivo, já no início do primeiro artigo: definir, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado (<http://www.fbes.org.br>).

O referido projeto estabelece, ainda, que a economia solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (<http://www.fbes.org.br>).

A proposta de lei foi dividida em cinco capítulos e estabelece, no primeiro capítulo, as definições e características dos empreendimentos de economia solidária, consoante as dimensões políticas e democráticas; no segundo, institui as políticas públicas de economia solidária, as quais devem ser proporcionar desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; o terceiro capítulo do projeto de lei estipula as relações com o poder público, por intermédio do SINAES, que deverá estimular o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária; no quarto capítulo, a legislação prevê a existência de um Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES), de natureza contábil, com objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do

Sistema Nacional de Economia Solidária, destinados a implementar a Política Nacional de Economia Solidária. O quinto capítulo trata apenas das disposições finais e legais à promulgação do texto.

A proposta legislativa decorre do processo democrático e deliberativo das Plenárias e Encontros Nacionais do movimento de economia solidária e apresenta as diretrizes democráticas contidas no âmbito do movimento.

Nesse contexto, mais importante do que o texto em si, sobressai-se a forma como ele foi construído, balizado nos preceitos da democracia dialógica, no envolvimento dos atores políticos, nas oportunidades de discussão nas arenas políticas proporcionadas pelo movimento. Tais premissas caracterizam a legitimidade do documento.

O FBES representa a arena política nacional do movimento de economia solidária. A democracia dialógica e as diversas formas de articulações políticas na economia solidária, no entanto, podem ser observadas em diversos níveis de participação. Os envolvimento dos atores dos empreendimentos na esfera pública, por intermédio de redes, conselhos, pastorais, dentre outros, têm demonstrado as articulações locais dos empreendimentos que evidenciam a sua participação política.

No capítulo seguinte, observar-se-ão as diversas convergências entre autogestão e participação sociopolítica, por meio de um maior refinamento nos dados do mapeamento. Será analisado, igualmente, o perfil das diversas redes, conselhos e formas de organizações mais citadas pelos empreendimentos, a fim de melhor compreender os processos dialógicos e as conexões sociais presentes nos Empreendimentos de Economia Solidária.

## 6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DIALÓGICOS

Em 2007, o Ministério do Trabalho e Emprego mapeou quase 22 mil empreendimentos de economia solidária no país. A iniciativa resultou no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que identifica e caracteriza os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio, assessoria e fomento aos empreendimentos.

Essa iniciativa teve início em 2003 quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), recém-criados, assumiram em conjunto a tarefa de realizar um levantamento nacional da Economia Solidária no Brasil. Dentre os objetivos do mapeamento nacional, estavam: constituir uma base nacional de informações acerca da economia solidária; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária por intermédio de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização; favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária; subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária.<sup>25</sup>

O presente capítulo tem como objetivo analisar a economia solidária no âmbito da participação dialógica, tendo como aporte metodológico a base de dados do mapeamento nacional de economia solidária,<sup>26</sup> bem como estudos que apontam a dimensão social e a participação democrática desse novo formato econômico, tanto no âmbito interno quanto no externo desses empreendimentos.

Pretende-se, ainda, apontar os processos comunicativos da economia solidária no que tange às relações com redes, fóruns e ONGs, na medida em que

---

<sup>25</sup> Informações e documentos, relacionados à metodologia e aos resultados do mapeamento, encontram-se em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. A base de dados foi tratada e validada mediante um trabalho conjunto da SENAES, do IPEA e da UNISINOS, neste caso por intermédio do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa, coordenado pelo professor orientador desta tese.

<sup>26</sup> Os dados finais da base utilizada pela UNISINOS, e igualmente nesta tese, diferem ligeiramente daqueles disponibilizados publicamente pela SENAES, a exemplo do número final de empreendimentos, totalizado em 21.855. As extrações de alguns dados deste capítulo originam-se de trabalho anterior da autora e de seu orientador, cujos resultados foram parcialmente inseridos em publicação neste instante no prelo (Gaiger, 2011).

essas organizações têm propiciado um novo campo social no que diz respeito à democratização da economia e da cidadania.

A importância de situarmos aqui redes, fóruns, pastorais, conselhos, dentre outros, dá-se, em especial, diante do fato de a economia solidária estabelecer uma ampla afinidade com essas formas de articulação, como vimos na análise de dados do mapeamento, no capítulo anterior. A abordagem das conexões de redes e fóruns de articulação se torna relevante na medida em que o “novo” campo social se projeta na esfera pública por meios comunicativos. Ao conectar-se com esse espaço público, a economia solidária estabelece-se como agente democrático, conforme será demonstrado.

Segundo Lüchmann e Scherer-Warren (2004), a ampliação das redes, ONGs e fóruns representa a incorporação de um espaço público diferenciado do Estado e tem se constituído como alternativa importante para a renovação dos movimentos sociais, a partir dos anos 1990. O distanciamento dos movimentos sociais da esfera pública estatal chegou a ser interpretado por alguns como crise (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004), dos movimentos sociais. Para as autoras, no entanto, conceitos como sociedade civil, capital social e democracia participativa passaram a assumir um lugar de destaque na produção das Ciências Sociais, indicando novos contextos político-sociais e novas preocupações teórico-conceituais (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004).

A Constituição Federal de 1988 consagrou ampla participação democrática dos atores sociais na esfera pública, no âmbito formal. Como vimos no quarto capítulo, no entanto, há muita restrição aos recursos políticos, diante da ausência de processos de fortalecimento da democracia, que seriam capazes de reconhecer a sociedade civil como campo “primordial da introdução de valores e práticas que possam incidir sobre a agenda política” (GAIGER, 2011)<sup>27</sup>.

Além disso, a desigualdade entre os cidadãos é profundamente evidenciada, seja sob o ponto de vista econômico, seja pela discriminação “imposta por padrões culturais ainda vigentes e da sua vulnerabilidade a círculos de dependência e subordinação política” (GAIGER, 2011).

---

<sup>27</sup> Nesse sentido, há um distanciamento entre a real participação da sociedade civil e seus fluxos comunicativos gerados espontaneamente na formação de opinião (HABERMAS, 2001) e o Estado.

A verticalidade das estruturas políticas do Estado tem provocado processos democráticos distantes da esfera dialogal. Há uma tendência de institucionalização das reivindicações dos movimentos sociais, que estabelece certo controle no sentido de assegurar as identidades políticas.

Tem sido possível, todavia, perceber a expansão de outros agentes democráticos fora da esfera estatal, com novas formas de atuação, engajados em valores éticos e morais, formando movimentos com fluxos comunicativos entre si.

Com o intuito de analisar os processos democráticos dialógicos da economia solidária, bem como de avaliar a contribuição da economia solidária para a democracia dialógica, o capítulo foi dividido em três partes: na primeira, analisa-se o movimento social da economia solidária e seus aspectos comunicativos; na segunda, a efetiva participação da economia solidária, com base nos dados do mapeamento, com as redes, fóruns, ONGs e movimentos sociais, bem como a inserção da economia solidária no interior desses campos sociais; na terceira parte, avalia-se a relação entre as participações externa e interna dos empreendimentos de economia solidária na medida em que se pretende verificar a congruência entre a participação interna, no sentido da autogestão, e a implicação sociopolítica dos empreendimentos.

## **6.1 A economia solidária e as articulações políticas**

Com o fim do processo de transição democrática, pela consolidação formal da participação política na gestão pública, os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 se reconfiguraram. O pluralismo social e as garantias constitucionais formais à participação dialógica e deliberativa, no entanto, não estabeleceram uma ampla e constante participação democrática.

A problemática das soluções, vista pelo recorte neoliberal, aumentou o descontentamento da população, especialmente dos segmentos mais afetados, como as classes médias e pobres. Esse cenário socioeconômico desfavorável contribuiu para reduzir sensivelmente a credibilidade nas instituições e nos dirigentes políticos. Além disso, muitos dos “segmentos de esquerda, antes comprometidos com a causa da grande transformação, não raro pela via do duplo

poder, passaram a assumir crescentes compromissos com o sistema partidário, a reforma do Estado e a gestão da coisa pública” (DOIMO, 1995, p. 202).

Com o passar dos anos, essa tendência acentuou-se. As forças de opinião ganharam progressivos espaços no comando da máquina pública, derivando daí para o seu uso instrumental com vistas a assegurar a sua reprodução, tal como dantes acusavam as forças conservadoras por fazê-las. Hesitantes e sem outras alternativas de mediação, os movimentos sociais têm sentido os efeitos negativos de sua hipertrofia política: a condução de suas reivindicações pelos estamentos dirigentes, já mais profissionais do que militantes, de partidos e de organizações civis, a partir da lógica e das pautas de ação próprias do campo político, que agora ironicamente conta com novos aliados dispostos a mantê-lo incólume em seus circuitos auto-reprodutivos (GAIGER, 2011).

Após o processo de transição democrática, não foi possível perceber a ampla participação social prevista na formalidade do texto constitucional dirigente. No âmbito da participação política, foi mantida, em grande medida, a verticalidade das estruturas políticas do Estado, distanciando os movimentos sociais, percebidos em suas identidades e grupos de interesses, da esfera pública. As esferas de poder tenderam a controlar as identidades políticas, muito mais do que assegurar tais identidades a partir da livre associação pelos sujeitos envolvidos nos processos políticos.

As organizações civis “incumbidas de escudar as organizações populares e as categorias sociais portadoras de demandas mantêm inter-relações nem sempre abertas com as instituições políticas, de forma que sua dinâmica de atuação ocorre [...] estreitamente conectado com elas” (GAIGER, 2011).

A esse respeito, há estudos que evidenciam que a prática mais característica das organizações que se outorgam o papel de representar os seus beneficiários é precisamente o apoio a candidatos políticos. Um dos resultados tem sido o enquadramento das reivindicações populares em uma lógica superestrutural de disputas retóricas e improdutivas, de par com a assimilação das lideranças dos trabalhadores pela institucionalidade política. O imperativo de sobrevivência e de reprodução desta culminou nos últimos anos em pactos inimagináveis por parte das forças de esquerda alçadas ao comando do Estado, provocando perplexidade, desorientação e letargia das bases. O avanço na agenda pública e nas políticas sociais correspondentes tem ficado, por conseguinte, vulnerável, dependente das transações autocráticas desenvolvidas na esfera de poder (GAIGER, 2011).

Não obstante, os movimentos sociais não deixaram de marcar presença nos campos “ético políticos ou de redes sociais que criam energias sociopolíticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política”, como se refere Doimo sobre o início dos anos de 1990. (DOIMO, 1995, p. 66).

Nos anos 1990, surgiram diversas articulações e interlocuções entre movimentos e fóruns. Como exemplo, elencam-se as articulações de grupos indígenas, de meio ambiente, dentre inúmeras outras decorrentes das preparações da Conferência ECO 92. Desenvolveu-se também uma abordagem crítica acerca da crescente incorporação da ideia de solidariedade vinculada ao projeto (de corte liberal) de reforma do Estado (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004). Nesse contexto, as ONGs passaram a ocupar um lugar decisivo na execução de programas sociais pautados em princípios de democracia, participação e solidariedade.

Como vimos no capítulo quatro, as articulações entre sociedade e Estado, a partir da Constituição Federal, estabeleceram novos espaços institucionais, que deslocaram parte das “energias participativas” (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004) para o interior das instituições estatais, como é o caso dos Conselhos, Orçamento Participativo, dentre outros.

O surgimento de ONGs, redes de articulação, de experiências autogestionárias – como é o caso da economia solidária –, dentre outras ações movimentalistas, constituiu-se como um novo campo de análise dos movimentos sociais, proporcionando o surgimento de outro contorno dessas organizações, no sentido da heterogeneidade do espaço social.

Nesse aspecto, a heterogeneidade do campo social se estabelece na diversidade das reivindicações sociopolíticas e nas articulações com as redes, ONGs, fóruns e o Estado, de forma comunicativa, afastando a ideia dual entre público (Estado) e privado (mercado), criticada por Habermas, como vimos no segundo capítulo. Existe também um retraimento da ideia de sociedade civil homogênea, calcada na relação entre conflitos de classe, tão-somente<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Se esta expressão apresentava uma função mais político-estratégica que analítico-teórica durante o regime militar, em função da identificação deste vasto campo em contraposição ao Estado autoritário, no contexto da democratização, o conceito de sociedade civil foi redefinido tendo em vista superar a dualidade com o Estado e a homogeneidade do campo social (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004).

<sup>28</sup> Importante esclarecer que os percentuais referidos nesse capítulo correspondem aos cruzamentos de variáveis, portanto, os dados são relativos aos empreendimentos que disseram participar em rede ou fórum de articulação (45,7%); movimentos sociais e populares (57,7%); ação social ou comunitária (56,8%).

A ruptura do dualismo entre o Estado e o mercado ocorre quando os movimentos, além de denunciarem suas questões sociais e demandarem novos direitos, tornam públicas suas questões e se articulam com as redes e fóruns, em um processo comunicativo que invade a esfera pública, porém com uma configuração diferente da que ocorre na esfera estatal.

[...] os atores e os fóruns, especialmente os globalizados, também estão reforçando e renovando os recortes temáticos e perspectivas para a atuação dos movimentos sociais. Em síntese, o tripé: democracia/participação; diversidade/ pluralismo; inclusão socioeconômica-política-cultural, tem se colocado como ponto forte ou valores de convergência dos movimentos sociais no novo milênio; enquanto a organização ou mobilização sobre a forma de redes se impõe não só por seu valor estratégico na sociedade da informação, mas principalmente por seu valor de democratização no interior dos movimentos ou nas relações interorganizacionais. Entretanto, se a noção de rede vem sendo assumida como um conceito propositivo pelos movimentos sociais, e traduzida por princípios como participação igualitária, horizontalidade, articulação e descentralização, compete à análise sociológica desvelar as contradições e ambigüidades desses processos políticos emergentes (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004, p. 30).

Segundo Baquero (2004), quanto mais elevados os níveis de capital social, maiores são as possibilidades de institucionalização democrática, ou seja, aumentam as chances de conquistas de novos direitos e de interferência da sociedade civil na coisa pública.

Conforme Schiochet, “a forma politizada expressa na noção de sociedade civil reafirma a importância analítica da centralidade da ideologia individualista moderna” (SCHIOCHET, 2005, p.48). Nesse sentido:

Esta tanto remete para a capacidade de autonomia, isto é, de autodeterminação dos indivíduos em relação às determinações externas a eles, quanto evoca a necessidade de um processo de racionalização para a definição dos processos emancipadores (SCHIOCHET, 2005, p. 48).

As articulações sociais e os fluxos comunicativos constituem as novas formas dos movimentos sociais. Para Lüchmann e Scherer-Warren, o Fórum Social Mundial representou no milênio um acontecimento significativo para a sociedade civil organizada. “Foi significativo por possibilitar o encontro e o diálogo transnacional da diversidade de movimentos sociais, ONGs e cidadãos comprometidos com a transformação social” (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004, p 32).

A amplitude de temas transversais tais como questões de gênero, respeito ao meio ambiente, manutenção da democracia, participação popular, incremento da cidadania, valorização dos direitos humanos, democratização da mídia e da informação, inclusão digital, economia solidária, dentre inúmeros outros temas

resultantes do encontro da diversidade de atores sociais, proporcionou o surgimento de redes. Essas agremiações estabeleceram-se como espaço comunicativo entre os movimentos, identidades e as variadas questões atuais do campo social.

O movimento dos trabalhadores, a partir da ótica da economia solidária, deslocou-se da zona de conflito de classe para experiências positivas, tanto no sentido da viabilidade dos empreendimentos cooperativos, quanto no que diz respeito às relações estabelecidas pela economia solidária em suas articulações no campo social.

Observa-se então o ressurgimento da outra alternativa, que em verdade foi acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital e que jamais arrefeceu de todo, embora tenha conhecido duras derrotas e desvirtuamentos, além de períodos de perda de força e quase hibernação. (...) A solidariedade garantiu a preservação de outras modalidades de produção da vida material. Diversas economias produtivas e orientadas ao intercâmbio de bens existiam antes da disseminação das relações capitalistas, de modo que essas representaram, a rigor, a introdução de outra economia, gradativamente sobreposta às formas pré-existentes. As organizações integralmente forjadas em princípios de reciprocidade e cooperação disseminaram-se apenas em certos momentos, como cachos, seguindo ciclos de expansão e retração. Todavia, seu significado histórico é bem maior, uma vez que o solidarismo se insere no espectro amplo dos movimentos que traçaram os parâmetros éticos e morais cobrados pela civilização para seguir legitimando o seu sistema econômico, como se observa hoje claramente na agenda dos movimentos altermundialistas (GAIGER, 2009, p. 96-7).

A economia solidária tem estabelecido vínculos com redes, fóruns, ONGs, encontros ativistas em diversos lugares do mundo, “em que se formulam proposições visando abrir caminhos para o avanço da solidariedade como princípio ético-político e como esteio concreto de uma nova mundialização” (GAIGER, 2004c, p.800).

Segundo o mesmo autor

O apoio unânime a essa desejada confluência mundial quanto aos efeitos deletérios do capitalismo e ao fracasso das soluções de corte neoliberal, em brindar progresso material e liberdade aos povos, a economia solidária é projetada em cena como peça de resistência e com ensaio de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa, calcada na democratização da economia e na cidadania (GAIGER, 2004c, p. 799).

Além de analisar a economia solidária a partir de seus envolvimento com as articulações sociopolíticas, bem como suas reivindicações no plano macro, no entanto, é necessário avaliar as práticas reais de trabalho, de formas autogestionárias, de participação cidadã no plano interno dos empreendimentos de

economia solidária, bem como as convergências entre as participações interna e externa.

Conforme os dados apresentados no capítulo anterior, é possível observar o crescimento dos empreendimentos de economia solidária nos últimos anos. Durante as décadas de 1990 e 2000, houve um significativo aumento do número de empreendimentos nesse formato. Foi nesse mesmo período que as redes, ONGs, fóruns também surgiram como protagonistas de um novo campo social, conforme veremos a seguir, ao analisarmos algumas redes e organizações sociais que aparecem com frequência nos vínculos comunicativos dos empreendimentos. Nesse sentido, as redes se tornam importantes veículos de articulação dos ideais movimentistas dos empreendimentos, bem como da possibilidade de transformar as questões debatidas no interior da economia solidária em políticas públicas.

A economia solidária, além de haver passado por um crescimento significativo nas últimas décadas, também se tornou visível e adquiriu densidade social. “A adesão crescente de trabalhadores a alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo, ao lado da multiplicação de organizações representativas e de apoio, configura gradativamente um novo campo de práticas” (GAIGER, 2004c, p. 802).

Para melhor compreendermos os fluxos comunicativos e articuladores da economia solidária, no tópico seguinte adiante algumas redes, fóruns, conselhos, de maior incidência, segundo os dados do mapeamento de economia solidária, dentre os quais os empreendimentos em boa medida se relacionam.

## **6.2 A participação sociopolítica da economia solidária**

Como já referido anteriormente, o estudo tenciona investigar os aspectos democráticos dos empreendimentos de economia solidária no que diz respeito à democracia dialógica, bem como os seus processos comunicativos.

A análise dos dados do mapeamento demonstra altos níveis de participação em vários contextos. Nesse tópico, no entanto, será abordada a participação sociopolítica da economia solidária no âmbito externo aos empreendimentos, relativamente às redes, fóruns, conselhos e movimentos sociais.

Conforme os dados do mapeamento, 45,7% dos empreendimentos afirmam participar de redes e fóruns de articulação, sendo que boa parte deles participa de redes e fóruns especificamente de economia solidária (22,76% do total de EES). Esses índices são significativos, se forem considerados alguns fatores, dentre eles a projeção dos empreendimentos em um espaço público relativamente novo e diverso da esfera estatal; outro aspecto diz respeito ao fato de boa parte dos empreendimentos ser relativamente nova, assim como as redes que surgem de articulação política em fóruns.

Todavia, um quinto das experiências de economia solidária já tinha mais de dez anos de funcionamento quando foram mapeadas em 2005 (GAIGER, 2011). Muitas dos empreendimentos (57,7%) participam de movimentos sociais. Isso contribui, em boa medida, para o fato de que os movimentos e organizações populares sigam como protagonistas ativos e centrais no período posterior à transição democrática (GAIGER, 2011).

Como mostram os gráficos abaixo, no entanto, a participação sociopolítica dos empreendimentos nos movimentos sociais demanda uma análise mais cuidadosa, uma vez que alguns setores da economia solidária demonstram maiores participações nos movimentos sociais, ao passo que outros se vinculam com redes e fóruns ou com ações comunitárias.

O histograma abaixo apresenta os índices percentuais de participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares, em redes e fóruns e em ações sociais e comunitárias. Os dados indicam a participação concomitante dos empreendimentos em rede e fóruns de articulação e movimentos sociais e populares (nas duas primeiras colunas), bem como a participação simultânea dos empreendimentos em fóruns e redes e em ações sociais e comunitárias (na terceira e quarta coluna)<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Importante esclarecer que os percentuais referidos nesse capítulo correspondem aos cruzamentos de variáveis, portanto, os dados são relativos aos empreendimentos que disseram participar em rede ou fórum de articulação (45,7%); movimentos sociais e populares (57,7%); ação social ou comunitária (56,8%).

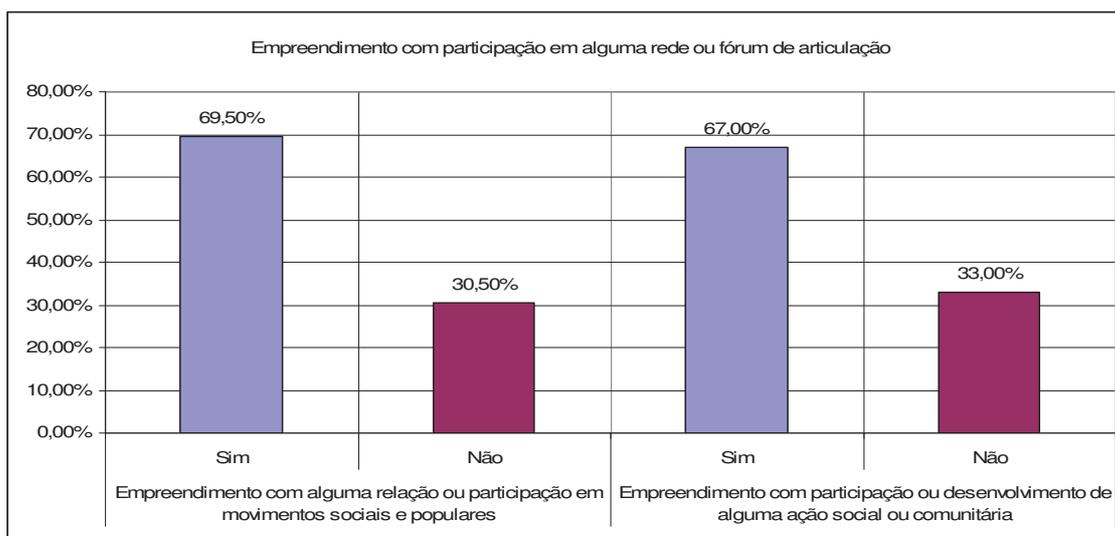


Gráfico 14: A participação sociopolítica dos empreendimentos de economia solidária

Percebe-se, pelo cruzamento das variáveis, uma presença predominante dos empreendimentos em frentes de atuações externas: 69,5% dos empreendimentos que participam de redes ou fóruns de articulação também atuam em movimentos sociais e populares. Esse dado se torna interessante porque os movimentos sociais e populares são, via de regra, mais antigos, ao passo que as redes e fóruns são mais recentes. Diante disso, vale investigar os tipos de empreendimentos mais atuantes nesses dois âmbitos, conforme será visto adiante.

Em boa medida, os percentuais do gráfico acima indicam o engajamento dos empreendimentos com o entorno local, bem como com as demandas dele decorrentes, conforme os dados gerais já examinados no capítulo cinco. Apenas para retomar alguns dados já citados, importa lembrar que os envolvimentos dos empreendimentos com redes e fóruns indicam que a maior parte dos empreendimentos participa de redes e fóruns de economia solidária (22,7%); no que tange aos movimentos sociais, a maior parte participa de movimentos comunitários (27,8%), movimentos pela terra e agricultura (21,3%), movimento urbano ou rural (26,0%). Quanto às ações sociais e comunitárias, 29,3% participam de ações pela educação; 24,4% de ações relacionadas à saúde; 22,1% de ações relativas ao meio ambiente e 11,7% participam de ações referentes à moradia.

Nesse sentido, será analisada adiante, por intermédio de melhor investigação das características das redes de economia solidária, a amplitude das relações sociais e dos movimentos, a qual promove espaços de compromissos com questões inerentes ao entorno social.

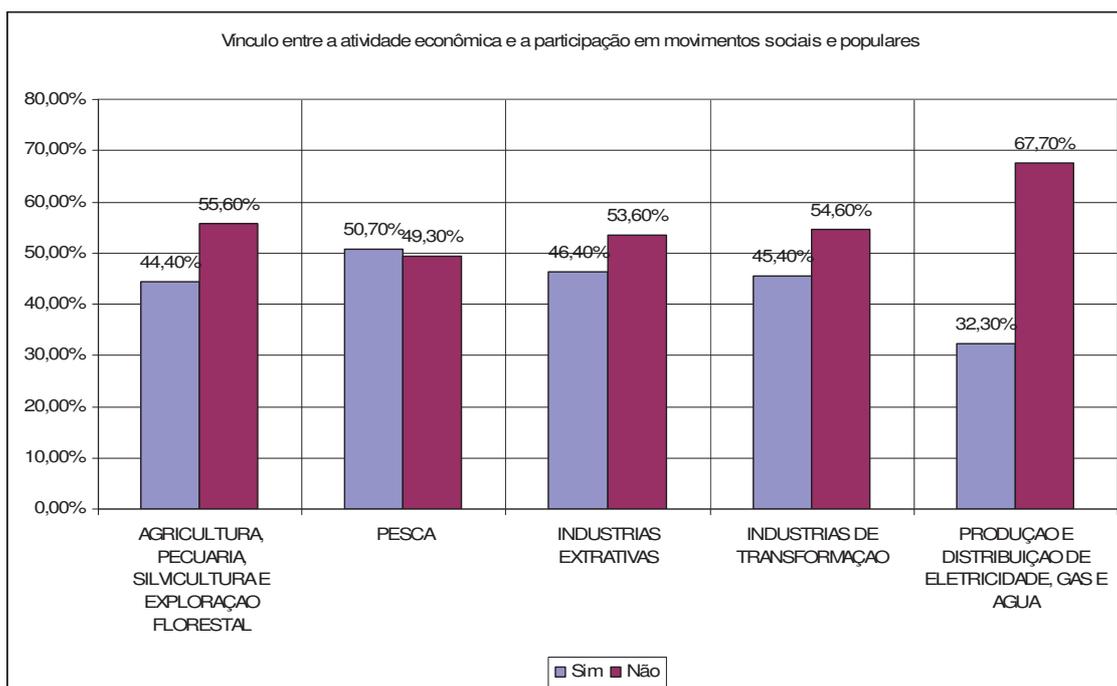


Gráfico 15a: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares

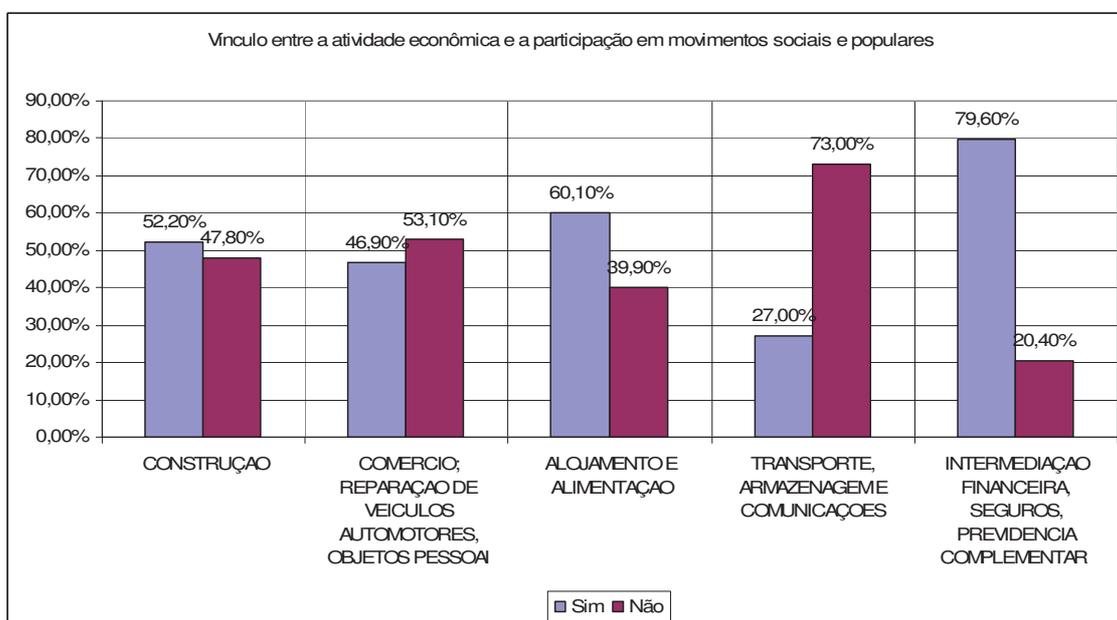


Gráfico 15b: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares

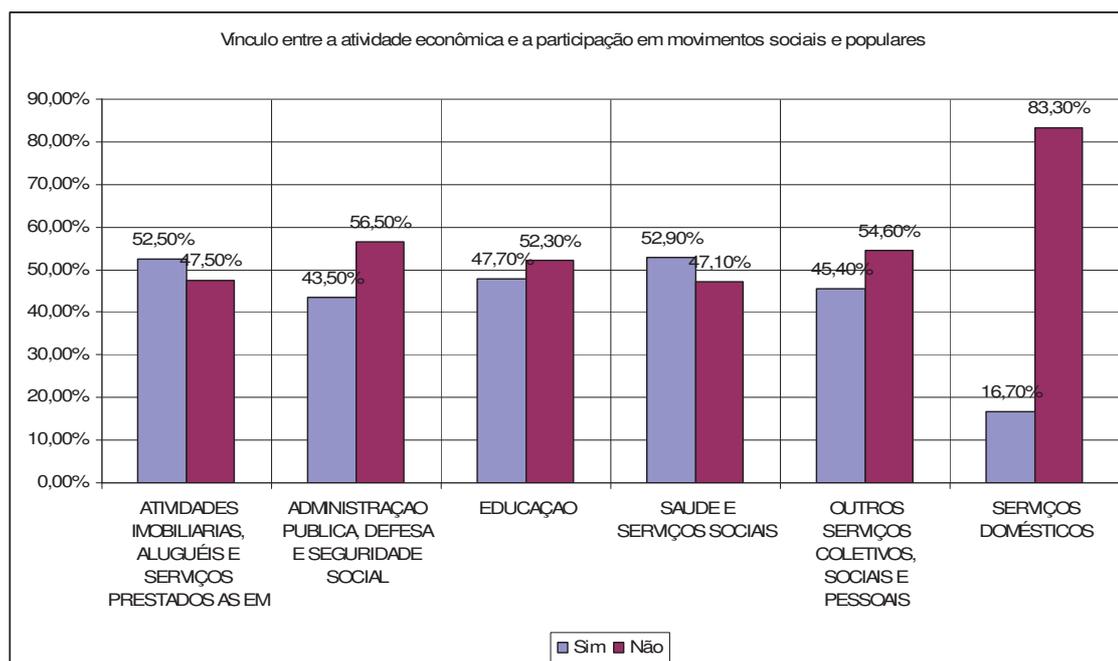


Gráfico 15c: Vínculo entre a atividade econômica e a participação em movimentos sociais e populares

Os histogramas acima demonstram que alguns setores econômicos estabelecem maiores envolvimento com os movimentos sociais e populares. Dentre eles estão os setores de intermediação financeira e de agricultura e pesca; ambos os setores correspondem a empreendimentos mais antigos. No caso das instituições financeiras, estão os empreendimentos de crédito e poupança e, no caso do setor de pesca, estão as cooperativas e associações de pescadores. Os movimentos sociais relacionados a esses setores também correspondem aos movimentos mais antigos, ou seja, aos movimentos sociais dos anos anteriores à Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito ao cruzamento de dados da participação em movimentos sociais e populares com o setor de atividade econômica do empreendimento, observa-se que as atividades relacionadas à agricultura mantêm altos níveis de participação em movimentos sociais e populares.

Nesse caso, a economia solidária coaduna-se com o perfil desses movimentos. Conforme pesquisa feita na base de dados, boa parte dos movimentos sociais tem o perfil rural, assim como boa parte dos empreendimentos de economia solidária também é rural. Os vínculos dos empreendimentos rurais com MST, pastoral da terra, sindicatos rurais são frequentes, sinalizando que muitos

empreendimentos rurais decorreram dos próprios movimentos, nesse caso especificamente.

Percebe-se que a economia solidária prospera junto a categorias sociais organizadas, especialmente no campo, um fato também corroborado pela participação mais frequente nesses movimentos (66,8%) dos empreendimentos com a atuação na área rural.

Outros setores econômicos, minoritários, chamam a atenção por seu grau mais elevado de participação sociopolítica, em particular aqueles de intermediação financeira, seguros e previdência complementar, em que se situam empreendimentos voltados ao crédito e às finanças solidárias, setor de pesca (associações, cooperativas e redes) e educação (empreendimentos cuja finalidade é a formação e a assessoria às organizações populares).

No caso do setor financeiro, de forma semelhante aos movimentos sociais rurais, há incidência de empreendimentos mais antigos, como as cooperativas de crédito que aparecem muitas vezes ligadas aos movimentos comunitários, pastorais, sindicatos, movimentos rurais, dentre outros. Embora seja significativa a incidência do setor financeiro nos movimentos sociais e populares, os empreendimentos desse setor representam 1,8% do total dos que foram mapeados.

Outra constatação importante em relação à pesquisa feita na base de dados do mapeamento diz respeito ao fato de os empreendimentos se manterem atuantes em seu entorno comunitário, em redes e movimentos, sem que isso reflua com o passar do tempo. Embora os empreendimentos mais jovens estejam mais vinculados às redes e fóruns, os mais antigos se mantêm, com o passar dos anos, atrelados aos movimentos sociais e com ações comunitárias. No conjunto das três formas de participação sociopolítica, os empreendimentos com mais de dez anos superam os demais.

Nos gráficos abaixo, o cruzamento das variáveis se deu de forma simultânea aos empreendimentos que responderam sim às três formas de participação sociopolítica.

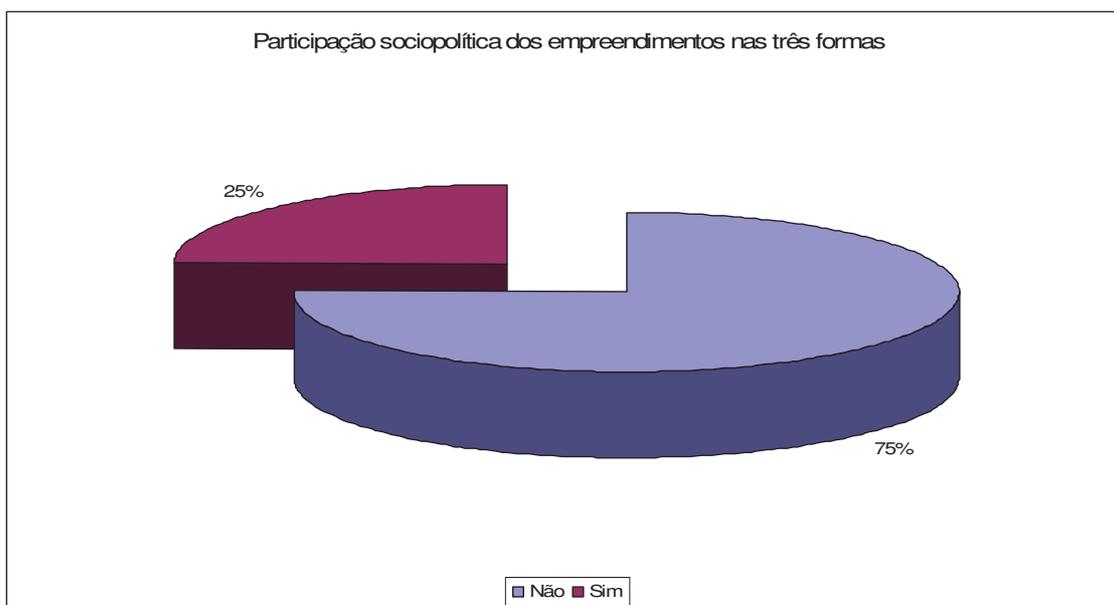


Gráfico 16: Participação sociopolítica simultânea dos empreendimentos em redes e fóruns de articulação, em movimentos sociais e populares e em ações sociais e comunitárias

Nesse caso, um total de 5.386 dos 21.855 analisados, afirmam participar de redes e fóruns de articulação, de movimentos sociais e populares e de ações sociais e comunitárias.

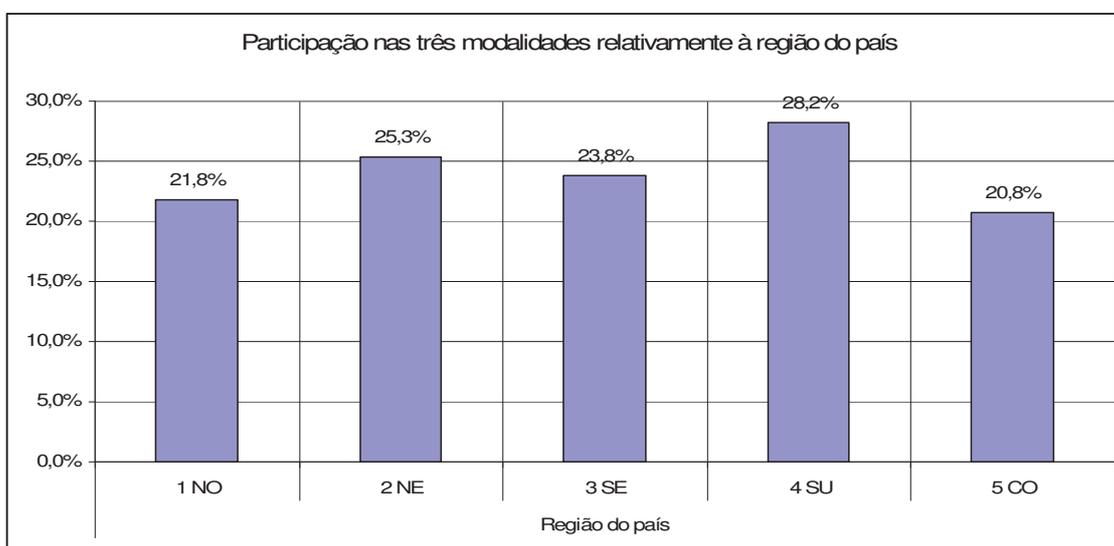


Gráfico 17: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente à região do país

No que diz respeito às participações sociopolíticas quando se analisam as regiões do país, há uma distribuição quase homogênea. Na região Sul, no entanto, o percentual é um pouco mais elevado (28,2%). Esse fator é significativo, pois essa é a região onde há os menores índices de empreendimentos solidários mapeados

(16,4%) do total. Conforme analisaremos abaixo, é no sul do país onde existe a maior incidência de redes e fóruns de articulação de economia solidária.

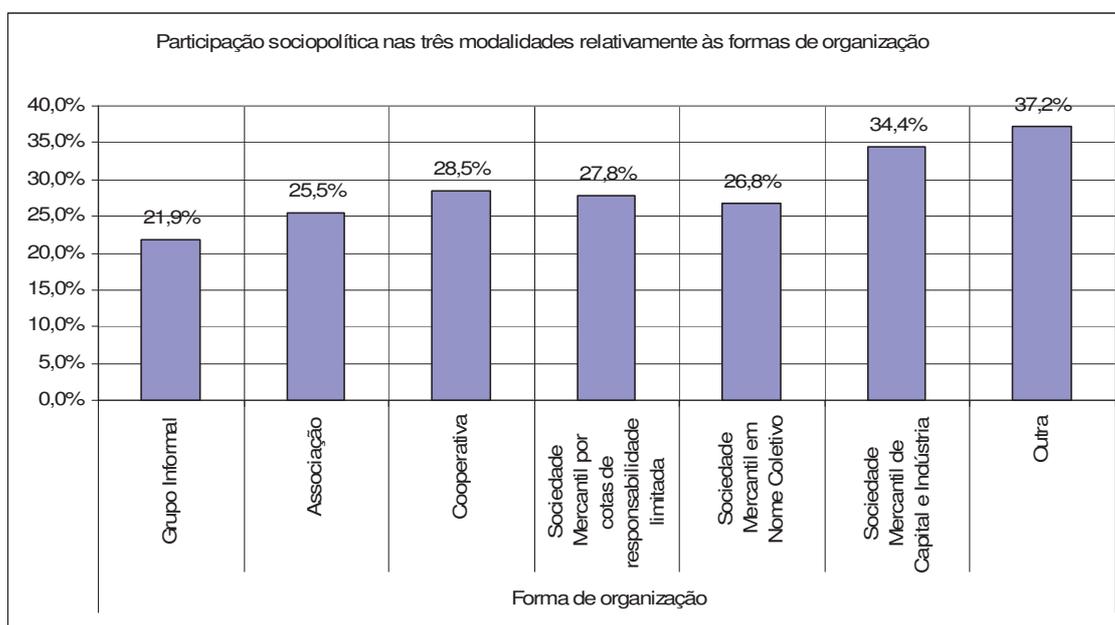


Gráfico 18: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente às formas de organização

Percebe-se que há uma forma crescente entre as modalidades. Os grupos informais são os que menos participam, pois também são os menos organizados juridicamente. Quanto maior a organização jurídica, maior a participação sociopolítica dos empreendimentos.

Nesse caso, as maiores incidências de participação das sociedades mercantis por cotas de responsabilidade limitada, sociedades mercantis em nome coletivo e sociedades mercantis de capital e indústrias, correspondem, em sua maioria, aos empreendimentos que surgiram a partir da arrecadação de massas falidas pelos trabalhadores com o apoio da ANTEAG, sindicatos e outras associações de apoio durante os anos de 1990. Esses empreendimentos se tornaram organizados juridicamente desde o início, assim como o envolvimento sociopolítico também fez parte do seu surgimento.

Situação semelhante ocorre com as associações e cooperativas em comparação aos grupos informais. A organização jurídica dos empreendimentos indica maior participação sociopolítica.

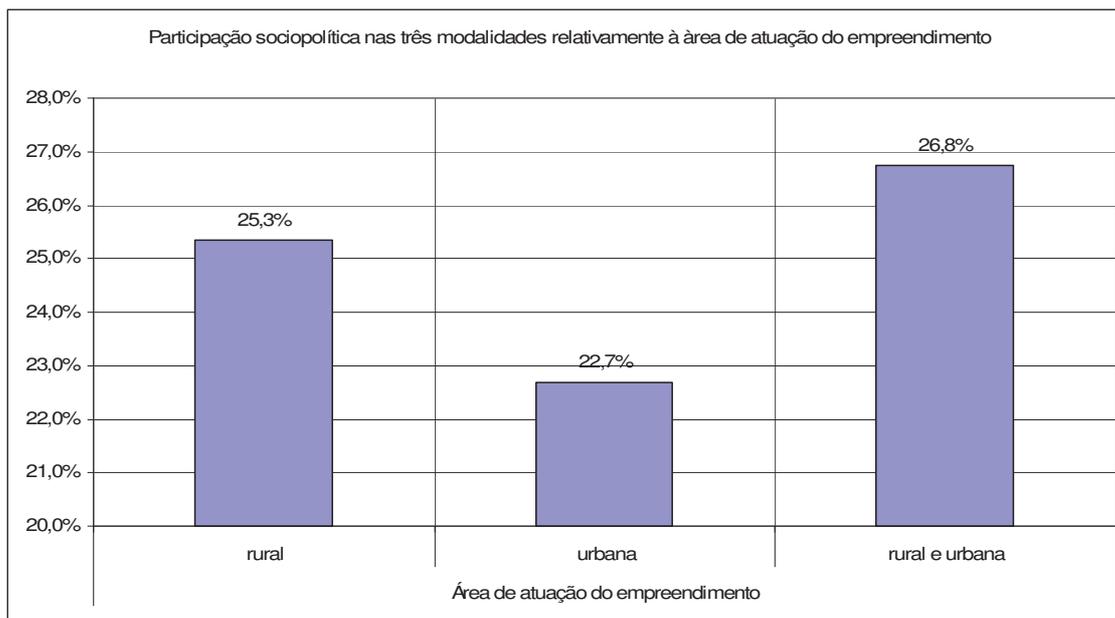


Gráfico 19: Participação sociopolítica nas três modalidades relativamente à área de atuação do empreendimento

Novamente, os empreendimentos de atuação rural superam, em participação sociopolítica, os urbanos. No que diz respeito a esse envolvimento, o questionário aplicado possibilitou, na questão 64 (em caso afirmativo à participação de redes e fóruns), a identificação da rede ou fórum. Esse fator permitiu identificar de forma mais ampla o perfil das redes e fóruns em que há maior incidência de participação entre os empreendimentos de economia solidária. A maior parte das redes de articulação também corresponde às articulações com empreendimentos rurais.

Antes de prosseguir na identificação das redes de maior incidência entre os empreendimentos faz-se necessário esclarecer algumas questões metodológicas em relação ao mapeamento e à análise dos dados.

No caso das questões relativas aos movimentos sociais e populares, assim como às ações sociais e comunitárias, só foi possível identificar especificamente o movimento ou a ação nos casos em que a resposta foi outro movimento ou outra ação, pois nesse caso havia a possibilidade de identificar de quais movimentos ou ações os empreendimentos participam. Caso contrário, as questões já identificavam o tipo de movimento ou ação comunitária, conforme os dados apresentados no capítulo cinco, de forma mais ampla.

Como as questões relacionadas à participação sociopolítica são abertas e de respostas múltiplas, podendo o empreendimento referir do que participa ou nomear

a rede e o fórum, houve em alguns momentos certa confusão nas respostas. Ocorre que muitas das respostas indicaram redes e fóruns como outras opções de movimentos sociais ou ações sociais e comunitárias. Isso exigiu um trabalho minucioso, manual, para a identificação das redes mais mencionadas, como também ao reconhecimento dos movimentos sociais e populares e ações comunitárias outras, além das que o questionário relacionava.

O questionário, no entanto, não possibilitou a indicação especificada de cada um dos movimentos sociais e populares, bem como ações sociais e comunitárias em todos os tipos de que os movimentos dizem participar. A alternativa “outro”, em ambos os casos, possibilitou essa identificação, mas representa um percentual mínimo. Diante disso, a escolha das redes e conselhos no tópico seguinte, deu-se em relação àqueles que aparecem com maior frequência entre os empreendimentos em relação à opção de participação em redes e fóruns. Houve uma seleção cuidadosa das principais redes e conselhos mencionados pelos empreendimentos, cuja coleta de dados se deu de forma manual. Assim, evitou-se fazer gráficos sobre essas redes, com o intuito de haver algum erro na demonstração dos dados.

Embora diversas redes e conselhos tenham sido mencionados, selecionaram-se apenas as cinco redes mais citadas, conforme os dados do mapeamento, a fim de traçar-lhes o perfil, bem como suas principais características e articulações.

### **6.3 Principais redes e conselhos de articulação da economia solidária**

Com base em trabalhos sobre as redes, além das informações retiradas das páginas virtuais das próprias redes, analisa-se abaixo o perfil dessas redes, bem como os tipos de empreendimentos mais relacionados a elas<sup>30</sup>.

Diversas redes, fóruns, conselhos, pastorais aparecem com frequência nos dados do mapeamento, dentre elas: Rede Abelha, Rede Ecovida, Rede de Mulheres, Rede Lixo, Rede Xique-Xique, Projeto Esperança/Cooesperança, dentre inúmeras redes e fóruns de economia solidária, pastorais sociais (pastoral do idoso,

---

<sup>30</sup> Convém salientar que, diante da complexidade dos dados em relação às redes, bem como dos empreendimentos a elas vinculados, a seleção, em ambos os casos, não utiliza demonstração gráfica.

pastoral da criança, pastoral da terra), movimentos comunitários, federações sindicais, etc.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, evento já abordado no capítulo cinco, aparece comumente entre os empreendimentos que participam de redes e fóruns. Neste capítulo, no entanto, serão abordadas algumas redes de maior incidência de participação dos empreendimentos, com o intuito de demonstrar as características relativas ao perfil dessas redes, bem como vinculá-las ao contorno dos empreendimentos de que mais comumente participam.

Diante do fato de que boa parte das redes não é mencionada em trabalhos científicos, conforme levantamento da autora, muitas das informações decorrem de dados fornecidos nas páginas das redes e documentos.

Retomando algumas questões já mencionadas nos capítulos quatro e cinco, as redes estabelecem fluxos comunicativos entre as partes que as compõem, bem como estabelecem certo grau de heterogeneidade entre os participantes, o que constitui certa flexibilidade no seu funcionamento.

Nesse aspecto:

As redes têm algumas características adicionais, conforme Loiola e Moura (1997), quais sejam: (a) as partes que compõem cada uma gozam de uma igualdade e complementaridade entre elas, ou seja, cada parte da rede como um nó específico se justifica apenas enquanto complementar ações desenvolvidas por outras partes, havendo um grau de igualdade na medida da necessidade de cada parte para dar conformação à rede; (b) há regularidade entre as malhas que ligam as partes que estão compondo a rede; (c) há fluxo de informações, mecanismos regulares de ligação, o que lhes possibilita garantir um grau de igualdade e complementaridade em sua dinâmica relacional; (d) os nós (cada organização) limitam, e é a partir deles que a rede se expande; (e) a dinâmica da organização em rede preserva um grau de heterogeneidade entre os parceiros, no pressuposto de que a diversidade pode conferir a dinamicidade organizacional; (f) uma rede busca flexibilidade de funcionamento, pois normalmente cada rede não depende apenas de um ou poucos centros hierárquicos de decisão, mas de dinâmicas de decisão mais flexíveis e adaptadas à construção histórico-organizacional de cada uma (ROVER, 2011, p. 58).

As redes selecionadas abaixo, além de serem as de maior incidência entre os empreendimentos, possuem uma característica importante, qual seja, todas elas apontam dinâmicas multidirecionais no sentido de que não há um centro propulsor nas tomadas de decisão, mas possibilidade de amplo envolvimento dos participantes, inclusive em suas coordenações.

A *Rede Ecovida de Agroecologia* foi formada em 1998, a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento

agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil (ROVER, 2011, p. 59). Constitui-se como uma rede de agricultores de economia solidária, familiar, consumidores, grupos informais e pessoas comprometidas com a agroecologia que tem por objetivo, segundo informações da própria rede:

- a) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;
- b) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos;
- c) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;
- d) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- e) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;
- f) ter uma marca e um selo que expressa o processo, o compromisso e a qualidade.

Trata-se de uma rede vinculada às questões ambientais, de comercialização de produtos, possuindo ligação com a economia solidária e a agricultura familiar.

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios no sul do país. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização.

O processo organizativo da Rede Ecovida se fez, em sua história, sob o signo da busca de autonomia dos agricultores familiares, de suas organizações e movimentos, bem como das organizações de apoio (especialmente ONGs). Uma autonomia que “é luta política” (Chauí, 1990), isto é, uma negociação de espaços de reconhecimento, de fronteiras de identidade, de busca de satisfação de necessidades e interesses a partir de uma concepção de vida e de organização social. A capacidade de criação e inovação de cada grupo, organização ou rede social está condicionada ao seu grau de liberdade, de autodeterminação ou autonomia, ou seja, sua condição de não dominação (ROVER, 2011, p. 61).

A Rede proporciona um selo de certificação de produtos orgânicos, obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Trata-se de uma certificação participativa<sup>31</sup> que visa garantir a qualidade do produto

---

<sup>31</sup> A certificação participativa realizada pela Ecovida pode ser definida como um processo descentralizado de geração de credibilidade em rede, respeitando características locais e assegurando a qualidade dos produtos através da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores. Esta afirmação, além de revelar o caráter multidirecional

ecológico, bem como a valorização da cultura local por meio da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões. (<http://www.ecovida.org.br>).

Poucos anos após a criação da Rede Ecovida, foi criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa, esta mais especificamente voltada para a certificação e disponibilização de selo de produtor orgânico. No entanto, face à não exigência do selo para as dinâmicas de comercialização locais/regionais e à resistência de muitos membros da Rede Ecovida ao uso do selo, a Associação Ecovida, apesar de criada, permaneceu vários anos sem desempenhar as atividades para as quais foi criada. Apenas em 2010, com a previsão de encerramento do prazo para oficializar questões relacionadas à certificação, a Associação foi retomada e constituída como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), a qual é uma condição para compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Tanto a Rede Ecovida de Agroecologia quanto a Associação Ecovida de Certificação Participativa são formadas por grupos e por núcleos regionais, estes também chamados de nós, que buscam promover a troca de informações, credibilidade e produtos. A Associação é considerada um braço operacional da Rede Ecovida, para permitir implementar o processo de certificação (ROVER, 2011, p. 62).

A rede Ecovida também possui ligação com movimentos sociais e outras organizações tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil (Fetraf-Sul), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dentre outras. Nesse aspecto, essas ligações identificam-se muito com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (ROVER, 2011).

Segundo Rover (2011), a existência social, transversalizada por multiplicidades, abre espaços para novas construções que podem se colocar de forma subjugada aos processos de dominação, incorporando elementos desses processos, construindo linhas de fuga, ou ressignificando-os a partir de devires inovadores.

Nesse sentido, o autor diz que:

Ao observar a estrutura e dinâmica organizativa da Ecovida, constata-se a busca organizativa por romper com processos de dominação que estão na origem da crítica que permitiu a sua constituição. Ela é um resultado da crítica ao modelo hegemônico de produção, distribuição e consumo de alimentos. diversificação organizacional e institucional de uma rede

---

e descentralizador da Ecovida, pois, segundo (ROVER, 2011, p.58) “fortemente impregnada de uma ética e finalidade social”. Vale dizer que a Ecovida promove um grande diálogo e, em muitos Núcleos Regionais, participa do Movimento que se autodenomina de Economia Solidária, tendo definido como um dos seus objetivos: “aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores” (ROVER, 2011, P. 58)

multidirecional e com processos decisórios horizontalizados, quanto maior a singularização e autonomia colocada a cada organização e instituição, se articuladas com outras diferentes singularidades e autonomias, maior o potencial de produção de novos enfrentamentos às subjetivações dominantes (ROVER, 2011, p. 62).

A Ecovida é uma rede organizacional constituída com o propósito de lutar contra algumas perspectivas hegemônicas do sistema social e econômico (ROVER, 2011), na medida em que em seu campo de atuação ela produz resistências e enfrentamentos com o modo de produção agroquímico convencional, com as formas de organização verticalizadas, com mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome o que gera um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas (ROVER, 2011).

A *Rede Lixo e Cidadania* surgiu a partir do Fórum Nacional do Lixo e Cidadania, o qual ocorreu pela primeira vez em 1998, em Brasília, com a participação de 19 instituições e com o incentivo da UNICEF.

O fórum foi constituído como um espaço de articulação para planejamento e implementação de ações de combate à erradicação do trabalho infantil, apoio e fortalecimento ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis e à erradicação dos lixões no país.

A primeira campanha foi lançada em 1999: “Criança no Lixo Nunca Mais”, cujo objetivo era sensibilizar a sociedade e pensar soluções para a problemática que envolvia cerca de 45 mil crianças trabalhando na coleta de materiais recicláveis.

Percebendo a problemática que envolve o trabalho infantil e verificando a complexidade do problema, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania constatou a necessidade de envolvimento e fortalecimento da família, para a retirada das crianças do trabalho da coleta dos materiais recicláveis. Um dos entraves à resolução dessa problemática é o fato dessas crianças, em sua maioria, serem filhas e filhos de catadores de materiais recicláveis.

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania discutiu e desenvolveu instrumentos e mecanismos para a sustentabilidade dos catadores de materiais recicláveis, sendo eles:

- a) universalização da coleta;
- b) treinamento de pessoal;
- c) programas de educação e mobilização social;

- d) cobrança pelos serviços prestados;
- e) legislação específica.

Com o apoio das entidades integrantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, foram implementados, nos Estados brasileiros, os Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania. Até a data de 21/08/2004, foram instalados 23 Fóruns Estaduais, estando eles distribuídos na maioria dos Estados da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

A Rede Lixo e Cidadania tem como objetivo articular as cooperativas e empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo a fazerem parte da erradicação do trabalho infantil nos lixões do Brasil.

Atualmente, a Rede Lixo e Cidadania tem como principais objetivos: a promoção de ações sociais, culturais e socioeconômicas visando à erradicação do trabalho infantil; experimentação de novos modelos socioprodutivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; estudo, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas; produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, que digam respeito à preservação do meio ambiente, coleta seletiva e transformação do material reciclável.

A *Rede Abelha* situa-se no nordeste do país e tem como pressuposto a alternativa produtiva, de base ecológica, justa e solidária relativamente aos produtos apícolas. A criação dessa rede ocorreu no início dos anos 1990 e esse empreendimento tem estabelecido troca de experiências e informações, com o intuito de auxiliar o fortalecimento dos grupos e entidades membros da rede, assim como na forma de organização dos grupos de agricultores tais como: estruturação e legalização de cooperativas e associações, programas e financiamentos destinados às cooperativas, outras fontes de recursos, etc.

O aperfeiçoamento técnico na Rede Abelha tem ocorrido por intermédio de cursos sobre temas específicos, mas principalmente pela troca de experiências, as quais incluem práticas que compreendem visitas aos apiários dos agricultores membros. Há, igualmente, espaços de discussão para que os diferentes grupos e entidades apresentassem suas inovações técnicas.

Atualmente, é articulado pela Rede Abelha um grande número de agricultores, muitos deles inseridos em associações, cooperativas, grupos informais, técnicos de ONGs e organismos de igreja, que dão apoio técnico e organizacional às entidades representativas dos agricultores.

A articulação da rede visa ao desenvolvimento da apicultura como alternativa de produção sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar. Também a partir das discussões na Rede Abelha, e tendo como base a sua articulação, é que as entidades, ONGs e organizações de agricultores, começaram a se articular com outros setores da apicultura em seus Estados, com o intuito de pressionar as políticas estatais a auxiliarem o setor produtivo apícola, com redução dos impostos, ampliação dos incentivos, dentre outros.

Atualmente várias Redes já foram criadas nos Estados: a Rede Abelha Ceará, a Rede Abelha Rio Grande do Norte, a Rede Abelha Piauí, a Rede Abelha do Pernambuco, a Rede Abelha Paraíba, a Rede Abelha Maranhão e a Rede Abelha da Bahia, todas integradas na dinâmica da Rede Abelha Nordeste. A coordenação da Rede Abelha é rotativa e atualmente quem está nessa coordenação é o Grupo Colmeias (RN).

A rede mantém atualmente dois espaços de intercâmbio e discussão entre os associados. O primeiro é o Encontro Anual, quando, ao mesmo tempo, é o espaço em que acontece a Assembleia da Rede e as capacitações temáticas; o segundo espaço de discussão, que foi criado no ano de 2001, é a Rede Virtual, a qual funciona como um grupo de discussão e um banco de dados com informações técnicas sobre a produção, flora apícola, mercado, dentre outras<sup>32</sup>.

O principal lema da rede é “produzir com qualidade, preservando o meio ambiente, construindo uma relação justa e solidária”.

A maioria das redes pesquisadas apresenta características semelhantes entre si. Dentre elas, a preservação do meio ambiente aparece como um objetivo importante. Todas são fundadas em princípios éticos e morais consoantes as formas alternativas de produção e comercialização, de cuidados com o meio ambiente e participação cidadã.

---

<sup>32</sup> Na página virtual da Rede Abelha é possível ter acesso aos documentos relativos às questões sociais da rede, bem como as informações técnicas para a produção ecológica de produtos derivados da apicultura.

Nesse aspecto, a economia solidária se confirma como atriz de novos campos sociais, no sentido de estabelecer iniciativas concretas, em relação ao desenvolvimento humano integral, individual, social e ecológico (CAMACHO, 1996). A Rede Abelha, assim como a Rede Vida, vincula-se aos movimentos rurais, bem como aos empreendimentos solidários rurais.

A *Rede Cooesperança* ou *Projeto Esperança* aparece muito comumente nos empreendimentos, mais que isso, é a principal rede de articulação dos empreendimentos de economia solidária no Rio Grande do Sul. Essa rede tem algumas características peculiares, pois o início de suas atividades coincide com o surgimento de movimentos dos anos de 1980.

Segundo dados da própria rede, o Projeto Esperança surgiu de estudos a partir do livro "A Pobreza Riqueza dos Povos", do autor Africano Albert Tévoédjéré, cujos estudos e seminários iniciaram-se em 1982, e no 3º Congresso da Cáritas-RS, em 1982, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Àquela época, Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, com base no estudo do livro acima citado, desafiava a Cáritas-RS a criar e desenvolver os PACs (Projetos Alternativos Comunitários) para elaborar um novo jeito de construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável. Com essa provocação, buscava encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social (ICAZA; FREITAS, 2006).

A partir de então, houve um fortalecimento no modelo de caridade libertadora que envolveu grupos de Santa Maria, vinculados aos PACs (Projetos Alternativos Comunitários). O questionamento sobre outras possibilidades econômicas calcadas na solidariedade, geração de trabalho e renda e as diferentes formas de organização associativa, cooperativa e de autogestão passaram a ser o tema central dessa rede.

A partir de 1984, a Diocese de Santa Maria, a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), a EMATER Regional, RS e outras organizações iniciaram o estudo do livro, promoveram Seminários e Jornada de Estudos na região Central do Rio Grande do Sul, cuja articulação regional deu origem aos PACs (Projetos Alternativos Comunitários) junto com a Cáritas Regional, RS. Em 1984 foram surgindo as primeiras experiências de Grupos Comunitários e Associações. Em 1987 foi criado o *Projeto Esperança* e o início do seu funcionamento a partir dos Grupos Organizados

que se integraram desde o início, a esse Programa ([www.esperancacooesperanca.org.br](http://www.esperancacooesperanca.org.br)).

A Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança) atualmente se caracteriza como uma rede que congrega e articula grupos organizados de economia solidária no sentido de viabilizar a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos urbanos e rurais.

Durante esses últimos 20 anos, a Cooesperança realizou diversas reuniões, encontros e cursos de formação, debates em assembleias, articulações com os trabalhadores em parceria com organizações governamentais e não governamentais do Brasil e de outros países da América Latina.

Ao longo destes 20 anos promoveu em parceria com outras Entidades: - 14 Feiras Estaduais do Cooperativismo. - 3 Feiras de Economia Solidária do Mercosul - 3 Seminários Latino Americanos de Economia Solidária - 7 Feiras da Biodiversidade e Feiras de Agricultura Familiar - 17 Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo (em parceria com as Dioceses do Interdiocesano - Centro - RS) e Cáritas - RS - 1.040 Feirões Coloniais Semanais aos sábados - 150 Feirões Temáticos na Praça Saldanha Marinho - Santa Maria. - Promoveu de 23 Assembléias Gerais do Projeto Esperança/Cooesperança. - Participou de 20 Feiras da Primavera - Participou de centenas de atividades de Formação da CARITAS BRASILEIRA Regional - RS e outras Pastorais Sociais. - Participou de inúmeras Feiras de Economia Solidária e Agricultura Familiar em vários Estados do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Venezuela. - Participou efetivamente de 5 FÓRUNS SOCIAIS MUNDIAIS. - Acolheu e participou na organização de um Encontro do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano em 2006 - Santa Maria - RS, com a presença de 21 Países da América Latina e Caribe. - Participou de inúmeros debates no Brasil em outros países, sobre a Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Políticas Públicas. - Acolheu centenas de Caravanas para conhecer a experiência do PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. - Participa efetivamente do FÓRUM BRASILEIRO e FÓRUM GAÚCHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA e do CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ([www.esperancacooesperanca.org.br](http://www.esperancacooesperanca.org.br)).

Essa rede possui características muito interessantes, dentre elas o fato de ser bem antiga se comparada com a grande maioria das redes que compõe a economia solidária. Outra particularidade é que ela tem por origem o envolvimento com os trabalhadores rurais, com as tradições dos movimentos sociais dos anos de 1980 e com a Igreja Católica. Atualmente, no entanto, vincula-se também com os empreendimentos urbanos e com outras redes, além de possuir importantes conexões com diversas esferas da sociedade civil, bem como com universidades e esferas governamentais.

Trata-se do principal foco de articulação e promoção regional da economia solidária no Rio Grande do Sul.

A rede dos empreendimentos solidários, associada ao Projeto Esperança/Cooesperança, foi criada no dia 14 de janeiro de 2003 com o objetivo principal de articular os empreendimentos solidários a ele associados, para um maior escoamento da produção, qualidade dos pontos de comercialização direta em 12 municípios da Região Centro e para articulação dos empreendimentos entre si. São inúmeros espaços fixos de comercialização direta dos diversos grupos nos municípios da região Centro-RS. Os pontos da “Teia Esperança” são administrados de forma colegiada pelos próprios empreendimentos solidários organizados e associados ao Projeto Esperança/Cooesperança e da própria “Teia Esperança” (LANGE, 2009, p. 95).

Pelo fato de ser uma articulação política que vem se modificando ao longo de trinta anos, essa rede passou por diversas configurações. Segundo Icaza e Freitas (2006), no início dos anos 1980, o projeto ainda era um sonho idealizado pela Igreja Católica e por um grupo de jovens profissionais desejosos de construir alternativas por intermédio de experiências não suficientemente alicerçadas para sobreviver no cenário competitivo e excludente que se desenhava.

No final da mesma década, o esforço por avançar na racionalidade econômica sem apoio de políticas públicas enfraqueceu o projeto. “O resultado foi uma crise que quase levou a Cooesperança à falência” (ICAZA; FREITAS, 2006, p. 31).

No início dos anos de 1990, houve uma lenta e gradual recuperação, quando o projeto começou a focar a visibilidade e a articulação, visando ao fortalecimento da solidariedade por intermédio da Feira de Cooperativismo, bem como na economia solidária como espaço identitário (ICAZA; FREITAS, 2006).

Segundo os mesmos autores, a partir de 1998, o apoio de políticas públicas foi importante alavanca que possibilitou o fortalecimento do projeto, o qual entrou em um processo de fortalecimento progressivamente, atingindo novos patamares econômicos e organizacionais. Seu eixo central é a aposta no potencial de pequenos projetos e empreendimentos econômicos solidários, sustentados numa proposta diferenciada de produção, comercialização e consumo.

A *Rede Xique-Xique* também aparece de forma significativa entre as redes mencionadas pelos empreendimentos<sup>33</sup>. Trata-se de uma rede de comercialização

---

<sup>33</sup> Segundo dados da própria rede: A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária tem sede na cidade de Mossoró (RN), situada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte. É fruto de um

de produtos oriundos das produções camponesas. Está localizada no município de Mossoró-RN e teve início em 2003. Essa rede está diretamente vinculada aos empreendimentos de economia solidária.

Possui diversos núcleos de abrangência no Estado e vincula-se à produção rural diversificada. Dentre as atividades que a compõem, destacam-se o artesanato, a apicultura, a comercialização de hortifrutigranjeiros, a criação de ovinos e de caprinos, dentre outros.

Essa rede tem princípios movimentalistas, dentre eles, a proteção da ecologia, as questões de gênero, o incremento da economia solidária, a implantação da gestão associativa e as propostas de políticas públicas. Surgiu a partir de uma organização de mulheres na região oeste do Rio Grande do Norte. Sua fundação contou com a participação de vários grupos com experiência de produção coletiva e que buscavam um espaço de comercialização que atendesse às necessidades de seus projetos produtivos.

Em 1999, um grupo de mulheres do assentamento Mulungunzinho, de Mossoró (RN), após avaliar várias ideias para gerar renda por meio de um projeto produtivo, optou pelo cultivo de hortaliças orgânicas. A escolha se deu diante do fato de a agricultura fazer parte das raízes e do dia a dia desse grupo de mulheres.

Para evitar intermediações e explorações, comumente exercidas pelas formas tradicionais de comercialização, foi criada a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT). Nesse espaço, produtoras e consumidores(as), e todo o processo de venda e entrega de produtos era feito de forma direta (DANTAS, 2005).

O Espaço de Comercialização Solidária tornou-se rede quando reuniu 50 grupos participantes, de oito municípios. Atualmente, a Rede tem dois núcleos funcionando, em Mossoró e Baraúna. Além de potencializar e participar de feiras, promover seminários de formação, articular-se com outras redes, segue avançando no processo de certificação participativa e na construção de novos núcleos e feiras agroecológicas semanais (DANTAS, 2005).

---

amplo processo de construção coletiva dos grupos produtivos, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que, atuando em diferentes áreas, lutam pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A Rede comercializa e produz dentro dos princípios da agroecologia e da economia solidária.

Essa rede possui uma característica interessante em relação à questão de gênero, na medida em que foi idealizada e criada por um grupo de mulheres e tem mantido uma consciência feminista no âmbito da rede.

No caso particular dos projetos desenvolvidos dentro de uma consciência feminista, sabíamos que a busca desse novo horizonte transcendia a afirmação de preceitos éticos e solidários ao longo do processo de formação, pois necessitávamos, antes de tudo, que as mulheres estivessem presentes de forma real e efetiva em todos os espaços, sendo sujeitos da ação nessa construção. Essa compreensão fundamenta a atuação da Rede, que em sua carta de princípios traz expressa a preocupação em garantir a valorização do trabalho das mulheres e jovens, reforçando sua participação, através de uma política de ação afirmativa em todas as etapas do processo (buscando instrumentos que viabilizem a socialização do trabalho doméstico), respeitando suas diferenças sem gerar desigualdades de gênero e geração. Como consequência desse enfoque de formação, a Rede Xique-Xique tem atualmente em suas instâncias uma presença feminina significativa. No Conselho Diretor, composto por sete membros, seis são mulheres. A associação, gestora jurídica da Rede, diretoria e coordenação também contam com 90% de mulheres (DANTAS, 2005, p. 28).

Assim como a Rede Ecovida, essa rede também possui certificação dos produtos produzidos, respeitando ao meio ambiente e valorizando os ideais sociopolíticos dos empreendimentos solidários acima citados.

Na página da internet dessa rede, encontram-se alguns princípios fundamentais que estabelecem o perfil dessa rede movimentalista de articulação, dentre eles estão: confiança, no sentido de que a coordenação seja clara e transparente; descentralização, no que diz respeito ao aspecto democrático da rede; organização de base dos empreendimentos que compõe a rede; articulação em rede, no que diz respeito aos valores ecológicos, feministas, solidários; adesão voluntária; agroecologia, economia solidária e feminismo como valores sustentadores da rede; economia solidária.

Aparecem ainda, com muita frequência, outras redes ligadas à agricultura, à economia solidária e às questões ambientais, como também à Pastoral da Terra e a outras organizações ligadas à Igreja Católica.

O viés das redes no qual aparece maior incidência de empreendimentos participantes é ligado à agricultura, o que confirma os dados anteriormente apresentados. Por óbvio o inverso também é verdadeiro, ou seja, a maioria dos empreendimentos a elas vinculados é rural.

Uma questão importante a ser observada, no entanto, é que também os movimentos sociais aparecem de forma mais comum no meio rural. Nesse aspecto, observa-se que há uma modificação da postura dos movimentos sociais rurais.

Constata-se que, ao mesmo tempo em que os empreendimentos ainda se encontram vinculados ao MST, Pastoral da Terra, dentre outros movimentos ligados à questão da luta pela terra – os quais são característicos dos anos de 1970 e de 1980 – também se conectam a redes movimentalistas extremamente recentes. Essa adesão agregou valores que se vinculam às novas gerações de direitos, como à etnia, ao gênero, ao multiculturalismo, à preservação do meio ambiente, ao cultivo de produtos orgânicos, à incorporação da economia solidária, dentre outros.

Nos movimentos sociais faz tempo que sua crise deu lugar a novas formas de coletivos muito fragmentados e dispersos, onde a confiança interna do grupo prima sobre a coordenação com os outros. A qualidade de vida que se propõe a partir dos ecologistas, das mulheres, dos movimentos de solidariedade, etc., tem muito a ver com a implicação de seus membros com mudanças dos estilos de vida, não só com reivindicações (VILLASANTE, 2002, p. 154).

A transformação dos movimentos sociais, em especial dos rurais, estabelece um campo extremamente rico de análise sobre os movimentos sociais pós Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, a questão da democracia dialógica constitui uma dimensão importante nessa análise, na medida em que os espaços sociais que envolvem os empreendimentos com o seu entorno, a construção de redes locais, por intermédio de parcerias e articulações ou em práticas de intercooperação, correspondem aos fluxos comunicativos que possibilitam produzir mudanças na articulação política.

Os conselhos também aparecem com muita frequência e são importantes, pois, assim como as redes, estabelecem vínculos e articulações políticas. Ao contrário das redes, que partem da sociedade civil organizada, os conselhos são decorrentes do poder público e se constituem como uma maneira propulsora de ampliar as relações sociais dessas novas formas movimentalistas.

Na análise dos dados do mapeamento foi possível constatar que muitos empreendimentos se envolvem com os conselhos, em sua maioria, municipais, nos mais diversos setores. Dentre eles estão: conselhos de agricultura familiar, conselhos rurais (dos mais diversos tipos), conselhos de saúde, habitação, educação, meio ambiente, dentre inúmeros outros.

O importante é salientar que a economia solidária tem marcado presença de forma significativa também nos conselhos, em especial nos conselhos municipais e estaduais, o que evidencia o envolvimento dos empreendimentos com as políticas públicas locais no âmbito estatal.

Os conselhos gestores de políticas públicas, segundo a Constituição, representam canais de participação política que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

No sentido jurídico, os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Assim, os conselhos são considerados o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Os conselhos, no entanto, nem sempre fazem parte da realidade das políticas municipais. Muitas vezes, embora existam formalmente, não representam meios comunicativos dialógicos efetivos. Mesmo diante de diversas críticas sobre a representatividade democrática dos conselhos, não se pode deixar de percebê-los como importante espaço público no qual a economia solidária tem marcado presença, o que representa importante vínculo sociopolítico na esfera pública.

#### **6.4 Os reflexos da participação sociopolítica no ambiente interno da economia solidária**

A economia solidária tem se projetado na esfera pública pela participação sociopolítica, em especial pela articulação com outros campos sociais tais como redes e fóruns de articulação.

Desse modo, a investigação do presente estudo tenciona analisar as correlações entre as participações externas (sociopolíticas), no que tange à projeção dos empreendimentos na esfera pública não estatal, constituída por novos campos sociais (LÜCHMANN; SCHERER-WARREN, 2004) e a democracia dialógica no âmbito interno dos empreendimentos.

A economia solidária tem se diferenciado das formas econômicas tradicionais por suas práticas coletivas, democráticas e de gestão, “cujo acionamento constitui um trunfo a favor de seu desempenho econômico e lhes confere peculiaridades

advindas da simbiose entre sua lógica solidária e sua lógica econômica” (GAIGER, 2011,).

Nesse aspecto, não seria estranho aos empreendimentos que a lógica democrática de autogestão interna se alinhasse com o nível de participação sociopolítico externo.

Os dados abaixo representam o cruzamento de diversos níveis de participação interna (assembleias, conselhos internos, acesso a registros, decisão sobre destino das sobras e fundos, eleições da diretoria, prestação de contas, participação dos planos de trabalho, participação dos sócios nas decisões cotidianas dos empreendimentos) com os níveis de participação externa (participação em redes e fóruns de articulação, movimentos sociais e comunitários, desenvolvimento e participação em ações sociais e comunitárias).

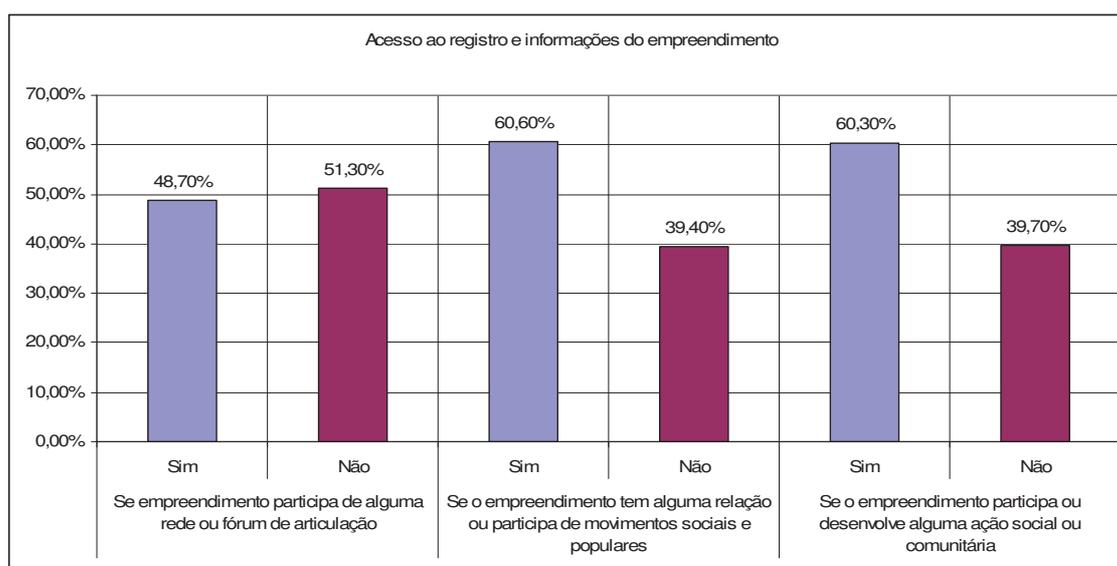


Gráfico 20: Convergência entre autogestão e participação e participação sociopolítica

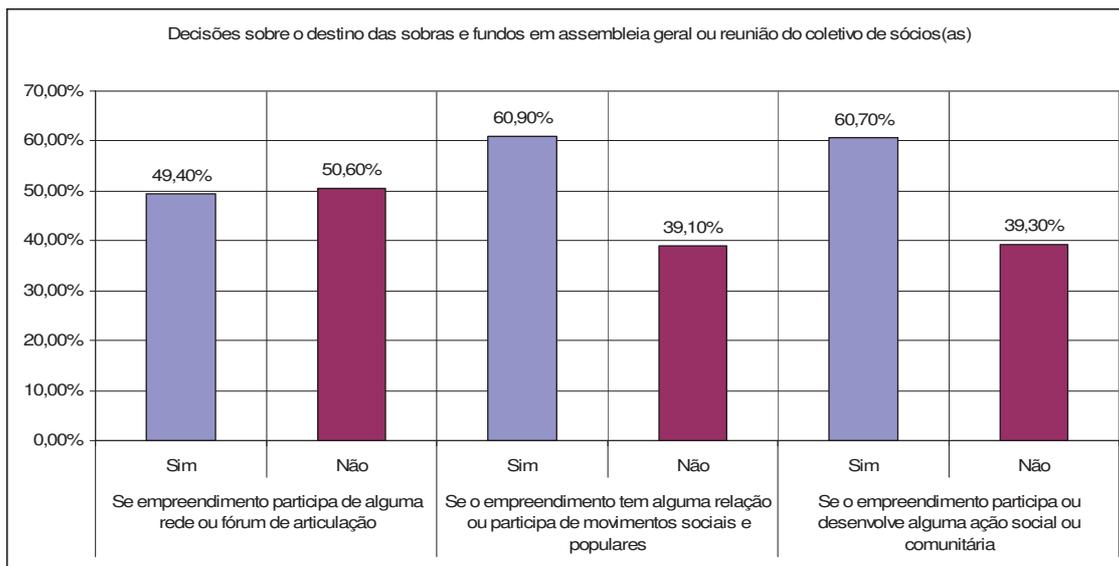


Gráfico 21: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

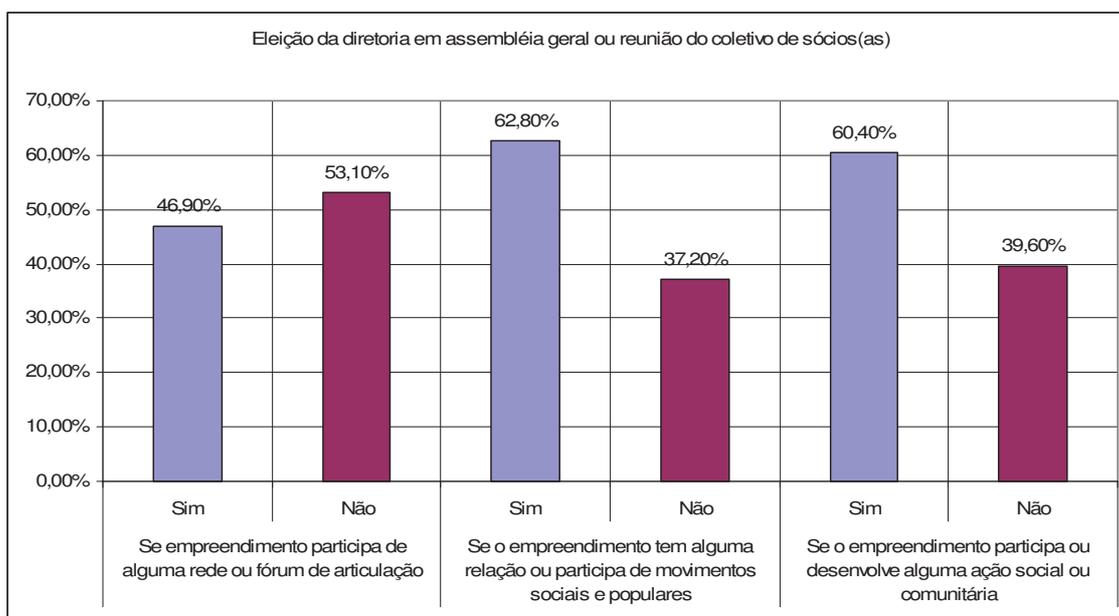


Gráfico 22: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

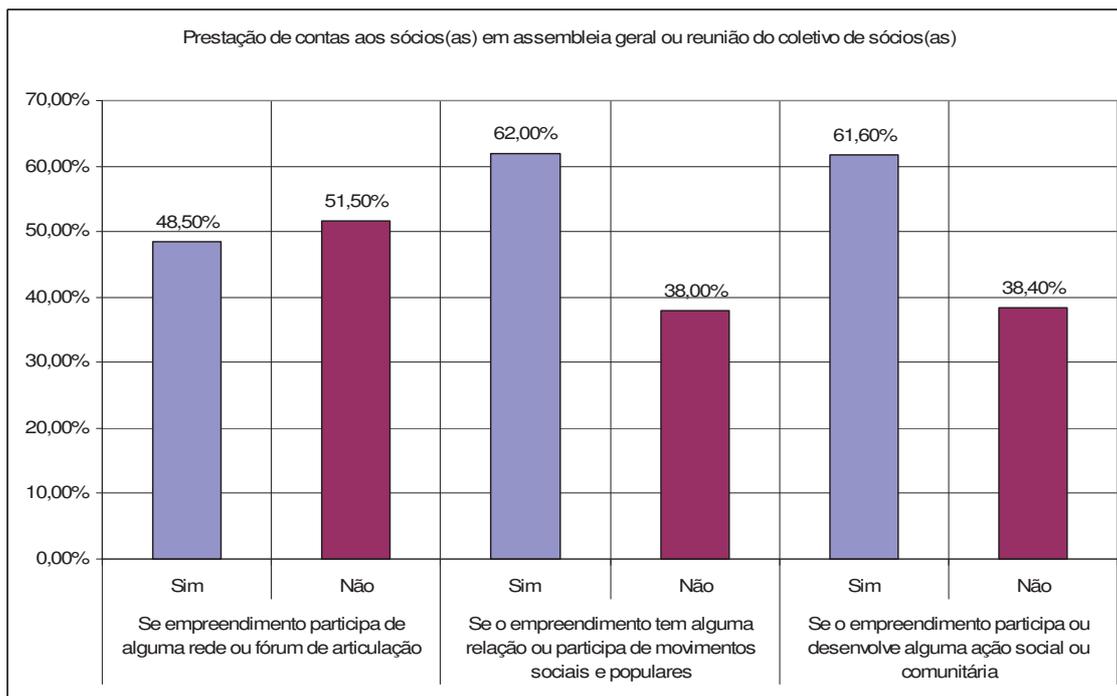


Gráfico 23: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

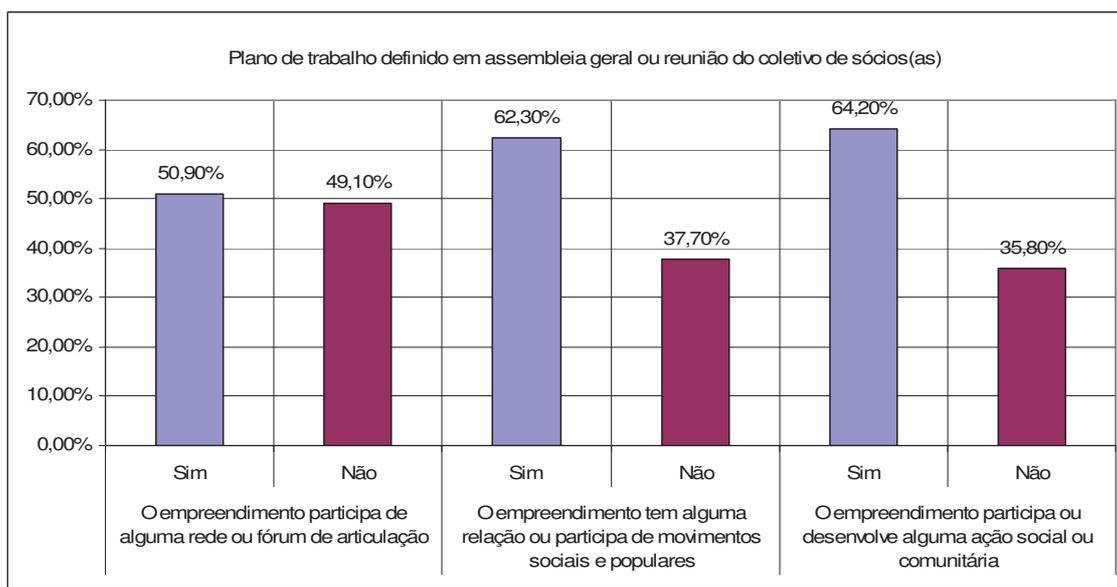


Gráfico 24: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

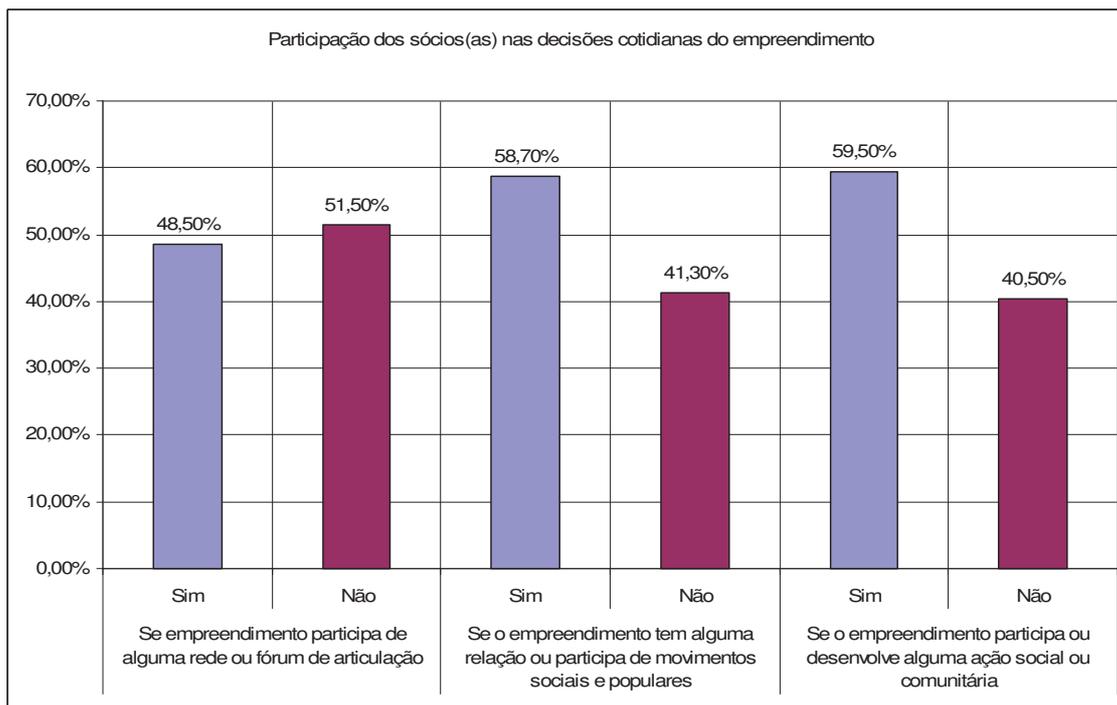


Gráfico 25: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

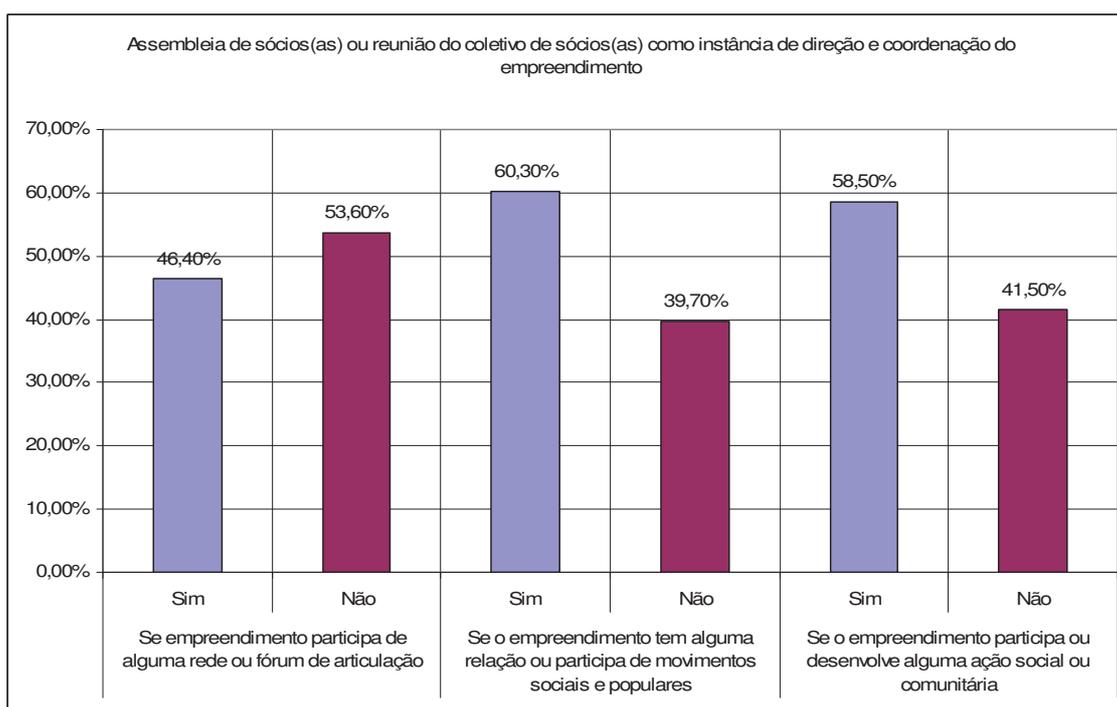


Gráfico 26: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

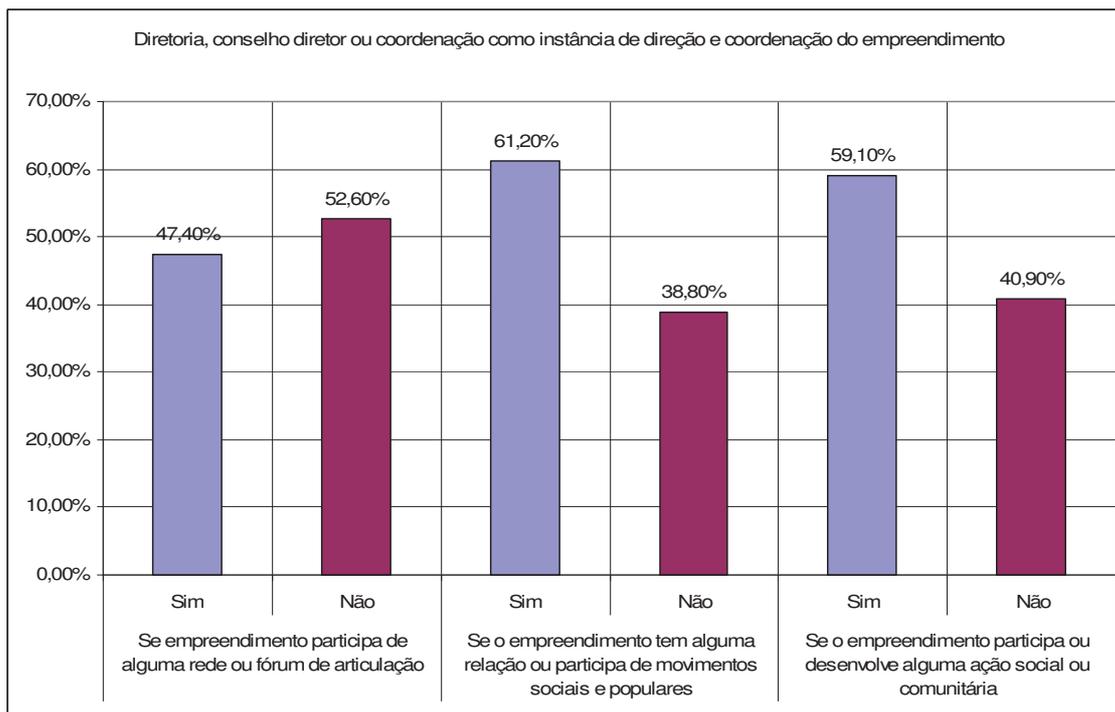


Gráfico 27: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

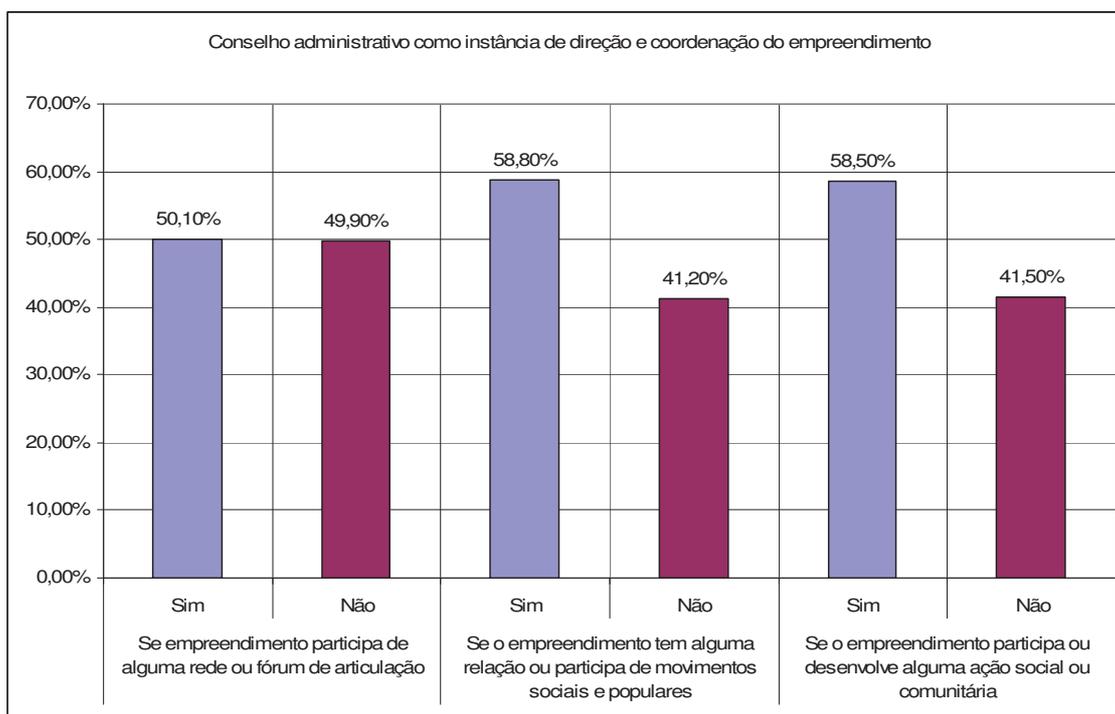


Gráfico 28: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

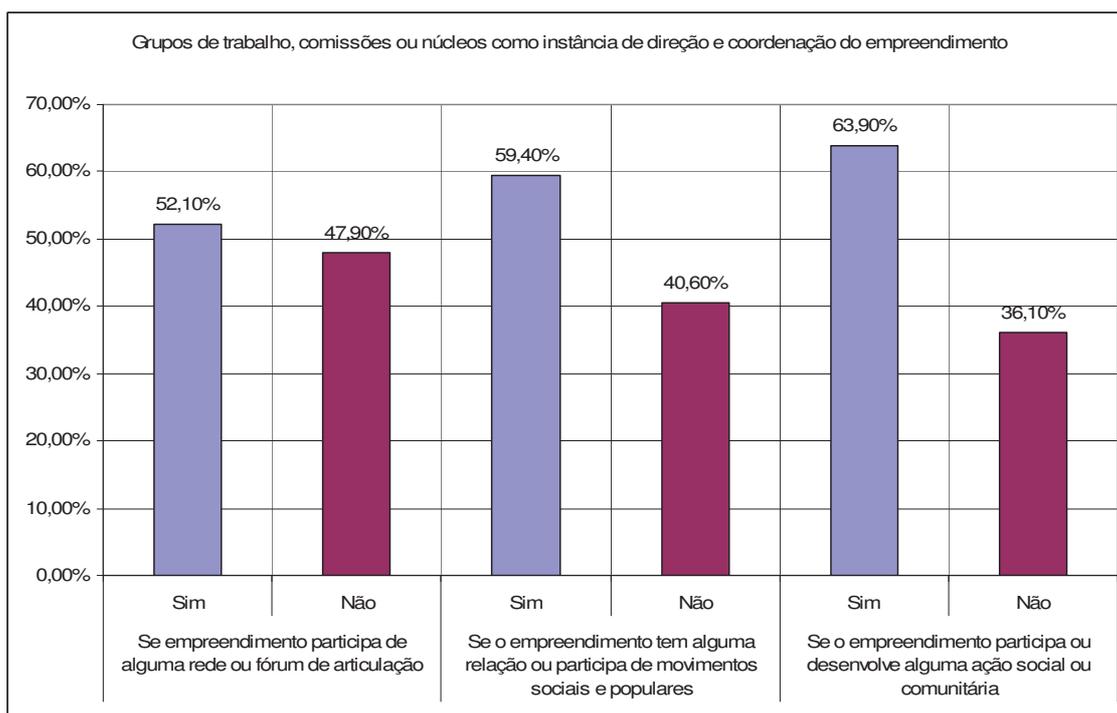


Gráfico 29: Convergência entre autogestão e participação sociopolítica

Nos gráficos acima é visível a convergência entre a participação sociopolítica e autogestão dos empreendimentos. Os altos índices dessa tendência comum, em especial nos casos de conselhos diretores e grupos de trabalho com movimentos sociais e ações comunitárias, demonstra que quanto mais organizado for o empreendimento internamente, no sentido da autogestão, maior é também seu envolvimento sociopolítico.

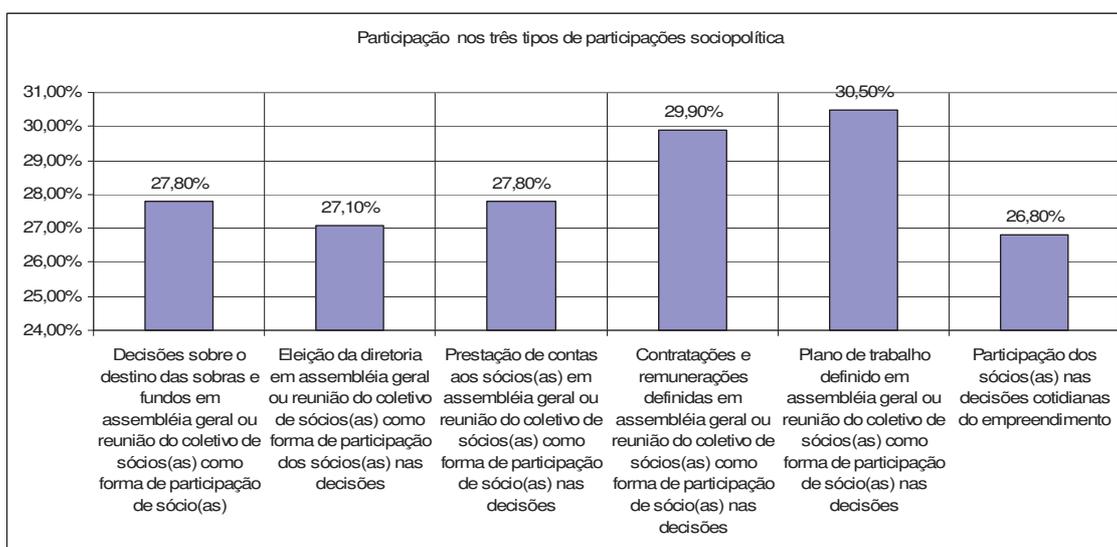


Gráfico 31a: Convergência entre autogestão e as três formas de participação sociopolítica

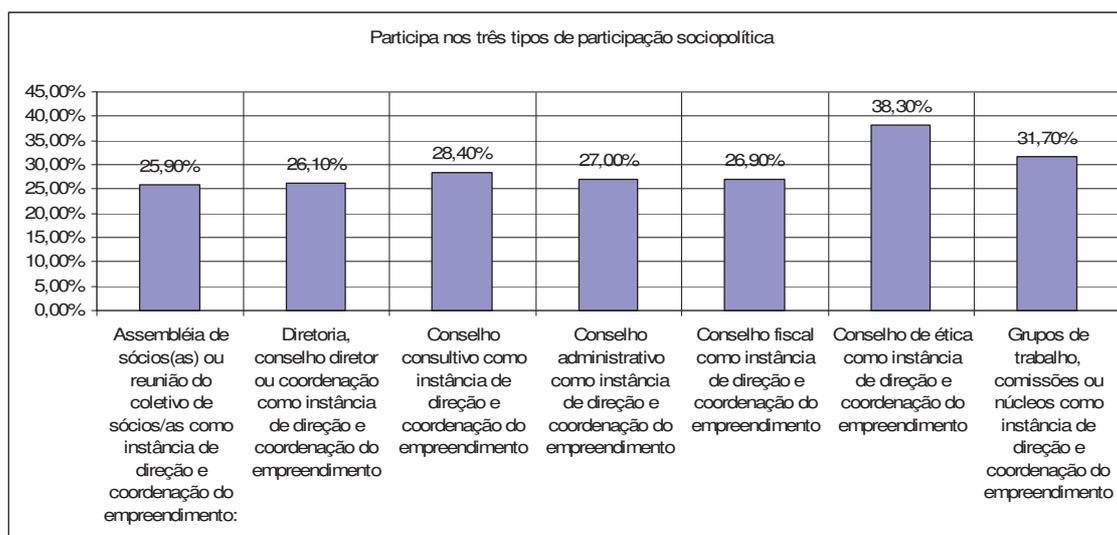


Gráfico 31b: Convergência entre autogestão e as três formas de participação sociopolítica

A economia solidária se diferencia das organizações convencionais por suas práticas coletivas e democráticas de gestão, cujo acionamento lhes confere vantagens em relação ao seu desempenho econômico, diante da possibilidade de unir a lógica solidária com a lógica empreendedora (GAIGER, 2009).

Assim, se a participação sociopolítica se estabelece na lógica solidária e participativa, a participação interna dos sócios nos empreendimentos não se constitui como algo estranho. Os dados acima demonstram um alinhamento entre a participação interna e externa dos empreendimentos. É possível perceber que as instâncias coletivas de direção e coordenação dos empreendimentos demonstram-se convergentes em todos os níveis de participação sociopolítica.

Em contrapartida, a existência dos mecanismos de participação e envolvimento dos sócios na gestão dos empreendimentos também repercute na maior participação e projeção das iniciativas nas esferas mais amplas de participação sociopolítica.

O acesso aos registros de informações do empreendimento concomitante com a participação em movimentos sociais e populares corresponde a 60,6%. Da mesma forma, o acesso aos registros cruzados com a participação sociopolítica em ações sociais e comunitárias apresenta índice de 60,3% de convergência.

No que diz respeito à participação em redes e fóruns de articulação, há um alinhamento. Embora a não participação tenha uma vantagem de 2,6% relativamente aos que dela participam, não se pode deixar de abordar novamente aqui que os empreendimentos mais jovens são o que estão mais vinculados às

redes e fóruns de articulação, ao passo que os mais antigos, conectam-se, mais comumente, a ações sociais e comunitárias e movimentos sociais. Além disso, as próprias redes de articulações são relativamente recentes em comparação com os movimentos sociais e populares e as ações sociais e comunitárias.

Elevam-se também as possibilidades de convergência interna e externa quando o plano de trabalho do empreendimento é definido em assembleias ou reunião do grupamento coletivo. Nesse caso, o percentual de participação em ações sociais e comunitárias é de 60,4% e a participação em movimentos sociais e populares é de 62,8%.

Percebem-se também altos índices de convergência entre a participação dos sócios nas decisões cotidianas dos empreendimentos e a participação em movimentos sociais e populares (58,7%) e ação social e comunitária (59,5%).

Nos dois últimos gráficos, pode-se perceber que o cruzamento de dados entre a participação sociopolítica nas três modalidades de participação consoante a autogestão, os empreendimentos que responderam sim simultaneamente a todas possibilidades de participação sociopolítica, bem como à autogestão, apresentam elevados índices nos aspectos de autogestão de deliberação coletiva quais sejam: os que possuem conselho de ética como instância de direção e coordenação do empreendimento (38,3%); grupos de trabalho, comissões ou núcleos como instância de direção e coordenação do empreendimento (31,7%); plano de trabalho definido em assembleia geral ou reunião coletiva de sócios(as) como forma de participação nas decisões (30,5%).

Nas demais formas autogestionárias, a participação direta dos sócios nos empreendimentos aparece de forma equilibrada, não sendo inferior a 25%.

Analisando os dados dos cruzamentos entre participação interna e externa dos empreendimentos, percebe-se que a economia solidária não se constitui apenas como um arranjo econômico alternativo ao trabalho e renda, na medida em que a ampla participação democrática e dialógica parece ser um valor constitutivo do campo ético-político da economia solidária.

A tese que vê a Economia Solidária basicamente como resposta ao desemprego, dependendo então das oscilações do mercado de trabalho, não condiz com dados que indicam outras aspirações tão ou mais importantes que a renda, além de outros protagonistas, ciosos de proteger seu trabalho e seu sistema de vida costumeiro, incluindo ocupações já existentes, de cunho individual ou familiar. Fato mais decisivo é que a atenção dada à parte íngreme da curva de ascensão dos empreendimentos resultou em desdém pelo período anterior, em que há dados de interesse:

43% dos empreendimentos já existiam em 1999, 23% funcionavam ao menos há 10 anos quando foram mapeados, 11% há 15 anos ou mais (CORRÊA; GAIGER, 2010, p. 157).

Além disso, pode-se concluir, ainda, que a participação sociopolítica apresenta-se amplamente disseminada entre os empreendimentos, tornando-se significativa seja pela frequência com que ocorre, seja por ser diversificada e múltipla. Os espaços sociais e institucionais de participação sociopolítica indicam que esse engajamento repete a questões de interesse coletivo mais amplas, relativas ao bem comum e à agenda pública.

Outra situação observada é que a participação sociopolítica persiste ao longo do tempo e se relaciona com espaços de mobilização em que se destacam organizações populares e instituições de apoio com larga trajetória, em paralelo com novas frentes de embate e de organização coletiva. Um exemplo disso são os empreendimentos rurais, os quais são em maior número e mais antigos, estarem ligados aos movimentos sociais tradicionais e, simultaneamente, às redes de comercialização, às questões do meio ambiente e aos fóruns de economia solidária, os quais são mais recentes.

A ampla participação interna e externa dos empreendimentos “conforma um campo ético-político e impulsiona redes movimentalistas, em cujos circuitos se constroem alianças, se sedimentam valores e se disputam recursos e parcelas de poder” (GAIGER, 2011).

Não se pode deixar de mencionar aqui a diversidade das experiências populares associativas, nos mais diversos sentidos que essas experiências possam representar na vida dos trabalhadores. Nesse estudo, analisou-se a base de dados do mapeamento. Sobre isso, Gaiger diz que:

O fato está diretamente relacionado ao papel decisivo ou subsidiário que as economias individuais mantêm ou passam a ter, na medida em que o empreendimento prospera e define paulatinamente o quanto os associados estão dispostos a investir cada passo dado em conjunto, o que redundará seja em ciclos progressivos, seja estagnantes. A questão está vinculada ainda à natureza irretocável ou transitória da socialização dos meios de produção e dos compromissos mútuos contraídos entre os indivíduos, por razões objetivas e subjetivas. Nessas condições, a chave para o êxito dos empreendimentos residiria em conciliar esses múltiplos interesses, fazendo valer o capital e o fundo de trabalho individual e familiar, sem suprimi-los em nome das propostas genéricas de coletivização (GAIGER, 2011).

Mesmo diante da complexidade individual de cada forma associativa, os dados do mapeamento, bem como dos diversos estudos aqui trazidos sobre o tema,

demonstram grande mobilização sociopolítica da economia solidária, no que tange à projeção dos empreendimentos no espaço público, por intermédio das diversas formas movimentalistas (redes, fóruns, conselhos, pastorais, etc.), as quais têm se caracterizado pela ética democrática dialógica.

A relação com os níveis de participação sociopolíticos na esfera pública, seja estatal, seja fora do Estado, vincula-se com maior incidência de empreendimentos que mantêm a lógica democrática em seu âmbito interno.

## CONCLUSÃO

O tema central da tese foi a democracia, desde suas concepções modernas, passando pelos modelos democráticos utilitarista, desenvolvimentista e elitista, que nortearam o início do século XX, chegando à teoria crítica de Habermas, sobre a democracia dialógica, os processos comunicativos e o modelo discursivo do espaço público.

A democracia dialógica transcende os modelos modernos tradicionais, passando pelas questões de diálogo, procedimento, ação comunicativa e esfera pública. As concepções democráticas procedimentais dialógicas surgiram sob a perspectiva da resistência à opressão sofrida pelos movimentos sociais.

As questões sociais modernas, no entanto, ultrapassam os conflitos de classe. O pluralismo cultural, no qual se intensificam os fluxos de informação e comunicação, tornou-se complexo demais para os espaços democráticos meramente representativos. Nesse sentido, a democracia foi concebida, em seu âmbito teórico, como espaço de comunicação e diálogo que incorpora os conceitos de sociedade civil e esfera pública.

Embora a teoria crítica sobre a democracia estabeleça aspectos prescritivos sobre as formas democráticas, a abordagem sociológica da democracia tem incorporado conceitos e percepções sociais que permitem, por intermédio da análise das diferentes atuações democráticas, ao longo da história da democracia e das relações entre Estado e sociedade civil, a contextualização de um marco teórico amplo (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 704).

A democracia tradicional, entendida a partir da idéia de representação e delegação, não corresponde à complexidade contemporânea, já que as organizações partidárias tentam a supervalorizar as estruturas burocráticas, transformando as ações políticas em questões a serem tratadas por “especialistas”. As formas de representação, por isso, têm se estabelecido muito mais para dominar do que para atender aos anseios populares.

As bases teóricas que norteiam a democracia deliberativa e dialógica partem de valores conectados com a liberdade positiva de participação na gestão da coisa pública, na qual a participação política fundamenta-se no consenso entre as pessoas

a quem as decisões ou as políticas se destinam. Trata-se da inclusão popular no processo democrático.

Essa concepção não é necessariamente prescritiva, mas parte de observações empíricas que foram diagnosticadas no contexto social, bem como o que Habermas chama de “partículas e fragmentos de uma razão existente” dentro de um sistema político e organizado no Estado de Direito. No entanto, trata-se também de um marco teórico importante para se analisar a democracia, a partir da concepção de novos projetos sociais baseados na solidariedade, de sujeitos emancipados e capazes de discutirem e de revalidarem as regras sociais.

A democracia dialógica passa pelos fluxos comunicativos da sociedade civil organizada e interfere nas políticas de Estado. No entanto, deve haver uma “mão dupla”, ou seja, o Estado abre a sua agenda para a democracia dialógica e os movimentos sociais, redes, fóruns, associações, dentre outros grupos, propõem políticas públicas inerentes aos valores comunicativos que circulam entre eles, colocando o núcleo do debate para além das esferas parlamentares.

Os influxos da participação popular dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, no caso brasileiro, culminaram na abertura democrática pelo fato desses movimentos propugnarem espaços democráticos, por se integrarem a outros movimentos, por resistirem à pressão da ditadura e, fundamentalmente, pela conquista das garantias fundamentais de direitos sociais, civis, políticos e democráticos, consolidados na Constituição Federal de 1988.

Nesse aspecto, a Constituição Federal alicerçou-se com características consoante os valores sociopolíticos consolidados no interior dos movimentos sociais, seja em diretrizes mais amplas de garantias de direitos fundamentais, seja em relação às reivindicações mais específicas dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980.

A Constituição apresenta três características importantes, que refletem a influência dos movimentos que culminaram no processo constituinte, quais sejam: compromissária, que diz respeito aos direitos fundamentais, coletivos e individuais, que devem ser perseguidos como metas pelo Estado quando da efetivação das políticas públicas e sociais. Vincula-se ao compromisso pela incorporação ético-comunitária no texto constitucional, com a finalidade de construir o Estado Democrático de Direito, bem como estabelecer a força do direito na proteção das garantias e direitos fundamentais; analítica, que se caracteriza pelo detalhamento e

diversidade de direitos a serem protegidos; dirigente, que corresponde à opção por grandes linhas programáticas, capazes de sinalizar os caminhos a serem percorridos pelo Estado na elaboração de leis inferiores à Constituição e nas políticas públicas.

No âmbito formal da Constituição, o sistema democrático brasileiro estabeleceu a possibilidade de maior participação popular na esfera pública. Aos diversos conselhos, de saúde, de habitação, de educação, do meio ambiente, dentre outros, assim como aos movimentos sociais, foi delegado, no texto constitucional, o objetivo de propiciar maior participação dos cidadãos nas decisões públicas.

No período posterior à consolidação da Constituição, tem-se um quadro de igualdade formal perante o Estado. Porém, a legitimação da ordem social não importou garantidamente na existência de um Estado democrático com ampla participação política. A democratização brasileira tem se caracterizado por sua natureza restrita, também marcada por diversos momentos históricos de problemas sociais, políticos, econômicos, etc.

As desigualdades socioeconômicas tendem a enfraquecer a participação política na esfera pública, pois as heterogeneidades sociais refletem-se também no interior dos grupos organizados e, como se refere Macpherson (1978), um sistema democrático que valorize a participação não elimina as iniquidades, de sorte que uma sociedade mais equânime e humana exige um sistema de participação política mais intensa.

A Constituição Federal de 1988 cumpre os requisitos para que haja ampla participação democrática. Não obstante, essa articulação não é direta, pois na medida em que houve avanços formais da democracia, houve também um aprofundamento da desigualdade social. Segundo Kerstenetzky (2003), as desigualdades socioeconômicas estão associadas a diversas consequências indesejáveis tais como: crescimento econômico insuficiente, ineficiência, pobreza, violência e democracia de baixa qualidade, sobretudo no que diz respeito à efetiva igualdade de direitos políticos.

Ainda na esteira desta autora, a questão central sobre a democracia de baixa qualidade, que muitas vezes corresponde à alienação dos cidadãos nos processos democráticos, estaria ligada à subtração, por parte do poder público, das efetivas oportunidades de maior participação (KERSTENETZKY, 2003). Na medida em que,

a democracia dialógica é um processo de decisão coletiva que respeita a autonomia dos indivíduos, cabe ao Estado proporcionar espaços de maior participação política.

Os espaços públicos de decisão acabam sendo ocupados, muitas vezes, pelos segmentos econômicos ou por grupos de interesses políticos dominantes socialmente, ou seja:

Na medida em que em uma economia de mercado, funções públicas como geração de empregos, decisões de produção e de investimento, fixação de preços, crescimento e padrões de vida são “exercidas” privadamente por “homens de negócios”, ocorreria uma contaminação natural da agenda política, estando as políticas públicas significativamente limitadas pelos interesses das comunidades de negócios (empresas privadas e poder corporativo). As implicações em termos de igualdade política são evidentes, conforme observa Held (1996): “the business corporation yields disproportionate influence over the state and, therefore, over the nature of democratic outcomes” (Held, 1996, p.216). A percepção dessa desproporção é plausível inferir, poderia estar causalmente relacionada ao declínio da participação de segmentos sociais em desvantagem (KERSTENETZKY, 2003, p. 134)

Esta tese debruçou-se sobre a economia solidária e suas práticas democráticas, no sentido de compreender até que ponto a democracia dialogal pode ser considerada como condição constitutiva dos empreendimentos. Pousou-se verificar também como as articulações da economia solidária com o entorno sociopolítico afetam a cultura política e fortalecem a democracia. Conclui-se que há uma convergência entre as práticas cotidianas da vida associativa, calcadas em um *ethos* movimentalista, com a formalização e presença da economia solidária nos espaços públicos, seja em redes, conselhos, fóruns, etc.

Nesse aspecto, a democracia dialógica vincula-se às questões internas e de autogestão da economia solidária, quando se percebem altos índices de decisões coletivas nos empreendimentos, ao mesmo tempo em que se infere, pelos dados do mapeamento, que quanto maior for a participação interna e mais organizados juridicamente forem os empreendimentos, maior é a participação sociopolítica na esfera pública.

Segundo Avritzer (2007), o fortalecimento dos espaços associativos contribui para compensar e reduzir as deficiências da sociedade política, incluindo a opacidade dos processos decisórios e o desequilíbrio societário. Assim, a participação democrática dos empreendimentos de economia solidária, particularmente nas suas formas de articulação política e de representação na esfera pública, corresponde a importantes vínculos da economia solidária com a

democracia, na medida em que as articulações sociopolíticas proporcionam fluxos comunicativos capazes de gerar a formação de opinião em uma esfera pública além da estatal.

Importante esclarecer que a simples associação de grupos não representa necessariamente um avanço qualitativo da democracia, por isso a análise dos dados do mapeamento se deu de forma cuidadosa, no sentido de cruzar variáveis que pudessem demonstrar o vínculo entre organizações democráticas internas e seu reflexo sociopolítico.

A conclusão de que a economia solidária representa um vetor democrático importante se dá a partir da percepção de que suas práticas, baseadas na solidariedade, revalidam as regras sociais, na medida em que se verifica uma congruência entre participação associativa e política.

Nesse aspecto, o processo de democratização da economia solidária vai além do cotidiano dos empreendimentos, pois mesmo diante de inúmeras dificuldades, principalmente por se tratarem de empreendimentos populares, há uma motivação política dos trabalhadores, baseada em valores mais amplos. A economia solidária, portanto, assume um papel importante como ator democrático, não podendo ser percebida como uma simples alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho. Trata-se de sujeitos atuantes que criam espaços tendentes a consolidar outra economia e, por conseguinte, outra democracia.

A aproximação da democracia dialógica de Habermas com as participações democráticas evidenciadas pela economia solidária é percebida no engajamento de causas sociais mais amplas. A mobilização sociopolítica constitui-se como forma efetiva de resolução de problemas concretos. Os dados não avalizam a idéia de que na participação sociopolítica prevaleçam motivações utilitaristas, direcionadas à apropriação privada e provocando descaso dos demais empreendimentos (GAIGER, 2011). Ao contrário, o que se percebe são amplos envolvimento dos empreendimentos entre si, e diálogo no âmbito das redes e fóruns de articulação. Assim, conclui-se que a economia solidária conforma um campo ético-político e impulsiona redes movimentalistas, em cujos circuitos se constroem alianças, sedimentam-se valores e se disputam recursos e parcelas de poder.

Em outros trabalhos sobre economia solidária, juntamente com a confirmação dos dados aqui analisados, percebe-se a lógica de que um maior solidarismo interno corresponde a maiores envolvimento com as necessidades locais e os problemas

sociais mais amplos. As iniciativas de economia solidária não constituem apenas empresas econômicas, mas arranjos associativos que articulam interesses econômicos, sociais e políticos (GAIGER, 2011). Assim, a existência dos empreendimentos solidários vai além das necessidades materiais dos trabalhadores, pois as aspirações não materiais, no sentido de maior reconhecimento, autonomia e inserção social, introduzem a economia solidária em um universo de princípios não redutíveis à lógica utilitarista.

Essa linha de entendimento é perceptível no perfil ético das redes e do Fórum Brasileiro analisado nesta tese: os agentes de articulação política da economia solidária proporcionam a mediação entre os empreendimentos, suas aspirações políticas e o poder público.

Cumprido esclarecer que este estudo possibilitaria avançar em outras questões, em especial na identificação dos empreendimentos que estabelecem maiores vínculos democráticos, de forma convergente entre o âmbito interno e externo. Isto, no sentido de perceber as peculiaridades de suas práticas democráticas, de analisar de forma mais detalhada a aproximação dessas práticas com os aspectos teóricos da democracia dialógica acepção habermasiana, relacionando as práticas sociopolíticas com as condições específicas de gênese e de desenvolvimento dos empreendimentos.

O novo mapeamento, atualmente em curso no país, contém questões que possibilitarão maiores avanços e explorações dos dados, indo além das grandes cifras que muitas vezes podem distorcer a realidade e a representação da economia solidária.

As experiências populares associativas não podem ser desprezadas, pois se percebe que os empreendimentos prosperam e se mantêm ativos quando há maior participação dos sujeitos envolvidos. Essa afirmação se comprovou, na medida em que os empreendimentos mais antigos são aqueles que possuem maiores envolvimento sociopolíticos, bem como maiores índices de participação dos sócios nas decisões cotidianas.

A base de dados do SIES tem sido pouco utilizada para demonstrar questões como as que impulsionaram esta tese, não obstante seja um instrumento fundamental. Assim, a contribuição deste estudo, vai também no sentido de estimular a exploração da base de dados, no que diz respeito à participação

sociopolítica dos empreendimentos, a fim de examinar a economia solidária em sua condição de importante ator da democracia.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação: referências: elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

\_\_\_\_\_. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

\_\_\_\_\_; COSTA Sergio. Teoria Crítica e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004.

BAJOIT, Guy. *Todo cambia: análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas*. Traducido por Hernán Pozo. Colección Escafandra. Santiago de Chile: Editorial LOM, 2003.

BAQUERO, Marcelo. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARROSO, Luís Roberto. Dez anos da constituição de 1988 (foi bom pra você também?). In: CAMARGO, Maria Margarida Lacombe (Org.). *1988 – 1998 uma década de constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

CAMACHO, Idelfonso. Economía alternativa em el sistema capitalista. *Revista de Fomento Social*, n. 51, 1996.

CHANIAL, Philippe. *Derechos, ciudadanía y solidaridad en un mundo globalizado: para una política de la sociedad civil*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CHÂTELET, François. *As concepções políticas do século XX: história do pensamento político*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

CORAGGIO, José Luis. *Cidades sin rumbo*. Quito: Ciudad, 1991.

\_\_\_\_\_. *Economía social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo*. Buenos Aires: CICCUS, 2007a.

\_\_\_\_\_. (Org.) *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Economia do trabalho*. In: CATTANI, Antônio David et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

CORRÊA, Andressa; GAIGER, Luiz Inácio. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. *Revista Latinoamericana de economía social y solidaria*: Otra Economía, v. IV, n. 7, jul./dez, 2010.

DIXON, Keith. *Les évangélistes du marché: les intellectuels britanniques et le néolibéralisme*. Paris: Raisons D'agir ed. 1998.

DOMIO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J.A. (Org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 110-164. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5. 1985.

FAGUNDES, M. SEABRA. *A legitimidade do poder político na experiência brasileira*. Pernambuco, publicação da OAB, 1982.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em:  
<<http://www.FBES.org.br>>

GAIGER, Luiz Inácio. *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*. Cadernos CEDOPE. Série Movimentos Sociais e Cultura. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. Economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. CAYAPA. *Revista Venezuelana de Economia Social*, ano 4, n. 8, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004c.

\_\_\_\_\_; SCHULZ, Gabriela D'Ávila. O mister de reaprender os vínculos entre a economia e a vida social. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo C. (Org.). *Educação e socioeconomia solidária: interação universidade-movimentos sociais*. Série Sociedade Solidária. V. II. Cáceres: Unemat, 2005.

\_\_\_\_\_. A outra racionalidade da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 79, CES, 2008a.

\_\_\_\_\_. A economia solidária entendida a partir dos seus protagonistas. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2008b.

\_\_\_\_\_. Antecedentes e expressões actuais da economia solidária. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 84, mar., CES, 2009.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, Jean Louis. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE*. Série Movimentos Sociais e Cultura. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

\_\_\_\_\_. *A presença política da economia solidária: considerações a partir do primeiro mapeamento Nacional*. (no prelo), 2011.

GADEA, Carlos A. *Acciones colectivas y modernidad global: el movimiento neozapatista*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2004.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. *Las Transformaciones del estado contemporáneo*. Madri: Alianza, 1996.

GOHN, Maria Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GÓMEZ, José María. *Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Consciencia moral y acción comunicativa*. Trad. Ramón García Cotarelo. Barcelona: Península, 1996.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Bueno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. I.

\_\_\_\_\_. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 2001.

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HARRIS Marluza Marques. Movimentos sociais rurais. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nélon. *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HESPANHA, Pedro. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 84, mar., CES, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio David et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. FREITAS, Marcelo Ribeiro de. *O projeto esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KRISCHKE, Paulo J. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Estado e educação: o desafio de ampliar a cidadania. *Educar em Revista*, n. 31. Curitiba: 2008.

LANGE, Célia Maria. *A construção de conhecimentos em espaços de economia popular solidária: o sentido pedagógico do projeto Esperança /Cooesperança*. Ijuí: Palloti, 2009.

LAVILLE, Jean Louis. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 84, mar., CES, 2009.

LECHAT, Noel. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: *II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares*, UNICAMP, 2002.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOPES, José Rogério. Pobreza, subjetividade e cidadania. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 70, p. 160-172, 2002.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá/MT, v. 16, n. 31, p. 13-28, maio-ago. 2007.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. *Cadernos de pesquisa*. Florianópolis, PRGSP, UFSC, n. 91-109, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Ligia Helena Hahn; SCHERER-WARREN, Ilse. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedades civis no Brasil. *Revista Política & Sociedade*, n. 5, out., 2004.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Jose Luis Bolzan. Revisando o Estado! Da crise conceitual à crise institucional (constitucional). *Anuário do PPGD*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

NAMORADO, Rui. Para uma economia solidária: a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, mar., CES, 2009.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil* São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Elementos para compreender a questão do desemprego no Brasil. In: *Palestra proferida na campanha do pleno emprego*, 2003, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Possibilidades y limites de la economía solidaria latinoamericana. In: *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Org. José Luiz Coraggio. Buenos Aires: ALTAMIRA, 2007.

PETERNEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. Movimentos sociais urbanos (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Néilson. *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. Disponível em: <[www.esperancacooesperanca.org.br](http://www.esperancacooesperanca.org.br)>.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. ¿Sistemas alternativos de producción? In: CORAGGIO, José Luiz (Org.) *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: ALTAMIRA, 2007.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.

REDE ABELHA. Disponível em: <<http://redeabelhabr.blogspot.com/>>.

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA XIQUEXIQUE. Disponível em: <<http://www.redexiquexique.blogspot.com/>>.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>.

RICCI, RUDÁ. *Movimentos sociais rurais nos anos*. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/Movimentos%20Sociais%20Rurais%20nos%20anos%2090.pdf>>. Acesso em: 25/02/2011.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SANTOS, Aline Mendonça dos. *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Org.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. Conferência de abertura à Sessão 4: O “global” em questão: redes e movimentos sociais transnacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS E OS NOVOS SENTIDOS DA POLÍTICA. UFBA: Salvador, jun., 2008.

SCHIOCHET, Valmor. *Sociedade civil: o pensamento social politicamente*. Blumenau: EDIFURB, 2008.

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo. Editora UNISINOS, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Filipe Carreira. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Revista de Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 35. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2001.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A cidadania para todos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB. 2001.

SOUZA, Maria Antônia de. *Movimentos sociais e sociedade civil*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

TATAGIBA, Luciana Teixeira. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TÉVOÉDIRÈ, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. Trad. Reinaldo Matias Fleuri. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORO, José Bernardo. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Senac-Rio, 2005.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1989.

\_\_\_\_\_. *O que é a democracia?* Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_; KHOSROKHAVAR, Farhad. *A procura de si: diálogo sobre o sujeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

\_\_\_\_\_. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Trad. Gentil Avelino Tritton. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 84, mar., CES, 2009.

VILLASANTE, T. R. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.